HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

# 1964
# 31 DE MARÇO

TOMO 1

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

# 1964 – 31 de Março

## O Movimento Revolucionário e a sua História

# Sumário

*Nisi utili est quod facimus stulta gloria*

# Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos sessenta:

*Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Molina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.*[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestadores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] "O Globo" – Sexta-feira, 24 de maio de 2002:
"O último secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Molina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime Autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contra golpe?

As respostas estão aqui.

*General Aricildes de Moraes Motta*
Coordenador Geral

*Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória*

# Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado tem

sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

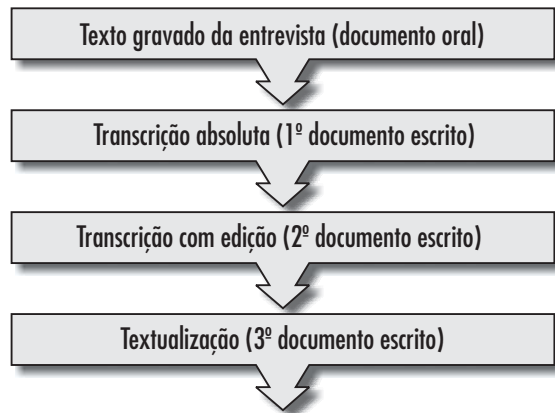
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

*General Aricildes de Moraes Motta*
Coordenador Geral

*General Geraldo Luiz Nery da Silva*
Coordenador Regional RJ/MG

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

# A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

*Jarbas Passarinho*

# General-de-Exército Antonio Jorge Corrêa

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Exército.
- Integrou o Alto Comando do Exército e o Alto Comando das Forças Armadas;
- Foi membro do Conselho de Segurança Nacional e Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
- No exterior: instrutor da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai;
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era Coronel Subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras.

---

Entrevista realizada no dia 15 de março de 2000.

É com emoção que presto depoimento sobre a participação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no Movimento de Descomunização do Brasil, em março de 1964, em defesa dos ideais democráticos do povo brasileiro, buscando também participar do processo de restauração da disciplina e hierarquia no Exército. É de lamentar que tal episódio, que dignifica a Mocidade Militar de nosso País, seja ignorado, até mesmo por nosso público interno, sendo às vezes objeto de ironia e até de maldosa crítica, partindo dos que desconhecem razões e verdadeira versão dos fatos.

Creio que o esforço que este Projeto vem desenvolvendo, no sentido de resgatar a memória da participação do Exército em fatos importantes, colocará um ponto final nos conceitos desabonadores, frutos da ignorância, da maledicência ou de má fé, com relação ao assunto em questão.

Valho-me da oportunidade que se me oferece – destinando espaço para livre dissertação – para tecer comentários preliminares que nos levarão à melhor compreensão deste assunto.

A implantação do comunismo na Rússia, nas duas primeiras décadas do século XX, despertou natural curiosidade em todo o mundo, da qual não se poderiam alhear os jovens. Jamais esquecerei que, no decênio de 1920, cursando o Colégio Militar do Rio de Janeiro, vi vários jovens companheiros, empolgados com as novas idéias, tornarem-se simpatizantes ou mesmo comunistas diante da sistemática pregação de professor respeitável, responsável pela arregimentação dos primeiros prosélitos da doutrina comunista nas Forças Armadas.

Logo, iríamos encontrá-los em várias oportunidades, ao longo da carreira, como ativistas perigosos, pois seriam oficiais destacados por sua inteligência, destemor e liderança.

O processo de expansão da doutrina comunista incorporou vários países da Europa, que passaram a integrar o bloco comunista como satélites da Rússia; muitos deles contra a vontade de seu próprio povo. Em pouco tempo, o continente americano passou, também, a ser objeto de cogitação expansionista, e o Brasil seria um dos alvos preferidos por muitas razões. No decênio de 1930, houve a primeira tentativa, conhecida como Intentona Comunista de 1935, deflagrada em alguns Estados nordestinos e no Rio de Janeiro. Fixemo-nos nos levantes desta cidade: no 3º RI (Praia Vermelha), liderado por Agildo Barata, onde encontraríamos vários dos ativistas doutrinados pelo Cel Prof Isnard Dantas Barreto, enquanto que nos levantes da Escola de Aviação Militar e do 1º Regimento de Aviação (Campo dos Afonsos), entre seus líderes, estava nosso companheiro Ivan Ribeiro, dileto aluno do Prof Isnard. A resposta foi categórica e o comunismo perdeu o

primeiro embate. Entretanto, ficara evidente que, se o expansionismo comunista cogitasse dominar o Brasil, teria antes que minar suas Forças Armadas.

Causa-me estranheza constatar que tardassem tanto os líderes comunistas a compreender que o caminho natural para abalar a coesão das Forças Armadas seria o domínio de suas escolas, em todos os níveis. No decênio de 1950, um grupo de ativistas do comunismo, já Oficiais Superiores, passou a atuar na Diretoria Geral do Ensino (DGE), e lá conseguiram aprovar, com atuação perseverante e agressiva, um novo Regulamento da AMAN, descaracterizando a essência básica de nossa principal Escola de Formação de Oficiais do Exército, deformando o Espírito Militar e seus padrões. Tornou-se conhecido como o Regulamento de 58, que teria duração efêmera; mesmo assim, em apenas três anos de aplicação, conseguiu comprometer, em nossa Academia Militar, a mística e o ritual castrenses, apanágios de nossa carreira.

Em 1960, providencialmente, assumiu o cargo de Diretor de Ensino e Formação do Exército, o General-de-Divisão Humberto de Alencar Castello Branco que, em 1961, foi nomeado Chefe da Diretoria Geral de Ensino, órgão que daria origem ao atual Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP).

O General Castello Branco, de imediato, percebeu a ardilosa manobra do grupo esquerdista, afastando aqueles oficiais de seus cargos e substituindo a cúpula da AMAN, para a qual foram nomeados: Comandante, o Gen Bda Adalberto Pereira dos Santos; Subcomandante, o Cel Emílio Garrastazu Médici, e Comandante do Corpo de Cadetes, o Cel Antonio Jorge Corrêa.

Ao assumir as funções de Comandante de Corpo de Cadetes, deparei-me surpreso com uma situação que, em síntese, era a clara descaracterização do ambiente e da sistemática de formação e de ensino de uma Academia Militar.

Destaco que o Regulamento de 58 contemplava o ensino, então chamado universitário, com carga horária maior que o dobro da que se destinava ao ensino militar, numa manifestação evidente do desprestígio da formação específica da Academia; pretendendo fazer, daquele Centro, uma universidade leiga e indiferente às suas origens e finalidades.

Os reflexos destes dispositivos regulamentares foram desastrosos do ponto de vista da formação dos oficiais: impediam a disciplina que se espera de uma Academia Militar; a liberdade pessoal chegava a tornar-se incompatível com a seriedade e respeitabilidade de um ambiente militar; no Conjunto Principal da Academia Militar, estabeleceu-se o ambiente normal de uma universidade, isto é, as turmas deslocavam-se em passo sem cadência, dispensadas de continências e outros sinais de respeito; o mais grave é que este contexto de normas, situações e praxes parecia concorrer para deterioração e até o desprestígio dos ideais e do

espírito militar. Em outras palavras, repetimos: tornando-a mais uma Escola Leiga do que uma Academia Militar.

Por outro lado, o aspecto ideológico que se difundia na Academia, se tornara comprometedor a ponto de criar-se uma célula comunista, que operava, abertamente, sobretudo na Cadeira de Português; destaquem-se aqui as ligações francas desta célula com a UNE, do Rio de Janeiro. Tão logo se comprovou este triste e inédito quadro, foram tomadas necessárias providências que abortassem sua continuação: substituiu-se o Cel Prof Manoel Cavalcante Proença identificando-se e afastando os participantes, do que resultou o desmantelamento do sistema.

Após inspecionar a AMAN, nos meados de 1960, o Gen Castello Branco determinou ao seu Comandante que indicasse dois Oficiais Superiores para integrarem uma Comissão para elaboração de novo Regulamento da Academia, em que ficaria explicitada a mudança de procedimentos basilares, voltando sua tradicional formação a ter características que a consagraram.

Já naquela época, estava em voga a Doutrina da Guerra Revolucionária, e o Gen Castello Branco vislumbrou que, pelo aprofundamento de seu estudo, poder-se-ia fortalecer a convicção democrática dos militares de nossas Escolas, ao mesmo tempo em que se lhes dava a conhecer os insidiosos processos de penetração comunista, com vistas ao proselitismo e ao domínio das Organizações, nos seus vários campos de atividade.

Revogado o nefasto Regulamento de 58 e com a aplicação de novas diretrizes, foi possível, nos decênios de 1961 e 1962, restabelecer-se o primado da profissão militar, da hierarquia, da disciplina, do culto dos nossos heróis e do civismo genuíno.

Nos meados de 1962, equipes selecionadas de todos os Estabelecimentos de Ensino do Exército participaram de estágios realizados na DGE, destinados à preparação e à padronização de procedimentos na execução de planos e programas de Guerra Revolucionária, previstos na Nota de Instrução baixada pelo Estado-Maior do Exército.

No início de 1963, o Gen Bda Pedro Geraldo de Almeida foi substituído no Comando da Academia Militar pelo Gen Bda Emílio Garrastazu Médici que, tão bem, a conhecia, pois participara, como seu Subcomandante, nos decênios de 1960 e 1961. De imediato, o novo Comandante organizou sua equipe, levando-me como seu Subcomandante e o Cel Moacyr Barcellos Potyguara como Comandante do Corpo de Cadetes.

Considerando que, na verdade, de 1960 a 1963, houve profunda mudança no panorama geral do nosso País, onde o comunismo avançava firmemente na conquista de postos de governo e na tentativa de subverter a ordem nas Forças Armadas pela inversão da hierarquia e pela indisciplina, abalando sua coesão, um

dos primeiros atos do Gen Médici foi nomear um Grupo Especial de Trabalho (GET), sob minha chefia, para intensificação do estudo da Guerra Revolucionária, sendo constituídos quatro grupamentos: 1) Oficiais do Corpo de Cadetes e do Batalhão de Comando e Serviços; 2) Cadetes; 3) Subtenentes e Sargentos do BCS e 4) Oficiais do Magistério e da Administração.

O GET, por determinação do Comandante da AMAN, estruturou-se como um Estado-Maior Operacional, para acompanhar a evolução dos acontecimentos no País; planejar o emprego da tropa; prever o controle das atividades na área de Resende e tudo que pudesse advir em caso de anormalidade nas áreas política e militar. Durante aquele ano, o Comandante da AMAN manteve contato constante com os Comandantes do II Exército, 4ª RM/DI e alguns Chefes Militares da Guanabara. Por outro lado, o Gen Médici acompanhava, de perto, o desenrolar das atividades do GET, na instrução de Guerra Revolucionária e como Estado-Maior Operacional.

A Academia é uma organização militar complexa, porque é muito heterogênea. Gira em torno do Corpo de Cadetes, a razão de ser da própria Academia, que possuía, naquela época, cerca de 1.500 cadetes e um total de 130 oficiais instrutores, altamente selecionados, sendo que 12 pertenciam ao Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA). Uma outra complexidade, o Batalhão de Comando e Serviços, que é feito para apoiar a Academia, vale dizer o Corpo de Cadetes e a Administração, naquela ocasião tinha 450 sargentos. Os sargentos, sem nenhum demérito para eles, eram alvos preferidos pelo comunismo para o proselitismo. Além disso, tinha o Magistério, mais diferente e variado. Havia catedráticos chefes de Cadeiras, professores adjuntos, uma série de coisas muito complexas. Para o ensino da Guerra Revolucionária, o efetivo da Academia foi dividido em grupamentos, como já foi mencionado. Os oficiais do Corpo de Cadetes e do Batalhão de Comando e Serviços receberam instrução do GET a ser repassada a seus comandados. O objetivo era não mexer no Corpo de Cadetes e não prejudicar a estrutura orgânica. Deixou-se ao Coronel Potyguara, aos Instrutores-Chefes, que eram Comandantes de Curso e aos Comandantes de Companhia, a responsabilidade de transmitir tudo aos cadetes. No Batalhão de Comando e Serviços, os oficiais que recebiam as instruções transmitiam-nas aos sargentos. O grupo de professores teria a instrução de Guerra Revolucionária do próprio Comandante ou do Subcomandante da AMAN sob a forma de Boletins Informativos, freqüentes reuniões, troca de idéias etc. Assim, transcorreu o ano de 1963.

A preparação psicológica se fez através do estudo da Guerra Revolucionária, como pensou muito bem o General Castello Branco, e, ao mesmo tempo, o Estado-Maior Operacional trabalhava sobre a eventualidade de conflito, perturbação da ordem ou modificação na vida do País.

Em 1963, o General Médici, como vimos, manteve um contato estreito, muito estreito e permanente, com o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, com o General Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria (4ª RM/DI), e com oficiais generais da Guanabara, não os comandantes que estavam à frente da tropa, mas chefes já identificados com a idéia de que o comunismo estava tomando conta de tudo. O General Médici mantinha rigorosamente informados os oficiais mais próximos a ele. Nosso Comandante, sempre esteve muito atento quanto ao fato de procurar sentir a penetração dos ensinamentos em todos os grupamentos. Ele sabia do andamento da instrução de Guerra Revolucionária e dos trabalhos do Estado-Maior Operacional.

Gostaria de comentar sobre quais eram os objetivos fixados pelo Estado-Maior do Exército para a instrução de Guerra Revolucionária:

– Preparar o Exército, psicológica e materialmente, para opor-se a qualquer tipo de ação subversiva, através:

• do fortalecimento dos militares – ativa e reserva – quanto à consciência dos valores fundamentais que caracterizam a democracia brasileira;

• do conhecimento das finalidades da doutrina, dos processos e das técnicas utilizadas pelo comunismo, para que se tornassem claras as suas características contrárias à formação brasileira, e a necessidade da utilização de uma técnica para neutralizá-lo e combatê-lo;

• da instrução relacionada com a tática e técnica da Guerra Revolucionária e das operações especiais.

O General Castello Branco tocou no ponto nevrálgico da questão. Através do estudo da Guerra Revolucionária, nós nos preparávamos, fortalecendo os fundamentos democráticos, mas também passando a conhecer como atuavam os comunistas.

Assim, chegamos às vésperas do Movimento de Março de 1964. Para se ter uma idéia de como estávamos atentos ao problema, vou ler a Nota Especial de Serviço do General Médici datada de 30 de março.

NOTA ESPECIAL Nº 1/64

"1) É inegável que o País está vivendo dias intranqüilos. O que está acontecendo é do conhecimento de todos os meus comandados, pois este Comando não tem outras informações que não sejam as que, ostensivamente, divulga a imprensa falada, escrita e televisiva.

2) A esta Academia Militar, como parte integrante da Instituição Militar vigente no País, cabe, fundamentalmente, prosseguir no cumprimento de sua no-

bre missão e garantir, até a última instância, a manutenção dos princípios basilares da subordinação hierárquica e da disciplina, de comportamento correto e digno em todas as circunstâncias, mesmo as mais adversas.

3) Informo aos meus comandados que este Comando estará rigorosamente atento aos acontecimentos e que divulgará, em tempo oportuno, as decisões que provenham dos Escalões Superiores, bem como aquelas que julgar mais adequadas às situações que se apresentarem. (Vejam como o General Médici penetrou no problema!)

4) Sei, pela vivência que tenho com todos os meus comandados, de suas preocupações, que não são maiores que as minhas. Por isso, concito a todos, e a cada um em particular, que mantenham a tranqüilidade, a calma e a serenidade necessárias à exação do cumprimento dos deveres profissionais e à confiança na ação do Comando, que será clara e justa na hora aprazada.

5) Torno claro, neste momento, que as características peculiares dessa Instituição ímpar do Exército impõe a todos os meus comandados, para qualquer atitude ou ação, um sentido único de união, coesão e vontade de convergir esforços para cumprir as decisões do Comando."

Na tarde de 31 de março, às 17h30min, o General Comandante recebeu do I Exército a determinação de colocar e manter em prontidão o Batalhão de Comando e Serviços da AMAN, em face do "levante do povo de Minas Gerais, com apoio das forças federais e estaduais sediadas naquele Estado, contra o Governo Federal".

Nessa mesma hora, a imprensa falada começava a noticiar os acontecimentos de Minas. A decisão do Comandante da AMAN foi de:

• cumprir a determinação do Comando do I Exército, quanto ao Batalhão de Comando e Serviços;

• ativar o Estado-Maior Operacional, já constituído, para a atualização do estudo de situação, planejamento de possíveis ações e acionamento dos elementos de informações.

Foram realizadas as seguintes ações:

• início dos trabalhos do Estado-Maior Operacional;

• acionamento do Sistema de Informações; e

• execução do Plano de Emprego do Corpo de Cadetes em ações de Segurança Interna.

Passo a relatar os acontecimentos de 18h de 31 de março até às 6h de 1º de abril.

Já na primeira parte desta noite, os pronunciamentos e as adesões de vários chefes militares, governadores e outras autoridades definiram o sentido nítido do

movimento revolucionário, iniciado em Minas Gerais: a destruição do processo de comunização instalado no País.

Às 2h da manhã, o QG revolucionário da Guanabara, através de contato direto do General Costa e Silva com o comandante da AMAN, confirmou a deflagração geral da Revolução e solicitou o apoio da Academia Militar, particularmente em face da situação ainda indefinida da Guarnição Federal no Estado do Rio. O General Comandante garantiu-lhe o apoio, na medida das possibilidades máximas da Academia.

Às 2h30min da manhã, o Comandante do II Exército informou, em contato direto com o General Comandante, ter aderido ao movimento revolucionário e que havia determinado a marcha de forças do II Exército sobre a Guanabara, pelo eixo da BR2.

Ao pedido de apoio feito pelo General Kruel, o General Comandante da AMAN hipotecou-lhe a garantia de passagem livre, das forças sob o seu comando, na região de Resende.

Às 3h da manhã, o Comando do I Exército informou ao General Comandante da AMAN haver determinado o deslocamento do Grupamento de Unidades-Escola (GUEs) para São Paulo, pela BR2, prevendo a passagem em Resende às 12h de 1º de abril. As informações recebidas indicavam, até às 6h da manhã, o seguinte:

• I Exército: situação indefinida, na cidade do Rio de Janeiro; 4ª DI deslocando-se sobre a Guanabara; GUEs iniciando deslocamento de alguns elementos na direção de São Paulo; e a 1ª DI deslocando-se na direção de Juiz de Fora;

• II Exército: deslocando o grosso de suas unidades na direção da Guanabara.

Decisão do Comandante da Academia, às 2h30min do dia 1º de abril:

• integrar a AMAN no movimento revolucionário;

• garantir a passagem do II Exército na região de Resende e concretizar imediatamente a vigilância sobre os pontos críticos do eixo da BR2 entre Itatiaia e Barra Mansa, em ligação com o 1º BIB e o 5º RI.

As seguintes ações foram realizadas:

• estudo de situação continuado, pelo Estado-Maior Operacional;

• intensificação do acionamento dos meios de busca de informações, em particular sobre os aspectos referentes à segurança de todos os bens e serviços de utilidade pública, na área da guarnição;

• envio de Oficial de Ligação para as forças do II Exército;

• emprego de tropa do BCS para a vigilância da BR2, no trecho Itatiaia e Barra Mansa; Ordem Preparatória ao Corpo de Cadetes sobre seu possível emprego;

• plano de emprego de agentes, no controle de órgãos locais de difusão e de fornecimento de energia;

• plano de requisição de suprimentos críticos;

• plano de requisição de meios de transporte;

• plano de segurança de órgãos de utilidade pública, situados na região de Resende;

• plano de contenção de reações em Resende, na CHEVAP e em Itatiaia.

Foram acionados elementos para o domínio de todos os setores do Município de Resende. Já havia equipes com a missão determinada, há muito tempo, treinando, de modo que instantaneamente a Academia tomou conta do governo da cidade, das comunicações telefônicas, do controle do transporte ferroviário e rodoviário, das questões relativas a suprimentos, enfim, tudo isso atendido prontamente.

Alguns fatos ocorridos nesse período merecem registro.

Quando tivemos a informação do comando do I Exército de que o GUEs havia partido pela BR2 em direção a São Paulo, imediatamente um oficial superior que já estava designado saiu em direção ao Rio de Janeiro – descaracterizado, usando uma peruca, óculos escuros e uma camisa "avançada" (tipo malandro) num "fusca" muito velho, com a placa do Rio de Janeiro – e encontrou o Grupamento ainda naquela grande reta; antes do Belvedere. Lá constatou que o comandante do mesmo era o General Anfrísio da Rocha Lima, Comandante do GUEs, que se fazia acompanhar do Comandante do REI, Coronel Abner Moreira, e do Comandante do GEsA, Coronel Aldo Pereira. Nosso agente manteve-nos informados sobre o deslocamento do GUEs durante toda a jornada.

Durante os trabalhos do Estado-Maior Operacional, havia sido deliberado que, se a Academia se sublevasse, ela deveria alardear isso, tornar público essa posição. Então, já tínhamos elaborado um texto que teria que ser adaptado à situação existente. Essa proclamação, "Irmãos em Armas" era exatamente isso.

Com relação ao governo da cidade, o prefeito, que tinha sido meu colega no Colégio Militar, quando tomaram a sua Prefeitura, foi à Academia, e disse que queria falar comigo. Eu lhe disse que iríamos conversar com o General Médici. O General Médici deu ordem para que o acompanhassem até o quarto piso, onde ele seria seu hóspede por alguns dias. O General era um homem sensível, e o Prefeito, o Augusto, teve que se sujeitar ao que ele queria.

Os acontecimentos do dia 1º de abril, das 6h da manhã até o meio-dia, definiram, às primeiras horas da manhã, o quadro de operações no Vale do Paraíba, com a possibilidade do encontro de forças dos I e II Exércitos.

As informações disponíveis indicavam que o choque inicial poderia ocorrer dentro da área da guarnição de Resende, diante dos dados reais de progressão dos elementos oponentes.

Decisão do Comandante da AMAN:

• pôr em execução os planos referentes ao controle da localidade de Resende;

• empregar o Corpo de Cadetes para impedir o acesso das forças do I Exército à região de Resende, até a chegada do II Exército (5º RI).

As ações realizadas, no âmbito da AMAN, foram:

• desde cedo: ocupação de pontos de interesse na localidade de Resende;

• às 8h30min, foi lançada a Vanguarda do Corpo de Cadetes, pelo eixo da BR2, para a região de Barra Mansa, com a missão de estabelecer ligação com o 1º BIB e contato com os elementos do I Exército que progrediam para oeste;

• nessa mesma hora, para caracterizar o verdadeiro sentido histórico do emprego do Corpo de Cadetes em operações efetivas, foi divulgada por todos os meios disponíveis, para todo o País e, em especial, para as forças oponentes, a Proclamação "Irmãos em Armas", lida a seguir:

## IRMÃOS EM ARMAS

*Por que a AMAN empunhou Armas em Defesa da Democracia*

(Proclamação lançada na manhã de 1º de abril de 1964, ao se deslocarem os cadetes para a Guanabara, na vanguarda do II Exército.)

"Aqui estão os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, mãe comum dos dignos oficiais do Exército Brasileiro e forjadora dos caracteres ilibados dos militares que hoje, por motivos conhecidos, estão por se defrontar.

A AMAN, ao adotar a atitude que tomou – que nossa presença aqui materializa – pensou principalmente na validade eterna dos princípios de disciplina e hierarquia que tem sido o apanágio glorioso de nossas Forças Armadas. Aqui está a Mocidade Militar do Brasil, representada por jovens possuídos dos mais alcantilados sentimentos de patriotismo e apego ao dever, não para agredir a seus irmãos de armas, nem para deixar-se sacrificar, mas sim para salvaguardar os princípios que regem a profissão que escolheram por vocação irresistível e, se necessário for, dignificar a farda que vestem através de atos de que falará no futuro, com respeito e admiração, a História de nossa estremecida Pátria.

No momento em que persiste o extremo perigo de, neste vale de tão alto significado para a vida nacional, enfrentarem-se e matarem-se irmãos que, no fundo, cultuam os mesmos ideais e perseguem os mesmos objetivos, nossa atitude significa, também, a tentativa patriótica de evitar o desperdício de energias que, talvez, venham a ser necessárias à defesa de nossos lares e das tradições que têm marcado nossa existência.

Irmãos de nascimento, de fé patriótica e de ideal: refleti bem antes de, pela violência, tentar abater o ânimo sacrossanto que para aqui nos conduziu. A Aca-

demia, por seus orientadores diretos, aqui está disposta a cumprir, na íntegra, tudo quanto nos tem sido ensinado como sagrado e proveitoso para a Pátria. Não tenteis cortar sem maior ponderação, no seu nascedouro, tantas vocações capazes de gerar, para a condução do destino do Brasil, os chefes de que carece a grande Nação a que todos, com orgulho, pertencemos.

Militares do Exército Brasileiro: que não seja esta a via dolorosa para vossas consciências e para a herança de vossos descendentes.

Unidos, teremos todos a gratidão da Pátria; se nos desaviermos, por certo o Brasil um dia nos condenará como autênticos dilapidadores do poder energético que tantos sacrifícios custaram a nossos antepassados.

Irmãos: que a Bandeira Brasileira, que tremula altaneira nos nossos mastros e reflete os sentimentos cristãos de nossos corações, nos cubra a todos e inspire nossas ações, nesses momentos graves de nossas vidas, tão úteis e necessárias à grandeza do nosso querido Brasil."

Essa Proclamação foi ao ar, e quando o major telefonou de Belvedere, informando que as tropas estavam se dirigindo para Resende, nosso grupo teve uma conversa. O General Médici não estava, e eu disse que seria interessante entregar um exemplar dessa proclamação ao Comandante do Grupamento. O Coronel Obino Lacerda Álvares, que era Chefe da Divisão de Ensino, se propôs a fazê-lo. O General Médici aprovou a idéia, assinou o exemplar e o Coronel pegou o jipe e seguiu. Passou pelo QG do Coronel Potyguara, na fábrica Dupont, ultrapassou nossos elementos mais avançados e entregou o exemplar ao Gen Anfrísio. Esse, estou supondo, deve ter feito contato com o Rio de Janeiro, para receber instruções. O Coronel Comandante do REI avançou um pouco até certificar-se de nossas posições e, então, parou todo o dispositivo.

A Artilharia (GEsA), por ordem do Cel Aldo Pereira, entrou em posição com uma de suas Baterias de Tiro, a que vinha na Vanguarda do Grupo. No entanto, as duas outras, que marchavam mais a retaguarda, em vez de buscarem a área de desdobramento do Grupo para ocupar posição, continuaram o deslocamento, passando direto para o nosso lado, o que ocorreu sob a liderança do S3 da Unidade, de comum acordo com os dois Comandantes de Bateria, os quais chegaram à AMAN na tarde do dia 1º de abril. Assim, a nossa Artilharia ganhou mais duas Baterias de Obuses importantes. Cumpro dever de justiça citando os nomes dos oficiais Comandantes dessas duas Subunidades: Affonso de Alencastro Graça e José Antonio Silveira.

*Exatamente. Só vieram duas Baterias de Obuses (as 1ª e 3ª) porque a 2ª, a do Ten Hamilton Sanches, já estava em posição, não tendo como segui-las.*

Às 9h30min, partiu o grosso do Corpo de Cadetes para a ocupação de posições, a cavaleiro da BR2, a fim de barrar a estrada na altura do Ribeirão da Divisa, pelo menos até o fim da jornada.

Às 11h30min, o 1º Escalão do II Exército, representado pelo 5º RI, aproximou-se de Resende. Ainda naquela manhã foi emitida, por todos os meios de divulgação possíveis, a Proclamação "Irmãos das Forças Armadas", com a qual os cadetes tornaram público mais um apelo, agora a seus colegas da Escola Naval e da Escola de Aeronáutica, buscando o seu apoio em benefício da causa comum. Vou ler:

IRMÃOS DAS FORÇAS ARMADAS!

"Os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, deixando os bancos escolares, onde, com dedicação e desprendimento, preparam-se com sacrifícios diuturnos para a preservação dos valores fundamentais da Sociedade Nacional, o fazem com legítimo orgulho de poder contribuir, embora no início de sua vida militar, com uma parcela de desassombrado patriotismo e inexcedível altruísmo para a permanência de nossa querida Nação em seus invejáveis desígnios históricos.

Nesse momento, dirigem a todos os integrantes das Forças Armadas e, de modo especial e fraterno, aos seus colegas da Escola Naval e da Escola de Aeronáutica, um patético apelo para que ombreiem consigo, nesse momento histórico que o povo brasileiro vive, em busca da tranqüilidade da Ordem e da Justiça, valores inalienáveis de uma sociedade organicamente estruturada.

Em troca desta inestimável solidariedade, os cadetes de Caxias oferecem toda a pujança de seu brio de jovens idealistas e toda a determinação de se esforçarem, até além da medida de suas forças, para a manutenção dos princípios religiosos, morais e culturais, que sempre constituíram traços inconfundíveis da civilização pátria e apanágio glorioso de nossos antepassados.

Que se mesclem os símbolos da Pátria ao pulsar de nossos ardentes corações, para que em breve possamos perceber os acordes maviosos da paz, da união e do respeito a tudo quanto aprendemos a honrar e glorificar, tornando-se aptos a, juntos, proclamarem a vitória do Brasil."

No período de 12h às 20h, ocorreram os seguintes fatos principais:

• estabeleceu-se e manteve-se o contato das forças oponentes na região de Barra Mansa, sem qualquer ato de hostilidade;

• foi estabelecida, pelo Corpo de Cadetes, uma posição defensiva, na região de Ribeirão da Divisa;

• o 5º RI cerrou para a região Este de Resende;

• o 2º RO 105 e a Bateria de Obuses do CPOR de São Paulo estacionaram na área da AMAN;

• chegou à Estação de Agulhas Negras, por via férrea, a 1ª Companhia do 2º Batalhão de Carros de Combate Leve;

• atingiu a região de Itatiaia, onde estacionou, o 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado;

• ultrapassaram a linha de contato, sendo acolhidas pelo Corpo de Cadetes e encaminhadas para a AMAN, duas Baterias de Obuses do Grupo Escola de Artilharia;

Às 13h, o General Comandante recebeu a comunicação de que o Comandante do I Exército (nas funções de Ministro da Guerra – General Armando de Moraes Âncora) e o Comandante do II Exército reunir-se-iam, para uma conferência, nesta Academia Militar.

Às 18h, após a recepção dessas autoridades com as honras militares devidas, realizou-se a conferência, ficando decidido: suspensão das operações no Vale do Paraíba e o regresso das tropas aos respectivos quartéis.

O Comandante da Academia tomou as seguintes decisões:

• manter o sistema de segurança interna da AMAN, bem como o da guarnição;

• realizar o retraimento do Corpo de Cadetes, após a substituição pelo 5º RI.

Algumas ações foram realizadas, tais como:

• continuação do reconhecimento e busca de informes na área da guarnição;

• medidas preventivas contra todos os indícios de articulação do processo subversivo;

• integração do Plano de Emprego do Corpo de Cadetes nas operações do II Exército;

• apoio às Unidades do II Exército estacionadas na área da guarnição;

• apoio ao Comando do 1º BIB para solução dos graves problemas surgidos na área de Volta Redonda e Barra Mansa, em particular os referentes à direção da Companhia Siderúrgica Nacional e aos sindicatos a ela vinculados.

Ali, houve o único ato de maior violência, durante uma tentativa de rebeldia ao controle feito, em Volta Redonda, pelas tropas militares. Foi natural que houvesse prisões. Recebemos esses prisioneiros em uma das alas adrede preparadas para o atendimento de casos como esses. Submetidos a uma investigação, foram liberados gradativamente. Tudo se resolveu lá dentro mesmo, na Academia Militar. Esses foram os fatos desse final de jornada.

Das 20h do dia 1º às 12h do dia 2, ocorreram os seguintes acontecimentos:

• Foi mantido o contato na região de Barra Mansa;

• ao amanhecer, foi realizada a substituição do Corpo de Cadetes por elementos do 5º RI.

Essa substituição foi um ponto muito importante dessa operação, porque foi algo acadêmico, parecia um exercício da EsAO, um exercício com tropa, tudo de acordo com os manuais. O 5º RI foi uma tropa fiel, muito firme, porque houve dificuldade na liberação do 6º RI. O General Zerbini, que era o comandante da ID2, perdeu o controle sobre o 5º RI, que passou imediatamente a ligar-se com a Academia. Um oficial havia sido enviado para a ligação com as forças do II Exército, e ele conseguiu a liberação imediata do 5º RI, talvez porque Lorena, cidade sede do RI, estivesse mais perto, e então se dirigiu para Caçapava, para o 6º RI, encontrando dificuldades.

Fiz várias interpelações a ele, por telefone, para saber o que estava acontecendo com o 6º RI. Ele disse que a situação estava difícil, e tinha a impressão de que o General Zerbini tentaria qualquer coisa, indo à Academia.

Avisei imediatamente o General Médici, que ordenou que fossem colocados elementos atentos à possível vinda dele, para que fosse conduzido à sua presença. Ele tentou por todos os meios impedir a saída do 6º RI, e afinal desistiu e correu para Resende, onde foi imediatamente levado à presença do General Médici, que lhe disse que ele estava impedido de ter contato com a sua tropa. “Ela agora está sob meu comando”, concluiu o General. E ele ficou quieto, não pôde fazer nada. Não ficou preso, porém nada mais pôde fazer, inclusive porque permaneceu na AMAN durante toda a tarde de 1º de abril.

Destaco, aqui, a firmeza do Comandante do 5º RI, que muito cedo estava lá, conosco, pronto para essa operação.

Às 10h30min do dia 2, os oficiais, cadetes e praças que tomaram parte nas operações regressaram à AMAN, depois da substituição tática do 5º RI, e foram recebidos com festa pela Família Militar na esplanada Ministro Dutra. As outras Unidades, que se concentraram na AMAN, já estavam reunidas no Campo de Parada.

Foi uma solenidade guerreira, realmente notável, e, nessa oportunidade, o General Médici, no meio do Portão Monumental, recebeu a continência de toda a tropa, uma justa homenagem a um chefe de valor, um homem firme, que prestigiava muito os seus auxiliares, e aquele foi um momento de grande felicidade para nós.

Às 11h, realizou-se a formatura geral em homenagem a todos os integrantes da Academia Militar que atuaram em benefício do já vitorioso movimento revolucionário. Foi lida nessa formatura a ordem do dia do General Comandante.

*O Senhor poderia dar conhecimento dessa ordem do dia, que realmente foi da maior importância?*

Sim, tem que ser lida, é importante divulgá-la.

ORDEM DO DIA DO GENERAL COMANDANTE DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, EM 2 DE ABRIL DE 1964

"Como é imperativo nas situações de emergência que, por dever de ofício, vez por outra, têm de enfrentar as Forças Armadas, a atitude histórica tomada pela Academia Militar das Agulhas Negras foi fruto de acendrado espírito patriótico, de profunda reflexão e do reconhecimento de suas grandes responsabilidades no panorama nacional.

O senso de patriotismo, que temos cultivado diuturnamente, nos vem da apreciação das páginas gloriosas de nossa História e da devoção, sincera e continuada, que nos empenha em manter e fortalecer os elementos fundamentais da nacionalidade brasileira.

A meditação dedicada à evolução nacional e, muito particularmente, à sua fase aguda, nos foi propiciada pelo interesse em bem servir às legítimas aspirações de nosso povo, pela formação que nos foi proporcionada no ambiente militar brasileiro, e pelo equilíbrio que, de regra, sói advir da convicção nos ideais formulados e perseguidos pelos que amam o seu berço natal, a sua família e a sua Pátria.

As responsabilidades da Academia no panorama nacional sempre se nos afiguraram patentes, em face dos anseios que nos norteiam, do trabalho que habitualmente executamos e do muito que, num Exército eminentemente democrático, produzimos dia a dia em prol da Segurança Nacional e do progresso geral do País.

Estes três pontos básicos, meus camaradas, materializam a orientação que, conscientemente e inundados de fervor cívico, seguimos nos últimos dias. Tenho a certeza absoluta de que, ao segui-la, adotei a única direção de atuação que despontava clara e insofismável, do nosso passado, de nossa presente preocupação com o restabelecimento da hierarquia e da disciplina, e de nossos anseios relativos ao futuro.

Diante das notícias desencontradas que inundavam o País na noite de 31 de março passado, constituí um Estado-Maior Operacional, coloquei em estado de alerta o Corpo de Cadetes e dei ordem de prontidão ao Batalhão de Comando e Serviços.

Com o evoluir dos acontecimentos ligados a fatos concretos ocorridos em vários Estados da federação, os planos e as medidas de controle foram sendo apro-

fundados e, na madrugada de 1º de abril, por seu Comandante, a Academia declarou-se a favor daqueles que pugnavam pelo restabelecimento, no País, do clima coerente com suas tradições cristãs e com os sentimentos patrióticos da maioria esmagadora do povo brasileiro. Quando o panorama pareceu claro, a mim e a meus colaboradores diretos, não hesitei um instante em declarar a grave decisão que tomara, pois a sabia inteiramente legítima, dada a consciência cívica e o fervor patriótico dos meus comandados.

Em decorrência da decisão formulada, empregamos a Companhia de Guarda do BCS na vigilância dos pontos críticos em torno de Resende, estabelecemos as premissas do controle das localidades e a efetivação das medidas correlatas, e passamos a planejar o emprego do Corpo de Cadetes.

Na manhã do dia 1º, foram desencadeadas as operações de controle da cidade e as medidas de segurança convenientes. Enquanto isso ocorria, a situação militar se complicava no Vale do Paraíba e, diante da possibilidade, efetivamente existente, de tropas do I Exército virem a dominá-lo em todo território fluminense, só me restou uma atitude a tomar, dentro do quadro geral já traçado: ordenar o emprego imediato do Corpo de Cadetes na região a Este de Resende, em conexão com o 1º BIB, de Barra Mansa, e em ligação com o 5º RI, que avançava de Lorena.

A sorte estava lançada; duas Proclamações foram preparadas e divulgadas, ao tempo em que se sentia, a cada minuto, crescer o ardor combativo de meus comandados em todos os postos da hierarquia.

O empenho desassombrado da Academia, na ocupação efetiva do terreno e nos preliminares da luta armada que se desenhava, alcançou repercussão magnífica para a causa que abraçáramos, seja na população civil, seja no seio das próprias tropas com que, provavelmente, nos defrontaríamos. Posso mesmo asseverar que nossa atitude se constituiu em fator dos mais decisivos para os rumos que, afinal, vieram a tomar os acontecimentos, no Vale do Paraíba e quem sabe no Brasil, cujo ponto culminante foi a reunião, na Academia, às 18h de ontem, dos eminentes chefes militares que detinham os comandos das forças federais em São Paulo e na Guanabara.

Oficiais, cadetes, sargentos, cabos, soldados e funcionários civis da Academia: nosso dever formal e de consciência foi cumprido com elevação e dignidade. O Exército Brasileiro, democrático e cristão, mais uma vez interveio nas lutas nacionais para restabelecer o rumo adequado a nossos sentimentos e postulados de nossa crença cívica.

Todos podem estar tranqüilos: o que a Pátria de nós poderia esperar lhe foi dado no momento oportuno e com a abnegação que nos caracteriza, no quadro geral de uma colaboração irrestrita e corajosa, que tocou vivamente minha cons-

ciência de homem, de cidadão e de soldado. A todos, pois, o agradecimento enternecido da Pátria brasileira.

Cadetes!

Ao decidir empregar a Academia e, em especial, o Corpo de Cadetes, eu e meus assessores diretos fomos tomados de viva emoção. Lançávamos, assim, o sangue jovem do Exército na liça e corríamos o perigo de vê-lo umedecer as velhas terras do Vale do Paraíba. Mais forte que ela, porém, foram o sentimento de nossas responsabilidades e o conteúdo energético do nosso ideal de, no mais curto espaço de tempo, restaurar os princípios basilares de nossa Instituição. Vosso entusiasmo, vosso idealismo imaculado, vossa fé nos destinos do País e vossa dedicação aos misteres militares foram os elementos fiadores da decisão então tomada, que acabou por contribuir de modo ponderável para a solução da crise, em nossa área de operações.

Após 29 anos de alheamento, a Academia Militar voltou a empenhar-se ostensivamente na luta pelo aprimoramento de nossas instituições e pela tranqüilidade de nosso País. Vós o fizestes, com pleno sucesso e com admirável galhardia. E, por isso, a História Pátria lhes reserve uma página consagradora, fazendo-os ingressar no rol daqueles que, despidos de qualquer ambição ou interesse subalterno, um dia se dispuseram a lutar pelo País que nossos descendentes hão de receber engrandecido e respeitado.

Cadetes: pela História, atingis os umbrais da glória!"

Essa foi a ordem do dia.

Ainda nesta manhã de 2 de abril, algumas das Unidades do II Exército, estacionadas na área da AMAN, iniciaram o movimento de regresso às suas sedes, após participarem da formatura geral e vivenciarem o clima de euforia pela vitória do Brasil contra a anarquia que se instalara no governo deposto.

Gostaria, nesse momento, de dizer que foi uma honra para a Academia ombrear com companheiros que vieram de outras guarnições. De Itu, foi a primeira tropa que chegou, para surpresa nossa, nos pegando com dispositivo ainda não totalmente realizado para o recebimento de tropas vindas de São Paulo. Isso foi uma honra muito grande, e sei que também esses participantes se orgulharam do que viram, do que ouviram, do que sentiram e do que foi feito.

O Comandante da AMAN, no dia 2 de abril, decidiu:

• continuar a manutenção da ordem na área da Guarnição;

• reiniciar atividades decorrentes da missão precípua da Academia Militar;

• assegurar a administração normal e regular de todas as atividades do poder civil e a tranqüilidade da população na área da guarnição.

As ações realizadas foram:

• regresso à Academia do pessoal participante das operações;

• continuação da vigilância na área da Guarnição, com elementos do BCS;

• liberação do restante das unidades do II Exército e das Baterias do GEsA, para seguirem destino; e

• intensificação e busca de informes, na região de Itatiaia, visando à detenção de elementos subversivos.

Essa última decisão deve-se mais à proximidade da CHEVAP, onde havia sempre agitação.

*O senhor poderia nos informar sobre o pessoal que integrou, naqueles dias gloriosos de nossa Academia, o Estado-Maior operacional e funcional do General Emílio Garrastazu Médici, bem como a referência elogiosa que o Comandante da AMAN consignou a todos os participantes?*

Lamento profundamente que não possa estar aqui o General Emílio Garrastazu Médici, porque ele foi um chefe admirável, sob todos os aspectos, agiu com grandeza insuperável, mas com grandeza mesmo, de verdade, sem ferir qualquer coisa do protocolo militar nem do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito. Para se sentir a grandeza desse homem, no momento em que ele recebeu a continência do Portão Monumental, fez questão de que eu estivesse ao lado dele, e disse: "Essa continência é para você também."

O Estado-Maior Operacional era chefiado por mim. Foi constituído em sua maioria pelos oficiais que fizeram o estágio na Diretoria Geral de Ensino, e houve um cuidado muito grande do General Médici e meu de não desviar nenhum oficial do Corpo de Cadetes e do BCS, para manter a integridade da Organização Militar da Academia.

Contou com os seguintes componentes, além do seu Chefe, que era eu: o Coronel Obino Lacerda Álvares, que entregou a Proclamação ao General Anfrísio, e logo foi liberado, o Tenente-Coronel Ari Pinho, homem de grande cultura, Tenente-Coronel Miguel Pereira Manso Neto; Tenente-Coronel Luciano Salgado Campos; Tenente-Coronel Luís José Torres Marques; Major Oscar de Abreu Paiva; Major Ruy Cavalcanti Baptista e Major Luiz Pires Ururahy Neto. Magníficos auxiliares.

O Estado-Maior Funcional continuou trabalhando, porque as atividades da Academia não pararam. Eu era o Chefe do Estado-Maior e os integrantes eram o Coronel Fernando Oliveira Corbal; Coronel Obino Lacerda Álvares, o Coronel Moacyr Barcelos Potyguara; o Coronel Plínio Francisco Pereira Tourinho, o Coronel, Decano dos Professores, Antenor O'Reilly de Souza Junior, Tenente-Coronel Miguel Pereira Manso Neto e o Major Abelardo Lobo Brum.

Nesse ponto, quero dizer uma palavra sobre o Comandante do Corpo de Cadetes, Coronel Moacyr Barcelos Potyguara: admirável Comandante, firme, seguro, pronto, que teve, desde logo, o controle daquela organização tão complexa, delicada mesmo, porque lidar com homens inteligentes é uma coisa boa, mas difícil, porque eles também possuem os seus pontos de vista, alguns defendidos "à outrance", as suas convicções.

Dirigindo-me a ele, estou prestando também uma homenagem a todos os seus comandados, seus instrutores-chefes, seus instrutores, seus comandantes de batalhão, seus comandantes de companhias, seus tenentes, seus cadetes, todos extraordinários. Esse elogio foi dado ao pessoal que participou das missões ligadas ao movimento de que a Academia foi parte. Passo a ler:

REFERÊNCIA ELOGIOSA

Em vista da participação da AMAN no movimento de restauração da hierarquia e da disciplina, concedo o elogio abaixo aos seguintes elementos: aqueles que eu citei, integrantes do Estado-Maior Operacional e do Estado-Maior Funcional, aos integrantes do Corpo de Cadetes, Batalhão de Comando e Serviços, Divisão de Ensino, Divisão Administrativa e Magistério.

"Está concluído, com sucesso, o movimento nacional pela restauração da Hierarquia e da Disciplina nas Forças Armadas e pela descomunização do Brasil.

A decisão histórica, adotada pelo Comando da Academia e arrebatadamente acatada por seus integrantes, a par de produzir excelente rendimento no sentido da solução do problema militar no Vale do Paraíba e no País, constitui uma reafirmação pública das tradições deste glorioso Estabelecimento de Ensino e dos generosos sentimentos, de patriotismo e de apego à cintilante carreira das armas, que aqui se cultivam no mais alto grau.

A quantos, sob as mais variadas formas, contribuíram para o desenlace enobrecedor da crise nacional de 31 de março / 1º de abril de 1964, consigno o meu entusiástico elogio de velho soldado, concitando-os a perseverar nos ideais que então os inspiraram, em prol da tranqüilidade, do bem-estar e do progresso de nosso País (Coletivo)."

*Que outros aspectos gostaria o senhor de comentar sobre o emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução de Março de 1964?*

Primeiramente, diria que aqueles detratores, aqueles maledicentes, aqueles que condenam essa atuação deveriam mudar o seu discurso, porque não pode

pairar dúvida nenhuma sobre a ação maravilhosa, realizada pelo nosso pessoal militar, no Vale do Paraíba.

A participação da AMAN, juntando-se às tropas rebeladas do II Exército, em março de 1964, frustrando o iminente golpe comunista de tomada do governo, por infiltração de elementos ativistas e pela desagregação das Forças Armadas, já minadas em seus fundamentos básicos, foi um episódio inédito que fundamentalmente difere de anteriores manifestações de rebeldia das escolas militares.

A decisão tomada pelo Comandante da AMAN levou em consideração vários fatores, entre os quais destaco:

• a gravidade da situação nacional, motivada pela audácia da minoria esquerdista infiltrada no governo e a submissão de nossos governantes;

• a iminência de choques de forças militares que defendiam ideais opostos, cujo encontro ocorreria em Resende, segundo as previsões lógicas do estudo de situação;

• a certeza de nosso Comandante da total conscientização dos integrantes da AMAN, quanto ao perigo que pairava sobre o País; e

• a correta compreensão e o elevado grau de preparação de todo o complexo operacional.

Tal constatação decorria do acompanhamento da intensa preparação durante o ano de 1963. Ainda mais, a excelente qualidade dos comandantes subordinados, o Comandante do Corpo de Cadetes, os Instrutores-Chefes, demais Instrutores, Professores, quadros do BCS, além do valor da tropa, cujas manifestações de disciplina e compreensão do dever militar indicavam a evidente coesão reinante. A intensa preparação, que foi muito além da doutrinação anticomunista, visou também aos aspectos operacionais, ao controle dos meios de comunicação, transporte, suprimento, atendimento médico e apoio às Unidades do II Exército.

Muito importante e talvez decisiva foi a consideração, que fizemos e que teve o nosso Comandante, do alto poder de dissuasão da tropa da Academia Militar, não tanto por sua capacidade de combate, mas, sobretudo, pela expressão do que representavam os cadetes dispostos a lutar, e até dar suas vidas contra o comunismo. O Comandante da AMAN, com a sua alta capacidade de comando, estabeleceu diretrizes sobre alguns pontos de real importância. Não haveria qualquer espécie de coação, os eventuais dissidentes não seriam presos, a não ser que atentassem contra as determinações impostas pela situação. Não haveria inquéritos ou discriminação.

Talvez o General Médici estivesse recordando o passado militar, da Escola Militar do Realengo, depois da Revolução de 22. Naquela oportunidade, a Escola

toda foi desligada, exceto um grupo que declarou nos inquéritos, que participara daquele movimento inconscientemente. Esses pobres homens foram marcados, em suas carreiras, como "os inconscientes" e o General Médici, com essa prescrição de não haver inquéritos, nem discriminação, tornou mais unida toda a Academia.

Foram muito poucos os dissidentes, mais por impossibilidade física do que por outra razão. Um oficial do Corpo de Cadetes não foi longe, pediu exoneração, e nem é conveniente que se lembre, pois ele fez isso com tristeza!

O emprego da tropa da AMAN, como vanguarda do II Exército, foi coroado de pleno sucesso e sem dúvida dissuadiu o comando da tropa do I Exército, de continuar em sua progressão, o que impediu o derramamento de sangue no Vale do Paraíba e originou o fim da contenda, afastando do poder o governo submisso, o que veio a ser mais uma derrota imposta ao comunismo avassalador. Permitam-me um exercício de imaginação.

Suponhamos, no entanto, que não houvesse sido como foi e que as tropas do I e II Exércitos lutassem em Resende, talvez na área de nosso aquartelamento, pondo em risco nosso patrimônio e, sobretudo, a vida de cerca de dez mil pessoas da Cidade Acadêmica, enquanto nós, mais de dois mil combatentes, bem armados e psicologicamente preparados, assistindo a tudo, de braços cruzados, como eunucos.

Passaríamos o resto de nossas vidas como covardes e indignos, carregando o opróbrio e o estigma da indiferença com nossa Pátria, quando milhares de brasileiros pediam nossa ajuda para não perder o direito de viver livres, criar nossos filhos, cultuar nossa história e os nossos mortos, e continuar a amar a Deus.

*General Corrêa, que mensagem final o senhor gostaria de deixar conosco para que possamos registrar neste Projeto de História Oral do Exército, na Revolução de 31 de Março de 1964?*

Em primeiro lugar, congratulo-me com S. Exª, o General-de-Exército Gleuber Vieira, Comandante do Exército, por sua feliz iniciativa: criar este "Projeto de História Oral do Exército". Isso demonstra o cuidado de nosso Comandante pela imagem histórica, vicissitudes e feitos do Exército.

Por mais que, nesse sentido, já se tenha apurado, parece-nos que ainda há o que fazer: são lacunas históricas, fatos truncados ou malproduzidos ou desvirtuados, que só um sério, longo, sistemático e isento trabalho de apuração pode preencher ou revelar. Daí, a conveniência da participação e colaboração de tantos e por tempo indeterminado. Num primeiro momento, não pude alcançar toda grandeza e importância deste Projeto. Só agora, depois de contato direto com a Direção, organização formal e arquivos desse empreendimento, pude ter idéia do

alcance e da relevância dessa pesquisa científica – aliás, em processo moderno: oral – sobre a participação e vicissitudes do Exército, cabendo-me o privilégio de falar sobre a participação da AMAN nos episódios de 1964.

E repetimos que a ignorância, o preconceito, o comprometimento ou a má-fé tornaram pelo menos polêmica essa página da história de nosso Exército, esquecendo-se de que nela – nesta Força – pulsa o coração de nosso patriotismo.

Pelo que já senti a respeito, trata-se de uma tarefa ao mesmo tempo árdua e delicada: árdua, na busca perseverante e paciente da informação e seus dados; delicada, na criteriosa medida da análise crítica e interpretação histórica dessas informações e dados.

Esta a tarefa de pesquisadores e analistas da história real, imune de boatos, pressupostos e fantasias retóricas.

E daqui, com naturalidade, surge a mensagem que me foi solicitada e que assinalo com entusiasmo e destaque:"que efetivamente se realize este Projeto Histórico, cujo alcance ultrapassa os interesses culturais das gerações de nosso tempo, e atinja futuros jornalistas, escritores, historiadores, pesquisadores, professores e estudantes e, em particular, jovens de nossas Escolas Militares. A propósito, em minha juventude, se difundia sentimento de civismo e brasilidade ainda em casa, e que se desenvolvia, depois, no colégio, na faculdade, no trabalho e até no esporte.

Mas, já na década de 1960, vivia experiência diferente: convivi com alguns jovens frustrados por não sentirem, mesmo numa Academia Militar, apelo patriótico (ao sentimento de brasilidade): não se falava do Brasil, de sua história e fatos militares, de seus heróis. Certa vez, disse-me reservadamente um excelente cadete: "Coronel, gosto daqui, mas não sinto que esteja na Academia Militar do Brasil, pois não ouço falar do nosso País nem vejo apelo ao sentimento patriótico."

Confesso que, acabrunhado, dei-me conta de que esta "verdade" não poderia continuar em nossa Academia.

Com aprovação do Comandante e da estrutura do ensino militar, introduzimos uma série de eventos e atos de civismo e brasilidade, a começar pela história de nossos grandes antepassados e heróis, pelo culto de nossos símbolos e deveres militares, pela hombridade cívica etc.

Na verdade, um acervo de história e dados sobre nosso Exército será, provavelmente, mais uma fonte bibliográfica disponível, inclusive e particularmente para nossas Escolas Militares, onde – a par de seus estudos sistemáticos ou rotineiros – desenvolvem-se palestras, seminários, simpósios extras que revelam ou revêem feitos, tópicos, vicissitudes e glórias da Pátria e do Exército, o que é um

meio ou forma de criar ou manter um civismo e patriotismo sadios e inteligentes, porque baseados em fatos e conhecimentos.

Finalmente, conviria relembrar que, hoje, não ocorre aquele comunismo burro e sanguinário, que combatemos em 1964. Existe, porém, uma variedade de ideologias de mesma raiz ou similares em seus fundamentos, freqüentemente camufladas por outras roupagens e aparências que, talvez por isso, não nos preocupam tanto, embora possam perturbar ou até deturpar a mente e a vida dos ingênuos ou desprevenidos.

E é necessário que disto sejam alertados e prevenidos nossos soldados, sargentos e até mesmo nossos jovens oficiais.

Permitam-me relatar um fato particular: foi notável na Academia Militar das Agulhas Negras, nos episódios de 1964, a absoluta ausência de qualquer dissidência militar entre os 450 sargentos e os cerca de 1500 cadetes, apesar de terem sido visados e até tentados...

Completo, com prazer, essa mensagem que, ao mesmo tempo, desejaria fosse um apelo patriótico que vale à pena ser mostrado ao nosso Comandante do Exército.

Fico satisfeito e, de algum modo, realizado por ter apresentado algo que deveria ser difundido e que pode ser ainda aperfeiçoado. Mas, por outro lado, mostrei também a apreensão de um velho soldado, ainda de prontidão, que não despiu a farda, que lá está à minha espera.

# General-de-Exército Moacyr Barcellos Potyguara

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Exército.
- Comandou o IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, e foi Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
- No exterior: instrutor da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era Coronel Comandante do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras.

---

Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2000.

Tenho a convicção de que o Exército, com este Projeto, reviverá fatos aos quais setores da mídia e outros grupos não dão publicidade. A reunião de testemunhos acerca da Revolução de 1964 demonstrará por que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram o esteio que impediu a comunização do nosso País.

*O senhor poderia precisar quais foram as causas do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?*

As constantes greves que ocorriam no País e a indisciplina que começava a grassar em certos círculos militares foram, a meu ver, os principais motivos do desencadeamento da Revolução.

*No seu entender, General, o que se passava no meio militar? Como estava o ambiente na AMAN, nessa fase pré-revolucionária?*

O meio militar andava chocado, porque se notava o claro desejo de destruir, através da subversão, exatamente, uma das bases nas quais se assentam as Forças Armadas: a hierarquia. Manifestações ocorridas na ocasião confirmam o que acabei de dizer.

*Quais as providências tomadas pelo Comandante da Academia, General Emílio Garrastazu Médici, para enfrentar o processo de comunização que se fortalecia, contando com o apoio declarado do então presidente?*

O Comandante da Academia, seguindo orientação do Estado-Maior do Exército, designou oficiais para freqüentarem um curso especialmente voltado para a atualização e uniformização de seus conhecimentos sobre os processos usados em uma Guerra Revolucionária. Este era o tipo de luta que estava se avizinhando. Conhecendo-a, poderíamos combatê-la em melhores condições.

*A seu ver, quais os principais acontecimentos que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução em 31 de Março?*

O comício realizado nas dependências da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, foi um deles. Aponto, também, aquele episódio durante o qual praças carregaram nos ombros o Almirante Aragão – o Almirante do povo – infringindo as normas militares de hierarquia e disciplina.

*O senhor entende que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando da deflagração da Revolução de 31 de Março?*

Sem dúvida alguma, haja vista que os civis organizaram aquelas passeatas, denominadas de Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Na verdade, nós apenas decidimos ratificar o que o povo queria.

*Havia, a seu ver, uma Revolução de cunho comunista, em andamento, para criar uma nova ordem institucional no Brasil?*

Havia, isso é indiscutível. Naquela época, Luís Carlos Prestes dizia, para a imprensa e seus correligionários, que o comunismo avançava a passos largos e só faltava assenhorear-se do poder.

*E quanto à sua participação pessoal, que fatos destacaria nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e, depois, nas suas conseqüências?*

Nos pródromos, como Comandante do Corpo de Cadetes da AMAN, acompanhei as palestras sobre Guerra Revolucionária feitas pelos oficiais que o Comandante havia designado. E, nas conversas com os meus cadetes e oficiais, sempre os alertava sobre o clima característico de guerra revolucionária, de concepção marxista-leninista, que já vivíamos. Não havia, ainda, um estado de guerra declarada, um confronto de forças, com características de luta armada.

Penso que, a partir da terceira semana de março, a situação deteriorou-se muito, com as demonstrações públicas de insubordinação, no meio militar. Por ordem do Comandante da AMAN, atualizei o Plano Lealdade que consistia, basicamente, da guarda de pontos sensíveis pelos cadetes e elementos do Batalhão de Comando e Serviços. O objetivo era a proteção dos próprios cadetes.

O Plano Lealdade foi, de fato, um incentivo para todos nós. Em seguida, mandei armar e municiar todos os meus cursos - Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações e Material Bélico.

No dia 1º de abril, após a histórica decisão do General Médici de empregar o Corpo de Cadetes, mostrei-lhe, numa carta topográfica da região, o dispositivo que pretendia tomar, no terreno, a fim de cumprir a missão de garantir a passagem do II Exército. Disse-lhe que compreendia o transe que vivia e a responsabilidade da decisão histórica que acabara de tomar, e que era nossa também, porque apoiávamos integralmente a sua atuação.

Imediatamente, acionei o Curso de Cavalaria, na direção de Barra Mansa, a fim de buscar contato, empregando para tal os tanques e jipes que possuía. E isso foi feito. Dispus, desdobrados no terreno, os cursos de Infantaria e Artilharia, com suas posições apoiadas no Ribeirão da Divisa. Aí, solicitei ao General Médici que me permitisse comandar os cadetes de Posto de Comando instalado no campo. Autorizado, organizei um

Posto Avançado à frente dessa posição. Lembro-me, ainda, de que mandei preparar a destruição dos túneis da via férrea, caminho de acesso que poderia ser utilizado.

*Esse posicionamento dos cadetes no terreno permitiu a vinda do II Exército com tranqüilidade. A perspectiva de um embate frontal com as tropas do Rio de Janeiro era terrível, e se imaginava derramamento de sangue. Entretanto, a ação decidida da AMAN, através do emprego do Corpo de Cadetes, em posição ali no Ribeirão da Divisa e em postos mais avançados, não só proporcionou tranqüilidade ao II Exército, que foi acolhido pela Academia, como neutralizou o avanço das tropas do I Exército, porque os cariocas sentiram a ação inglória que cometeriam caso atacassem os nossos futuros oficiais.*

A propósito, o General Médici mandou o então Coronel Obino Lacerda Álvares e comitiva de oficiais levar a proclamação dos cadetes à tropa do I Exército, concitando-os à união. Nesse particular, estando no meu PC Avançado, recebi ordem para ir à Academia presenciar o encontro do General Armando de Moraes Âncora, Comandante do I Exército, com o General Amaury Kruel, do II Exército, quando ficou assentado o *modus operandi* para aquela situação.

Quero salientar que, depois desses acontecimentos, quando a Academia se recolheu, as atividades diárias voltaram à normalidade de forma ordenada, como antes. Isso prova o grau de união e confiança extrema que havia entre os integrantes da Administração e do Corpo de Cadetes, partes de um todo que atuaram com muito êxito, como reconheceu o nosso Comandante, Gen Médici, admirável na condução do todo – a nossa AMAN – nos diferentes momentos da Revolução.

*A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve algum auxílio externo?*

Não houve apoio externo algum, embora muita gente pense que tenha existido. Foi um movimento interno, inteiramente nosso, porque sentimos a necessidade de dar um paradeiro àquele estado de anarquia.

*A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?*

A falta de liderança efetiva. Viviam em um clima de "oba, oba"... Está tudo dando certo, logo... Vamos continuar. Seguiam de qualquer jeito, não procuravam "sentir a tropa", ir atrás da raiz da coisa, quando, então, poderiam verificar que alguns estavam apoiando, mas a maioria era completamente contrária ao governo.

*Acrescentaria, em apoio a sua idéia, que os quartéis das cidades do interior, ao contrário daqueles das capitais, facilitam as ligações entre os militares, inclusi-*

*ve das famílias, criando um ambiente de maior harmonia entre os oficiais e os sargentos. No caso do 2º RO 105, por exemplo, todos vieram com o Comandante, Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida, sem qualquer problema. Então, iludiram-se aqueles que acreditavam no tal "esquema militar".*

*General, qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate?*

Penso que, no Exército, esse atributo foi exercido corretamente, tanto que não houve defecções. Já citei o caso da Academia, onde uma maioria esmagadora foi favorável ao movimento em favor da descomunização do País.

*O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento?*

A meu ver, foi extremamente correto. A Academia, como formadora dos futuros chefes do Exército, não poderia alijar-se do processo de reação contra a implantação do comunismo no País, o que, certamente, vinha ocorrendo.

*O Movimento de 31 de Março baseou-se em alguma ideologia?*

Ideologia propriamente dita, não. O que uniu nós todos foi o amor ao Brasil, a vontade de continuarmos livres da comunização que estava se avizinhando.

*É correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?*

Eu prefiro denominar de Movimento Contra-Revolucionário, pois a revolução era dos comunistas, contra os quais nós nos opusemos.

*A mídia desta última década e aqueles que hoje detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor quer citar alguns desses acertos?*

Sim. Progredimos bastante no campo econômico; no político, houve a "limpeza geral" no Congresso; na Administração, implantou-se a austeridade; e, finalmente, foram construídas obras importantes, como a Ponte Rio-Niterói, a rodovia Transamazônica a que os outros governos não deram seguimento,senão estaria pronta.

*Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?*

Acho o seguinte: a mídia está infiltrada. Jornalistas, que à época eram garotos, falam como se tivessem vivido aqueles tempos. Não sabem ou não sentiram o que havia no País, naqueles anos; opinam sem conhecimento de causa, sem aprofundarem seus estudos. Não estão se transportando para aquele momento.

Nós já tivemos uma ditadura – do Getúlio Vargas – que durou muito mais e, no entanto, ninguém falava nada. Pelo contrário, continua a ser, até, homenageado.

*Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferirem qualquer tipo de vantagem?*

Não, absolutamente! Não houve, nem ninguém saiu atrás de vantagens, após a vitória do Movimento Contra-Revolucionário que salvou o País do comunismo.

*De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?*

Eu penso que tudo melhorou. Foi uma pena que governos posteriores não prosseguissem no mesmo caminho indicado pela Revolução. Ocorreram desvios, para um lado ou para outro, não se guiaram... Mas acho que no cômputo geral, o País melhorou muito no período revolucionário.

*Existe o chamado "revanchismo", por parte de autoridades, da imprensa e outros setores, em relação aos militares? O que o senhor pensa sobre a Lei da Anistia?*

Penso que sim, que existe o "revanchismo". As Forças Armadas sofrem pela falta de verbas, sem reajustes e, à toda hora, estão sendo insultadas. A tal Lei da Anistia valeu só para um lado, o dos terroristas. Vejam a vergonha que fizeram ao premiar a família de um traidor, desertor, ladrão e assassino, e, ainda, gabar-lhes os méritos. Refiro-me ao Lamarca.

*A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares? Caso positivo, qual a razão?*

Foi perdida devido à pouca agressividade das nossas respostas. Dever-se-ia aplicar o mote: "bateu levou, bateu levou".

*A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. Qual a sua análise sobre esse fato?*

Acho-as pertinentes e é ótimo que sejam conhecidas. O Exército, continuando sua tradição de fazer o máximo possível, com os meios de que dispõe, em

benefício da população das remotas guarnições, onde sempre está presente, tem dado mostras de que é um Exército para o Brasil.

*Que mensagem final, General Potyguara, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?*

O Movimento Contra-Revolucionário foi uma prova inequívoca de que as Forças Armadas estarão prontas para intervir quando a Pátria necessitar.

Lamento pela omissão de detalhes, mas infelizmente não guardei arquivos com recortes de jornais da época e outros documentos para poder apresentar dados mais contundentes. Baseei-me no relatório que fiz logo depois da Revolução.

# General-de-Exército Alacyr Frederico Werner

- Natural de Juiz de Fora, MG.
- Último posto da carreira: General-de-Exército.
- Participou da Campanha da FEB, como Capitão Chefe da Subseção de Foto-Informações da 2ª Seção do Estado-Maior da 1ª DIE.
- Foi Comandante da Escola Superior de Guerra e Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
- Sua última missão, já na reserva, foi a de Embaixador Extraordinário Plenipotenciário do Brasil junto à República do Iraque (1983/86).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era Tenente-Coronel, Adjunto do Estado-Maior do Exército.

---

Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2000.

*O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?*

Acho que é interessante e oportuno esclarecer qual a minha situação quando Jânio Quadros, ao exonerar-se da Presidência da República, provocou sério e inesperado impacto no País.

Vivíamos a manhã do dia 25 de agosto de 1961. Era Tenente-Coronel e encontrava-me pronto e uniformizado, para ajudar o General Lyra Tavares, Chefe do Estado-Maior do I Exército, na cerimônia de condecoração dos agraciados com a Medalha da Ordem do Mérito Militar.

Naquele momento, tocou o telefone. Era do Gabinete do Ministro, com o seguinte recado lacônico:

– Werner, chegou de Brasília, ordem para que o I Exército entre em prontidão rigorosa.

O General Lyra, ao tomar conhecimento da informação, ordenou-me:

– Werner, vou para a solenidade lá embaixo. Arranje alguém para me ajudar. Você, pelo telefone, vai transmitindo a ordem para que o Exército entre de prontidão.

Fiz isso, cumprindo a missão. Só mais tarde – lá pelas 16h – tomamos conhecimento de que Jânio Quadros havia renunciado. Foi um choque. O que se desenrolou depois, todos sabemos, mas quero apenas caracterizar um fato: surgiu a primeira manifestação, que pessoalmente senti, como guerra de nervos, algo novo para mim.

A partir daquele momento, a cúpula do Exército começou a movimentar-se no sentido de identificar o que estava ocorrendo e tomar as providências cabíveis. Durante as condecorações, passei a atender telefonemas para o General Lyra, com mensagens da seguinte natureza: "Olha, o general fulano está indo para a Vila Militar, para 'levantar' a guarnição." "O general sicrano está em São Paulo, 'levantando' o II Exército." Eram muitas mensagens que me colocavam sob tensão; a cada instante, recebia uma informação de impacto, pondo-me a imaginar o que poderia acontecer, como conseqüência.

Lembro-me, inclusive, de que disse ao Coronel Negreiros – não o engenheiro conhecido, que chegou ao generalato, mas um tio dele, Subchefe do Estado-Maior – ser necessário fazer uma escala de serviço, senão o pessoal ficaria a noite toda em espera ansiosa ou 'batendo papo' e, quando fosse a hora de agir, a turma estaria cansada. Essa providência foi tomada no dia seguinte. O I Exército acabou organizando uma central de operações, na verdade a primeira manifestação prática de reação do Comando de Área, naquela ocasião.

As ordens começaram a ser transmitidas: "a todos os Comandos subordinados". O problema foi se complicando, colocando em campos opostos principalmente o I e o III Exércitos, este último apoiando a legalidade, com Brizola em evidência.

Foi nessa ocasião que vi o I Exército se organizando para uma atuação em força, em direção ao sul; provavelmente, o mesmo estaria acontecendo nesta última região, para fazer face aos que viessem naquela direção, o que poderia descambar para uma terrível guerra civil. Pude observar que os chefes buscavam uma solução de consenso; não havia quem desejasse o encontro de forças, com o inevitável derramamento de sangue.

Por fim, surgiu a solução política para dar posse a João Goulart, como substituto de Jânio Quadros – o regime parlamentarista. Foi uma solução de acomodação, mas, indiscutivelmente, a mais acertada; porque, se outra fosse, não estaríamos aqui contando uma história tão tranqüila. Teria havido a indesejável guerra civil.

Lembro-me de que, numa viagem algum tempo depois, ao passar por um Batalhão de Engenharia, em Porto União, Unidade do III Exército, um companheiro e meu amigo perguntou-me: "Werner, por que vocês não queriam deixar o Jango tomar posse?" Aí, expliquei quais eram as razões e argumentos do pessoal do Rio de Janeiro: a estada do Jango na China, o ambiente no qual esteve sempre envolvido, seus comparsas na política e seu passado na vida pública. Em resposta, ele disse: "É, se estivesse no Rio, teria feito exatamente o que vocês fizeram."

Isso prova que o problema era muito de desconhecimento e, também, de propaganda e notícias falsas. É provável que o Movimento Comunista Internacional (MCI) já estivesse em ação.

Alguns historiadores consideram a Revolução de 1964 como uma continuação das revoluções de 1922, 1924/1925 e 1930. Aqueles movimentos tinham em comum a luta contra a oligarquia, contra o poder que se perpetuava, a política do "café com leite", onde Minas e São Paulo se alternavam na condução da Política Nacional. Raramente, o resto do País conseguia contribuir, ou fazer-se atuante, na vida brasileira.

Para mim, a Revolução de 1964 não foi, propriamente, elo de um continuado sentimento de revolta dos tenentes. Embora haja aspectos comuns, sua grande característica, indiscutivelmente, foi o fator ideológico. O Brasil já havia recebido, na Intentona Comunista de 1935, um sinal muito forte, diria mesmo, o primeiro alerta de que poderia ocorrer alguma coisa muito grave, em nosso País, capaz de conturbá-lo, a qualquer momento. A reação contra o comunismo começou neste episódio, com sangue, pois muitos brasileiros morreram nessa triste quadra de nossa história, vítimas da traição de nacionais a serviço de Moscou.

Portanto, o aspecto fundamental é que a Revolução de Março de 1964 foi uma reação à expansão da ideologia comunista.

O outro alerta veio com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando se deu o grande avanço do comunismo. A União Soviética começou a subjugar as nações da Europa Oriental que caíram na sua área de influência, e a impor a instalação de governos chefiados por títeres a serviço do comunismo. Empregava a técnica da Guerra Revolucionária, apoiada em teorias e condutas logo percebidas por todos.

O estudo dessa teoria e de suas técnicas, no Brasil, começou, com forte repercussão, na Escola de Estado-Maior do Exército. Lembro-me do General Hugo Panasco Alvim, seu Comandante, fazendo as primeiras palestras sobre a Guerra Revolucionária, em especial a que ocorrera na Argélia. Os franceses estudaram-na, buscando definir procedimentos de defesa e, pouco depois, lograram estabelecer os parâmetros de sua atuação.

O Brasil, então, começou a dar-se conta de que estava surgindo, no mundo, algo muito diferente do que tinham sido as nossas revoluções domésticas, as nossas crises. Lembro-me de que, ao chegar ao Estado-Maior do Exército (EME), em 1963, fui classificado na 2ª Subchefia, como Adjunto do General Emílio Maurell Filho. Nessa ocasião, no EME, realizavam-se palestras sobre esse tema, cabendo ao General Maurell a coordenação dessa atividade. A publicação intitulada "Ação Educativa contra a Guerra Revolucionária", do Estado-Maior do Exército, de 1965, contém todas as palestras realizadas nessa época.

As aulas eram ministradas para oficiais do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e até da Polícia. Tratava-se de um grupo grande. Os oficiais difundiam os estudos realizados em suas Unidades. Eles relatavam fatos e forma de atuação dos comunistas.

Havia palestras, também, sobre os regimes políticos. É interessante caracterizar que era uma série de palestras sobre os modelos de regimes contemporâneos, tais como a democracia, o comunismo, o fascismo, que existiam na época, mas sempre exaltando o grande e positivo referencial da democracia, a liberdade.

As palestras eram proferidas por oficiais do Exército e altas autoridades civis. Professores categorizados transmitiam ensinamentos sobre os quais, às vezes, não éramos versados. Lembro-me de uma dessas palestras, a do Professor Lamy, que ao abordar o sistema econômico capitalista, destacou que só ele garante o funcionamento da democracia. Discorreu sobre as sociedades anônimas, sobre juros, aluguel da terra, valor do trabalho, significado do capital, enfim, todos aqueles inter-relacionamentos que, muitas vezes, passavam despercebidos ao homem comum. Foi muito importante conhecer o outro lado da questão, pois só ouvíamos, na época, as arengas que repetem até hoje, contra o capitalismo.

Li, em algumas Constituições comunistas, que o primeiro artigo dizia, mais ou menos, o seguinte: a finalidade do movimento marxista-leninista é o combate ao capitalismo. Embora combatendo o sistema capitalista, tentavam sempre se apoderar do nome da democracia adjetivado, como, por exemplo, República Democrática da China, onde o regime era comunista, defensor da luta armada como forma de tomada do poder, aliás, como ocorrera na própria China, não havendo nada de democracia naquele país.

Dessa forma, pretendo caracterizar o forte acento ideológico, presente na Revolução de 1964. Ela foi preponderantemente uma reação à expansão do comunismo no Brasil.

João Goulart chegou ao poder, apoiado na emenda parlamentarista. Mais tarde, em arguta manobra política e apoiado por uma propaganda muito bem concebida, conseguiu o retorno ao presidencialismo, com a realização de um plebiscito. Durante seu governo, ocorreram greves permanentemente, falta de alimentos, filas em tudo quanto era lugar. Uma série de desacertos que o povo era obrigado a suportar. A situação pode ser qualificada de caótica.

A sociedade mais politizada e a própria imprensa percebiam o que estava acontecendo. Não chegaram a ter as suas convicções abaladas pela propaganda oficial e enganosa. As Forças Armadas e o Exército em especial acompanhavam, com justa preocupação, os desmandos que vinham se processando. Muito lhes valeu a ação educativa sobre a Guerra Revolucionária, que se procedia, sobretudo as palestras de que falamos.

O povo, que não se detinha na leitura dos programas políticos, sentia a desorganização e o prejuízo causados à sua vida. A inflação era muito grande e a situação piorava a cada instante. O cidadão, para conseguir um pacote de açúcar, de feijão ou arroz, para levar à casa, tinha que procurar aqui ou acolá, porque se tornara comum o desabastecimento. Essa era a situação, muito difícil, que evoluiu com relativa rapidez, para um quadro de crescente incerteza e intranqüilidade.

Três fatos foram fundamentais para o desencadeamento da Revolução. O primeiro foi o Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964. Tive a oportunidade de ver, da sala da 2ª Seção do Quartel-General, o comício da Central do Brasil; a população brasileira inteira pôde ouvir e assistir, pelo rádio, pela televisão, e perceber o que pretendiam aqueles homens. No tal comício, Luís Carlos Prestes dizia que "já estavam no governo, faltava-lhes o poder"; os estudantes cooptados pela esquerda faziam as suas manifestações ruidosas em defesa de um sistema que o povo desconhecia. Nós, militares, percebíamos aonde queriam chegar. Os sindicalistas propugnando pela sujeição do governo ao sindicalismo.

Quem se dispuser a rever o que aconteceu naquela noite, perceberá que aquele momento foi o grande divisor de águas entre os acomodados e aqueles que viam a necessidade de se fazer algo contra o perigo real que crescia assustadoramente em nosso País. A partir do dia 13, pode-se dizer que o povo, de um modo geral, se indignou com aquela insuportável anarquia, promovida pelo próprio governo, e o movimento contra aquele estado de coisas amadureceu claramente. Todavia, levar o Exército, após a era Vargas, a uma Revolução tornou-se uma decisão extremamente complexa, senão vejamos.

Os chefes militares, desde 1930 – e depois com o que ocorreu em 1932 – haviam concluído sobre a grande responsabilidade que assumiam ao desencadearem um movimento revolucionário. Getúlio Vargas, com muita perspicácia, resolveu aumentar o quadro de oficiais-generais e, com isso, o poder militar ficou, digamos, bem mais "descentralizado", ou mais subdividido em níveis ou escalões de comando. Além do Ministro, os próprios Comandantes dos quatro Exércitos comandavam através de outros generais. Por isso, "levantar a tropa" não era fácil. O povo precisava demonstrar, com muita clareza, o caminho a trilhar. O Exército Brasileiro sempre agira em perfeita consonância com a vontade de nosso povo. A nossa Instituição atua a reboque dos desígnios do povo. E não foi diferente na Revolução de 1964, como veremos a seguir.

O 13 de março foi, sem dúvida, o grande divisor. Já não havia mais qualquer dúvida do que estava acontecendo no País: um estado de ansiedade, de alarme, em que se esperava que algo acontecesse. Os primeiros sinais tinham sido dados; em decorrência disso, realizou-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, no dia 19 de março, onde o povo paulista especialmente as suas mulheres, de terço na mão, clamaram por liberdade e democracia, dando um não contundente à comunização do Brasil, que se avizinhava.

Ocorreu um segundo fato, que aumentou a preocupação dos militares: a rebelião dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, em Benfica, no Rio de Janeiro. Os rebelados levantaram nos braços, em triunfo, numa passeata pela cidade, um almirante, oficial popularesco entre os praças, conhecido como Almirante Aragão, vinculado à esquerda, que estava entregando o Brasil ao comunismo. Nessa ocasião, os amotinados foram presos. Mais tarde, entretanto, foram postos em liberdade, por ordem do próprio Presidente.

Finalmente, o último fato alarmante: a reunião do Presidente da República no Automóvel Clube, dia 30 de março, com os sargentos da Polícia da Guanabara que se faziam acompanhar por graduados das Forças Armadas. Era uma minoria, mas era um movimento de características, claramente, subversivas,

conquanto até acredite que alguns daqueles sargentos não soubessem, exatamente, o que estava ocorrendo.

A partir daí, sentiu-se que bastaria o aceno de qualquer chefe responsável, para o desencadeamento da Revolução. E assim foi. Veio de Minas Gerais, liderado pelo General Mourão Filho, contando com o apoio do Governador de Minas, Magalhães Pinto e de sua Polícia estadual. Este primeiro passo empolgou o Brasil como um todo, em poucas horas.

Lembro-me de que me encontrava com o General Maurell, na Artilharia de Costa, Forte Copacabana, olhando para o Forte do Leme – o Forte do Leme ainda não havia aderido. Sentia aquele ambiente pesado, porque lá e cá existiam canhões. Neste momento, uma estação de televisão, cuja sede era vizinha ao QG, no Posto 6 – se não me engano, era o Canal 13 – deu a notícia de que a Revolução estava vitoriosa, isso no dia 1º de abril, à tarde. Nesse momento, em todas as casas, em todos os apartamentos da Avenida Atlântica – nós presenciamos – eram colocados tapetes e cortinas... Aquilo tudo fazia-me vibrar, como estou vibrando agora. Emociona você constatar que aquele movimento, aparentemente de militares, tinha o apoio total da população. E, assim foi, inclusive depois, já com a Revolução vitoriosa, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, aqui no Rio de Janeiro, com a completa adesão do povo carioca.

Houve, também, uma revolta de sargentos, em Brasília, antes dos episódios já citados, mas que não teve muita repercussão, pois a grande caixa de ressonância do País não era Brasília, a "NOVACAP", e sim a "VELHACAP", o Rio de Janeiro. O Rio, quando vibrou com o 31 de Março, levou o Brasil inteiro, com ele. Era a influência de uma capital, com tradições históricas, capaz de gerar aquela reação. Nos dois dias de ação das tropas pelo País afora, a contrapropaganda comunista campeou, mas eu, pessoalmente, estava vacinado pela tensão sofrida quando da renúncia de Jânio Quadros.

Quero, agora, ressaltar o espírito democrático da Revolução. Em 1965, realizou-se a Terceira Conferência dos Exércitos Sul-Americanos, na Cidade do Rio de Janeiro. Estas Conferências eram, eminentemente, uma preparação contra o Movimento Comunista Internacional. Nelas, normalmente, cada representante relatava a situação do comunismo no seu país, explicava o estágio de desenvolvimento atingido e quais as ações mais comuns que os comunistas executavam, e, num segundo item, tratava das medidas que o país estava tomando contra o comunismo.

Nessa conferência, o Estado-Maior do Exército resolveu colocar um terceiro item: medidas de valorização da democracia, o que comprova o valor que a Revolução dava ao regime que buscávamos. Isso passou a constar da publicação distri-

buída pelo EME, na Conferência. Alguns dias depois, ele chegou às mãos da Presidência da República. O documento que fizemos intitulava-se Medidas Anticomunistas e Pró-Democracia no Brasil. Classificado, inicialmente, como Secreto, passou, por solicitação do General Golbery, a ostensivo, após a retirada de umas poucas expressões. Foi distribuído à tropa, para que os militares tomassem conhecimento, particularmente das medidas pró-democracia adotadas pelo governo.

O que afirmo tem como propósito mostrar que a Revolução jamais perdeu o seu objetivo final – a Democracia – pela qual o nosso povo e o Exército se empenharam por meio da Revolução. Aliás, doutrinariamente, a Escola Superior de Guerra coloca, dentre os Objetivos Nacionais Permanentes, como número um, a Democracia.

Por isso, quem estuda a Revolução de 31 de Março de 1964 tem que considerar este aspecto, por mais que os comunistas, de ontem e de hoje, o ignorem e mistifiquem... Infelizmente, a utopia comunista impregna o cidadão, como uma religião. Entretanto, essa religião matou milhões de cidadãos russos, na própria Rússia, matou milhões na China. A África continua, hoje, ainda, lutando contra o comunismo; Angola vive esse problema, que a inferniza até hoje.

Em Cuba, também, muitos morreram. O Comunismo de Castro eliminou 17.000 conterrâneos, uns completamente inocentes e outros porque se insurgiram contra a perda da liberdade.

*O senhor julga que a guerra fria teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?*

Sem dúvida, teve influência. O mundo estava bipolarizado. De um lado, os Estados Unidos, de outro, a URSS. O povo brasileiro era contra a URSS, pois, de Moscou, vinha o apoio aos comunistas brasileiros. Se houvesse uma Guerra Civil no Brasil no decênio de 1960, não tenho dúvidas de que os EUA ajudariam o lado democrático.

Os mesmos fatos que aconteceram no Brasil ocorreram na Argentina. Parece que o Brasil e a Argentina, aparentemente rivais, estão sempre padecendo dos mesmos problemas. Quando me encontrava no Iraque, em missão diplomática, havia um embaixador civil – todos sabemos que os revolucionários, na Argentina, foram muito duros e agressivos – que me falou, simplesmente, o seguinte:

– Werner, se não fosse o Exército argentino, o País poderia tornar-se comunista e levar toda a América para esse caminho.

E acrescentava:

– Isso é uma projeção hipotética, que felizmente não ocorreu.

Graças às reações na Argentina e no Brasil, o comunismo não se instalou, a não ser em Cuba que até hoje continua na mesma situação: país de quinta ordem. Admira-

me muito, e isto não consigo compreender, quando o "senhor" Fidel Castro, o grande responsável pela situação de Cuba até nossos dias, é recebido, aqui, por alguns intelectuais e estudantes, que vão para a porta do hotel, onde ele está arengando, fazendo barulho, como se o Muro de Berlim estivesse de pé... De vez em quando, aparecem modificações: a tal "terceira via" e, sobretudo, as concepções de Gramsci, comunista que, embora preso, formulou uma doutrina de ação, a que grande parte da mídia e a Universidade dão destaque, e de quem veiculam as lições, buscando encontrar uma tábua de salvação para o comunismo. Livro publicado com suas "lições" escritas, é vendido no Brasil, em edição recente. É que o comunismo, como ideologia para sustentar "governos populares democráticos", faliu completamente.

Até agora, a única forma de governo democrática bem-sucedida está apoiada no sistema econômico capitalista. Dentre os muitos exemplos, os Estados Unidos, a Inglaterra e a França. É esta a situação atual.

*Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?*

Havia. A insatisfação, como caracterizei, era oriunda dos mais politizados, que antagonizavam o regime comunista, e da população, porque era a maior vítima dos resultados da má administração que imperava, bem como da desordem e ausência de autoridade.

*Qual a posição da Igreja com relação ao governo deposto?*

Vi, no comício de 13 de março, muitos padres caminhando como se fossem torcedores de futebol, daqueles mais aguerridos, indo para um "Fla X Flu". Vi vários, mas isto não significa afirmar que a Igreja os apoiava. Poderia um Dom Helder Câmara fazê-lo. Outros existiam, mas bem poucos. A Igreja como um todo se opunha àquele desgoverno.

É preciso compreender a Igreja Católica. A doutrina cristã busca o término das injustiças. Contrapõe-se à exploração do homem pelo homem, prega o direito à dignidade. No Brasil, lamentavelmente, não conseguimos, ainda, acabar com essa diferença de renda brutal, que persiste. Nos Estados Unidos, por exemplo, o trabalho é bem remunerado e o cidadão tem condições de possuir sua casa e seu automóvel. No Brasil, na época da Revolução, um maior número de pessoas começou a ter mais bens duráveis e automóveis. Isto, felizmente, ocorreu neste País e todos puderam ver. Não há como negar; aconteceu com toda a classe média.

Na publicação do Estado-Maior do Exército, que citei antes, consta que uma das medidas de valorização da Democracia foi a solução encontrada para o problema habitacional. Muitos não se lembram... A oferta de casas para alugar era

pequena, porque os preços dos aluguéis eram muito baixos e pouca gente se interessava em construir casas. É que a socialização irracional, embutida dentro do governo de Vargas, na década de 1940, havia congelado os aluguéis.

Isso era ótimo para quem já estava morando, mas para quem necessitava de moradia foi péssimo. Não havia ninguém querendo empregar o seu capital para construir uma outra casa, para renda. Um dos objetivos da Revolução foi, em um prazo de dez anos, reduzir a zero o déficit de moradias, segundo os princípios do sistema capitalista. Um objetivo ambicioso que foi buscado com determinação e muito sucesso. Enfim, a Revolução começou a solucionar problemas sociais que a socialização criou. A Igreja, embora tenha percebido, perfeitamente, esse fato concreto, evitou enaltecer a Revolução por esse reconhecido êxito no campo social.

*Qual a sua avaliação sobre a atuação das "Ligas Camponesas" e dos "grupo dos onze"?*

O pouco que tenho a falar sobre o "grupo dos onze", "Ligas Camponesas", é a respeito de suas íntimas ligações com o Movimento Comunista Internacional. No Brasil, era visível a orientação comunista. Procuraram inicialmente chegar ao poder, usando os meios normais da Política. Constituíram um partido político, através do qual era mais fácil fazer a sua propaganda... Elegiam deputados e vereadores. Quando o Presidente Dutra resolveu tornar ilegal o Partido Comunista, mudaram a tática: partiram para a clandestinidade, e, depois, na década de 1960, para a luta armada, com as conseqüentes guerrilhas urbana e rural. Era impressionante a rapidez com que implementavam suas ações em todos os cantos do Brasil usando, em particular, políticos oportunistas e jovens idealistas utópicos.

*No seu entender, General, o que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como estava o ambiente nos quartéis, nessa fase pré-revolucionária?*

Quando era cadete, entre 1935 e 1937, sentia que os oficiais, preocupados, viviam fazendo revistas de armários, para verificar se alguém poderia estar participando de reuniões subversivas. Lembro que, em 1935, ocorreu a Intentona Comunista, com a morte de muitos companheiros inocentes, vítimas dos agentes de Moscou – uns brasileiros, outros estrangeiros. Nós, os cadetes do Realengo, saímos em direção ao Campo dos Afonsos, onde houve combate, mas não foi necessária a nossa intervenção.

Episodicamente, recordo-me de certo camarada, em conversa comigo, tecer grandes elogios ao sistema integralista que, em determinada época, exerceu muita influência no Brasil, mesmo entre oficiais. É bom lembrar que, nessa épo-

ca, o fascismo e o comunismo polarizavam grandes disputas políticas na Europa (Espanha, Itália e Alemanha).

Nos primeiros anos da década de 1960, voltaram os comunistas a tumultuar a vida nacional, contando com o apoio do governo de então que teve destacado papel na tentativa de inverter a hierarquia e quebrar a disciplina. O governo, na pessoa do próprio Presidente da República, empenhou-se, abertamente, em criar cisões nos quadros das Forças Armadas, estimulando os graduados a se revoltarem contra os oficiais. Inacreditável, mas aconteceu.

*O senhor entende que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando da deflagração da Revolução de 31 de Março?*

Não tenho dúvida de que as Forças Armadas e o Exército, em particular, desencadearam a Revolução com o apoio da população e influência da sociedade mais politizada. O Exército não é uma casta. Cada oficial tem família, mulher e filhos, vive na sociedade, e está todo dia ouvindo as opiniões do povo. Ele foi influenciado pela população e, Graças a Deus, respondeu bem ao apelo do povo.

*E a atitude do Congresso Nacional, quando da eclosão da Revolução?*

O Congresso é normalmente o lugar dos entrechoques de opiniões, mas em momentos de crise tem prevalecido a solução mais consentânea. Sua atitude seguiu essa regra.

*O senhor poderia nomear os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?*

Devo começar pelos militares. Tenho impressão de que um dos líderes teria de ser o General Mourão, porque teve a coragem de desencadeá-la, talvez tenha até se antecipado, com o apoio do General Carlos Guedes, que com ele servia no Estado de Minas Gerais. Aliás, naquela altura já existia a idéia de começá-la, mas seria uns dois dias depois, porque haveria assim possibilidade de obter a unanimidade imediata, e não uma unanimidade conseguida lentamente. Outro, para mim, foi o General Castello, sempre um democrata. Lembro-me de que eu era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) e ele, em um desses problemas surgidos em torno do General Lott (Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra à época), assumiu a tribuna, e falou em defesa da Democracia. Democracia é algo que está dentro do espírito, da formação do militar, não tenho dúvida alguma.

Outro líder militar foi Costa e Silva (General Arthur da Costa e Silva). Era um homem diferente de Castello que tinha uma cultura mais amadurecida, com

respeito à Democracia. Costa e Silva era profundamente inteligente, em que pese dizerem ao contrário, era um homem de ação. Outro grande líder da Revolução. Poderia citar, ainda, Muricy (Gen Antonio Carlos da Silva Muricy), um harmonizador de opiniões; Syzeno (Gen Syzeno Sarmento); Cordeiro de Faria (Gen Oswaldo Cordeiro de Faria) que, nesses momentos, sempre buscava a conciliação, encontrar interesses comuns, para evitar choques.

O Médici foi outro, também, desapegado inteiramente do poder. Presenciei sua reação quando sugeriram seu nome para a Presidência da República. Ao sair, ele disse: "Isso não é um refresco"; na verdade, ele falou algo mais, utilizou uma expressão típica "de Cavalaria", que não quero repetir aqui, com isso demonstrando seu inteiro desapego ao poder. Entretanto, quando no cargo, empenhou-se decididamente. Mas, na verdade, não queria ser Presidente da República! Dizia: "Isso é bom para os outros, para mim não", e vivia contando os dias que faltavam para passar o governo. Fez, no entanto, uma grande administração. O Brasil cresceu muito sob sua direção.

O Marechal Denys já estava na reserva, e participou lá em Minas. O Denys tinha uma auréola em torno dele; ele era dos "velhos generais", "velho conspirador".

Não falei dos civis, dos líderes civis. Aí, nesse ponto, reside um grande problema das revoluções. Em geral, elas pecam por um lado, qual seja, o de afastar, silenciar, aqueles que lhes possam dificultar as ações necessárias. Um dos grandes líderes da Revolução chamou-se Carlos Lacerda. E foi afastado ou afastou-se. Outro foi o Governador Magalhães Pinto, que partiu com os Generais Mourão e Guedes.

O próprio Juscelino Kubitschek, que era um político de renome no Brasil, estava do lado da Revolução; havia outros, Krieger, no Rio Grande, Adhemar de Barros...

A política é uma arte que não se coaduna muito com o militar. O militar não é político. São poucos os que se tornaram grandes políticos, como Virgílio Távora, que foi Governador do Ceará, o Juraci Magalhães, do tempo do "tenentismo" e alguns outros. Sem falar nos militares que tinham uma atuação política freqüente, como o Góis Monteiro. Estes, eram militares com uma visão política aguçada. E gostavam de expor suas opiniões. E, nesta lista, não se pode esquecer do velho Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, sempre chamado nas horas de crise a intervir com sua autoridade moral, para ajudar na busca da solução. Parece-me que, em situações mais difíceis, surge um natural apelo aos líderes militares como, por exemplo, se deu com os generais da guerra, americanos, que acabaram sendo Presidentes, destacando-se como políticos. Na França, também, não há como esquecer o General De Gaulle.

*Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto chefia e liderança, por parte dos Oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas e daqueles que participaram das situações de iminência do combate, envolvendo a 4ª RM/DI e elementos do próprio II Exército?*

Acho que os chefes perceberam muito bem o seu grau de responsabilidade. Ao sentirem que a situação havia se deteriorado, resolveram colocar-se contra o poder "legal", por perceberem que ele estava se tornando ilegítimo ao aliar-se às alas extremistas da esquerda. É sempre difícil uma decisão. Mas depois de 13 de março, a Nação assim desejava.

*O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento?*

Acho que foi correto, porque os comandos responsáveis tiveram a visão de que se tratava de um episódio histórico, de repercussão nacional, e não uma "quartelada". Era importante, desde logo, imbuir os nossos cadetes – futuros oficiais e chefes – do senso de responsabilidade para com a Nação.

*Afinal, o Movimento trouxe maior união e robusteceu a coesão das Forças Armadas?*

Não tenho a menor dúvida. As cúpulas se ajustaram completamente, e o exemplo mais interessante foi o do episódio da doença do General Costa e Silva. Surgiu, como solução, a Junta Militar, constituída pelos três Ministros Militares, sendo que nenhum deles se opôs, realmente, ao afastamento do Vice-Presidente. Este acontecimento causou um pequeno desvio nos rumos da Revolução, mas as condições políticas refletiam as turbulências mundiais.

*A mídia, na época, apoiou o Movimento?*

A mídia mais representativa apoiou, porque tinha conhecimento, mais do que a população, do que estava acontecendo. Recebia as informações das Agências de Notícias, como a *United Press, Associated Press, Reuters* etc. Sabiam exatamente o que estava ocorrendo no Brasil. Então, apoiou o movimento. Basta ler os jornais da época, onde os manifestos são todos favoráveis. Não houve, não me lembro de ter visto, nada que fosse contrário.

*No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar essa diferença?*

Nós não tivemos governo militar. Eram militares o Presidente e os ministros das três Forças. Mas os demais ministros e o pessoal de 2º e 3º escalão eram civis. Comigo, aconteceu o seguinte: o General Maurell me perguntou:

– Werner, você quer ser meu Chefe de Gabinete, no Conselho Nacional do Petróleo?

– Gostaria, mas não quero passar para a reserva.

– Vou falar com o Castello – ele insistiu.

– Se ele quiser, que passe para a reserva – foi a resposta do Castello.

Conclui-se que o governo não queria militar em lugar de civil. A exceção era quem fosse ou já estivesse na reserva das Forças Armadas.

*E a Revolução foi benéfica ou trouxe algum prejuízo para o País?*

A Revolução trouxe muitos benefícios para o Brasil, só não os trouxe para os comunistas ativistas, nem para aqueles que se lançaram na guerrilha e em outras ações, como a de assaltos a bancos ou a de seqüestros de autoridades.

Tirando esse lado indesejável, não se pode deixar de reconhecer o quanto os cinco governos da Revolução realizaram, levando o País, pelo desenvolvimento, ao patamar de 8ª Economia do mundo. Hoje, os políticos não gostam de falar nisso.

*O senhor entende que houve erros na Revolução? Caso positivo, quais foram?*

Toda Revolução comete erros e, para mim, o maior deles é silenciar as vozes discordantes. Na Revolução Francesa, na Revolução Comunista, em outras tantas, no mundo, o silenciar significava matar. No Brasil, não me consta que tenham silenciado alguém na base da eliminação. Houve muitos que foram silenciados à base de cassações políticas. Essas, realmente, atingiram, alguns, injustamente.

Dois foram cassados, não sei por quê: Juscelino e Carlos Lacerda, aliás, no mesmo dia. Por coincidência, íamos para uma Conferência, nos Estados Unidos, e tivemos que combinar que, se nos perguntassem alguma coisa àquele respeito, deveríamos responder que não sabíamos, porquanto poderia ter havido uma razão grave o bastante, para que o fossem, mas desconhecíamos.

*Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução de 1964, considerados os maiores da economia brasileira, por alguns renomados economistas e diversos conferencistas civis da Escola Superior de Guerra, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?*

Apenas para argumentar, em 1970, era aluno da Escola Superior de Guerra, e fui visitar, nas viagens de estudo que a Escola realiza, inúmeras fábricas, organizações etc. Lembro-me, durante as apresentações, dos gráficos que me mostravam – não foi um, nem dois, nem três, mas uma série: de 1960 a 1963, mostravam uma

linha horizontal com os pontos correspondentes aos decênios de 1960, 1961, 1962 e 1963 na mesma ordenada, ou seja, nenhum crescimento era apontado no "Eixo dos Y". No entanto, de 64 para 65 começava a mudar. Em 1966 / 1967 / 1968 / 1969, o traço ia subindo, firmemente, configurando a curva de crescimento da produção, das vendas, dos lucros das empresas visitadas e mostrando que ficara para trás o efeito negativo do período do governo deposto. Era surpreendente e, ao mesmo tempo, gratificante a franca ascensão do desenvolvimento em geral. Apontavam, claramente, os resultados na vida empresarial (estatal e privada) advindos da Revolução, que não só salvara o Brasil das garras do comunismo, como também o conduzira na trilha do progresso e do bem-estar do povo brasileiro, que, felizmente, durante a fase revolucionária, não conviveu com o desemprego, como tragicamente se observa na década de 1990, a "década desperdiçada".

Por que nos negam espaço para que se diga a verdade? É que ela lhes é desfavorável! Utilizam a técnica da contrapropaganda, que emprega notícias diversionárias, subtraindo, completamente, o assunto que não lhes convém.

Procurarei ser o mais fiel com o governo atual. Merece aplausos por ter conseguido manter o valor da moeda praticamente estável, um fundamento do sistema capitalista. Isso ele conseguiu. Hoje o rico, o pobre, todos, podem planejar a sua vida. Mas a liberdade foi exercida sem responsabilidade. É o movimento pendular da dicotomia autoridade-liberdade.

A mídia, de um modo geral, após o advento da "Nova República", a partir de Sarney, iniciou um "patrulhamento" contra todo o noticiário que pudesse reverter em aplausos aos Governos da Revolução. Somente quem lê nas entrelinhas, as quais muitas vezes escapam dos "patrulheiros", percebe a escamoteação de dados que traduzem as grandes realizações dos presidentes militares, cujos nomes são sempre omitidos, salvo para a crítica depreciativa. Dados e obras que não podem deixar de citar o fazem ampliando o período de observação para englobar governos anteriores a 1964 ou pós-revolucionários.

A mídia não pode esconder quem construiu a Ponte Rio-Niterói, nem quem construiu a maior hidroelétrica do mundo, Itaipu, nem quem implantou por este Brasil imenso tantas estradas asfaltadas. Quem aumentou a produção agropecuária e elevou a economia à posição de 8ª do mundo, quem fez o Brasil crescer a 10% ao ano... Não podem esconder, mas omitem.

Os jovens, hoje, só ouvem falar dos "anos de chumbo" e, jamais, da época do milagre brasileiro.

Esse problema tem que ser entendido como o inevitável e natural revanchismo político. E aqui é bom citar duas frases que bem traduzem o fenômeno. De Tancredo

Neves: “Eles agora vão ver o que é profissionalismo!” E de Machado de Assis: “Aos vencedores, as batatas!”

*A chamada “batalha da comunicação social” foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos?*

Há dois aspectos: para fazer propaganda é preciso dinheiro e interesse em fazer a propaganda. Os governos da Revolução não se interessaram pela propaganda. Economizaram. Já os governos pós-revolucionários, como o atual, fizeram exatamente o contrário, negando o que foi feito de bom pela Revolução e enfatizando o negativo. Assim, a verdade não aparece.

A imprensa livre, desligada do governo, poderia fazer alguma coisa, tanto é que, no Interior, vê-se alguma informação destinada à defesa da Revolução. No entanto, os jornais da grande imprensa – *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* etc – não fazem isso. É que, infelizmente, aconteceu algo que os estudiosos do problema apontam: quando os comunistas viram que haviam perdido o poder político infiltraram-se na Imprensa e nas Escolas – essa orientação é possível até que tenha vindo de fora, lembrando da estratégia de Gramsci – e é difícil vencer a regra do “quanto pior, melhor”.

*Alguns críticos da Revolução, hoje, alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?*

A verdade é que, os adversários nunca quiseram dialogar. Eles partiram diretamente para a luta armada, assaltando bancos, para obter dinheiro necessário à subversão; foram os grandes professores dos assaltantes de hoje. Eles acreditavam na possibilidade de êxito no enfrentamento, mas se deram mal.

Discordo, portanto, veementemente, da alegação contida na pergunta. A luta armada fez parte da orientação comunista para a tomada do poder, não só no Brasil, mas no mundo como um todo.

*Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?*

Sistematicamente, apoiavam-se no Movimento Comunista Internacional. Quando você analisa o sistema comunista de controle da sociedade e a forma como se deu a sua implantação, entra no terreno das hierarquias paralelas: nas ruas, em cada quarteirão, havia um chefe que era obrigado a obter informações a respeito de todos aqueles que ali moravam. Era um meio eficaz de con-

trole da população urbana. Assim, também, ocorria nos clubes, associações de classes etc.

O controle da população camponesa era semelhante e aqui começou a ser realizado através de Ligas Camponesas.

O grande objetivo sempre foi a tomada do poder.

*O AI-5 foi necessário?*

Sem dúvida. O AI-5 foi necessário porque sua aplicação se deu numa fase em que a Revolução não havia atingido seus objetivos e foi posta em cheque. O AI-5 revitalizou-a. É interessante voltar a esse tema. Nos movimentos armados anteriores, a primeira coisa, que faziam as Forças Armadas, era buscar um civil para ser o Chefe do Executivo e, logo em seguida, se recolhiam aos quartéis.

Na Revolução de 1964, concluíram que a situação era de muito maior magnitude. Na verdade, uma luta contra uma ideologia que tinha ido longe demais em nosso País. Não se tratava, simplesmente, de problema político - administrativo. Estávamos empenhados na oposição à estratégia expansionista da União Soviética e de seus satélites. Poderia dar até um exemplo: quando seqüestraram o embaixador americano, meu cargo era de Subchefe do Gabinete do Ministro do Exército. Quase à meia-noite, o Ministro disse:

– Bom, vamos ao Itamarati decidir o que iremos fazer em face da proposta dos seqüestradores, de libertação de prisioneiros em troca da liberdade do embaixador.

– General Lyra – disse eu – o Senhor me permite uma sugestão? Creio que essa "guerra" não é nossa apenas. É muito mais dos Estados Unidos. O embaixador não é nada mais do que um soldado nessa "guerra". Acredito que não seja interessante para os EUA abrir esse precedente. Penso que não deva ser trocado.

O General não deu atenção para o que eu falei. Quando regressou, trouxe a decisão: atender à solicitação dos seqüestradores; solto o embaixador, os terroristas seriam banidos.

Pessoalmente, tive que argumentar, depois, com os companheiros do Gabinete, alguns bastante irritados com aquela solução, para que ficássemos todos convencidos de que se tratava de uma solução política, e de que a Política era a arte do possível.

*O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o SNI e os DOI?*

Estou convicto de que qualquer país organizado tem a necessidade de um Serviço Nacional de Informações. Os DOI – o significado da sigla não vem ao caso –

atendiam às necessidades de busca de informações e integravam os Centros de Operações de Defesa Interna. Estavam disseminados em todo País e atuavam, onde necessário fosse, para buscar a informação. Os problemas de segurança interna ou externa determinam as áreas de atuação da busca de informações, se no país ou no exterior. Órgãos dessa natureza existem em qualquer lugar do mundo. Não tenho a menor dúvida de que, no Brasil, hoje, existem agentes da CIA, do FBI, do órgão de informação inglês, do japonês, chinês etc. Porque precisam de informações, a fim de que seus governos tomem as decisões, melhor informados. A informação é fundamental para uma decisão correta. Houve críticas a esses órgãos, que acabaram extintos. É provável que tenha havido exageros tanto nas ações, como na extinção deles.

*General, hoje muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o Senhor pensa a esse respeito?*

Já me referi à contrapropaganda diversionária. Bem longe estivemos das ditaduras conhecidas. Tivemos governos fortes, fecharam o Congresso durante algum tempo, não sei lá mais o quê, atos que não se coadunam, realmente, com as normas democráticas, linearmente falando. Mas se havia Decretos-Lei, hoje aplicam Medidas Provisórias que os substituem. E são, na prática, bem duradouras. Essas coisas caracterizam, isto sim, um executivo forte, como foi o General De Gaulle.

*Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o governo do Presidente Geisel?*

Eu acho que o General Geisel teve a visão correta de que o Movimento de 1964 já tinha alcançado os seus objetivos maiores, e que, a partir daí, começaria a exaurir-se. Logo, seria preciso tomar a iniciativa da "abertura", porquanto, do contrário, esta seria feita pela sociedade. A população não iria permanecer assistindo à sucessão de militares eternamente. A solução da "abertura" se impôs, e foi muito feliz o Presidente Geisel, quando tomou a iniciativa.

*A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?*

Fiz parte desse governo; era Chefe do EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas) no governo do General Figueiredo. Reconheço que a situação econômica piorou, devido ao choque do petróleo, ou seja, o aumento excessivo do preço do barril. Isso fez a inflação aumentar, levou à moratória e desgastou o governo. Talvez a população tenha sofrido um pouco, mas não tanto, porque já ouvi muita gente com "saudades do Figueiredo".

Mas, nesse mesmo governo, a produção de petróleo brasileira aumentou de trezentos e qualquer coisa para seiscentos mil barris. Lembro-me de que Cesar Cals era Ministro das Minas e Energia e, em uma comemoração de seu aniversário, levaram um bolo, representando uma torre de petróleo, com uma inscrição "seiscentos". Somente alguns anos depois, é que esse nível foi ultrapassado.

*A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?*

Essas pesquisas mostram uma grande realidade, qual seja a de que o Exército é bem visto pelo povo. O Exército nunca fez nada contra o povo, nunca. Pelo contrário, é ele que está presente na hora das calamidades públicas, é quem vacina, presta assistência médica com seu pessoal de saúde; está presente na Amazônia, em todos os lugares distantes onde se faz necessário, construindo estradas e marcando presença brasileira na faixa de fronteira. Ninguém vê, na figura de um militar, um cidadão que possa causar algum tipo de mal.

A formação do militar prepara-o para a guerra. Mas, com seus irmãos, ele é, normalmente, um homem educado, relaciona-se de forma cavalheiresca, compreende o seu papel na sociedade. Disciplina e respeito são cultivados em elevado grau. Isso vem de muito tempo. Durante a guerra, no TO italiano, o soldado brasileiro tratava o inimigo derrotado e aprisionado, com humanidade. Muitas vezes, penalizado, oferecia um cigarro, um chocolate ao prisioneiro de guerra, embora a técnica de tratamento de PG o instruísse a não fazê-lo, sobretudo inicialmente, quando nada deve ser oferecido, nem água, para levá-lo a responder às perguntas em situação de insegurança.

No continente europeu, ainda durante a guerra, apoiou a sofrida família italiana, que, até hoje, lhe é reconhecida por isso.

O Exército é benquisto pela população. O viés ideológico tem procurado ocultar esta realidade, seja pela mídia, seja pela opinião de extremistas, cujos objetivos são óbvios. Foram os militares que os derrotaram.

*Que mensagem final, General Werner, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?*

Tenho a impressão de que o Movimento de 1964 evidenciou o amadurecimento das Forças Armadas que assumiram o poder com a intenção firme de alcançar objetivos de magna importância para o Brasil: desenvolvê-lo, fundamentalmente. Após cada crise, no passado, as Forças Armadas entregavam aos políticos

os destinos do País e a situação voltava à origem. Em 1964, foi diferente. Bom será que não haja mais necessidade da intervenção das Forças Armadas para recolocar o País no rumo certo, por exigência do povo, como ocorreu em 31 de março.

O militar não é político e o Exército não é uma organização política, mas uma Instituição que, de acordo com a Constituição, entre outras especificações, destina-se à defesa dos poderes constituídos, da lei e da ordem. Quero crer que, quanto mais o Exército puder manter-se voltado para sua preparação profissional, fora de questões político-partidárias, mais corretamente estará agindo.

Este é o modelo que seguem nações estáveis, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França que já teve o governo forte do General De Gaulle, mas em situação de crise e derrota na guerra.

# General-de-Exército Leonidas Pires Gonçalves

- Natural da Cidade de Cruz Alta, RS.
- Último posto da carreira: General-de-Exército.
- Foi Comandante Militar da Amazônia (CMA) e Comandante do III Exército, atual Comando Militar do Sul (CMS).
- Integrou a Casa Militar dos presidentes Jânio Quadros e Castello Branco.
- No exterior: adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na Colômbia.
- Foi Ministro de Estado do Exército no governo do Presidente José Sarney (1985 a 1990).
- Em 1964, era Tenente-Coronel e servia no Estado-Maior do Exército.

---

Entrevista realizada no dia 29 de junho de 2000.

Minhas primeiras palavras são para manifestar a satisfação que sinto em participar do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, que está sendo realizado pelo Departamento de Ensino e Pesquisa. A partir deste momento, estou pronto para as perguntas.

*Ministro, o senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março?*

Essas raízes, há quem as busque em fatos muito longínquos, até no tenentismo. Eu sempre digo que, quando entrei na Escola Militar, em 1939, nos primeiros anos da minha vida militar, nunca ouvi falar em tenentismo, nem vi influência de tenentismo. Então, não creio que alguém possa falar nisso, senão como saudosismo.

Na verdade, acho que as raízes da Revolução são mediatas e imediatas. As mediatas são bem conhecidas por nós, iniciaram-se com aquela insurreição comunista de 1935, que deixou marcas profundas no Exército. Nós, há muitos anos, fazemos cerimônia especial na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, em homenagem aos elementos do Exército que foram mortos, alguns de modo bastante impiedoso.

Sabemos, no entanto, que o Exército Brasileiro foi submetido a pressões da área comunista, que tentaram, durante vários anos, por intermédio de líderes, como Prestes e outros, fazer as concepções comunistas vigirem no Brasil. Como conseqüência, desenvolveu-se uma doutrinação nas nossas Escolas, para neutralizar este tipo de pregação comunista.

Essas coisas ocorreram, particularmente, depois de 1935, aceleraram-se após 1961, com a posse de Jango, e eclodiram em 1964.

Essas eu considero as razões mediatas. Na verdade – isso se deve ter bem em mente – João Goulart e os seus assessores gostariam de transformar o Brasil em uma república sindical e comunista. Todos os projetos, como as célebres reformas de base, visavam esse objetivo.

Não tenho a menor dúvida de que a Revolução também ocorreu porque o Presidente da época, João Goulart, tinha perdido a sua legitimidade. Para início de explicação, eu diria que a sua legitimidade era pequena, porque não podemos esquecer que ele era Vice-Presidente da República tendo concorrido com mais dois candidatos. Portanto, se considerarmos os votos de cada um dos três, ele não teve nem maioria absoluta. Então, era uma legitimidade tênue, mas a legitimidade política adquire-se ou perde-se pelo desempenho. Eu julgo que o Jango perdeu a legitimidade pelo desempenho, quando tentou transformar o Brasil numa república sindicalista.

Por que ele perdeu pelo desempenho? Porque este tipo de alteração, de revolução institucional – modelo tcheco – não constava dos objetivos brasileiros; então, ele perdeu a legitimidade por causa disso. Nós julgamos que a Revolução de 1964 teve o direito de atuar contra ele, porque não era mais um Presidente legítimo.

As causas imediatas todos nós conhecemos. Os homens que assessoravam o Presidente João Goulart cometeram um erro crucial: nas suas pregações, nas suas atividades, eles abalaram, ou tentaram abalar, dois pilares fundamentais para as Forças Armadas – a hierarquia e a disciplina.

Os momentos em que esses pilares foram atingidos, profundamente, temos vivos nas lembranças daquelas reuniões: o comício da Central do Brasil e a revolta dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, ambos no Rio de Janeiro – onde a Marinha teve a sua hierarquia e a sua disciplina altamente abaladas – uma completa desorganização, abolindo o que nós temos de mais sagrado, que eu repito: a hierarquia e a disciplina.

Essas ações foram neutralizadas, inicialmente, pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade e, depois, por aquela célebre e histórica nota do Chefe do Estado-Maior, General Castello Branco, quando ele alertou o Exército sobre o que estava acontecendo no País.

No que tange ao General Castello Branco, é interessante lembrar uma coisa: em seus quarenta e tantos anos de serviços prestados ao Exército, nunca havia participado de qualquer movimento político. Então, cabe a pergunta: Por que ele participou do Movimento de 1964? Na minha opinião pessoal, foi porque não era uma revolução política, mas ideológica.

Então, essas são as razões que determinaram o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964.

*O senhor julga que a guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?*

Acho que teve, mas não é a influência que querem dar – até maliciosamente. O que acontece é o seguinte: o mundo estava dividido, não havia possibilidade de um país ficar fora daquela bipolaridade, e nós tomamos a decisão de ficar do lado bom, segundo eu penso.

Na Revolução brasileira, esse problema internacional da guerra fria teve uma influência, vamos dizer catalítica, mas não foi o principal responsável. Primordiais foram as nossas razões, aquelas citadas na resposta à primeira pergunta.

*Ministro, havia, de fato, um clima de insatisfação quanto ao Governo João Goulart?*

Isso é indubitável. A mídia era contra o Governo João Goulart. Existe a célebre palavra "Basta!", que vários jornais estampavam, e mais: a sociedade saiu para a rua, num movimento desconhecido por nós, com milhares de pessoas para protestar contra o que João Goulart estava fazendo, isto é, contra o caminho que ele estava tomando: tirar o nosso País da democracia em que vivíamos, para transformá-lo numa república sindicalista, que não era o desejo da sociedade brasileira, razão pela qual o governo dele se tornou ilegítimo.

*Qual foi, Ministro Leonidas, a posição da Igreja com relação ao Governo deposto em 1964?*

Se eu bem me lembro, a Igreja apoiou o nosso movimento, porque, como eu disse, a sociedade brasileira não estava satisfeita com o que ocorria no Governo João Goulart. Se depois ela teve outras manifestações, outro comportamento, o inicial foi de completo apoio à Revolução.

*O senhor poderia falar alguma coisa sobre o "grupo dos onze", do Leonel Brizola?*

Não conheço, em detalhes, como é que eles atuavam, mas, nitidamente, eram núcleos que foram formados para tarefas de violência, tarefas de subversão. Cópias típicas do que se fazia em outros países, em outras épocas. Na minha região do Rio Grande do Sul, impactou, de uma maneira muito grande, a sociedade democrática e conservadora.

*O que se passava, Ministro, no meio militar? Como era o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária?*

A grande maioria dos oficiais, sargentos e até soldados não concordava com o que estava acontecendo. Não obstante, a pregação, feita sempre por uma minoria ativista, havia se iniciado. Tivemos algumas lutas de opinião dentro dos quartéis, pois a grande maioria do Exército Brasileiro era contra aquele estado de coisas. Tanto é verdade, que a Revolução não encontrou maiores resistências, por causa desse aspecto: a grande maioria não era favorável que aquele governo continuasse.

*Embora o senhor já tenha tecido algumas considerações, eu volto a falar no significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução.*

É o direito que se tem de reagir, mas não foi um movimento reacionário, foi absolutamente autêntico e correspondendo aos interesses da nossa sociedade. O povo tem sensibilidade para as coisas, quando ele começa a se manifestar,

desapoiando algum governo, normalmente ele tem as suas razões. Quando essa marcha saiu, foi desencadeada – falam até em um milhão de pessoas – era um protesto bem claro, bem nítido, da sociedade brasileira, indignada com o que estava acontecendo, clamando para que houvesse um paradeiro.

E o mais interessante disso é que a grande maioria dos participantes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade eram mulheres, e até crianças.

*Então, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagrada a Revolução?*

Não tenho a menor dúvida. Eu cunhei, há alguns anos – o que irritava um pouco a esquerda – uma frase, que acho deveríamos até divulgar mais, sem pretensão pessoal: "O Exército nunca foi intruso na História desse País, o Exército sempre foi um instrumento da vontade nacional." Essa é a minha resposta para a sua pergunta.

*O senhor já disse, mas nós gostaríamos de enfatizar: havia, em andamento, uma Revolução de cunho comunista, para mudança da ordem institucional do Brasil?*

Indubitavelmente. Acontece que, na primeira fase dessas revoluções, existe uma inversão. Tanto que os conservadores anticomunistas, da época da revolução de 1917, sempre faziam a imagem da "bengala invertida": a ponteira ficava para cima e o castão para baixo. Nós estávamos notando isso, o que, no Exército, é uma coisa inadmissível. Repito mais uma vez: macula pedras angulares da nossa Instituição – hierarquia e disciplina.

*Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal, de seus chefes e de seus companheiros nos pródromos da Revolução, no seu surgimento e nas suas conseqüências?*

Nesse aspecto, temos de ser muito modestos, porque, na época eu era tenente-coronel. Então, nós, mais do que tudo, fazíamos os nossos chefes imediatos sentirem as coisas, e dizer que nós estávamos com eles. Esse é que era o nosso grande propósito, a nossa grande participação. Fora disso é pretensão. Um tenente-coronel, dentro do princípio da hierarquia, tem que fazer isso.

*Ministro, como se portaram os sindicatos e entidades taxadas de esquerdistas (CGT, PUA, CNTI), logo após o início da Revolução?*

Acovardaram-se, nada fizeram, porque, no fundo, no fundo, aquela frase dita por Luís Carlos Prestes: "Já estamos no governo, falta só o poder", era um

blefe. Logo que a Revolução tomou conta do poder, essa onda de CGT, PUA, CNTI acalmou-se e desapareceu.

*Quais foram, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?*

Sem dúvida, o maior líder da Revolução de 31 de Março de 1964 foi o General Castello Branco. Ele, assessorado de perto – isso eu vi e participei – pelos Generais Ademar de Queiroz, Ernesto Geisel, e o da reserva Golberi do Couto e Silva. Posso citar também os Generais Cordeiro de Faria e Costa e Silva. Embora esses não fizessem parte do grupo revolucionário do General Castello, na hora da decisão final, eles se harmonizaram e fizeram as coisas juntas.

Como civis, eu diria que o pregador foi Carlos Lacerda, tendo muita influência, também, o Governador Magalhães Pinto.

*Ministro, a Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna, ou houve auxílio do exterior, em especial dos Estados Unidos da América?*

Essa pergunta já me fizeram várias vezes, tive que respondê-la até para uma TV, no Japão. O problema é o seguinte: as razões principais pelas quais nós fizemos a nossa Revolução foram as que eu já disse.

A ação catalítica, a influência da guerra fria, existe, porque nós podíamos tomar um partido. Agora, a participação especial dos Estados Unidos foi só de aprovação, porque, obviamente – eu me coloco na posição deles – não veriam jamais, com bons olhos, que o Brasil se transformasse numa grande Cuba.

Que eles tivessem participado, diretamente, quer com armamento, quer com outros apoios, isso nunca existiu; sei porque conheci bem a personalidade, a independência, o patriotismo e o espírito nacional de Castello Branco, e ele nunca admitiria isso.

*A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?*

O Brasil e, portanto, a maioria das Forças Armadas, não concordavam com a pretensão de transformar o Brasil, democrático, em uma república sindicalista comunista. Essa é a razão pela qual isso aconteceu, e eu não vejo outra.

Então, quando nós "peitamos" o esquema, ele não tinha força para enfrentar a opinião da maioria do povo, do Exército e das Forças Armadas brasileiras. Eles fizeram a revolta dos sargentos, a revolta dos marinheiros etc, mas eram movimentos localizados, sem extensão para mudar o aspecto militar.

*Ministro, no seu entendimento, o emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 31 de Março 1964, foi correto?*

Pessoalmente não participei, mas vou lhe dizer uma coisa: foi uma grande inoculação de democracia nos homens que estavam se preparando para serem oficiais do Exército. Eu sou totalmente favorável ao que aconteceu.

*O senhor crê que as Forças Armadas, internamente, robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964? Por quê?*

Não tenho a menor dúvida disso, até porque nós, com as medidas para afastar os que estavam tentando comunizar o Brasil, liberamo-nos daqueles que procuravam a cisão dentro das Forças Armadas.

Afastados aqueles que buscavam a cisão, os que ficaram tiveram, então, todas as condições de união – pensamento uniforme e os mesmos propósitos. Por isso, eu acho que, depois de 1964, a coesão das Forças Armadas se robusteceu; pode-se até considerar alguma exceção, mas é só como exceção.

*Ministro, o Movimento de 1964 era baseado em alguma ideologia?*

Era contra a ideologia comunista. Normalmente, ninguém denomina a democracia como ideologia. Então, digo que era baseado na oposição à ideologia comunista.

*A hoje chamada mídia apoiou o Movimento? O senhor poderia citar algum exemplo?*

Não me lembro exatamente se em todos os jornais, mas eu não tenho a menor dúvida de que os jornais do Rio de Janeiro, onde eu vivia, bem como, de um modo geral, os do resto do Brasil, eram contra o que estava acontecendo, a não ser algum jornal específico, como me parece o jornal *Última Hora,* do Rio de Janeiro, daquele jornalista que era muito ligado ao Jango.

Então surgia aquela palavra típica, que os jornais usavam: "Basta! Basta!", querendo dizer "chega do que está acontecendo". A mídia toda estava pedindo que nós fizéssemos o que fizemos. Por isso, hoje, quando se fazem essas considerações injustas, acho – usei essa palavra que pode ser dura – uma "safadeza" histórica. Atribuir-nos a realização de desempenho histórico que não correspondia aos interesses do Brasil, eu acho que é uma grande "safadeza", porque nós fizemos, na época, o que o povo queria.

O povo pediu, o povo gritou para que nós fizéssemos. Lembro que eu era um tenente-coronel e, nos meus relacionamentos de sociedade, cansei de ser agredido por pessoas perguntando-me: " O que é que vocês estão fazendo nesses quartéis? Não estão vendo o que está acontecendo no Brasil?"

*No seu entender está correto o termo Revolução, ou como é que o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março de 1964?*

Nós já designamos o movimento desse modo, então temos que aceitar, mas, na verdade, foi uma contra-revolução. Essa denominação de Revolução – e agora é ditadura militar, hoje é ditadura militar – acho uma impropriedade.

Como ficou dito nessa breve exposição que estamos fazendo, fica bem claro que nós saímos dos quartéis para neutralizar alguma coisa de errado que estava acontecendo, na opinião da sociedade brasileira; e de que instrumento dispõe a sociedade brasileira para fazer isso? As Forças Armadas. Então, atendemos às solicitações da sociedade.

*Ministro, no seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?*

Essa é outra questão que se debate muito. Eu sempre digo o seguinte: se fosse governo militar todas as atividades teriam sido desempenhadas por militares. Mas veja o acerto, a clarividência dos chefes militares: nunca se viu, na área mais sensível de um país, que é a área econômico-financeira, um homem fardado. Pelo contrário, colocamos lá todos os ditos "sábios das escrituras": Bulhões, Roberto Campos, Simonsen, Delfim, Galvêas etc.

Temos, sempre, que nos lembrar de uma coisa, que os adversários não gostam de ouvir: em 1964, o Brasil era a 48ª economia do mundo; em 1984 era a 8ª. Isso, por si só, responde a todas as perguntas sobre se a Revolução de 1964 foi boa para o Brasil. Não estamos levando em conta o mal maior, que seria ingressarmos naquelas teses que não se compatibilizam com o pensamento brasileiro: do comunismo, do despotismo e da violência.

*A mídia nessa última década, e aqueles que hoje detêm o poder, fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. o senhor gostaria de falar alguma coisa?*

Poderia fazer um elenco de acertos, mas acho que o mais palpável e indiscutível é esse que acabei de citar: em 1964 nós éramos a 48ª economia do mundo, e em 1984, vinte anos depois, éramos a oitava.

Para não falar das estradas que nós construímos, das comunicações implantadas no Brasil e de tantas outras realizações. Reconheço que não atingimos, por exemplo, todos os objetivos sociais que desejávamos, mas aí existem outras manifestações que não me deixam dúvidas de dizer por que nós não tivemos sucesso.

Eu sempre digo isso, e tenho coragem de dizer, porque tem gente que não gosta, mas enquanto nós não tivermos, em nosso País, uma política demográfica

estabelecida – mas diga-se de passagem, nada compulsório, nada obrigatório, mas sim de caráter educacional – ficaremos numa situação difícil para resolver problemas sociais. Haja vista um dado que gosto de repetir: a cada ano nasce no Brasil uma população igual à do Uruguai.

Não é fácil resolver o problema social nesse País. Atualmente se diz que a nossa taxa demográfica caiu – eu até acredito – mas não foi graças aos segmentos que deviam ser, que são os segmentos que não têm qualquer capacidade de sobrevivência, nenhum poder econômico-financeiro. Caiu justamente para quem poderia ter mais filhos, que são as classes A e B. As classes C, D e E, estas têm filhos de uma maneira desordenada.

Minha experiência na Amazônia credencia-me a dizer que, com esse nascimento descontrolado, vamos levar muitos anos para fazer justiça social e uma distribuição de renda correta.

Nós precisamos, obviamente, chegar a uma taxa de natalidade mais justa – 1.2 ou 1.3, mas não é agora – e sim através da educação, através do convencimento e sem medo de enfrentar opiniões de outras organizações.

Digo com a maior tranqüilidade o seguinte: um dos maiores obstáculos que nós temos hoje para isso é a Igreja Católica, religião que a grande maioria dos brasileiros adota, professa. Eu tenho segurança de que o próximo Papa terá a obrigação de fazer o que fez João Paulo II, pedindo desculpas no que tange à evangelização forçada que se viu no mundo, à inquisição que a Igreja comandou e à perseguição aos judeus.

O Papa que suceder a João Paulo II, ou algum outro, vai ter que pedir desculpas, também, por não ter permitido aos países em desenvolvimento, aos países pobres, realizar um planejamento familiar correto e, repito, sem ser compulsório nem obrigatório, mas sim através da educação. O que significa isso: ensinar e propiciar meios.

Em cada uma dessas cestas que o governo distribui, deviam estar embutidos os meios para que as famílias decidissem livremente a possibilidade de ter os filhos que desejassem, e não descontroladamente, como é hoje.

*A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de possíveis erros?*

Sobre isso tenho até uma experiência pessoal para falar.

De uma feita, nós levamos uma proposta ao Presidente Castello Branco, de fazer, não propaganda, mas mostrar as coisas positivas do governo revolucioná-

rio. O General Castello Branco tinha uma verdadeira ojeriza de que pudesse ser criado algo parecido com o DIP, e a frase dele, eu me lembro, foi essa: " É o povo que tem que ver o bem que nós estamos fazendo." Disso, eu sou testemunha. Mas ele, talvez, tenha esquecido, na sua pureza de comportamento, de que os nossos antagonistas trabalhavam de uma maneira muito profissional para impedir que essa sensação chegasse ao povo naturalmente.

*O que o senhor teria a nos dizer a respeito das ações de guerrilha e terrorismo praticadas pelos extremistas no período revolucionário?*

Eu sempre digo o seguinte: nos atribuem torturas e matanças, e sempre contesto, dizendo que nós fizemos a Revolução de 1964 e não foi ninguém para o *paredón*. Qual foi a medida adotada? Podia-se chamar de altamente civilizada, que foi a cassação – cassação com dois "s", eu sempre faço essa ressalva. Que nada mais é do que rebatizar duas medidas milenares, que se chamavam: na Grécia, ostracismo e, em Roma, banimento. Eram os instrumentos que possuíam esses povos antigos, cultos, sábios e democratas – na Grécia, que indiscutivelmente foi o berço da democracia – para afastar do convívio da sociedade aqueles que estivessem, no parecer da maioria, prejudicando-a. Então, foi o que fizemos.

Não gosto de falar disso, mas quando é que começou a violência e como se desenvolveu? Foi a bomba colocada ao Aeroporto dos Guararapes. Todos nós deveríamos saber o seguinte: estava previsto chegar, ao Aeroporto de Guararapes, o General Costa e Silva com sua comitiva, durante o período em que ele se lançava a Presidente da República.

Por coisas do destino, o avião que ele esperava – que viria do Ceará, o pegaria no Recife e depois voaria para Salvador – não veio. E eles, então, foram de carro, da Paraíba direto para Salvador. Em conseqüência, o aeroporto estava semivazio. Não obstante, a bomba matou o Almirante Fernandes, o jornalista Régis e tirou os dedos da mão do General Silvio, além de ferir várias pessoas.

A gente fica imaginando se aquele aeroporto estivesse à cunha, como era de se esperar se o candidato, General Costa e Silva, tivesse chegado com a sua comitiva, além daquele povo todo esperando. Quer dizer, haviam preparado uma matança.

Nós, de formação portuguesa, temos uma velha mensagem para explicar esse fato: "Quem semeia ventos, colhe tempestades." Quem começou o ato de violência, quem começou a fazer correr sangue nesse País, apesar do número reduzido de vítimas, foi a esquerda.

No livro de Ronaldo Costa Couto, ele diz que o Betinho – esse célebre Betinho – declarou que sabia quem havia posto a bomba: era o pessoal da AP. Não

dizia os nomes, porque tinham falecido – quem pode saber? – e que ele não queria criar problemas.

*Ministro, houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento de liberdade, com prejuízos para a divulgação do pensamento e idéias de segmentos da sociedade?*

Acho que houve, mas na medida do necessário. Eu pergunto: "Esse senhor, que agora foi eleito para a Academia de Letras, o Cony, não escreveu sempre o que queria?" Porém, dados, publicações, livros etc, que confrontavam conosco, nós não permitimos. Em períodos de crise ou de luta, isso ocorre.

Não podemos esquecer de uma coisa: o nosso propósito – o propósito da Revolução de 1964 – sempre foi o retorno do Brasil à democracia. Lembro-me muito bem de que quando o Presidente Tancredo Neves foi eleito e me convidara para Ministro do Exército, os repórteres de Porto Alegre, onde estava comandando o então III Exército, perguntavam como é que eu, um revolucionário histórico, me sentia. Respondia que muito à vontade, porque nós estamos desaguando onde sempre desejamos, que é a democracia.

Porque a Revolução de 1964 foi feita com esse objetivo. Se houve descaminhos, os principais responsáveis por eles foram os atos de agressão que nós sofremos da subversão. Se a subversão não tivesse nos agredido tanto, teríamos chegado muito antes à democracia, porque essa era a idéia tão perseguida pelo General Castello Branco.

O General Castello Branco sempre teve como objetivo transformar o Brasil, o quanto antes, numa democracia. Acontece que, fustigado pelos antagonistas, essa transformação demorou mais do que devia. No meu ponto de vista pessoal, sempre tenho manifestado isso.

Acho que nós cometemos dois erros, no que tange à permanência da Revolução:

• O primeiro, limitar o governo de Castello Branco. A Revolução estava legitimada por si mesma, não tinha nada que "concluir o outro mandato" – nós devíamos ter começado "o mandato de Castello Branco", de seis anos, por hipótese, findos os quais nós voltaríamos à democracia. Foi um erro que, na época, eu, um jovem Tenente-Coronel, já dizia e comentávamos. Não se trata de um erro que eu analiso agora – mas, repito, não nos deixaram outro caminho. O General Castello Branco tinha verdadeira obsessão de ser considerado um ditador, não gostava dessa situação.

• O segundo erro foi o de prolongarmos demais a Revolução, o que nos trouxe uma carga negativa muito grande, que é essa que nos persegue até hoje, que nos desgastou, inclusive, na opinião pública – opinião pública, trabalhada pela mídia

quase toda esquerdista, que hoje nos antagoniza. Insistem em dizer que somos torturadores, matadores etc. Esqueceram-se de que nós salvamos o Brasil.

*Ministro, quais os objetivos da luta armada, desencadeada no campo e na cidade, e onde buscava orientação e apoio?*

Essa é outra coisa interessante. Nos dias de hoje ficam aí falando da célebre "Operação Condor". Sempre digo, é uma lei antiga, de física, que "a toda ação corresponde uma reação igual em sentido contrário" e, dessa forma, respondo a essa pergunta. Se a orientação e o apoio dessas operações vinham de fora – vinham da Rússia e da China, via Cuba ou Uruguai – enfim, era um movimento internacional integrado, o que há de estranho no fato de o Cone Sul se reunir para colocar um "basta" a isso, com troca de informações, já que todos eram atingidos? Então, isso é um verdadeiro absurdo, é um desses outros clichês que a mídia cria para nos ofender, até hoje, sem nenhuma razão.

*Irracional seria nós não termos informações e ligações no Cone Sul.*

*Ministro, o AI-5 era necessário?*

Acho que voltamos à mesma tese: o AI-5 foi fruto do comportamento da esquerda. Se eles não tivessem aquela agressividade, o AI-5 não teria sido criado. Nós estávamos no poder, estávamos convencidos e certos de que estávamos fazendo um bem para o Brasil. A troco de quê nós íamos nos deixar vencer por argumentações e ações anti-sistêmicas? O problema de todo país que quer democracia é que ele admite ações intra-sistêmicas, mas ações anti-sistêmicas não são admitidas. Dessa forma, foi criado o AI-5, para neutralizar ações anti-sistêmicas.

*No seu entender, foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o SNI e os DOI, e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?*

Vou dizer mais: a razão da criação do SNI não foi da Revolução de 1964, ele já deveria existir, porque não existe país no mundo que não tenha um serviço de informações de alto nível. Os fatos que ocorreram depois da Revolução de 1964, muitos deles, aconteceram porque o governo não tinha o SNI "na sua mão".

O Presidente Fernando Collor, se tivesse um SNI à sua disposição, informando-o, de duas, uma: ou ele parava de fazer, se fosse co-responsável, ou atuaria contra quem estivesse fazendo errado. Mas como ele não tinha informações, não fez nem uma coisa, nem outra.

A nossa Instituição, achei que, hábil e inteligentemente, criou órgãos especiais para neutralizar a subversão, permitindo que a maioria do Exército Brasi-

leiro continuasse na sua missão precípua de treinamento, para assegurar e defender a nossa soberania e autodeterminação. Apenas um grupo menor, que era o DOI/CODI, ficou encarregado de atuar, visando neutralizar as ações negativas, violentas e criminosas, como raptar embaixadores, assaltar bancos etc. Essa é a verdade, que nós não costumamos dizer.

Dias atrás, fazendo uma entrevista em uma TV, sob o ponto de vista de História, disse o seguinte: "Uma das coisas que muito me irrita pessoalmente – me irrita mesmo – é que os subversivos se intitulam idealistas, heróicos, patriotas. E nós, não? Isso é para rir, não é? Patriotas e idealistas somos nós, que sabemos do que o Brasil precisa, inclusive porque o caminho pelo qual esses homens queriam levar o Brasil foi demonstrado, à exaustão, que era errado. Foi o que aconteceu com todo o esquema comunista no mundo."

*Qual a sua opinião acerca do panorama político, principalmente o comportamento do Congresso Nacional, durante os governos revolucionários?*

Eles foram participantes. Havia uma voz ou outra reagindo, mas foram participantes.

*Hoje em dia muito se tem falado – como o senhor mesmo já teve oportunidade de destacar – em "ditadura militar" e "anos de chumbo". O que o senhor pensa exatamente a respeito ?*

Em toda a minha vida, minhas funções sempre foram operacionais, nunca de informações. Quando o meu amigo – chefe a quem muito admiro – General Reinaldo, foi comandar o I Exército, ele me convidou para ser seu Chefe de Estado-Maior (ChEM), e era inerente ao cargo a subordinação do DOI/CODI. O DOI/CODI era diretamente subordinado ao ChEM. Tive, então, pela primeira vez, a oportunidade de "encostar" nisso. Foi uma experiência interessante. Nós éramos função do que a subversão fazia.

O nosso trabalho, em 98% das oportunidades, era o de neutralizar a atuação da subversão. Então, está aí a resposta aos tão falados "anos de chumbo". Eles surgiram em decorrência de uma necessidade operacional.

Quanto a essas acusações que nos fazem, "agora todo mundo é torturado, é heroísmo ter sido torturado", eu já disse isso na Fundação Getúlio Vargas, disse, na última vez, na TV e repito hoje aqui: "Nós estivemos no I Exército – o General Reinaldo, como Comandante e eu como Chefe do Estado-Maior – durante dois anos e dez meses, e desafio alguém a dizer que foi torturado." A tortura existiu, eu nunca neguei isso, "numa ponta de linha", às duas horas da manhã, fora do con-

trole, quando duas pessoas entravam em choque ou se digladiavam. Entretanto, ela nunca foi política, nem norma, nem ordem dos escalões superiores.

Eles vivem querendo atribuir a nós a responsabilidade por ela, que a ordem era implícita. Acho que houve excessos, mas nem podia deixar de haver, porque essa é a lei do mundo, a raça humana é assim mesmo, a raça humana é desse jeito.

Eu me lembro de que no DOI/CODI fazia-se um controle muito grande: primeiro, para fazer prisioneiro, só quando havia um fato específico, uma necessidade específica, prendia-se alguém; depois, esse alguém era tratado, não com bondade – que inimigo não se trata com bondade – mas com humanidade. Rispidamente, é verdade, mas com humanidade. Não se fazia nada que fosse desumano.

Eu sempre pregava o seguinte, com uma frase típica, simples, porque a gente tem que criar um impacto na cabeça dos executantes: "Na hora de dar chocolate, não se dá tiro; na hora de dar tiro, não se dá chocolate."

*Ministro, as Forças Armadas auferiram alguma vantagem na época dos governos revolucionários?*

Isto é uma coisa de que nós nos orgulhamos, e essa gente, que até hoje vive nos fustigando, nos atacando, não reconhece: nunca tivemos vantagem nenhuma. Os nossos ordenados nunca foram além do que são, medíocres; os nossos orçamentos nunca foram além do que são, medíocres. Nós nos mantivemos, como sempre, nitidamente preocupados com o Brasil. Não reconhecer isso é outra "safadeza" histórica.

*Era o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança.*

É mais uma "safadeza" histórica não reconhecer isso.

*De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz desses vinte anos de governo revolucionário?*

Acho que foi extremamente positivo. Em primeiro lugar, de onde veio a posição econômico-financeira do Brasil? E onde foi parar, em vinte anos? Se alguns aspectos nós não pudemos ser completos – e não o fomos, por exemplo, na parte social – e a justificativa, eu acho, é que, com a nossa taxa de natalidade, é impossível alguém ter sucesso nesse campo.

Agora, no que tange a essa acusação que nos fazem: "Mas a Revolução não permitiu que nascessem os líderes políticos!" A Revolução existiu porque não havia líderes políticos nesse País, essa é que é a verdade, não querem ver essa verdade.

E vou dizer mais: a liderança e a chefia aparecem, justamente, nos anos de crise. Então, não somos responsáveis por não haver líderes políticos nesse

País. Responsável por isso é a falta de ingresso, na política, dos homens que nela deveriam ingressar.

*Por que a Revolução se desengajou da condução política do País?*

Nós não nos desengajamos da condução política. Chegou a oportunidade e nós fizemos o caminho ao qual nos propusemos desde o início, o de voltar à democracia. Nós não desengajamos, nós voltamos à democracia.

E digo mais, quando vejo esses "heroizinhos" das "diretas já": aquilo ocorreu porque nós desejamos que ocorresse, eu mesmo participei do desejo das "diretas já". Esses "heróis" precisam saber que, "a bordo desse barco deles" estávamos nós também, desejando que isso acontecesse. E é uma injustiça não reconhecer que os Generais Geisel e Figueiredo tenham sido os grandes responsáveis por essa abertura. Porque se não quisessem, não tinha jeito, ficava fechado.

*Houve a partir de 1985, e existe ainda hoje, o chamado "revanchismo" – que o senhor está abordando com muita propriedade – por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares?*

Isso é uma coisa que considero muito errada. Costumo dizer que anistiamos essa gente toda; eles não nos anistiaram até hoje. Todo dia tem uma "futrica" nos jornais, todo dia tem uma "coisinha" aqui, uma "coisinha" ali. Agora, as "coisinhas" deles, não. "Vamos ver o que houve no Riocentro; vamos ver o que houve não sei onde?" Por que ninguém falou: "Vamos ver o que houve no Aeroporto dos Guararapes?" Para eles não houve isso... Ninguém quer saber.

Isso, indubitavelmente, é revanchismo. Eu diria tratar-se de *jus esperniandi*, para utilizar uma frase usada, jocosamente, contra quem perdeu a guerra e não conseguiu alcançar o objetivo pretendido, que era fazer desse País uma república sindicalista. Como compensações psicológicas pessoais, fazem esses ataques, que eu considero "pequenos", sem grandeza, pois devem-se a recalques pessoais. Por causa de episódios históricos que daqui a pouco estarão na fumaça dos tempos, por falta de grandeza e de espírito de estadista, querem macular a imagem da Instituição que é encarregada da manutenção da soberania, da autodeterminação e da independência desse País. Onde é que está a grandeza de quem atua desse jeito? Não têm grandeza, isso é uma pequenez.

*Ministro, como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do comunismo no Brasil?*

Engraçado, dizem – até já ouvi essa frase – que o comunismo desapareceu no mundo inteiro, menos no Brasil. Acho que o comunismo, como ideologia, realmente desapareceu, por uma razão muito simples: ele demonstrou, com a maior evidência, que se tratava do maior embuste do século XX. Os países que o adotaram acabaram sendo altamente discricionários, ditaduras violentíssimas, matadores incríveis. Roberto Campos, naquela sua maneira muito peculiar de falar, quando tomou posse na Academia, disse: "Nos países brancos, nos países morenos, nos países amarelos, nos quatro cantos do mundo em que o comunismo foi adotado, milhões de pessoas acabaram por sofrer violência, no verdadeiro terrorismo de comando."

Estamos seguros, muito seguros, de que, agora, as teses comunistas não têm nenhuma chance de subsistir. Pode existir em um ou outro recalcado, ou que ainda esteja vivendo essas idéias do passado, mas que não tem mais repercussão.

O que é que subsiste no Brasil? Ainda há uma manifestação da esquerda no País: é a ofensa sistemática, o ataque sistemático às Forças Armadas. É um recalque que eles têm. Eles sabem que o comunismo não tem mais vez, mas não nos perdoam, por termos barrado, em 1964, o acesso deles ao poder.

Essa é a manifestação que vejo de esquerda, hoje, no Brasil. Pensar que podem transformar esse País? Eles não vão conseguir nunca.

*Ministro, a imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. Qual a sua interpretação a respeito ?*

Isso é uma verdade. Na última pesquisa, ficamos com 82% da opinião pública, inclusive à frente da Igreja. De outras instituições, nem se fala. Mas não vejo isso com o mesmo entusiasmo generalizado, e vou dizer o porquê: "Esse resultado é fruto da opinião de todo o povo brasileiro, obtido com o apoio da população que não tem possibilidade de ler ou ser influenciada por essa mídia que nos vem, como tenho mostrado, fustigando de maneira injusta. Os segmentos que constituem as classes mais elevadas não estão nos dando tanto apoio assim". Então, vejo com certa preocupação essa pesquisa. A mesma traduz que a maioria do povo brasileiro acha isso, mas diria que a maioria com curso superior não pensa assim não, lamentavelmente. É uma opinião pessoal, não tenho a pretensão de estar certo. Mas, se você conversa com universitários e intelectuais, verá que não estão do nosso lado, porque foram trabalhados pelos nossos adversários que os ensinaram a se posicionar contra nós.

*Influenciados por uma estratégia que nos é contrária, adotada nos órgãos de comunicação social e na cátedra universitária, principalmente.*

Veja bem, aqueles 82% nos dão um tipo de informação, mas não é uma informação que me satisfaça. A informação que me satisfaria seria o resultado positivo para nós de uma pesquisa que fosse feita em todas as universidades do Brasil. Porém, não tenho a menor dúvida de que ele seria negativo.

*Influência maléfica dessa imprensa e de professores que não nos perdoam, porque são os perdedores de 1964 e da época da luta armada.*

Porque barramos o acesso deles ao poder durante o período revolucionário.

*Ministro, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de março de 1964.*

Como mensagem final, devo dizer que quando alguém, no futuro, ouvir aqueles que aqui foram entrevistados, fique convencido de que a Revolução de 1964 foi feita para salvar o Brasil de um grande desastre, e ela conseguiu isso. Nós, as Forças Armadas, temos arcado com a responsabilidade disso, e nos orgulhamos. Estamos prontos para sofrer essas injustiças menores, porque temos plena convicção de que desempenhamos um papel destacado, histórico, extremamente válido, que só engrandece as Forças Armadas do Brasil.

# General-de-Exército Rubens Mário Brum Negreiros

- Natural da Cidade de Dom Pedrito, RS.
- Último posto na carreira: General-de-Exército.
- Na II GM, exerceu, no posto de Tenente, a função de adjunto do Oficial de Informações do Batalhão de Engenharia (1º BE Cmb) da Força Expedicionária Brasileira.
- Foi oficial de Gabinete do Ministro da Guerra Orlando Geisel, Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, Comandante do I Exército, atual Comando Militar do Leste e Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- No exterior: adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na França.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o de Comando e Estado-Maior dos Estados Unidos.
- Em 1964, era Tenente-Coronel, e, na eclosão da Revolução, apresentou-se ao General Augusto Cezar de Castro Muniz Aragão, vindo a constituir, juntamente com outros companheiros, seu Estado-Maior.

---

Entrevista realizada no dia 10 de maio de 2000.

A Revolução de 1964, que uns chamam de Contra-Revolução de 1964 e outros afirmam ter sido uma derrubada da democracia no Brasil, possui, na realidade, antecedentes históricos vindos desde o início do século XX. Vou limitar-me a comentar, apenas, os fatos mais recentes que possam haver influenciado esse episódio, a que chamo de contra-revolução.

A partir de 1922, ocorre um movimento chamado "tenentismo". Os militares passam a demonstrar vontade de contribuir decisivamente para a melhoria de todos os setores da vida do país: especialmente as áreas de Energia, Economia, Educação, enfim, para seu amplo progresso. Após o movimento dos tenentes, irrompe a Revolução de 1930, no bojo da qual Getúlio Vargas, como líder, é investido na chefia do país, com isso provocando o desmonte da chamada política "café com leite", de São Paulo e Minas, que dominava o Brasil.

Na época, todo o problema era político. Não havia uma ideologia bem definida, nessa etapa, que só veio aparecer, em 1924, com a Coluna Prestes, assim mesmo muito ligeiramente. Depois, em 1930, começa a surgir alguma coisa, mas, em 1935, aflora o Movimento Comunista Internacional, no Brasil. Aí estão referenciados, na minha opinião, os fatos mais recentes que tiveram influência no Movimento Revolucionário de 1964.

Na Intentona de 1935, os comunistas tomaram o poder no Nordeste, durante três ou quatro dias, não lembro, mataram e assassinaram os nossos companheiros, estenderam o seu braço para o Rio de Janeiro, na Escola de Aviação Militar, em Deodoro, e no 3º RI, na Praia Vermelha, cujo prédio não existe mais.

Esses acontecimentos caracterizam o começo da definição ideológica.

O grupo de 1935 continua a desenvolver-se, ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas constrói a sua política trabalhista e conservadora. Os fatos prosseguem e eclode o Movimento de 1945, após a volta da Força Expedicionária Brasileira. Getúlio já sentia que as pressões para a democratização do país iriam ser grandes, porque, em 1937, havia editado uma carta constitucional alcunhada de "polaca", instrumento ditatorial, e ele o único mandante. Acabou deposto, pois queria perpetuar-se através de algumas manobras políticas, como o "queremismo", ajudado por Luís Carlos Prestes que, por sua vez, estava reaparecendo, depois de ter sido preso e, digamos assim, quase "apagado" pelo próprio Getúlio Vargas.

Após 1945, sucedem-se as eleições e, posteriormente, em 1954, o suicídio de Getúlio.

Mais tarde, precipitam-se os acontecimentos de 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek. Continuamente, os grupos estavam se definindo: de um lado, os conservadores, ou os que não eram totalitários nem comunistas, que começa-

ram a se dividir. Do outro lado, mantinha-se o Movimento Comunista Internacional, aqui representado e dirigido, principalmente, por Luís Carlos Prestes.

Isto posto, quando o João Goulart, em razão da renúncia de Jânio Quadros – uma nódoa na política brasileira –, assumiu o governo, aquele grupo do Movimento Comunista Internacional, ligado aos sindicatos, aos "pelegos", aos movimentos "populares", quis aproveitar-se da oportunidade, porque João Goulart mostrava-se fraco, embora tivesse influência no meio trabalhista. Foi, afinal, onde infiltrou-se o pessoal do Movimento Comunista Internacional.

Aliás, uma fase, um momento da vida nacional muito interessante e importante para observarmos, porque, no período em que o João Goulart foi presidente, é público e notório – basta consultar os jornais e os meios de comunicação – os sindicatos mandavam, bem como os pelegos que nada respeitavam. Como conseqüência, começou a tomar forma e crescer um movimento anticomunista de oposição a João Goulart e contra o sindicalismo infiltrado de pelegos.

Esse movimento se fortalecia, na medida em que era necessário antepor-se ao avanço de líderes sindicais, como Dante Pelacani e outros, cuja influência aumentava, junto ao Presidente João Goulart.

E a influência era muito grande. Sabia-se, através dos jornais da época, que no Palácio Laranjeiras, onde o Presidente João Goulart se encontrava constantemente, a sala de espera era local de reunião dos sindicalistas, onde os pelegos, relaxados, com os pés em cima das cadeiras e das mesas, demonstravam a intimidade que tinham com o governo.

À época, João Goulart, talvez por ser primário e não possuir força suficiente, era comandado por todos aqueles sindicalistas. Faltava tudo no País. Faltava arroz, faltava feijão, sumiam os gêneros alimentícios, desabastecimento, dificuldades cada vez maiores. Então, a reação tornou-se crescente, pois o governo não tinha um objetivo, só se via destruição e desorganização.

O lado conservador, apesar de dividido, começou a reorganizar-se para antepor-se àquele movimento comuno-sindicalista e ao próprio Movimento Comunista Internacional. É só compulsar os jornais e as revistas da época, bem como atentar para noticiários de rádio e televisão, e constatar o que estava acontecendo no País. Aos poucos, as pessoas foram se conscientizando da necessidade de dar um basta.

Um grupo achava que podia esperar até o fim do período do Governo João Goulart, que se daria dentro de um ou dois anos. Um outro achava que ele já havia atingido ao ápice da desorganização, no país. O marco desse sentimento de revolta antipresidente, contra João Goulart, foi o comício da Central do dia 13 de março de

1964, no qual eles disseram e fizeram tudo, todos os tipos de provocação. Havia bandeiras e faixas com incitações sobre o que deveria ser feito para acabar com a oligarquia, o conservadorismo e criar um governo populista, governo, segundo eles, do povo, pelo povo e para o povo, e, entre parênteses, para o Movimento Comunista Internacional.

A reação, entretanto, era crescente. Havia, do lado militar, uma preocupação constante, de como opor-se às forças ditas populares que, na realidade, eram comandadas de fora do País. Houve reuniões, uns grupos mais extremados, outros menos, até que explodiu o Movimento no dia 31 de março. Por que explodiu? Porque, no fundo, o General, futuro Presidente, Castello Branco, um homem moderado, tomara providências para evitar que o País sofresse um descalabro. Por que ele aceitou o repto? Porque começaram a querer desorganizar, a desmoralizar, também, as Forças Armadas. Incentivavam desrespeitos freqüentes à hierarquia e à disciplina que são a base da estrutura militar, nossas vigas – mestres. Nesse clima, então, ocorreu a explosão do dia 31 de março.

Agora, o importante, para que chamo muita atenção, é que, apesar disso, a mídia, hoje, investe contra o movimento, dizendo que foi um atraso, que o Brasil regrediu, pois a democracia estava sendo instalada. Entendo que não é verdade, porque, avançando um pouco no futuro, podemos comparar a nossa Revolução de 1964 com a queda do Muro de Berlim, em 1989. Por que o mundo alegrou-se com a queda do Muro de Berlim? Porque aquelas repúblicas, que se diziam democráticas, eram subjugadas pelo Movimento Comunista Internacional e, quando foi derrubado o Muro de Berlim, veio então a liberdade, a fuga em massa do Leste Europeu e da própria Rússia; o mundo todo aplaudiu, razão por que não entendo o fato de terem mudado tanto com relação à nossa Revolução de 1964, uma vez que, na época, aplaudiam e elogiavam e, agora, criticam, denigrem. Diria que aclamaram e festejaram o Movimento de 1964, exatamente como no Movimento de 1989, mas, hoje, o atacam, sem nenhuma razão lógica para tal mudança.

A luta pela liberdade, travamos em 1964, a luta pela liberdade do mundo apareceu em 1989, quando o Muro de Berlim caiu, é muito importante que façamos essa correlação. Penso que foi uma maneira, uma solução muito brasileira, dentre todos os movimentos que vivemos e de que participamos, quando o interesse maior da nação, do país e do povo – a liberdade – foi preservado. É importante fazer esta correlação.

*General, além desse fato do dia 13, o Comício da Central, que eventos ocorridos, nesse mês, também contribuíram para precipitar a Revolução de 31 de Março?*

O que mais contribuiu foi a reunião, de que o senhor João Goulart participou, realizada no dia 30 do mesmo mês, no Automóvel Clube do Brasil, com o Clube dos Subtenentes e Sargentos, em que pese o fato de que o presidente do clube fosse um sargento de primeira linha, pessoa respeitada. Está me faltando o seu nome. Por melhor que ele quisesse conduzir os acontecimentos, um grupo maior ultrapassou-o e, em ligação com o próprio Gabinete Militar da Presidência da República, promoveu a reunião no dia 30 de março, no Automóvel Clube. Ali aconteceu o desrespeito total à hierarquia e à disciplina, abalando profundamente nossa Instituição, o Exército Brasileiro.

*Além daquela revolta dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos em Triagem.*

Sim, mas isso foi antes. A reunião no Automóvel Clube foi depois; a revolta dos marinheiros já ocorrera, havia uma semana.

*Eu assisti – servia em São Paulo e vim ao Rio, aproveitando o feriado da Semana Santa. Desuniformizados, abraçados com as esposas, agarrados com os metalúrgicos, uma demonstração, também, de falta de respeito à disciplina e à hierarquia.*

Você deve estar lembrado de que os jornais e as revistas mostraram o Almirante Cândido Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais, no meio da rua, andando junto aos marinheiros, numa demonstração de total inversão daqueles valores.

*O senhor julga que a guerra fria teve alguma influência na Revolução de 31 de Março?*

Depois da Segunda Grande Guerra, dois campos opostos se defrontaram: o campo democrático e o campo comunista, totalitário. A guerra fria desenrolou-se com ações subversivas, particularmente desencadeadas pelo Movimento Comunista Internacional, dirigidas da Rússia ou de um dos seus satélites, fazendo com que ocorresse a desintegração dos países democráticos. Esse procedimento transportou-se para o Brasil, e a atuação do Governo João Goulart foi um exemplo claro do desenvolvimento da guerra fria.

*O senhor poderia acrescentar algo mais acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de Março?*

Como disse antes, havia os grupos conservador, trabalhista e o comunista internacional. O trabalhista era influenciado, muitas vezes, pelo Movimento Comunista Internacional que tomava as iniciativas de criar um mal-estar na sociedade brasileira, como um todo. E o grupo conservador se opunha a isso.

Um dos pontos marcantes foi a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade que começou, aos poucos, nos Estados e, depois, desaguou em duas grandes

marchas, uma em São Paulo e outra, no Rio de Janeiro. Isso marcou a posição do povo contra o *status quo* do governo do senhor João Goulart.

De modo que, ao fazermos o movimento em 31 de março, este, sobretudo, significou a resposta aos anseios da sociedade, que estavam escritos e transcritos em todos os meios de comunicação. Quem quiser hoje saber se é verdade ou é mentira é só ir às bibliotecas e ler os jornais, a partir de 1961 em diante, ver a evolução dos acontecimentos e constatar como se passou tudo.

*Então, havia um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?*

Total.

*De um modo geral, qual a posição da Igreja em relação ao governo deposto em 1964?*

A Igreja era contra, tanto que houve aquela grande Marcha, com Deus, pela Liberdade. A oposição ao Governo de Goulart era muito intensa.

*O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros aparatos semelhantes que eclodiam na época?*

Conheci mais a fundo as Ligas Camponesas, anos depois, quando comandei o Grupamento do Nordeste, em João Pessoa. A principal base das Ligas Camponesas encontrava-se no Nordeste. O Francisco Julião era de lá. É preciso que se entenda um pouco as Ligas Camponesas. Alguns vão se surpreender com o que vou dizer. Naquela época, havia a exploração do agricultor, que era analfabeto, não sabia o que fazia, e os políticos, no caso o Julião, aproveitaram-se disso para explorar a ingenuidade, a boa vontade e o interesse daqueles homens. Porque, na realidade, da Abolição da Escravatura até 1964, a mudança foi muito pequena, naquela região.

Então, para alguém que tinha idéias, digamos, socializantes, foi fácil atuar. Não vou dizer que o pensamento social seja errado, mas a idéia socializante era, porque queriam passar o comando dessas idéias para um grupo situado fora do país, que é o objetivo do Movimento Comunista Internacional.

Em 1976, tive oportunidade de trabalhar no meio daqueles brasileiros explorados, e vi que a qualquer aceno de apoio que as autoridades lhes dirigissem, imediatamente voltavam-se para o governo.

Eu mesmo tive a satisfação de receber apoio dessa gente toda, porque realizamos as mesmas coisas que os grupos do comunismo internacional faziam. Realizávamos melhor, com os meios do governo. E, assim, eles passaram para o nosso lado, totalmente. Demos médicos, dentistas, remédios, o apoio à família e, inclusive, solução para o problema de terra. O próprio Presidente Geisel, à época,

quando visitou a Paraíba, assinou, no Palácio do Governo, uma série de desapropriações que, hoje ainda, estão sendo trabalhadas. Entretanto, nós já o fizéramos, naquela ocasião.

O povo da Liga Camponesa, em sua grande maioria, não era politizado. Povo pobre que desejava lutar pela sobrevivência. Os políticos de esquerda aproveitaram para fazer isso. No caso, o Julião.

Os grupos dos onze conheço pouco, apenas através dos jornais. Era uma organização importante, cujo líder era o senhor Leonel Brizola.

*O que se passava, realmente, no meio militar? Como estava o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? O senhor poderia dar algum exemplo?*

Nesse período, eu me encontrava no Estado-Maior do Exército e, mais remotamente, em 1961, nos Estados Unidos, quando se deu a renúncia do senhor Jânio Quadros.

A insatisfação era grande. O governo não tomava as medidas acauteladoras para manter os princípios basilares de qualquer Força Armada, a disciplina e a hierarquia; aconteciam fatos negativos, preocupantes, e o governo não reagia à altura, por isso, a insatisfação era geral. Junto a esses aspectos, as dificuldades de vida da sociedade, das famílias, a carência de recursos, vencimentos insuficientes, tudo isso criou e gerou, uma enorme insatisfação. Toda a situação, sem dúvida, provocada, especialmente, pelo próprio governo.

*O Senhor entende que as Forças Armadas e, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando deflagrada a Revolução de 31 de Março?*

Isso é muito fácil de responder. Basta consultar os meios de comunicação da época, que são mais claros do que eu conseguiria ser. Está lá tudo escrito, só não lê quem não quer ou porque tem má vontade. Eu não tenho a menor dúvida de que foi o puro reflexo do interesse da sociedade.

*Havia, a seu ver, uma Revolução de cunho comunista em andamento para mudança da ordem institucional do Brasil?*

Exatamente. Por isso afirmo que não houve a Revolução de 1964, mas a Contra-Revolução de 1964, porque tudo estava marchando para uma revolução comunista. O senhor João Goulart estava entregue, já não governava mais. Se alguém não se antepusesse a isso, certamente mais tarde teríamos um trabalho muito maior para tirar aquele pessoal de lá. Seria, vamos dizer assim, até um Vietnã adiantado – foi em 1965 – e nós estávamos em 1964.

*E a atitude do Congresso Nacional com relação à eclosão da Revolução?*

Eu não me lembro dos detalhes, mas o Congresso, queira ou não, sempre reflete a vontade do povo. E como o povo estava contra o governo, o Congresso, em sua maioria expressiva, era contra o *status quo*. Os debates eram acirrados e havia tribunos importantes. Destaco Carlos Lacerda, Vieira de Mello e outros políticos como Magalhães Pinto, todos procurando exprimir os anseios da sociedade.

*O senhor já citou alguns, mas quais são os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?*

Quando cito, posso ser injusto com aqueles que, eventualmente, sejam omitidos. Vou lembrar alguns: por exemplo: entre os militares, o grande chefe, não do preparo da Revolução, mas do pós-movimento revolucionário, o Presidente Castello Branco, por sua personalidade, pelo respeito que impunha. Antes da eclosão do movimento, o próprio General Castello Branco, que era Chefe do Estado-Maior, já havia lançado as suas "ordens do dia", já havia proferido as suas conferências nas escolas do Exército, preparando psicologicamente seus subordinados, com fatos e com a dignidade de sua pessoa.

Existe uma série de oficiais, mas prefiro limitar-me a uma pessoa que sempre respeitei. Participou desses movimentos anteriores a 1964. Trata-se do General Cerqueira Lima. Foi um batalhador, um lutador silencioso, desde 1954. Era Major, fazia almoço, fazia jantar, fazia enterro.... sempre mantendo a "chama" acesa.

Outro foi o Andrada Serpa, sempre de espírito alerta. Eu lhe dizia, constantemente:

Você pode redigir qualquer telegrama que desejar, e assinar, pois assino embaixo, porque você está sempre com o bem. Certamente, um pouco exagerado, mas, mesmo assim, eu o acompanho, junto com o exagero.

No meio civil, o tribuno era o Lacerda que, entretanto, mais tarde, mudou. Isso faz parte da política... dos políticos.

Mais um exemplo, o General Mamede. Ele fez o tal "Manifesto dos Coronéis", que foi algo muito importante. Um verdadeiro marco!

*A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo?*

Não tenho a menor dúvida de que a contra-revolução foi um movimento interno. Os comunistas estavam tentando fazer a Revolução, esta sim, apoiada externamente; com os documentos e valores todos conhecidos. A nossa Contra-Revolução não teve o menor auxílio externo.

*Qual o posicionamento dos Estados Unidos em relação ao Movimento de 31 de Março?*

Essa pergunta é muito difícil de ser respondida em poucas palavras. Comentamos, inicialmente, que a Guerra Fria era uma realidade, à época. O Movimento Comunista Internacional era comandado, dirigido pela Rússia ou por um dos países satélites; do outro lado, o grupo democrático, embora sem direção e comando, era influenciado pelos Estados Unidos. Tratava-se da nação líder do Bloco Ocidental, desde a Segunda GM. Querendo ou não, o Brasil representava uma peça importante como ator na política internacional. Não tinha, ainda, peso econômico na política mundial, mas social e geograficamente era muito importante, eis porquê os Estados Unidos se preocupavam com o Brasil, também.

Do mesmo modo com que nos preocupávamos com outros países, a respeito da nossa segurança, os Estados Unidos estavam com a atenção voltada para a nossa situação, sem dúvida.

*A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do "esquema militar" do Governo Federal, ao desencadear-se a Revolução?*

Antes de tudo, não havia esse propalado esquema. Um esquema militar, para ter valor, precisa basear-se em princípios, nos sentimentos da população e da sociedade. O Movimento Comunista Internacional, que era o apoio do Governo João Goulart, não encontrava respaldo na sociedade e, principalmente, no meio militar. Como não tinha o respaldo, comentava-se que era apoiado desta ou daquela maneira, por esse ou por aquele, mas, na realidade, não existia.

A única coisa que persistia no meio militar era o questionamento em torno da dúvida, isto é, se o *status* democrático deveria ser rompido, deixando-se de respeitar a eleição do senhor João Goulart. Não se tratava de ser contra o presidente ou a seu favor. Havia um grupo que se posicionava favoravelmente ao senhor João Goulart, para que ele governasse até o fim de seu mandato, mais um ou dois anos. Outra facção entendia que ele já havia se excedido perigosamente. O próprio Marechal Castello Branco, que era um homem de rígidos princípios democráticos, de respeito e acatamento às normas constitucionais, só mudou sua posição no último mês, quando os acólitos de João Goulart e os representantes do Movimento Comunista Internacional botaram as unhas de fora.

*Qual a sua apreciação quanto à "chefia e liderança", em relação aos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército que estiveram na iminência do combate, tais como as da 4ª RM/DI, do II Exército e da Academia Militar das Agulhas Negras?*

Não resta dúvida de que, ao iniciar-se o movimento das primeiras tropas e se deu a partida do pessoal de Minas, quando o General Olympio Mourão Filho deixou o Estado, dirigindo-se para o Rio, ocorreu um momento de incompreensão, talvez de falta de comunicação. Mas o ambiente estava tão carregado que essas deficiências foram aceitas e entendidas.

*No início da sua entrevista, o senhor resumiu acontecimentos históricos a respeito dos militares e dos movimentos que caracterizaram o início da República, culminando, em 1930, com o advento do Governo Getúlio Vargas e a presença dos tenentes de então, nesse governo. Existe um livro do jornalista Joel Silveira, antigo correspondente de Guerra, a respeito de um assunto muito interessante, do qual gostaria de conhecer sua opinião. Joel Silveira, nessa obra, escreve que a FEB combateu duas Guerras; aliás o título é exatamente "As Duas Guerras da FEB". E continua: os militares brasileiros, que foram à guerra, trouxeram impressões nítidas a respeito da democracia, do poderio norte-americano, com a presença do seu Exército no conflito. Por isso, incorporaram essas impressões e trouxeram-nas para o país, como se fosse um segundo movimento tenentista. Tal vontade de fazer um Brasil grande teria caminhado até a Revolução de 1964. Qual é a sua opinião sobre isso?*

Não resta dúvida de que a Força Expedicionária regressou, tendo incorporada uma energia interior de redemocratização para o país, porque, até aquele momento, o que ainda valia era a Carta de 1937, "a polaca". Na realidade, o Brasil estava sob a ditadura do Presidente Getúlio Vargas que, ao sentir a motivação avassaladora vinda dos campos de luta da Itália, procurou contrapor-se àquela nova força, pulverizando, extinguindo e desativando as Unidades militares. Meu Batalhão, por exemplo, foi desativado na Vila Militar, sem que ninguém viajasse para o seu aquartelamento, já que sua origem era Aquidauana, em Mato Grosso (hoje, MS). Tínhamos quase 1000 homens e, quando foram viajar, havia apenas 100. Foi desativado e mais nada; ninguém teve mais notícias.

Ele sentia isso, porque já estava associado a Luís Carlos Prestes, por intermédio de um movimento conhecido como "queremismo". Quis fazer a eleição democrática mas, ao mesmo tempo, uma eleição, que criasse condições para reeleger-se, depois de quinze anos no poder.

Assim aconteceu. A FEB lutou na Itália contra o alemão, contra o nazismo e, quando voltou, influiu para a derrubada do nazismo brasileiro ou outro nome que queiramos dar à ditadura de Getúlio Vargas. Para que ela não tivesse força, para derrubar esse obstáculo, a primeira coisa que o senhor Getúlio Vargas fez

foi dissolver totalmente a Força Expedicionária. Posteriormente, ocorreu a deposição do senhor Getúlio Vargas, em outubro de 1945, pois ele insistia em manter-se no poder.

*Foi correto o emprego operacional dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, a favor da Revolução?*

Existe essa dúvida, mas não podemos deixar de nos reportar ao ambiente nacional. Era preciso que a mocidade também participasse desse movimento que respondia ao anseio da sociedade, ao anseio nacional, e o então Comandante da AMAN, General Médici, tomou essa decisão de empregá-los, o que, na minha opinião, foi uma decisão muito feliz.

*Inclusive, me permito acrescentar, os cadetes, ao entrarem em posição, elevaram o moral da tropa de São Paulo, porque estas não sabiam o que encontrariam pela frente. Da mesma forma, coibiu uma possível ação das tropas do Rio contra as de São Paulo, pois acabaram ficando neutralizadas diante daqueles cadetes em posição, a juventude militar do nosso País. O efeito moral foi muito grande, em ambas as facções.*

É preciso lembrar que, naquele momento, quando desceu a tropa de Minas para o Rio de Janeiro, sob o comando do General Mourão, o Marechal Odylio Denys, que tinha sido Comandante do I Exército e Ministro da Guerra, ligou-se, diretamente, ao então Comandante do Sampaio, se não me engano o Coronel Raimundo, que fora seu Assistente-Secretário e marchava do Rio para Minas Gerais, e solicitou que o Batalhão não se opusesse à ação do General Mourão, porque aquele era o movimento de anseio da sociedade brasileira e ele contava com o apoio do Coronel às tropas mineiras. A anuência do Cel Raimundo foi imediata, até porque o Marechal era, por ele, profundamente respeitado e admirado.

Saíram tropas da Vila Militar, Rio de Janeiro, para oporem-se ao movimento de Minas. Sei bem disso, porque pertencia ao Estado-Maior do General Aragão – Augusto Cezar Muniz de Aragão. Fomos, justamente, ocupar o comando da Vila Militar, já que, ao sair a tropa da Vila, em direção a Minas, ficou um vazio. Outra parte das tropas ia, também, para São Paulo. Como conseqüência, com a Vila Militar acéfala, o General Aragão ocupou-a. Conseguimos manter o pessoal que permaneceu do nosso lado. Eles sentiram, tanto a tropa que ia para São Paulo quanto a tropa que ia para Minas Gerais, que não havia qualquer respaldo de retaguarda.

O Major Estélio Telles Pires Dantas foi pessoalmente à Brigada Pára-quedista para conversar e preparar a ida do General Aragão que, lá chegando, encontrou o comandante dos pára-quedistas, General João Costa. Este disse:

– Eu tenho um compromisso com o Ministro do Exército, vou ao QG conversar com o Ministro e depois volto para falar com o senhor.

O General Aragão respondeu que não, pois o compromisso era com a sociedade. Aí, todos mudaram de atitude.

*Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?*

Não, eles vieram só para neutralizar algum tipo de ação contrária ao movimento e dar apoio ao pessoal que já era anti-revolucionário, pois havia algum pessoal da cúpula criando dificuldades. O Gabinete Militar do Governo não comandava nada.

*O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão depois de 31 de março?*

Certamente, não tenho dúvida.

*O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?*

Anticomunismo.

*A mídia apoiou o Movimento? O senhor poderia citar algum exemplo?*

Eu prefiro que as pessoas julguem. Vão às bibliotecas, leiam os jornais e as revistas, consultem os arquivos das TVs. Lá está tudo escrito e descrito pelos mesmos que hoje tecem críticas descabidas.

*No seu entender, está correto o termo Revolução?*

Há um grupo que pensa estar correto. Prefiro dizer Contra-Revolução, porque havia de fato o movimento revolucionário para transformar o País numa sociedade comunista. Esse era o intento do Movimento Comunista Internacional, comandado pelo Leste Europeu. O golpe estava em pleno andamento e nós nos opusemos a ele. Por isso, deu-se a contra-revolução.

*A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ou acarretou algum prejuízo para o País?*

Para sintetizar, podemos dizer que foi altamente benéfica para o País. É só comparar o que o País era antes da Revolução e em que o País tornou-se depois de 1985, quando terminou o período revolucionário.

Se as pessoas que hoje escrevem nos meios de comunicação fossem isentas, recordando o que elas mesmas escreviam anteriormente, reconheceriam que estou dizendo a pura verdade.

*A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. O senhor poderia citar os principais?*

Comumente se diz que só os sábios vêem a realidade, só os sábios reconhecem a verdade. O exemplo que se cita muito é o da Lei da Gravitação Universal, de Newton: A maçã cai desde que o mundo é mundo, mas só Newton, em mil seiscentos e pouco, conseguiu estabelecer uma lei, explicando por que há sempre atração. Agora, só os sábios vêem o óbvio? Isso é que é o importante.

Eles agora não querem ver o óbvio. O que era o País, no início do decênio de 1960. Antes de 1945, costumava-se dizer que o Brasil era um arquipélago cheio de ilhas, porque não se falava ao telefone, não havia estradas, o comércio era incipiente e mínima a produção. Lógico, cada um no seu setor fazia o melhor que podia, mas faltava uma integração de todos os meios.

O Norte era separado do Nordeste que era separado do Sul. Após 1964, instalaram-se um sistema de comunicações e uma malha rodoviária. Os críticos de hoje dizem que a malha é só rodoviária e não rodo – ferroviária. Mesmo assim, assegurou as viagens pelo Brasil inteiro, por terra.

A modernização e o aumento da produção industrial fizeram o Brasil que era posicionado, economicamente, lá pelo 50º lugar, tornar-se a 8ª economia do mundo.

Mas a mídia não lembra dos êxitos da Revolução. Isto porque o Movimento Comunista Internacional, atuando permanentemente dentro da Revolução, e mesmo após a Revolução, sempre se preocupou em infiltrar-se no meio estudantil e nos meios de comunicação, de modo que, hoje, essas áreas estão mobiliadas com pessoal que teve origem naqueles elementos previamente escolhidos e lá colocados.

*A doutrina gramsciana preconiza tal procedimento, entre outros. O movimento das esquerdas não deve calcar-se na massa operária e sim naqueles que estudam e ocupam posições de influência na sociedade, sobretudo jornalistas e professores, que têm a possibilidade de modificar idéias e comportamentos.*

*E o AI-5 foi necessário?*

O problema do AI-5 até hoje é discutido. Uns acham que não era necessário, que foi uma violência, medida revolucionária forte demais. O problema é que, em 1968, havia quase um movimento mundial, uma grande conflagração estudantil, na França, que obrigou o governo e a polícia a agirem violentamente e ninguém reclamou. Eu, por exemplo, tive oportunidade de estar naquele país, em 1971, isto é, três anos depois, e a polícia ainda estava na rua, particularmente naquelas regiões

do *Quartier Latin*. Por causa do Movimento de 1968, não admitiam a reunião de mais de três pessoas paradas em um canto. Ordenavam: *allez, allez*.

O problema é que o Brasil relacionava-se mundialmente, não era fechado às comunicações. Sofreu, também, as mesmas crises, em 1968. Os movimentos ocorridos aqui também se opunham ao nosso *status quo*.

Se o AI-5 foi muito radical ou pouco radical, foi muito forte ou menos forte, acho que respondeu à necessidade da época. Se houve excesso na utilização, isso é outra coisa. Em todo grupo social, existem bons e menos bons, os que se excedem e os que não se excedem.

*No seu entender, a Revolução demorou-se demasiadamente na governança do País?*

Sim, creio que permaneceu muito tempo. Sendo muito amigo do Presidente Ernesto Geisel, admirando-o muito, sempre acreditei que ele estava certo, quando iniciou os procedimentos da abertura, porque a sociedade, em determinadas situações, comporta-se como panela de pressão. Se de vez em quando, não se cria uma abertura, ela explode, e a nossa já estava começando a demonstrar a necessidade de uma abertura.

*Qual a sua opinião acerca do panorama político durante o governo revolucionário, principalmente sobre o comportamento do Congresso Nacional?*

É preciso entender que o Congresso não era uma organização subordinada. Tinha limitações e seus integrantes, como bons políticos, sabiam identificar e responder aos anseios da sociedade, anseios da sociedade que representavam.

Durante um certo período, o Congresso esteve ajustado aos interesses dos cidadãos, favorecendo, ao regime de força. Mais tarde, os políticos sentiram a necessidade de não aceitarem tanto a pressão dos governos militares, ao reconhecerem o Congresso como representante da vontade popular.

*Hoje fala-se muito em "ditadura militar", "anos de chumbo", o que o senhor pensa a esse respeito?*

Não me referi nenhuma vez a esses termos, porque eles estão na boca dos perdedores e não daqueles que salvaram o Brasil da comunização. "Ditadura militar", absolutamente! Nós tivemos governo, e se é sobre isso que querem falar, posso dizer o seguinte: quem mais teve influência nos governos, de 1964 até 1984, foram os civis. Os homens fortes do governo não eram militares. Na condução da Política com "P" maiúsculo, da Política Social, da Política Econômica destacaram-se Delfim Neto, Roberto Campos, Simonsen e outros mais.

*Durante os governos revolucionários, o senhor acha que as Forças Armadas auferiram vantagens de qualquer ordem?*

Até hoje estamos procurando essas vantagens. Continuamos procurando, mas não conseguimos encontrar qualquer uma.

Nunca apertamos tanto o cinto para dar o exemplo.

Exatamente. Não só no orçamento, pois não aproveitamos para fazer os orçamentos favoráveis às Forças Armadas, como na parte social desses mesmos orçamentos. Não houve aumento de soldo, não houve nada disso. Os outros grupos sociais pertencentes ao governo se valeram muito mais de vantagens do que nós mesmos.

*Com base em sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz sobre os vinte anos de governo da Revolução?*

Em termos de benefícios para o País, o resultado foi excelente. Conhecemos opiniões divergentes, conforme o enfoque que se dê a esse aspecto. Para o mesmo fato, visto por duas pessoas de posições diferentes, a verdade não é a mesma. Igualmente, pode-se dizer, para analisar a Revolução. Mediante o critério que se aplique para examinar o período revolucionário, ele foi altamente saudável ou acarretou dificuldades para o País. No meu entender, considero-o extremamente positivo. O Brasil desenvolveu-se, o povo progrediu, o ensino evoluiu.

Nosso País destacou-se no cenário mundial. Só há uma coisa que, até hoje, critico na Revolução: não ter orientado melhor o povo, quanto ao crescimento populacional. Este é um ponto importante. Um grupo diz que era interesse americano que a nossa população não crescesse; outro afirma que deveríamos ocupar os vastos territórios que possuímos com os acréscimos populacionais; eis o porquê de ser impositiva a orientação da população sobre esse aspecto.

Mas se não ocorresse um grande aumento demográfico, o País desfrutaria de outra situação econômica. Às vezes, penso: na copa do mundo de 1970, a canção dizia " somos 90 milhões", hoje, 30 anos depois, somos praticamente o dobro, 170 milhões. É uma barbaridade, não há economia que consiga acompanhar tal crescimento.

Os números do IBGE são reais, verdadeiros, embora goste de fazer uma distinção entre o verdadeiro e o real. Os números do IBGE dizem que o crescimento da população, hoje, é 1,7%, 1,8%, mas não é real, porque os segmentos da sociedade, os grupos A e B, pelo menos, que deveriam crescer 3%, 4%, não aumentam nem 0,5%. Já os segmentos C e D crescem mais de 3%, e aí se identifica a dificuldade.

*Que outros aspectos o senhor gostaria de comentar sobre o período revolucionário?*

O governo, nesse período, trouxe, ao Brasil, tranqüilidade, progresso, melhor situação social, melhores perspectivas. Reconhece-se que algumas coisas não foram tratadas de modo adequado, mas isso é o de menos, pois devemos estabelecer o cotejo entre o que foi bem e o que esteve mal. Fazendo-o, concluiremos que o bem foi muito maior, sem comparação.

Mas estava na hora de terminar, terminou na hora certa, independentemente desses programas políticos de "diretas já", porque sempre respondemos aos anseios da sociedade, jamais nos posicionamos contra suas legítimas postulações, identificando seus desejos e necessidades.

*Houve ou existe, ainda hoje, revanchismo por parte de autoridades em relação aos militares?*

Prefiro que não se use o termo autoridades. Revanchismo houve, existe ainda e muito, mas, aos poucos, as pessoas vão compreendendo que sem o apoio, sem a participação das Forças Armadas o País não vai para frente. Precisamos identificar claramente qual é a importância das Forças Armadas para o Brasil. Buscar a união, fortalecer a coesão de todos os brasileiros. Na verdade, ao longo de nossa história, as Forças Armadas têm mantido nosso país unido. Realizam, com sucesso, a integração de nossa pátria.

*A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da Revolução? Caso positivo, qual a razão desse fato?*

Não gosto de dizer que a batalha foi perdida, prefiro afirmar que não executamos, adequadamente, ações de comunicação social. Lembro-me de um pequeno detalhe: conversando com o então general Chefe da Casa Militar do Presidente Castello Branco, General Ernesto Geisel, eu, Tenente-Coronel no Conselho de Segurança Nacional, dizia que era preciso montar o nosso DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, um símbolo do Governo Getúlio Vargas. Por causa do DIP, até hoje existem a Avenida Getúlio Vargas, a Fundação Getúlio Vargas. Getúlio Vargas é tido como o maior democrata do País, mesmo depois de vários anos de ditadura. Por quê? Porque criou um Departamento de Imprensa e Propaganda.

Dizia, então, ao General Geisel:

– General, é preciso que o governo faça isso.

Ele respondia que já havia falado várias vezes com o Presidente Castello e não convinha insistir mais.

*Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente desde os tempos de bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?*

Não, o comunismo não desapareceu, o comunismo é um princípio, uma ideologia. Perdeu a força, a substância e a união que propiciava aquele comando único. Agora existe sob outra forma.

Em comparação com outros países, outros tipos de governo e política, continua a ter força, mas decadente. O único país comunista com presença marcante é a China, mas, mesmo assim, a China enfrenta alguns abalos no comunismo, em face da aceitação de algumas idéias democráticas, teses econômicas que podem afetar o bloco monolítico que, até há pouco, vinha representando.

Um outro país, pequeno, que faz muito barulho é Cuba. Representa muito pouco como um Estado comunista. Quando Fidel Castro deixar o poder, Cuba passará por um processo complicado, porque são imensas as suas dificuldades e problemática a sua sobrevivência nos atuais moldes. Até é engraçado ver os "democratas brasileiros" que têm como modelo o Fidel.

*A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor pensa sobre isso?*

O Exército, certo ou errado, bem ou mal, adotou uma posição muito cautelosa, isto é, não só voltou para os quartéis para prosseguir sua profissionalização, como passou a acompanhar o quadro político nacional, de forma diferente. Não tenho dúvida de que, ao tempo em que era Tenente-Coronel, o Exército representava algo bastante diferente do que, hoje, significa para a sociedade brasileira.

Em 1964, as Forças Armadas, em particular o Exército, assumiram uma posição proeminente pela necessidade de enfrentar aquele Movimento Comunista Internacional, cujo intento era subverter os princípios básicos: a hierarquia e disciplina. Bem assim, na sociedade, o respeito ao indivíduo, à família e à religião.

Hoje, não. Seguimos um modelo e procuramos equilibrar disponibilidades e necessidades, embora o Exército esteja sofrendo com a falta de meios, com a falta de apoio, mas isso é possível mudar. Em um país rico e desenvolvido como os Estados Unidos, o Exército, as Forças Armadas, em geral, exercem uma influência muito grande, mas de maneira diferente da que temos aqui. Lá, por isso mesmo, sua postura é de serenidade e certeza de que serão empregadas, quando for necessário, em benefício do país. Mantêm o seu peso e têm a nítida compreensão do que valem.

*O senhor gostaria de dizer algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado por meio desse Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?*

O importante é aquilo que perguntam: "Se voltasse atrás no tempo, você faria a mesma coisa?" Acho que a melhor, a mais sincera resposta, que se pode dar é: "Eu faria a mesma coisa".

Foi um bem para o País? Respondo que sim, sem a menor dúvida, os fatos comprovam.

E o País está indo para o caminho certo? Agora tenho dúvida, mas acredito que com o apoio das Forças Armadas e a compreensão de Brasil que temos, acordes com as necessidades da sociedade e fé no nosso povo, chegaremos ao bem-estar geral.

# General-de-Exército Sebastião José Ramos de Castro

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto da carreira: General-de-Exército.
- Na Segunda Guerra Mundial, exerceu, no posto de 2º Tenente, a função de Adjunto da Seção de Inspeção do EM / 1ª DIE.
- Foi integrante da 2ª Seção – Subseção de Segurança Interna, do Estado-Maior do Exército e do Serviço Nacional de Informações.
- Comandou o II Exército (hoje, Comando Militar do Sudeste).
- No exterior: adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na Argentina.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra, o Curso de Comando e Estado-Maior dos EUA (1960) e o curso especializado de Administração para a Defesa da Universidade de Pittsburgh – EUA.
- Em 1964, era Coronel Chefe da 3ª Seção da 6ª Região Militar, em Salvador, BA.

---

Entrevista realizada no dia 13 de julho de 2000.

*O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?*

As raízes mais remotas repousam na desconfiança que os militares mantinham sobre as tendências manifestadas por João Goulart, desde 1951, quando ocupou o cargo de Ministro do Trabalho do Presidente Vargas, e que deu origem ao chamado "Manifesto dos Coronéis". Acentuou-se, ainda mais, quando do veto feito à sua posse, como Presidente da República, à época da renúncia de Jânio Quadros, veto esse sobrepujado pela reação liderada por Leonel Brizola e que acabou gerando o regime parlamentarista, como fórmula de conciliação para evitar uma possível guerra civil.

Outro forte componente foi a convicção anticomunista dos militares, em sua esmagadora maioria, motivada, entre outras razões pela Intentona de 1935.

Finalmente, como raízes mais imediatas, estão a crescente atividade dos comunistas, durante o Governo de Goulart e a posição dúbia do mesmo, ora olhando com bons olhos essa infiltração, ora dizendo desejar reformas dentro da normalidade democrática. A isso veio somar-se a agressividade de Leonel Brizola, o esquerdismo de Miguel Arraes, em Pernambuco, e de outros elementos, como Francisco Julião.

*No seu entender, a guerra fria, pós-segunda Guerra Mundial, influenciou, de algum modo, a Revolução de 31 de Março de 1964?*

Indiretamente sim. O clima de confronto entre o chamado Mundo livre e o regime comunista, gerando crises que colocavam a humanidade sob o risco de ter que enfrentar uma Terceira Guerra Mundial, bem como o expansionismo soviético e a esquerdização de Cuba serviram para fortalecer o sentimento anticomunista.

*O que o senhor poderia nos dizer acerca do panorama político brasileiro anterior a 1964?*

O ambiente político era o pior possível. Goulart conseguiu a adesão de alguns militares, mediante promoções políticas e hábeis transferências, criando o que denominou seu "Esquema Militar".

Amplos setores da administração pública, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional de Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES) e a maioria dos Sindicatos estavam completamente dominados por esquerdistas ou notórios comunistas. O Secretariado de Miguel Arraes, em Pernambuco, também era constituído de elementos vinculados ao esquerdismo. Leonel Brizola fundara o "grupo dos onze" e criara a Frente de Libertação Nacional. Francisco Julião, no Nordeste, atuava, vigorosamente, através das Ligas Camponesas.

As greves se sucediam em proporções assustadoras, tanto no meio sindical como no estudantil, surgindo as chamadas greves de solidariedade. Jango tinha, no meio sindical, o seu grande sustentáculo. A agitação no campo era intensa. Os sindicatos rurais eram organizados por comunistas, militantes da Ação Popular trabalhista e sacerdotes católicos, sendo criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que se tornou mais uma integrante da CGT. Setores da Igreja Católica, considerados progressistas, expandiam o Movimento de Educação de Base, aplicando o método de alfabetização de Paulo Freire.

O Plano Trienal de Celso Furtado fracassou e o País mergulhou em impressionante ritmo inflacionário.

Jango procurou obter apoio para as chamadas "reformas de base", mas sofreu a oposição de considerável parte do Congresso Nacional e de setores da sociedade, pela possibilidade de criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação socialista.

Surgiram os casos de indisciplina e de quebra da hierarquia nas Forças Armadas que, por sua vez, vieram a constituir-se nos principais motivos para o desencadeamento do Movimento de 1964.

*Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?*

Excetuando os comunistas e os setores esquerdizantes que apoiavam João Goulart e viviam uma época de euforia com seu avanço, a maior parte da população se mostrava angustiada com a situação, particularmente devido ao excesso de greves, falta de gêneros alimentícios e constantes paralisações dos transportes. Era, de certa forma, comum os militares serem indagados sobre quando iriam agir para pôr fim àquele estado de coisas.

*Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?*

A maioria da Igreja Católica via, com preocupação, as condições reinantes no País e era contrária ao avanço comunista. Já existiam, porém, as chamadas "correntes progressistas", notadamente atuantes no norte-nordeste. Os progressistas também atuavam através da Ação Popular (AP), originária dos agrupamentos católicos Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC), formadas por militantes radicais que o episcopado impedira de exercer atividades políticas nas organizações de ação católica. As raízes de criação da AP estão na atuação do dominicano Frei Tomás Cordonel, posteriormente afastado do Brasil pelo Superior da Ordem, do estudante Herbert José de Souza e do Ministro da Educação, Paulo de Tarso. O seu núcleo principal estava em Belo

Horizonte. A UNE passou a dar todo o apoio à AP e seus três últimos presidentes, antes do Movimento de 1964, pertenceram à AP, a saber: Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brandt e José Serra. O Ministro da Educação, Paulo de Tarso, também da AP, concedeu recursos extraordinários à UNE para conduzir a pregação revolucionária. A AP e a Comissão Juvenil do PCB sempre estiveram unidas e viriam a se constituir na base principal das forças esquerdistas no Movimento Estudantil, muito ativo nos anos de 1967/1968.

*O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", "grupo dos onze" e outros movimentos semelhantes?*

As Ligas Camponesas foram criadas em 1958 por Francisco Julião. Até 1961, a proposta ressaltada por Julião era decididamente correta, pois recomendava a utilização de instrumentos legais para reivindicar, organizar e atribuía papel privilegiado aos advogados. Em 1961, já existiam federações das Ligas em dez estados e foi fundado o Conselho Nacional das Ligas Camponesas, com representação em 13 estados. Mas, nesse ano, Julião visita Cuba e de lá retorna com o pensamento impregnado pelas idéias locais. Abandona a orientação seguida até então e passa a pregar uma concepção socialista coletivizante de reforma agrária, passando as Ligas a representarem os focos de atração do movimento camponês. Julião se manifesta, nacionalmente, através das Ligas e, em 1963, procura ampliar a ação das mesmas criando o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB), que englobaria, numa frente única, os setores radicais da subversão. Embora Julião mantivesse estreitas ligações com o PCB, o seu movimento inspirava-se nas idéias da China Popular e de Cuba. Já em 1962, no dia 21 de abril, lançava, em Ouro Preto, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e pregava a reforma agrária, "na lei ou na marra". Comprou fazendas e nelas instalou campos de treinamento de guerrilhas. Essa maneira de agir veio enfraquecer o movimento das Ligas. O MURB contava com o apoio de elementos treinados em Cuba, na União Soviética e na República Popular da China e poderia ter-se transformado em executor de uma ação armada de guerrilha rural de vulto, não fora o Movimento de 1964.

Em outubro de 1961, foi lançada, em Goiânia, a Frente de Libertação Nacional, sob a liderança dos governadores estaduais Leonel Brizola, Mauro Borges e Miguel Arraes e de Francisco Julião, Barbosa Lima Sobrinho, Bento Gonçalves e várias outras pessoas, escolhidas para mascarar a nítida orientação comunista, estavam presentes. A Frente era uma tentativa de formação de uma frente única, de caráter amplo, inspirada no nacionalismo e fundamentada nos motivos de emancipação econômica do País. Ressurgia, assim, até com semelhança de nome, a

Frente Democrática de Libertação Nacional, lançada por Prestes em 1950, por intermédio do Manifesto de Agosto, como é conhecido. Por isso mesmo, recebeu o apoio entusiástico de Prestes. A Frente não era inteiramente ligada ao PCB, porque nela predominavam as tendências chinesa e cubana.

Os "grupos dos onze", criados por Leonel Brizola, eram elementos destinados ao combate; visavam, com eles, constituir o embrião do Exército de Libertação Nacional da FNL. Essa assertiva ficou comprovada quando foi apreendido um documento denominado Instrução para os grupos dos onze.

*O que se passava no meio militar? Como se encontrava o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?*

A partir de 1960, as forças de esquerda persistiram nas tentativas de infiltração no meio militar, voltando-se para os quadros subalternos, buscando dividir e corroer o organismo militar, através da cisão entre oficiais e praças.

Na Aeronáutica, o Brigadeiro Francisco Teixeira, então Cmt da Zona Aérea, dirigia essa infiltração. A eleição do Clube de Oficiais, vencida pelas esquerdas, graças a certas facilidades, foi uma luta surda de caráter ideológico. O Chefe do EM da Aeronáutica, Brigadeiro Correia de Melo, por ter dado difusão a uma publicação anticomunista foi punido.

Na Marinha, mantinha-se o mesmo clima de agitação e o Clube de Suboficiais era um verdadeiro foco de propaganda comunista.

No Exército, O Gen Osvino, Cmt do I Exército, cercado de elementos ditos progressistas e nacionalistas, deixava a subversão alastrar-se nos quartéis.

Por todo o Brasil, nas organizações militares, criou-se um clima de desconfiança entre oficiais e sargentos. Os comunistas conseguiram êxito nessa primeira fase, e foi esse clima que ensejou a rebelião de sargentos, de 12 a 13 de setembro de 1963, em Brasília, sufocada, principalmente, por tropas do Exército.

A respeito desse tipo de infiltração, posso dar o exemplo a seguir. Em 9 de março de 1964, assumi as funções de Chefe da 3ª Seção do EM da 6ª Região Militar, em Salvador/BA, procedente da ECEME, onde era instrutor. Cumprindo ordens recebidas, fui à Base Aérea de Salvador para ligar-me com seu Cmt, Cel Av Ivon Pimentel, a fim de planejar o apoio a seus oficiais, em caso de rebelião de seus suboficiais e sargentos. Uma vez no Gabinete do Comando, a presença ostensiva de um suboficial na parte externa do salão, mas em condições de ouvir o que fosse conversado, sem que o Comandante se sentisse em condições de afastá-lo, levou-nos a trocar opiniões no banheiro anexo ao Gabinete. Os graduados estavam de posse do controle das armas. Planejamos uma operação de resgate dos oficiais, em

caso de necessidade e, por duas vezes, tivemos que cercar o perímetro da Base Aérea com tropas do Exército. A primeira, no dia 1º de abril de 1964, quando correu a notícia, não confirmada, de que os graduados teriam se revoltado e prendido os oficiais; a segunda, quando da vinda do Cel Av Guilherme, que substituiu temporariamente o Cel Ivon, com a missão de prender os graduados subversivos. Isso mostra até que ponto chegara a infiltração comunista na Aeronáutica.

*O senhor gostaria de acrescentar mais algum aspecto relacionado com os antecedentes e causas da Revolução de 31 de Março de 1964?*

De meados de 1960 até o início de 1964, fui instrutor da ECEME. Para que se tenha uma idéia sobre a preocupação que causava a investida comunizante no Brasil, relato o que se segue.

Sob a direção de um oficial altamente competente, o Cel Art Sylvio Cunha e contando com o decidido apoio do Subcomandante, então Cel João Bina Machado e que viria, posteriormente, a comandar a ECEME, foi feita uma radical e total reformulação no ensino. Foram criadas três Áreas de Ensino Operacionais, assim classificadas:

• Área I – De Defesa Territorial e Segurança Interna

O inimigo agia na base de infiltração, agitação, até sabotagem e guerrilha, visando à insurreição. Estudava-se a realização de medidas preventivas e repressivas, contando unicamente com os meios realmente existentes nas Unidades de tempo de paz.

• Área II – Operações em TO Continental

O inimigo contaria com os meios convencionais médios existentes no Continente, mas podendo receber ajuda externa, particularmente de potências totalitárias expansionistas.

Seriam empregados os meios do Exército Brasileiro previstos na mobilização e seriam operações de guerra regular.

• Área III – Operações em TO Extracontinental

O inimigo seria um adversário aguerrido, contrário às democracias ocidentais.

A Força Brasileira atuaria enquadrada por um Exército aliado e receberíamos meios modernos de toda a espécie, desenvolvendo-se as operações em ambiente nuclear.

A justificação para essas Áreas de Ensino estava na Constituição (I,II,III), na Carta da OEA (II) e na Carta da ONU (III).

É importante ressaltar que as Situações Gerais eram pormenorizadas, indicando o inimigo como adepto da ideologia comunista e dando os preceitos legais que justificavam o emprego do Exército Brasileiro.

*A seu ver, quais foram os principais acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de março?*

Considero que os fatores determinantes para o desencadeamento do Movimento foram:

• As medidas anunciadas por João Goulart, no comício da Central do Brasil, a 13 de março de 1964. Essas medidas foram classificadas como “reformas de base”. Incluíam reforma agrária, estatização das refinarias de petróleo privadas, direito de voto a analfabetos, a cabos e soldados, reforma constitucional e legalização do Partido Comunista.

• A rebelião dos marinheiros, de 27 a 29 de março, que contou com o beneplácito do Governo e caracterizou a quebra da disciplina e da hierarquia.

• O discurso desafiador de Goulart no dia 30 de março, na solenidade promovida no Automóvel Clube pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar.

*Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de Movimento Reacionário pelos opositores da Revolução?*

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade somente pode ser considerada como reacionária se o foi para representar a reação de cerca de meio milhão de pessoas ao estado de agitação que imperava no País. Foi uma resposta da sociedade e das donas-de-casa ao descalabro que assolava o País.

*Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando da deflagração do Movimento Revolucionário de 1964?*

Acredito que sim; respondeu aos anseios da esmagadora maioria do povo brasileiro, inconformada com a caótica situação econômica, vulgarização das greves, agitação social e tentativa de comunização do Brasil.

*A seu ver, portanto, havia uma Revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança institucional do Brasil?*

Não há a menor dúvida a respeito e esse fato é afirmado até mesmo em livros de autores comunistas.

O insuspeito autor comunista Jacob Gorender, em sua obra “Combate nas Trevas”, a isso se refere, em várias oportunidades. Na página 60, mostra como Goulart, a partir de fevereiro de 1963, assumiu pessoalmente as articulações políticas e abriu o jogo com seus parceiros mais confiáveis, entre eles os líderes do PCB. As intenções golpistas de Goulart foram registradas com muita fidelidade na

carta que Humberto Alencar, diretor da "*Última Hora* – Nordeste" dirigiu a Miguel Arraes. Disse ele, textualmente – "Acham que JG continua com o plano do golpe e que isso deve, de agora em diante, entrar nas nossas análises, pois o processo político está se desenvolvendo com incrível rapidez". Essa afirmativa decorreu das conversações que manteve com o dirigente comunista Giocondo Dias. O importante é destacar que a referida carta é datada de 22 de fevereiro de 1964.

Além disso, o próprio Gorender relata ter Paulo Schilling revelado que, no dia 24 de março de 1964, o Comando Nacional dos grupos dos onze se reuniu, sob a presidência de Brizola, com a presença dos líderes de sargentos e marinheiros considerados nacionalistas, para avaliar as possibilidades de enfrentar um golpe e concluir que o de maior probabilidade seria o que viesse da parte de João Goulart. Nesse caso, as forças de esquerda deveriam aproveitar a oportunidade para transformar o golpe em começo da revolução.

Prestes, no dia 17 de março de 1964, no auditório da ABI, quando se referiu ao comício do dia 13, entregou publicamente e de forma irrestrita a direção da Revolução a Goulart.

*Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?*

Como instrutor da ECEME, acompanhava atentamente a evolução dos acontecimentos e me empenhei vigorosamente na reformulação do currículo, conforme já descrito. Minha convicção sobre o perigo da subversão comunista se acentuara quando, em 1961, fui Chefe da 3ª Seção do Destacamento Delta (Dst blindado), integrante da Divisão Cruzeiro e comandado pelo Gen Públio José Ribeiro. Mas minha atuação mais efetiva se deu como Chefe da 3ª Seção da 6ª RM. Ao fazer a minha apresentação ao Cel Humberto de Souza Mello, Chefe do EM e que respondia pelo comando da Região, recebi, como tarefa inicial, planejar, em virtude do reduzido efetivo militar existente, o emprego de grupamentos de pequeno efetivo, fortemente armados e motorizados para, em caso de necessidade, ocupar pontos estratégicos e assegurar a manutenção da lei e da ordem.

No dia 31 de março, pela manhã, cumprindo ordens do Cmt da RM, Gen Manoel Mendes Pereira, em aeronave vinda de Recife, desloquei-me com o Cel Pinto Duarte, que iria para a Cia Inf de Paulo Afonso, para Aracaju, onde estava sediado o 28º BC, a fim de dar orientação ao Cmt, Maj Silveira, de como deveria agir. Aguardei no aeroporto, ainda, a chegada do Cmt da Guarnição, Major Lário Lopes Serrano, chefe da CR, que fora a São Paulo para saber com os companheiros sobre como pretendia agir o Gen Amaury Kruel. Regressei, já em vôo noturno, a

Salvador e apresentei-me ao General que estava no Palácio do Governo do Dr Lomanto Júnior. Na mesma noite, cumprindo ordens do Comandante da RM, utilizei elementos do contingente do CPOR, sob o comando do Maj Castello Branco, postado na Praça da Calçada, para bloquear o acesso da Polícia Militar, vinda da Península de Itapagipe. Nessa mesma noite, foi expedido rádio ao Comando do IV Exército, empenhando o apoio da RM ao movimento das tropas do Gen Mourão.

No dia 1º de abril, pela manhã, participei diretamente da ocupação da refinaria de Mataripe com tropa do 19º BC e, à tarde, do primeiro cerco à Base Aérea feito por elementos da Bateria de Artilharia de Costa de Amaralina, comandada pelo Maj Montezuma. Ainda nessa jornada, dispersamos, sem ser necessário o emprego de violência, a única tentativa de reação esboçada pelo Sindicato dos Petroleiros, que ficava próximo ao QG.

A ordem foi facilmente assegurada em todo o território da 6ª RM. Uma vez estabilizada a situação, integrei uma Comissão Assessora do Comando e planejei a realização de uma Operação denominada "Limpeza do Interior", com o emprego de equipes, para investigar casos de subversão e corrupção ocorridos em municípios do interior. Regulei, ainda, o Plano Psicológico, segundo as Diretrizes do IV Exército.

Posteriormente, em 12 de abril de 1965, deixei a 6ª RM, por ter sido transferido para a 2ª Seção (Segurança Interna) do EME.

*Qual a atitude do Congresso Nacional, quando da eclosão da Revolução?*

O Congresso decretou o poder vago e empossou o Presidente da Câmara dos Deputados na Presidência da República, para que, em trinta dias, fosse eleito o Presidente que completaria o mandato de João Goulart. O Congresso julgava que ocorreria o mesmo que acontecera em 1945, 1954, 1955 e 1961. Queria o Congresso conduzir a solução institucional. Mas os militares, cansados das incoerências dos herdeiros políticos de Vargas, assumiram o Poder. Através do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, legitima o Congresso que, no dia 11, elege Castello Branco para Presidente da República. A velha ordem política ficou, assim, destruída.

*Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc), logo após o início da Revolução?*

No inicio da tarde do dia 31 de março, a CGT convocou uma greve geral, sendo que Prestes propôs a retirada da mesma, pois dizia que ela daria margem a provocações e era desnecessária, porquanto o Governo dispunha de força militar suficiente para sufocar a rebelião. Sua proposta não foi acolhida.

Na tarde do dia 31, na sede da Federação Nacional dos Estivadores, foram presos pela polícia, os membros da direção do CGT. No dia 1º de abril, a convocação de greve geral só foi cumprida no Rio, em Santos e em alguns setores ferroviários do Rio, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. No Rio, houve a paralisação geral dos transportes, o que impediu qualquer concentração de trabalhadores. Todas as demais lideranças operárias, consideradas pela esquerda como nacionalistas, não tiveram qualquer iniciativa de luta. Comunistas, Brizola, Arraes, Julião e os militares do esquema de Goulart, segundo as esquerdas, fracassaram inteiramente.

*No seu conceito, quais os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?*

Indiscutivelmente, o grande articulador do Movimento de 1964 foi o Marechal Odylio Denys. Iniciou sua ativa atuação como conspirador contra Goulart, logo após ter o mesmo voltado a desfrutar de todos os poderes presidencialistas, em seguida ao plebiscito que deu fim ao regime parlamentarista. Diretamente ligado ao Marechal, nessa atividade, estiveram os Generais Nelson de Mello, Cordeiro de Faria, Poppe de Figueiredo, Olympio Mourão Filho, Carlos Luís Guedes e vários outros chefes militares. Realizou um trabalho árduo e eficaz, no sentido de criar um dispositivo revolucionário forte, com ramificações por todo o País, mantendo o sigilo para obter a surpresa. Articulou-se com a Marinha e a Aeronáutica, por intermédio de contatos com o Almirante Sylvio Heck e Brigadeiro Grum Moss. Seu trabalho de aliciamento de militares que serviam em comandos importantes foi decisivo para o êxito do Movimento.

Entre os elementos civis destacaram-se os Governadores de São Paulo, Adhemar de Barros e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, com atuações decisivas.

*A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos Estados Unidos?*

Penso que os EUA não concorreram diretamente para a derrubada de Goulart. É evidente, porém, que desde sua posse, em 1961, os EUA passaram a preocupar-se com a situação política e econômica do Brasil. Aquele quadro afetava seus interesses no hemisfério e punha em risco sua segurança. Portanto, a atuação dos norte-americanos nas áreas diplomática e de informações foi intensa, para não serem surpreendidos. Ao contrário do que afirmam as esquerdas, de que inspiraram e orientaram a preparação de um golpe militar, a hipótese mais desejável para os Estados Unidos era a de que Goulart cumprisse seu período de Governo e fosse

substituído após as eleições, a serem realizadas em outubro de 1965. Caso viesse a ser derrubado do poder, desejavam que o mesmo fosse devolvido à classe política. É claro que se não fosse afastada a ameaça do comunismo internacional de dominar o Brasil, não hesitaria em prestar apoio a um movimento contra Goulart. E assim aconteceu, quando colocaram em execução um plano de emergência para auxiliar uma rebelião contra João Goulart. Foi a chamada operação "Brother Sam" que se destinava a prestar apoio logístico às forças revolucionárias, no caso de luta prolongada, mas que não se efetivou.

*Desencadeada a Revolução, foi rápido e incruento o desmoronar do chamado "esquema militar" do Governo Federal. Qual a razão para que tal ocorresse?*

O fato importante é que, excetuando-se alguns militares de valor profissional, que se encontravam em funções de Comando e até mesmo no Conselho de Segurança Nacional, o "esquema militar" de João Goulart era chefiado e constituído por oficiais que careciam de liderança militar e que se mostravam por demais confiantes na sua capacidade de ação. Também concorreu para o desmoronamento o fato de Goulart ter-se mostrado hesitante em tomar a decisão de reagir militarmente à rebelião.

*Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança" por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas da força terrestre que estiveram na iminência de um combate. Lembro, especialmente, as situações vividas pelos contingentes da 4ª RM/DI, II Exército e Academia Militar das Agulhas Negras?*

Era evidente a capacidade de chefia e liderança dos principais chefes do Movimento Revolucionário de 1964.

Assim, por exemplo, o Marechal Odylio Denys desempenhou papel decisivo ao obter a adesão do Cel Raimundo Ferreira de Souza, então Comandante do 1º RI, e que havia sido Assistente-Secretário do Marechal, de vez que esse Regimento constituía a vanguarda do Destacamento do Gen Cunha Melo, que se deslocou do Rio de Janeiro na direção de Juiz de Fora, para combater a rebelião. Outros chefes de valor participaram do Movimento. Podemos destacar, entre muitos, os nomes dos Generais Antônio Carlos da Silva Muricy, que chefiou a vanguarda das tropas que partiram de Minas Gerais em direção ao Rio, Generais Adalberto Pereira dos Santos, Poppe de Figueiredo, Camarinha, Orlando Geisel, Gen Justino Alves Bastos (Cmt do IV Ex), Manoel Mendes Pereira (Cmt da 6ª RM) e tantos outros, secundados que foram por oficiais superiores de reconhecido valor profissional. O Marechal Denys ainda teve importante atuação, quando provocou o regresso do 1º BC, sob o

comando do Cel Kerensky Motta, para Petrópolis. A Unidade havia se deslocado para Três Rios, a fim de barrar o avanço das tropas mineiras. O Marechal enviou apelo escrito dirigido a capitães, tenentes e algumas praças que o conheciam, fazendo com que o Cel Kerensky perdesse sua capacidade de comando. Quando o Gen Amaury Kruel, Cmt do II Ex, se definiu, enviou o 4º RI, sob o Comando do Cel Carlos Alberto Cabral Ribeiro, na direção de Curitiba. Em conseqüência, a 5ª RM / DI, que era comandada pelo Gen Silvino Castor da Nóbrega, simpatizante do PCB e fiel a Goulart, veio a aderir, sendo seu Comandante substituído.

O indiscutível é que em todo o País havia oficiais de valor, inteiramente comprometidos com o Movimento de 1964, principal motivo para que não ocorressem choques armados.

*Em seu entendimento, foi correto o emprego operacional dos cadetes da AMAN?*

A decisão do Gen Médici, Cmt da AMAN, de empregar o Batalhão de Serviços da Academia, o Batalhão com parada de sede em Barra Mansa e os cadetes do último ano da Academia foi corajosa e decisiva para deter o avanço do destacamento do Gen Anfrísio, que fora deslocado do Rio para combater a rebelião. Essa sua decisão levou a que o Gen Anfrísio, na iminência de um choque, viesse aderir ao Movimento e retraísse para o Rio. O Gen Médici demonstrou sua capacidade de liderança de forma evidente. A participação dos cadetes contribuiu para o fortalecimento do sentimento democrático na juventude militar, futuros oficiais, bem como da convicção de repúdio à ideologia comunista. Também incentivou o espírito combativo e incutiu elevado senso de responsabilidade, ajudando a forjar militares de sólido caráter.

Deve-se ressaltar ainda que o Gen Kruel, quando aderiu ao Movimento, determinou o deslocamento de forte destacamento para Resende, a fim de barrar o avanço do destacamento do Gen Anfrísio, ficando em condições de marchar sobre o Rio de Janeiro.

*Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?*

Podemos considerar que foram objetivos estratégicos dos chefes militares da Revolução de 31 de Março de 1964:

• iniciar as operações, partindo de um importante Estado da Federação, o que iria animar outras unidades federativas a correrem os inevitáveis riscos;

• iniciar o Movimento de surpresa, mantendo estrito controle das articulações para evitar vazamentos e delações;

• levantar guarnições que deveriam ligar-se com outras vizinhas, criando assim uma cadeia de comando;

• planejar a conquista de objetivos vitais, tais como Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e São Paulo.

*A Revolução de 31 de Março de 1964 robusteceu a união e a coesão das Forças Armadas?*

Acredito que sim. Com o afastamento de militares comprometidos com o regime deposto, com a cassação dos que eram notoriamente ligados à ideologia comunista, a união e coesão das Forças Armadas viu-se fortalecida. Posteriormente, porém, houve discordância entre os que eram favoráveis ao estabelecimento de um clima de normalização democrática e os que consideravam ser necessário ainda manter um clima de endurecimento. Esses últimos vieram a constituir o que passou a ser denominado "linha dura", que também incluíam civis desgostosos com a posição assumida pelo Governo. Também integravam a "linha dura" militares que tiveram ativa participação no Movimento e que receberam comandos de importantes Unidades, mas que estavam mais inclinados para uma participação efetiva na vida política no País.

*O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?*

O Movimento foi desencadeado dentro dos princípios de defesa do regime democrático, que se encontrava ameaçado por um clima revolucionário, no qual predominava a ideologia marxista-leninista. Não foi caracterizado como adepto de uma doutrina ideológica de conotação direitista. Haja vista o posicionamento decididamente democrático do primeiro Presidente após João Goulart, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

*A chamada "mídia", apoiou o Movimento?*

Com exceção do Jornal *Última Hora*, os grandes órgãos da imprensa, particularmente, do Rio e de São Paulo, pregavam ostensivamente a necessidade de ser dado um "basta" aos desmandos do Governo. Sendo assim, quando o Movimento foi vitorioso, a mídia o apoiou. Exemplo dos mais evidentes foi o editorial de *O Globo*, cujo titulo foi "Ressurge a Democracia". Nele, eram apresentadas as razões pelas quais o Movimento se justificara e expressava o reconhecimento da Nação às Forças Armadas.

*Em seu entender está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de março de 1964?*

Muito embora personalidades respeitáveis caracterizem o Movimento de 1964 como uma Contra-revolução, julgo que melhor o definiu o atual Comandan-

te do Exército, Gen-Ex Gleuber Vieira, quando em suas ordens do dia o classifica como um Movimento Cívico-Militar que constituiu uma Revolução Democrática. Por definição, "Revolução" significa sublevação, mudança violenta da forma de governo. Realmente, houve uma sublevação, mas destinada não a mudar violentamente uma forma ou regime de governo e sim a restaurar os princípios democráticos que se achavam ameaçados pelas atitudes do Governo deposto. As Instituições foram preservadas e, portanto, é plenamente justificável dizer-se que o Movimento de 1964 foi uma Revolução Democrática.

*No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? Como caracterizar a diferença?*

Sempre que me refiro aos governos do ciclo revolucionário, afirmo que foram Governos presididos por militares. Considero que Governo Militar encerra a idéia de uma aberta concentração de poderes nas mãos de um militar que atua como um ditador. Os pontos-chave também se encontram nas mãos de militares ou de prepostos. Os três poderes de uma República – Executivo, Legislativo, Judiciário – não funcionam independentemente e são rigidamente controlados pelo Executivo. Não foi esse o quadro do que ocorreu no Brasil. Não houve a perpetuação de um Presidente e sim rodízio, através do processo legal de eleições indiretas. No Congresso Nacional, atuavam as forças de oposição e o Judiciário funcionava normalmente. Os Ministros de Estado eram, em sua sensível maioria, civis. Apenas os desmandos foram coibidos, em defesa do próprio estado democrático.

*A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ou foi prejudicial ao País?*

Mesmo os mais ferrenhos detratores da Revolução Democrática não deixam de reconhecer o sensível progresso alcançado, sobretudo na área econômica, pelos governos do ciclo revolucionário. A economia brasileira foi diversificada, o País teve acelerado ritmo de industrialização, foram criadas quatro grandes empresas estatais, a indústria de material de defesa teve grande incremento, a inflação foi debelada, particularmente nos governos Castello Branco e Médici. Conseguimos enfrentar a crise mundial do petróleo, incentivando o uso do álcool como combustível alternativo. Nos tornamos a 8ª economia mundial. No campo político, não obstante a necessidade de luta contra as ações de guerrilha rural e urbana, de inspiração marxista-leninista, e dos climas de agitação social que foram promovidos, especialmente por seguidores dessa doutrina, foram sendo adotadas e consolidadas medidas a promover a abertura política, de forma cautelosa, equilibrada e gradual.

*O movimento revolucionário cometeu erros? Quais teriam sido?*

A par de seus inúmeros acertos, a Revolução Democrática também cometeu erros. Talvez um dos mais importantes foi o de não ter criado condições concretas para a formação de novas lideranças políticas. Os Institutos criados pelo Governo e pela Oposição – Milton Campos e Pedroso Horta – não renovaram realmente a classe política, como se constata até os dias de hoje. Também uma certa dose de radicalismo promoveu cassações que de outra forma não seriam necessárias, radicalismo esse manifestado tanto por parte de setores do Governo como da Oposição.

Também na área do desenvolvimento econômico, alguns poucos projetos, elaborados pelo Ministério do Planejamento, careciam de uma avaliação realista dos recursos disponíveis para a sua realização ou eram por demais ambiciosos. Um exemplo disso foi o projeto da Ferrovia do Aço.

Finalmente, há que ressaltar dois aspectos importantes. Quando teve início o processo de abertura política, sob o pretexto de não serem criados problemas de natureza política, o combate à corrupção administrativa deixou de ser realizado com vigor. Casos, como a corrupção no INCRA; a do então Senador Orestes Quércia, de posse ilegal de terras; corrupção envolvendo o ex-Governador Pedro Pedrossian e em diversas das inúmeras Fundações criadas, e que fugiam ao controle do DASP, não foram levados a termo.

Concluindo, cabe destacar que, possivelmente, em virtude do receio que a República Popular da China, em especial, viesse a reconhecer a condição de beligerantes dos guerrilheiros do Araguaia, essa situação de confronto permanecesse oculta da população e viesse a ser desconhecida, até mesmo dos elementos do Exército que não estiveram envolvidos no combate.

*Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução de 31 de Março, durante a década 1960 e, principalmente, na década de 1970, reconhecidos e decantados por destacados economistas, em nossos dias, continuam sem a devida divulgação. Quais as razões determinantes desse fato?*

Há um interesse premeditado por parte daqueles que constituíam as forças de oposição da época, uma vez que não é possível negar os êxitos alcançados pelos governos revolucionários. É a preocupação em não ressaltar a capacidade de militares como administradores e de minimizar sua importância na vida nacional.

*A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?*

A mídia sofre a forte influência da tendência esquerdizante que prepondera nas Faculdades de Comunicação Social. Há, ainda, o fato de que antigos opositores desfrutaram de importantes posições nos meios de comunicação social. Os que detêm o poder atualmente receiam que o povo aumente sua admiração pelos militares e recorde o tempo de paz social, progresso e estabilidade que existiu, quando presidiram os destinos da Nação.

*Os militares perderam a chamada "batalha da comunicação social" ou, por uma questão de princípios, deixaram de fazer a devida difusão de seus acertos, bem como a defesa de seus eventuais erros e excessos?*

Em parte, pode-se admitir que a "batalha da comunicação social" foi seriamente afetada porque dois motivos concorreram para isso. Em primeiro lugar, a preocupação, dos Governos da Revolução, de que a proclamação de êxitos viesse a sugerir a idéia de que se estava criando um Departamento de Imprensa e Propaganda, como existira no tempo de Getúlio Vargas. Posteriormente, porque foi considerado não ser conveniente responder aos ataques contra o Exército, para evitar polêmicas e alimentar discussões. Além disso, pelos motivos já apontados, os órgãos da mídia exercem, até hoje, um forte "patrulhamento", ignorando ou omitindo toda e qualquer opinião favorável às Forças Armadas. Procuram, com isso, explorar qualquer fato, por menor que seja, do passado ou do presente, capaz de afetar a imagem das mesmas. Exemplo concreto está no silêncio que é mantido com relação às pesquisas de opinião que garantem ao Exército alto grau de credibilidade e confiabilidade, por parte do povo. O trabalho que o CCOMSEX vem realizando é altamente louvável, inclusive no esclarecimento sobre os posicionamentos do Exército, feitos para militares da Reserva. Poucos são os militares da reserva que têm seus pronunciamentos acolhidos pelos órgãos da mídia, mesmo quando moderados e em defesa da instituição. A mídia somente se interessa em entrevistar militares da Reserva, quando deles possa obter declarações sensacionalistas. Ademais, corre-se risco de que as declarações feitas sofram a mutilação de trechos importantes e até sejam mesmo omitidos.

*O senhor gostaria de tecer comentários sobre as ações de guerrilha e de terrorismo – seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc, ocorridos numa primeira fase, e a colocação de bombas em bancas de jornal etc, posteriormente – praticadas por extremistas?*

Os fundamentos para o desencadeamento de ações de guerrilha urbana e rural, no Brasil, fazem parte da estratégia do Comunismo Internacional, conduzida

pela extinta URSS e pela República Popular da China, secundadas por Cuba. O Brasil seria palco da terceira grande Revolução do século. Depois da URSS e da República Popular da China, surgiria a República Democrática Popular do Brasil. Desde 1935, quando da Intentona Comunista, já tentava o comunismo, sob direta orientação da URSS, chegar ao poder através da luta armada. Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, Stalin determina que, onde houvesse condições objetivas, os comunistas deveriam tomar o poder pelas armas. Com a comunização de Cuba, criou-se um terceiro pólo de pregação da luta armada, como forma de conquistar o poder.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguidor das diretivas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) oscilou entre o apelo à luta armada ou a via pacifica para a conquista do poder, nunca abandonando a luta armada, se para tal viessem a ocorrer condições objetivas. O PC do B e outras organizações optaram pelo modelo chinês da luta prolongada e depois pela linha albanesa. Grande número de organizações adotou o foquismo cubano, como forma de conduzir a luta armada, entre elas a Aliança Libertadora de Carlos Marighella.

O estudo das ações de guerrilha urbana e rural e dos atos de terrorismo daria motivo a uma exposição muito prolongada. Vou, portanto, me limitar a pontos considerados essenciais.

Asseverar que tais ações surgiram como decorrência do regime militar é uma falácia. Muito antes da Revolução Democrática de 1964, a guerrilha já era considerada como uma forma de luta para a conquista do Poder. Em 1954, no IV Congresso do PCB, foi decidida a criação do Exército de Libertação Nacional, para o assalto violento a fim de conquistar o Poder. Elementos do PCB realizaram o curso de oficial no Exército soviético. Depois, Francisco Julião, em 1961, na comemoração de 26 de julho, leva treze militantes destinados a fazer treinamento militar em Cuba. Em 1962, procurou criar campos de instrução de guerrilha, inclusive em Dianópolis /GO. Também Leonel Brizola, através da criação do "grupo dos onze", pensava em recorrer à luta armada. Em 1962, Brizola inicia o aliciamento de sargentos e marinheiros de esquerda. No final de 1962, o dirigente da organização de esquerda Política Operária (POLOP), Moniz Bandeira, no livro "O Caminho da Revolução Brasileira" afirmou que o dever das vanguardas era o de preparar as massas para o levante armado, para a insurreição e a tomada do poder. Pregava, pois, o golpe contra o governo. Posição semelhante adota, em 1963 e início de 1964, o PC do B.

Com o racha ocorrido no PCB, surgimento da Aliança Libertadora Nacional de Marighella e de outras organizações consideradas como "militaristas", que somente encaravam a possibilidade de agir através da luta armada, intensificam-se as ações de guerrilha e de terrorismo, especialmente de guerrilha urbana.

Guerrilheiros brasileiros receberam treinamento militar na República Popular da China, em especial para a guerrilha do Araguaia, e em Cuba, onde foram adestrados muitos dos componentes da ALN. A ALN foi a única organização subversiva brasileira a participar da Junta de Coordenação Revolucionária (JCR), organização criada para coordenar as ações subversivas de inspiração comunista, nos países da América do Sul. Era integrada pelos Tupamaros, da República Oriental do Uruguai; por Montoneros e pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP), da Argentina; pelo MIR (Movimento de Isquierda Revolucionário) do Chile; pelo Exército de Libertação Nacional, da Bolívia.

Não podemos deixar de considerar que Leonel Brizola enviou Herbert José de Souza (Betinho) e, em seguida, Neiva Moreira e Dagoberto Rodrigues, para Cuba, com a finalidade de acertarem as medidas do apoio que Fidel Castro daria para ações de guerrilha no Brasil. O auxílio cubano em dinheiro foi de 1,2 milhão de dólares. E ainda houve a tentativa de Caparaó e na região de Três Passos.

Quanto à colocação de bombas em bancas de jornal e atos semelhantes, foi uma reação de grupos de extrema direita radical, em resposta ao terrorismo de esquerda, sem, contudo, alcançarem o vulto e a importância de que se revestiram os atos da esquerda revolucionária.

*A seu ver, durante o processo revolucionário, ocorreu o cerceamento das liberdades de imprensa, de expressão, artísticas, com prejuízo para a divulgação do pensamento e dos ideais dos diversos segmentos da sociedade brasileira?*

Durante o processo revolucionário, houve cerceamento da liberdade de imprensa e de expressão e artísticas, fato que não se pode negar. Muitas vezes esse trabalho de censura foi levado a cabo de forma rigorosa e por elementos nem sempre bem preparados para executá-lo. Entretanto, particularmente no meio artístico, era muito grande a infiltração de elementos de esquerda (teatro, cinema, músicos etc), que procuravam, por todas as formas, difundir idéias de inspiração subversiva e críticas ao Governo. O mesmo ocorria com importantes órgãos da imprensa escrita, falada e televisada. Essas liberdades são importantes em uma democracia. Mas devem, por outro lado, implicar noção de responsabilidade por parte dos órgãos de comunicação, que não podem se transformar em órgãos difusores de idéias que conduzam à desagregação social e moral da sociedade, a exemplo do que vem ocorrendo nos dias atuais.

*Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação de opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?*

Discordo inteiramente. Como já me referi, antes, a luta armada sempre foi objeto de cogitação por parte das esquerdas nacionais.

*O AI-5 era necessário?*

Na Revista do Clube Militar, número 355, de Jan/1999, o Cel Jarbas Passarinho analisa as razões que levaram à Decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Estou de pleno acordo com as razões que apresenta. As ações de guerrilha e os atos terroristas tinham chegado a tal nível que dificultavam a execução de medidas destinadas a manter a ordem interna. Como tal, impunha-se a necessidade de ato de força. Para confirmar essa situação, recorremos ao já citado livro de Jacob Gorender. Diz ele, na página 105: – "Preparação revolucionária significa capacidade para a luta armada imediata, uma vez que não mais cabiam avaliações das condições. O ano de 1968 marcou o ápice das lutas de massas, antes do fechamento completo da ditadura militar". E acrescenta: "a ALN (Aliança Libertadora Nacional), a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e o COLINA (Comando de Libertação Nacional) já estavam envolvidos na escalada de ações armadas vanguardistas". O PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) teve participação muito destacada nessas lutas de massas.

As deformações ocorridas, por vezes, quando da aplicação do AI-5 e a sua manutenção até o fim do Governo Geisel, estendendo-se, portanto, muito além do desejável, não invalidam ter sido necessário, quando de sua decretação.

*Foram necessários o agravamento da Lei de Segurança Nacional e a criação de órgãos de informações e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI)?*

Considero que sim. O SNI constituía o órgão de cúpula do Sistema Nacional de Informações. Seu único cliente era o Presidente da República. Deveria manter ligação, para fins de produção de informações de interesse do Governo, com os Centros de Informações das Forças Armadas (CIE, CISA, CENIMAR) e com as DSI dos Ministérios e, através delas, com ASI existentes. A produção de informações de alto nível é essencial ao presidente da República e obedecia ao fixado em um Plano Nacional de Informações. Deveria igualmente atender à produção de informações determinadas pela Presidência da República. Era responsável pelas informações tanto relativas ao campo interno quanto ao externo.

A Existência de um SNI, portanto, é plenamente justificada para manter o Presidente da República informado, com segurança e oportunidade, sobre assuntos que tenham ou possam ter influência nas decisões governamentais.

Na primeira quinzena de setembro de 1970, como conseqüência das ações de guerrilha e terrorismo, foi expedido um documento denominado Diretriz Presidencial de Segurança Interna, definindo o que deveria ser feito para impedir e neutralizar a subversão. Em cada Exército, atuais Comandos Militares de Área, existiria:

• Um Conselho de Defesa Interna (CONDI);
• Um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI);
• Um Destacamento de Operações de Informações (DOI),

todos sob coordenação do próprio Cmt do Exército que, em assuntos de Defesa Interna, era denominado Comandante da Zona de Defesa Interna.

Através dessa estrutura, garantiram-se a coordenação e a execução do planejamento das medidas de Defesa Interna nos diversos escalões de comando. Ademais, facilitava a conjugação de esforços da Marinha, Aeronáutica, SNI, DPF, Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil e Militar). Todas as Operações de Informações eram realizadas apenas pelo DOI.

Sem discutir desvios ou excessos cometidos, o fato indiscutível foi o de que, se não existisse essa estruturação, jamais teria sido possível alcançar êxito nas ações de combate à subversão.

Finalmente, o fortalecimento das medidas da Lei de Segurança Nacional se justificou em face da gravidade da situação enfrentada pelas autoridades legalmente constituídas.

*Qual a sua opinião acerca do panorama político durante os governos revolucionários, principalmente sobre o comportamento do Congresso Nacional?*

Terminadas as cassações de políticos no Governo Castello Branco e criado o bipartidarismo, o Congresso passou a desempenhar suas atribuições de maneira normal. Durante os governos Médici e Figueiredo não houve aplicação do AI-5 para cassar parlamentares. Os políticos cassados o foram por suas atitudes e estímulos à subversão comunista, por ataques abusivos ao Governo, às Forças Armadas e por atos de corrupção. As forças da Oposição deram grande apoio e impulso às campanhas políticas, como a da Anistia, e das eleições diretas, sem que o Governo reprimisse sua forma de atuação. Eleições para parlamentares e governadores iam sendo realizadas paulatinamente, com sensíveis ganhos para a Oposição. Durante o Governo Geisel, o Congresso foi colocado em recesso, por curto prazo, com o fim de adotar medidas, no campo político, que assegurassem a continuidade do processo de abertura.

*Hoje em dia, fala-se muito em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a respeito?*

São expressões usadas pelos revanchistas e por certos elementos, até os dias atuais, inconformados em terem seus intentos de implantação no Brasil de um regime político de inspiração marxista-leninista frustrados e de manter viva a sua oposição aos que impediram seus intentos.

*Julga o senhor que a Revolução demorou muito no governo do País?*

Realmente, o processo revolucionário se prolongou muito, mas não podemos esquecer que dois fatores concorreram para isso, sendo o principal o apelo das esquerdas ao terrorismo e às guerrilhas urbana e rural e a necessidade de promover a abertura, de maneira lenta, gradual e segura, vencendo as resistências, tanto de parte de setores da oposição quanto das próprias forças governamentais.

*Durante os governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferirem vantagens de qualquer ordem?*

As Forças Armadas não tiraram proveito direto da situação e, pelo contrário, se desgastaram, em face da campanha movida contra elas, não obstante ter sido apenas uma parcela reduzida que participou diretamente do combate à subversão.

*De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governos revolucionários?*

Uma avaliação altamente positiva. Além dos sensíveis avanços nas áreas econômica e social, impediram que o País fosse dominado pelas esquerdas, conseguido vencê-las, inicialmente, de forma incruenta, e, posteriormente, pela reação, enérgica e desassombrada, às ações de guerrilhas e terrorismo desencadeadas.

*Que outros aspectos gostaria de comentar sobre o período revolucionário que findou em 1985?*

Em minha opinião, os governos perderam a oportunidade de serem os primeiros a levantarem bandeiras de impacto, tais como o fim da censura, campanha pela anistia, eleições diretas, que, por essa omissão, passaram a ser exploradas pela Oposição, como vitória, sucessos e ganhos decorrentes da mobilização popular por ela liderada.

*Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?*

Ocorreu o natural desgaste provocado pelo longo período de governos presididos por militares. A isso somou-se a determinação do Presidente Geisel, forte

adepto da mentalidade legalista que caracterizava o Presidente Castello Branco, de promover a democratização do regime, através de um processo de abertura política. O Presidente Geisel sempre lutou pelo afastamento dos militares do processo político e recondução das Forças Armadas à sua missão constitucional.

*A conjuntura internacional veio a acelerar a abertura política?*

De certa forma sim, pois ocorreram abrandamento no confronto Leste-Oeste e uma política de condenação aos regimes de exceção.

*Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?*

Foi um processo dificultoso, caracterizado por vários avanços e recuos e de embates seja com forças radicais da Oposição que desejavam acelerar o processo, seja com elementos radicais do próprio Governo que viam no processo a possibilidade de fortalecimento das esquerdas.

*Havia condições para a continuidade do processo revolucionário, após o Governo João Figueiredo?*

Não havia mais condições para a continuação do processo revolucionário, a menos que ocorressem fatos de extrema gravidade. Primeiro, porque o General Figueiredo foi eleito com o compromisso formal, assumido com seu antecessor, de dar continuidade ao processo de abertura. Em segundo lugar, porque também era favorável à democratização do País. Por fim, vale lembrar que não mais dispunha do AI-5, que fora extinto em 13 de dezembro de 1978, pelo Presidente Geisel, antes de terminar seu mandato.

*A situação política e os resultados econômicos desse último governo, dito militar, degastaram a imagem da Revolução?*

Muito mais que a atuação política, foi a situação da economia a geradora de desgaste. O montante da dívida externa, o déficit na balança de pagamentos, a queda no crescimento do PIB e o retorno da inflação a níveis inéditos desde 1964, foram os principais problemas do Governo, no quadro de grave crise internacional. Foi preciso adotar uma "economia de guerra". Mesmo assim, foram alcançados grandes êxitos no setor de telecomunicações, capacidade de produção de energia elétrica e produção de aço. O temperamento explosivo e franco do Presidente e o emprego, por várias vezes, de expressões pouco felizes também concorreram para o desgaste. Na área política, teve que enfrentar uma onda de atentados e o episódio do Riocentro, em 1981. Ficou com sua saúde abalada,

devido a um distúrbio cardíaco que o levou a ser submetido a uma intervenção cirúrgica nos EUA.

*Ocorreu, a partir de 1985, e ainda existe hoje o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que tem o senhor a dizer sobre a Lei da Anistia?*

A Lei nº 6.683, de iniciativa do Governo, aprovada pelo Congresso, foi sancionada pelo Presidente Figueiredo, anistiando todos os cidadãos punidos por atos de exceção, desde 9 de abril de 1964. Foi uma anistia ampla, geral e irrestrita.

O importante a considerar é que, nos tempos atuais, a anistia concedida parece ter sido unilateral, ou seja, somente para beneficiar os que realizaram atos contra os governos do período revolucionário. Sob os mais variados pretextos, os derrotados de ontem, hoje totalmente absolvidos e que ocupam cargos no Legislativo, Judiciário e Executivo, quer Federal, Estadual ou Municipal, e, muito especialmente, em importantes órgãos da mídia, têm procurado levar ao banco dos réus aqueles que obstaculizaram seus intentos. Através do "Grupo Tortura Nunca Mais", da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, do Projeto Tortura Nunca Mais, da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizam-se ações de caráter revanchista, destinadas a manter os militares sob pressão, havendo diversos casos de acusações totalmente infundadas, assacadas, até mesmo, quando da promoção de oficiais-generais.

*Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?*

O desmembramento da extinta União Soviética, a "queda do Muro de Berlim" e o fim da bipolaridade não significam que o comunismo tenha desaparecido. Uma doutrina de base ideológica não se extingue facilmente. Haja vista o caso do nazismo que, literalmente esmagado ao fim da II Guerra Mundial, ressurge com virulência em várias nações do mundo, inclusive na própria Alemanha. O mesmo ocorre com o comunismo, o qual não foi esmagado e saiu vitorioso ao fim da guerra. Fracassou, especialmente no aspecto econômico, mas sobrevive com várias tendências. No Brasil, se o "Partidão" mudou de nome e moderou suas ações, ainda há uma facção que mantém a denominação tradicional. Já o PC do B em nada alterou suas posições. O Movimento dos "Sem Terra" é controlado por uma organização trotkista, o PSTU (Partido Socialista Trabalhis-

ta Unificado), antiga facção do PT e que tinha o nome de Convergência Socialista. O próprio PT abriga em seu seio alas radicais formadas por elementos de notória tendência comunista, como Temer por exemplo. O próprio José Dirceu não prima pela moderação. Assim, o que se verifica é que, no Brasil, o comunismo continua atuante.

*A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor pensa sobre isso?*

Muito embora os grandes órgãos da mídia, intencionalmente, não registrem essas pesquisas de opinião, o fato inquestionável é que o povo confere ao Exército os mais elevados graus de confiabilidade e credibilidade. Isso tem sido uma decorrência de seu posicionamento altamente democrático, de sua integral devoção às tarefas decorrentes de sua Missão Constitucional, não obstante as dificuldades orçamentárias que enfrenta. Ainda mais, pela maneira altamente profissional e eficiente com que cumpre as diferentes missões recebidas, tanto integrando Forças de Paz, como, internamente, nos casos em que seu emprego tem sido necessário para garantir a segurança de autoridades estrangeiras, em importantes eventos havidos no País. O povo também não ignora que são as Forças Armadas, em particular o seu Exército, que estão presentes na Amazônia para assegurar a integralidade do território brasileiro e garantir a integridade nacional. Ademais, é a "mão amiga" em todos os momentos da vida do país, prestando ajuda e apoio, como no abastecimento de gêneros e, até mesmo, na distribuição de cestas básicas.

*Gostaria o senhor de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que merecesse ficar registrado, por meio deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?*

Apenas ressaltar que, ao comentar os êxitos da Revolução Democrática de 1964, deixei de citar obras como a Ponte Rio-Niterói, a ampliação, em larga escala, da extensa malha rodoviária que corta o país, e o avanço considerável na área de telecomunicações, por exemplo. Houve erros? Sim, houve, mas os acertos os sobrepujaram amplamente.

# General-de-Exército Everaldo de Oliveira Reis

- Natural da Cidade de Natal, RN.
- Último posto da carreira: General-de-Exército.
- Foi Secretário de Economia e Finanças do Exército e Ministro do Superior Tribunal Militar.
- No exterior: membro da Delegação Brasileira, na Junta Interamericana de Defesa, Washington, DC, EUA.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, da Escola Superior de Guerra e do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, EUA.
- Em 1964, era Major, adjunto da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército. Em abril daquele ano, foi convidado para oficial de Gabinete do Ministro do Exército, como adjunto da Divisão de Informações.

---

Entrevista realizada no dia 23 de outubro de 2000.

Sou aspirante-a-oficial de 1945, um ano marcante, seja no cenário mundial, seja no Brasil. No cenário mundial, ele registra o fim da chamada Segunda Grande Guerra com a queda do fascismo e do nazismo mas, paradoxalmente, o crescimento do império russo.

No Brasil, ele marcou a volta da Força Expedicionária Brasileira que lutara, aproximadamente um ano, no Teatro de Operações da Europa e que trazia muitas idéias novas, quer para a formação da Força Terrestre, quer, mesmo, no campo político. Também marcou a primeira queda do Dr Getúlio Vargas; eu, ainda Aspirante, "paguei", por causa disso, as minhas prontidões. O Partido Comunista voltou à legalidade. Também, em 1945, tive a oportunidade de votar na primeira eleição que se realizou depois do Estado Novo.

Fui sempre um observador atento da vida política nacional. Nunca achei que o fato de seguir a carreira militar me obrigasse a ser abúlico ou que não tomasse conhecimento das coisas. Mas, em 1964, eu era apenas major, de maneira que não poderei dizer que tive uma participação pessoal ativa. Tinha meu grupo de amigos.

Existe um fato que acho fundamental para a eclosão da Revolução de 1964. Funcionou, em 1963, quando eu era oficial instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – EsAO –, um curso de Guerra Revolucionária no Estado-Maior do Exército. Esse curso, depois, foi reproduzido nas Escolas. Ele "fazia uma radiografia" perfeita do que era o Estado brasileiro, naquela ocasião.

Muitos companheiros que vacilavam, temendo fazer uma quartelada, viram ali, naquela ocasião, que o que eles iriam fazer seria compelir o governo, então existente, às práticas democráticas pelas quais nós lutávamos.

O curso de Guerra Revolucionária foi uma grande mola, no sentido de deslocar o centro de gravidade, principalmente da jovem oficialidade.

*O senhor gostaria de acrescentar algo mais sobre os pródromos da Revolução, a sua eclosão e as suas conseqüências, no que tange à sua participação pessoal?*

Tínhamos o nosso grupo de conspiração. Eu pertencia ao grupo do General José Pinheiro de Ulhôa Cintra ...

*Ele trabalhava para isso. Desde 1961 que ele trabalhava...*

O General Cintra foi o comandante do GT4.

*1961...*

1961.

*Na renúncia do Presidente Jânio Quadros...*

Eu fui da Divisão Cruzeiro... Fui E4 do General Cintra na renúncia do Jânio. Quando a Revolução de 1964 eclodiu, servia no Estado-Maior, e como a tropa

federal estava cercando o Quartel-General, temíamos até a prisão do General Castello Branco. Tentamos organizar um grupo com o objetivo de protegê-lo; ele não aceitou. Haveria uma reunião da comissão de promoções, na qual ele tomaria parte, e temíamos que nesse momento... Eu era um simples major, mas estava lá.

*Os oficiais superiores trabalharam bastante.*

Então, em um determinado momento, saímos do QG e fomos nos homiziar na Escola de Comando e Estado-Maior, onde funcionava, realmente, o cerne da Revolução, aqui no Rio de Janeiro.

*No seu entender, onde estão as raízes do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964?*

Essas raízes começam no suicídio do Presidente Vargas... No aparecimento do chamado "mar de lama." Daí em diante, este País viveu pouquíssimos períodos de tranqüilidade. Acho que foi nessa ocasião que a insatisfação popular começou a tomar corpo e a ter vitalidade.

*O senhor julga que a guerra fria, após a Segunda Guerra Mundial, teve influência no desencadear da Revolução? Havia uma dicotomia: uma parte do lado do Ocidente e outra ligada ao Oriente. Cuba já estava fazendo parte do sistema soviético?*

Possivelmente houve influência. Contudo, o que caracterizou, basicamente, foi o que ainda restava na tropa de triste memória da Intentona de 1935. Eu, pessoalmente, filho e irmão de militar, menino de dez anos, morando na Vila Militar do Recife, assisti à eclosão da revolução naquela cidade, chamada Intentona Comunista. Vi as ignomínias que se praticaram em nome da mesma.

O meu primeiro Subcomandante, Major Aguinaldo de Oliveira Almeida, tinha sido ajudante-de-ordens – naquele tempo chamava-se Comandante da Escolta – do General Manoel Rabelo, que era o Comandante da 7ª Região Militar e fora ferido pelo então sargento Gregório, da tesouraria do CPOR, que funcionava ao lado do quartel. Do alto da escada ele perguntou: "Gregório, o que está acontecendo?" Levou um tiro de parabellum... Por sorte, pôs a mão diante do rosto; passou o resto de sua vida com a mão deformada. Ele era para mim, aspirante recém-chegado à Unidade, um testemunho do que fora a vil Intentona de 1935.

*O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março?*

Total instabilidade política! Total instabilidade política! Renúncia de um presidente; impedimento de um vice-presidente. Não era uma situação de caos,

porque o *slogan* que surgiu depois, "reforma na lei ou na marra", ainda não era popular, mas, politicamente, era o caos.

*Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?*

Ele era traduzido pelo medo que a população tinha, porque se falava não só na reforma rural mas até na reforma urbana. Porque os áulicos do governo eram os primeiros a propagar que a reforma se faria "pelo bem ou na marra".

*Qual era a posição da Igreja, naquela época, com relação ao governo deposto? Era a favor ou contra o governo?*

Ainda não acontecera Medelin. A Igreja da América do Sul ainda não se politizara, no sentido negativo, de maneira que Igreja e Governo João Goulart conviviam pacificamente. Medelin foi que marcou a "opção pelos pobres" que se tornaria numa alavanca para uma guerra revolucionária.

*Havia até padres tradicionais que queriam o bem do País e se levantaram contra aquele estado de coisas. Então, a Igreja não...*

A Igreja não confraternizava, mas convivia, porque o clero brasileiro e sul-americano, como eu disse, ainda não se politizara.

*Como o senhor viu, na época, as "Ligas Camponesas", "grupo dos onze" e outros movimentos semelhantes?*

Eu não vivi bem essa experiência do grupo dos onze, mas o que eu posso dizer é que tudo no Governo João Goulart era de fancaria; sobreviveram apenas aqueles grupos onde a influência comunista era muito grande, como UNE, UBES, JUC... Depois, transformaram-se em AP, POLOP e outras organizações. Quem não tinha base sólida, uma coluna vertebral, que era materializada pelo Partido Comunista, fanático e bem organizado, sucumbiu. Não tinha valor.

*Com relação ao meio militar, houve cisão nas Forças Armadas? Buscou-se jogar oficiais contra sargentos?*

Sem dúvida! Sem dúvida! Uma pequena minoria de chefes, uma pequena minoria, seja dito a bem da verdade, fechava os olhos e os ouvidos. Assim, associações desportivas ou sociais tornaram-se centro de agitação política. Tanto é que culminou com a "revolta dos sargentos", em Brasília.

*Inclusive, aqui no Rio também a reunião, no Automóvel Clube.*

Ah, mais próximo! São fatos que demarcaram: depois da "revolta dos sargentos" de Brasília: o problema do Sindicato dos Metalúrgicos, onde marinheiros e fuzileiros rebelados, em passeata, carregaram o Almirante Cândido Aragão; e a reunião no Automóvel Clube, à véspera – 30 de março.

*Comício do dia 13.*

Nesse dia aconteceu o lamentável Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde o então Ministro da Guerra – não quero "fulanizar" o problema –, depois de se comprometer em não participar, foi para o palanque.

*Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada, hoje, de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?*

Para mim foi uma demonstração nítida da insatisfação da sociedade com o estado de coisas vigentes.

*O Exército e as Forças Armadas em geral foram intérpretes da maioria da vontade nacional quando deflagraram a Revolução?*

Sem dúvida! Sem dúvida! Mais uma vez, o Exército saiu dos quartéis para juntar-se à Vontade Nacional e, passado aquilo que ele julgava ser a sua missão, retornou, de *motu proprio,* aos quartéis.

*A seu ver, havia uma Revolução em andamento, de cunho comunista, para mudança da ordem institucional do Brasil?*

Eu prefiro dizer que havia um quadro de desorganização. Dentro desse quadro, o PC se imiscuíra para, depois, tirar com "mão de macaco as castanhas das brasas". Evidentemente, o mesmo ia fazer isso porque era a organização que, realmente, existia. Aliás, Prestes já dissera: "Eu estou no governo, só falta o poder."

*Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?*

Muitos líderes, lembro-me bem do Dr. Bilac Pinto, sentiam o momento e, por isso, inicialmente, a reação da maioria do Congresso foi favorável.

*Como se comportaram aquelas entidades taxadas de esquerdistas, logo após o início da Revolução?*

Olha, como já lhe disse, com exceção daquelas que estavam fortemente nas mãos dos comunistas, tudo mais desabou como um castelo de cartas.

*Na sua opinião, quais foram os principais líderes, civis e militares, da Revolução de 31 de Março?*

Não tive contato com líderes civis. O grande líder da Revolução foi o General Castello Branco. Sua liderança se exercera em tempo de paz – ainda me lembro, "bicho" na Escola Militar, quando ele atravessava o pátio com aquele ar circunspecto, como nós o respeitávamos! – e na guerra.

Tive, também, a possibilidade de apreciar a capacidade de articulação de dois chefes: o General Muricy e o General José Pinheiro de Ulhôa Cintra, infelizmente, todos os dois de saudosa memória.

*Como o senhor viu o movimento, em termos de preparação? A preparação foi exclusivamente interna ou houve também participação externa, inclusive dos Estados Unidos?*

No meu escalão nunca observei algo ligado à participação externa, até porque os meus companheiros e eu mesmo não nos sujeitaríamos a isso. Acredito que havia a preocupação com a comunização de um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e cuja população já se aproximava de cem milhões de habitantes. Se hoje a Colômbia nos preocupa, quanto mais um país com o peso específico que o Brasil tinha naquela ocasião. Agora, interferência direta eu não conheci e, se conhecesse, repeliria. Eu e os meus companheiros de conspiração.

*A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do esquema militar do governo?*

O governo de João Goulart primava pela inoperância. Inoperante era tudo aquilo que ele quis fazer, inclusive o chamado "sistema militar", onde havia aproveitadores, a maioria deles; aqueles que eu chamo que "trocavam a primogenitura por um prato de lentilha".

*General, no lado da Revolução, como o senhor viu o aspecto "chefia e liderança"? O senhor já destacou o Castello Branco, realmente era uma liderança, sem nenhuma dúvida. Mas, sobre esse aspecto, poderia dizer algo mais?*

Acho que não havia uma animosidade acirrada entre os companheiros, por isso, tanto os que marcharam de Belo Horizonte para o Rio, aliás, de Juiz de Fora, particularmente, e do Rio para Minas comportaram-se como irmãos de arma, e, por esse motivo, não houve derramamento de sangue. Até porque muitos estavam ali mais levados por um sentimento exacerbado de cumprimento do dever, visto que não havia uma infiltração comunista entre os oficiais das Forças Armadas.

Nos mais velhos, eu me incluo entre os mais velhos, havia pungente lembrança do que fora a Intentona Comunista, onde o "Brigada" foi morto por Agildo Barata, de maneira covarde. Esse fato ainda estava estereotipado para nós. Aquilo foi o marco da covardia, da traição e do desrespeito à camaradagem.

*General, esse movimento de tropas, de Juiz de Fora, principalmente, como o senhor realçou muito bem, para o Rio de Janeiro, de Mato Grosso para Brasília, visava a atingir que objetivos estratégicos?*

Olha o que nós vamos chamar de objetivo estratégico... mas, direi o seguinte: a Revolução queria galgar o poder, ou melhor, galgar o governo, porque o Sr. Prestes dizia que já possuía o governo e nós desejávamos assegurar a execução de um governo que fosse, realmente, democrático. Se você me perguntar qual foi o objetivo da Revolução, respondo que foi esse: restabelecer no País, tanto quanto possível e naquele momento, a plenitude democrática.

*E, para isso, tinha que chegar em Brasília, centro do poder.*

Mas, lamentavelmente, Brasília ainda não era o centro político do País. Portanto, quando os Etchegoyen... Quando chegaram aqueles tanques diante da Escola de Estado-Maior, foi uma verdadeira euforia, porque significava que a Revolução era vencedora. O Rio, ainda, era a capital política do País.

*As Forças Armadas, com a Revolução, robusteceram a união e a coesão?*

Sem dúvida! O fortalecimento da cadeia de comando implica o respeito mútuo entre comandantes e comandados, e, onde há o mesmo, a coesão é uma conseqüência natural.

*O Movimento de 31 de Março estava baseado em alguma ideologia?*

Se você chamar a prática democrática de ideologia, eu lhe direi que sim.

*A mídia apoiou o Movimento na época?*

A maioria da Imprensa apoiou. O *Correio da Manhã*, só no início.

*Seu editorial, no dia 31 de março de 1964, intitulava-se Basta!*

O *Correio da Manhã* era um jornal muito tradicional. Terminou fechando. Esse jornal, inicialmente, a bem da verdade, opôs-se nitidamente aos desmandos do governo deposto. Na "D2", todo dia de manhã, eu tinha que ler a resenha e via, claramente, no início, a posição do *Correio da Manhã* favorável à Revolução. Depois, voltou-se contra o nosso Movimento, mudando totalmente de posição.

*No seu entender, está correto o termo Revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março?*

Olha, não gosto muito de discussões semânticas: É revolução? É contra-revolução? Evito, chamando "Movimento de 31 de Março".

*A Revolução trouxe benefícios ou problemas ao nosso País?*

Foi um período de progresso, de paz social, de emprego. Faço minhas as palavras do atual Comandante da Força: "Nunca houve um período, em toda a história republicana, em que os governos soubessem tão bem para onde iam e por onde iam."

*A Revolução de 31 de Março cometeu erros? Caso positivo, quais foram?*

Olha, a Revolução não foi feita por anjos, mas por homens, e deve ter cometido inúmeros erros. Alguns devido à inabilidade, outros devem ser debitados à sensibilidade muito à flor da pele que nós, militares, temos, decorrentes de nossa formação. Não vou negar que tenha ocorrido erros. Não vou negar. Agora, nunca se presenciou nada, é importante que se diga, escandaloso e degradante como nos últimos tempos.

*Exatamente, General. Os sucessos econômicos da Revolução têm sido destacados, inclusive por professores civis. Temos visto, em aulas da ESG, renomados mestres citarem a década de 1970 como a mais promissora da economia brasileira. Por que não se faz a devida justiça a esse fato que professores de valor realçam? Por que a mídia não o faz?*

Há duas vertentes. Há os que hoje tutelam o poder e para os quais não parece "bem" o sucesso da Revolução. Quando têm que engolir, fazem-no, batizando com novo nome. Muita coisa que se fez na Revolução está aí, mas com outro nome. Até essa mudança ridícula de denominação do Serviço Nacional de Informações que passou a chamar-se de "Inteligência". Os nossos vizinhos do Sul têm razão, quando dizem que somos "macaquitos", pois, mais uma vez, usou-se a nomenclatura de um outro país. Quer dizer, o que foi possível esconder, esconderam, o que foi possível mimetizar, mimetizaram.

A outra vertente é a daqueles para os quais quanto pior, melhor. Evidentemente, ainda há gente que sonha em restabelecer uma república popular por aqui, até porque as diferenças sociais não diminuíram, pelo contrário, agravaram-se no pós-Revolução.

*A mídia, principalmente, tem feito questão de omitir esses acertos da Revolução. O senhor poderia citar alguns?*

Para começar, cito o Projeto Rondon, que hoje tem outro nome. O Serviço Nacional de Informações tem outro nome. Porque só um tolo pode imaginar que um país viva sem esse tipo de atividade.

Ontem, li uma coisa interessante na imprensa: os senhores deputados descobriram que, no Orçamento, só se pode autorizar uma despesa quando há uma receita previsível. Isso é quase da idade da Arca de Noé, mas foi uma descoberta de ontem. Agora, também, descobriu-se que planejamento orçamentário é instrumento de planejamento do país. A Revolução criou a mentalidade do Planejamento.

Vide o Decreto-Lei nº 200, um modelo.

Uma ocasião, tive a oportunidade de escrever sobre esse decreto. Pregava a solução mais lógica para a implantação do Ministério da Defesa. Quem lesse o

Decreto nº 200 veria isso. Dar-se-ia ao EMFA o controle dos orçamentos das três Forças Armadas e, por via de conseqüência, o mesmo controlaria o funcionamento. Não precisava alguém "cair de pára-quedas" dentro das Forças Armadas e, depois, sair enxotado.

*A "batalha da comunicação social", assim chamada, foi perdida pelos governos revolucionários ou os governos revolucionários não quiseram participar dessa atividade?*

Alguns tinham ojeriza, mas é agora que estamos vendo que nós não a perdemos. Porque, se eu chegar no meu barbeiro e pedir para ele falar sobre a Revolução de 1964, ele dirá que tem saudades desse período. A voz do povo, meu amigo, é a voz de Deus.

*O que o senhor gostaria de dizer a respeito das ações de guerrilha, terrorismo, seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis praticados por extremistas? Qual era o grande objetivo dessas ações?*

Eles, já desesperados, saíram para a luta armada, mas não tiveram o respaldo popular que esperavam. Todas as tentativas de "área liberada", não só Xambioá, mas, antes, Caparaó e uma que foi feita pelo Jeferson Cardim de Alencar Osório, caíram no vazio porque o povo não queria aquilo. Quando eu chamo o povo, não é meia-dúzia de pseudo-intelectuais. Comandei nessa época. O povo de Olinda queria muito bem ao Regimento, ao RO, que eles chamavam de Regimento Olinda, contrastando com aquele bando de malucos que queriam, pela força, subverter a ordem política do Brasil.

*Houve, a seu ver, durante a Revolução, cerceamento da liberdade?*

Houve. Nós não vamos dizer que não houve. Mas olha! O que está havendo hoje desgosta até o atual Ministro da Justiça, que era um dos que clamavam contra a falta de liberdade de imprensa, naquela ocasião.

Sem ser "santarrão", fico horrorizado com o que os meus netos vêem na televisão, e não me diga, pelo amor de Deus, que isso é liberdade de criação. No meu tempo, a gente dava um outro nome a essas coisas.

*Alguns críticos da Revolução alegam a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime, e essa falta de canais provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?*

Acho que, no primeiro governo revolucionário e mesmo no segundo, as tentativas de abrir canais foram inúmeras. O Presidente Castello era um homem

essencialmente democrata; o Presidente Costa e Silva era um homem bom. Qual foi a resposta? O atentado do Aeroporto de Guararapes, onde o General Silvio foi ferido e morreram o jornalista Regis de Carvalho e o Diretor da Hidrelétrica do São Francisco – CHESF – e onde foi ferido o guarda que levava a mala dentro da qual estava o explosivo que o fez perder a perna e quase vitimou o Silvio.

Eu estava, acidentalmente, naquele dia, em Recife, porque fora organizar uma viagem da Escola de Estado-Maior. Embora tivesse sido Oficial de Gabinete do Ministro, achei que já havia muita gente no aeroporto e, por sorte, não fui lá. Mas esteve preso no meu quartel um dos autores do atentado do Aeroporto de Guararapes cujo codinome era "Baixinho".

*O senhor veja, esse fato aconteceu, inclusive, antes do governo que eles dizem que foi o governo da repressão, o que prova que eles iniciaram o processo.*

Até porque eles não conheciam outra maneira de dialogar, além do canal da luta armada.

*Exato. Havia o MDB que eles podiam se incorporar e fazer oposição, se quisessem.*

A postura era de desafio. Lembro-me bem de quando o Presidente Costa e Silva tentou reunir líderes estudantis e eles recusavam até a vestir paletó e gravata, para falar com o Presidente da República.

*Quais os objetivos dessa luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio?*

O objetivo era assumir o poder. O apoio financeiro, a orientação ideológica e o treinamento vinham de Cuba. Até financeira, porque, mais uma vez evitando citar nome, houve um político que o Sr. Fidel Castro passou a chamar de *raton*, porque fora lá receber o dinheiro para financiar o movimento e o dinheiro sumiu.

*O AI-5 foi necessário? Qual a sua opinião a esse respeito?*

O AI-5 não foi uma iniciativa. Foi uma resposta. Não era possível deixar de responder ao desafio.

*O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o SNI e os DOI/CODI, e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?*

São duas coisas: A primeira é a criação de um órgão de informações. Como disse no começo, só um néscio acha que pode extinguir o Serviço Nacional de Informações e se sair bem. Termina cassado. Quanto aos órgãos de operações, eram elementos de resposta.

*Não estávamos preparados para aquele tipo de guerra.*

Havia um despreparo muito grande da nossa parte para enfrentar esse problema de guerra revolucionária. Lembro-me bem de que, quando assumi as minhas funções na D2 do Gabinete, tivemos dificuldade em estabelecer uma cifra; trabalhamos vários dias com a cifra "JD" que era a deixada pelo ministro anterior. Tivemos dificuldade, no início.

*General, hoje muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo", "golpe militar". O que o senhor acha a respeito? Em vez de chamar, como faziam antes, de regime militar, hoje, por terem chegado ao poder, ficam orquestrando essa nova terminologia. Há quinze anos, essa mesma imprensa não utilizava esse tipo de linguagem.*

Acho que a Revolução poderia ter durado um pouco menos... Se houvesse uma oportunidade de se fazer uma passagem sem traumas do governo. Mas, uma coisa é achar hoje e a outra é viver aquela situação. Ditadura? É possível. Mas se procurou, de qualquer maneira, instituir a convivência pacífica dos três Poderes.

Agora, veja o seguinte: criamos a duração de cinco ou seis anos para o período de governo. Hoje, como isso vinha da Revolução, era pecado mortal. Criou-se, então, a reeleição, que é esse caudal, que estamos vendo, de uso da autoridade e do dinheiro público para se manter no poder. A reeleição, que o Brasil nunca praticara, é um convite à desonestidade, é um convite a usar o cargo público para se perpetuar no mesmo. Não temos idéia de nenhum dos nossos generais presidentes que tenham querido se perpetuar no governo.

*Não há dúvida. Sempre se passou o bastão, aliás, até se quis passar antes com o Presidente Castello Branco, sendo pressionado para ficar mais tempo.*

Claro. Houve uns melhores, outros piores, mas, se verificarmos a galeria dos presidentes da República do Brasil, veremos que todos os chamados "Presidentes do Período de 1964" honram, como muitos não honraram, o cargo de Presidente da República.

*As Forças Armadas auferiram alguma vantagem nesse período da Revolução?*

De maneira nenhuma.

*Ao contrário, não é General. Era o "máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança". Com isso nós...*

Essa frase, pessoalmente, meio que a combati. Acho que Segurança não deve ter máximo nem mínimo, tem que haver Segurança. Mas nunca usamos isso

para nos locupletar. O primeiro aporte grande de recursos, recebido pelas Forças Armadas, foi no Governo Sarney, justiça seja feita! O Estado-Maior montou aquele célebre projeto – o então General Manoel à frente – chamado Exército 2000...

*O primeiro foi o da Força Terrestre 95, depois FT 2000, 2010, 2025.*

Isso. Já era o período pós-revolucionário, quando, inclusive, lá em Mato Grosso, mecanizamos toda a 4ª Brigada de Cavalaria.

*General, por que houve o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do país?*

Primeiro, porque não era tarefa nossa; segundo, porque revolução é episódio. Feita a revolução, tinha que sair de campo. O Exército nunca saiu de *motu proprio* para intervir na vida nacional: não saiu na República, não saiu na Abdicação. O Exército atendia a chamamentos e, graças a Deus, sabia a hora de voltar.

*Como o senhor viu a "abertura" feita pelo Governo Geisel?*

Ela foi lenta, gradual e contínua. Deu-se de maneira inteligente, porque, se houve traumatismo, foi muito pouco.

*A atuação política e os resultados econômicos do último governo, dito militar, desgastaram a imagem da Revolução?*

Acho que o "problema do petróleo" foi que começou a desgastar a imagem da Revolução.

*O segundo choque, no início da década de 1980.*

Agora mesmo, andamos meio apavorados com esses problemas entre árabes e israelenses.

*Há "revanchismo" ou não há "revanchismo"? O que o senhor tem a dizer da chamada Lei da Anistia?*

A Lei da Anistia... Há uma frase do Presidente Médici muito interessante. Num pronunciamento ele disse: "Não vamos usar as pedras para apedrejar o passado, vamos aproveitá-las para construir um Brasil novo."

Há revanchismo, mas como já citei, não na rua; não no homem do povo. Nós estamos no coração do homem do povo. As pesquisas feitas demonstram isso. O recruta que vem prestar o seu Serviço Militar obrigatório – eu digo isso pela minha vivência como Comandante de Unidade, nos idos de 1967 – sai do Exército querendo bem à Força. Eis a razão de eles não terem conquistado, no tempo da luta armada, a opinião pública. Era muito difícil convencer o soldado, que deixava o serviço militar, que ele agora teria que se voltar contra o seu quartel.

*Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?*

O comunismo não desapareceu. É certo que não há mais aquela bipolaridade extremada, porque a queda do Muro de Berlim foi uma demonstração da perda de prestígio do comunismo ortodoxo. Mas, onde há muita desigualdade social, existe a busca de uma solução para o problema. Isso é inegável.

*O senhor já falou nisso, mas eu voltaria a abordar. A imagem do Exército Brasileiro tem apresentado elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. O que o senhor, que acompanha a vida nacional acha desse fato?*

Eu visitei alguns países estrangeiros principalmente aqui na América do Sul. As raízes do nosso Exército sempre estiveram no povo. Lembro-me bem de que, em um determinado país visitado, o Exército constituía-se, realmente, em casta. Nós nunca nos constituímos em casta. Eu sou filho de um "Sargento-Brigada" e tenho muita honra em declarar isso. Meu pai foi o sargento-brigada do 29º BC, em Natal.

*É pena que ele não possa estar vivo para ver o senhor chegar ao último patamar da hierarquia, General-de-Exército, e, ainda, ao cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.*

Quando comandei o Grupo de Artilharia de Olinda, costumava dizer aos meus oficiais que muito mais importante do que os muros do nosso quartel é a amizade desse povo pobre que nos cerca.

*General, o senhor tem toda a razão.*

Era o que mais me orgulhava. Visitando uma casa pobre, uma vez, eu vi a flâmula do Grupo...

*Eu também vi, como o senhor, lá no interior de São Paulo, uma flâmula pequena da Unidade, na casa de um ex-soldado, filho de pai polonês e mãe brasileira. Era uma recordação, a saudade do Regimento onde servira.*

*O senhor, na comemoração do Movimento Revolucionário de 31 de Março no Clube Militar, destacou que a política externa adotada pela Revolução "Alinhada, mas salvaguardando os interesses nacionais", conforme definição do Presidente Castello, foi substituída pelo "xeretismo" das* ONGs *internacionais, que aqui vêm nos dizer como proceder, sem – a expressão é sua – "Olhar antes o próprio rabo". Quais as conseqüências para a integração nacional, particularmente da Amazônia ao restante do território, levando em contra essa submissão?*

Evidente que o Brasil é responsável pelo cumprimento dos tratados internacionais que assinar e das decisões das organizações as quais, voluntariamente, venha filiar-se. Como exemplo, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, que até para mim, como soldado, não era simpático, mas, se o Brasil o assinou, vamos cumprir. No entanto, uma coisa é você cumprir as suas obrigações internacionais e outra coisa é chegar aqui um mequetrefe, que você não sabe de onde vem, e dizer que vai inspecionar os presídios para ver se o preso, no Brasil, tem o tratamento que merece. Isso chama-se violentar a Soberania Nacional.

Então, a primeira conseqüência, diria que a conseqüência-síntese, usando a linguagem que gosto muito da ESG, é que violenta a Soberania Nacional. Assim, além de encerrar um perigo, fere a Integridade Nacional. Por que fere a Integridade Nacional? De Guararapes para cá, nós somos uma única Nação, a Nação Brasileira. É Nação Brasileira o caboclo da Amazônia, como é o "tchê" lá da fronteira de Uruguaiana. Somos uma Nação una, um milagre dos portugueses, cujas fronteiras empurramos para um ponto e, depois, as salvaguardamos. Para isso, utilizamos o princípio do *uti-possidetis*.

Pois bem, agora, uma das novidades das ONGs é chamar a tribo de índio de nação indígena. Ora, quando se chama tribo de índio de nação indígena, está se admitindo que a Nação Brasileira não é mais una. Tem-se a Nação brasileira, a nação caiapó, a nação ianomâmi e outras nações. O que é um absurdo!

Quando eu comandei, em Mato Grosso do Sul, quiseram, inclusive, aldear os índios em área fronteiriça e eu me opus a isso, sendo que o governo ouviu as minhas razões. Se for concedido, a uma nação, uma base física, ela constrói o Estado.

Estaremos ferindo, mais cedo ou mais tarde, até a Integridade Nacional. Deixaremos de ser uma Nação única, um orgulho para nosso País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Quando abordava essas características de nosso País, na Junta Interamericana de Defesa, muitos não acreditavam e me perguntavam: "Quantos idiomas vocês falam?" Eu respondia: "Nós só falamos o português." Lembro-me de que o adido militar russo não acreditava. Ele achava que nós teríamos que ter aqui vários idiomas.

A Integração Nacional foi, também, um dos objetivos da Revolução de 1964. O entendimento, na época, era de que as diferentes áreas do País deveriam ter o mesmo desenvolvimento, tanto quanto possível. Cabe, legalmente, ao governo brasileiro, dizer como utilizar nossas riquezas.

Não podemos ficar subordinados à orientação do estrangeiro sobre a exploração da Amazônia, pelo fato de a considerarem o pulmão do mundo. Antes de tudo, a Amazônia é brasileira. Então, nós é que temos de dizer como explorar a

Amazônia. Não vai ser qualquer arrivista que vai chegar aqui, passar seis meses e sair ditando regras. Ao governo brasileiro, cabe isso.

*Exatamente. Anteontem, sexta-feira, no jornal* O Globo, *na coluna do Suam, há uma notícia, dizendo que o Ministro Tourinho, das Minas e Energia, convidara o* Green Peace *para fazer parte de uma comissão que tratará das soluções para o problema energético brasileiro. Por isso, é que eu mostro como foi correta a sua colocação de que a política externa da Revolução, embora alinhada e não podia ser diferente, estava sempre voltada para os nossos interesses.*

Salvaguardando os interesses nacionais. Isso foi uma tônica em todos os governos da Revolução.

*General, peço ao senhor uma mensagem final sobre a importância da Revolução dentro da história do Exército e, porque não dizer, do Brasil?*

Fui um simples operário, um Major, mas é um período do qual me orgulho muito de ter participado. Talvez tenhamos falhado em muitas coisas, mas procuramos fazer um Brasil melhor para todos – o chamado Bem Comum.

# General-de-Exército Rubens Bayma Denys

- Natural do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto na carreira: General-de-Exército.
- Integrou o grupo designado para organizar e instalar o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI), posteriormente transformado no SNI. Foi Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras; Ministro-Chefe do Gabinete Militar do Governo José Sarney (1985/1990), cumulativo com o cargo de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional; Comandante Militar do Sul, Comandante Militar do Leste e Ministro de Estado dos Transportes do Governo Itamar Franco.
- No exterior: adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na Itália.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e, no exterior, o curso Avançado de Infantaria de Fort Benning – Geórgia – EUA.
- Em 1964, era Capitão, aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

---

Entrevista realizada no dia 08 de junho de 2000.

Agradeço a oportunidade que me foi oferecida de colaborar com o Projeto História Oral do Exército na Revolução de 1964, a fim de prestar depoimento sobre os acontecimentos dos quais participei, direta ou indiretamente, na Revolução de 31 de Março de 1964. Prefiro seguir a seqüência das perguntas, porque, inclusive, já tendo produzido um texto elaborado, vou procurar respondê-las com base no que escrevi, de modo a tornar mais objetiva esta entrevista.

*O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964?*

Diria que foram as disputas ideológicas que já existiam no seio das Forças Armadas e na sociedade brasileira, acirradas em muito pela guerra fria e fortemente marcadas pelos acontecimentos de agosto de 1961.

*O senhor julga que a guerra fria teve uma grande influência na Revolução de 31 de Março?*

Sim, da mesma forma que influiu no acirramento dos confrontos ideológicos anteriores e posteriores a 31 de março de 1964.

*Como o senhor situaria o panorama político brasileiro no período anterior ao Movimento de 31 de Março?*

Poderíamos sintetizar: grande agitação política e social no campo e nos centros urbanos, promovidas por sindicatos e partidos de esquerda, com apoio ostensivo do governo que fazia promessas de reformas de base, de caráter político, econômico e social; por outro lado, havia grande deterioração da ordem econômica do País. Na verdade, o governo era o promotor da baderna.

*E isso acarretava um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?*

Sim, havia um clima de insatisfação muito grande, em todo o País; principalmente no seio da classe média.

*Na sua opinião, a Igreja apoiava ou se opunha ao governo deposto?*

Eu diria que a Igreja mostrava-se contrária à conduta do governo, incentivando e mesmo promovendo as reações contra as agitações e os desmandos provocados pelo Governo João Goulart e sindicatos que o apoiavam. O escritor Nelson Rodrigues chegou a criar a figura do "padre de passeata".

*Qual a sua avaliação sobre a atuação das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze"? Esses movimentos poderiam ser entendidos como a progressão de uma revolução esquerdista no Brasil?*

Lembro-me de que, quando participei da instalação inicial do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), em 1956, que mais tarde deu origem ao Serviço Nacional de Informações (SNI), uma das primeiras fichas individuais, abertas naquela ocasião, referia-se a Francisco Julião, que criara as Ligas Camponesas, e desde aquela época, promovia agitação nas áreas rurais do Nordeste.

A área de atuação das Ligas Camponesas era muito grande. Estendia-se pelo Nordeste e em quase todo o Polígono das Secas. Deixaram raízes. Na época de 1962/1963, a agitação já havia se estendido às áreas rurais do Sul e do Sudeste, embora já não estivessem diretamente ligadas às referidas Ligas Camponesas.

*E sobre os "grupos dos onze"?*

Sempre achei que os "grupos dos onze" foram uma tentativa do Sr. Brizola de fazer crer que contava com o apoio de uma organização paramilitar, para intimidar as lideranças que se opunham aos desmandos do governo. Dizia-se existir, pelo menos, um em cada município do interior do País.

*No seu entender, o que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como estava o ambiente nos quartéis, nessa fase pré-revolucionária?*

Depois do término da Segunda Guerra Mundial, após o retorno da FEB e da volta do País à democracia, inclusive com a legalização do Partido Comunista, em 1946 – logo depois foi colocado novamente na ilegalidade –, as disputas ideológicas dentro da caserna, no meio militar, foram se tornando acirradas, muito fortes, eivadas de um radicalismo muito grande, tanto de esquerda como de direita. Isso ficou evidenciado com a criação da chapa "Cruzada Democrática", para concorrer às eleições no Clube Militar, em 1952, como uma reação à infiltração comunista e com os movimentos político-militares de 1954 e 1955.

Convém entender que, enquanto vivo, o Dr. Getúlio Vargas não admitia o marxismo. Assim, ele continha, pelo respeito, os líderes do PTB voltados para esse regime. Com a sua morte, o Sr. Brizola passou a dominar o Partido. O Dr. João Goulart era o chefe nominal, mas quem articulava e dirigia tudo era o Sr. Brizola. No Governo Café Filho, o PTB tentou uma aliança com o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), organizado após a morte do Dr. Getúlio, por militares ambiciosos, entre os quais destacavam-se os coronéis Alexínio e José Alberto Bittencourt, ambos ligados ao General Zenóbio da Costa. Com a questão de 11 de novembro, eles se reuniram para dar um golpe militar com a Guarnição do Rio de Janeiro e ocupar o Poder Federal, mas o Comandante e os Generais do I Exército se anteciparam a eles e dominaram a situação, mantendo o General Lott na pasta da

Guerra. Com isso, foram anuladas as ambições momentâneas do PTB e MMC. No Governo Juscelino, pela habilidade do Presidente, nada pôde fazer o PTB, a não ser tirar vantagens de nomeações em cargos federais que o interessavam; durante esse governo, a aliança do PTB com os militares que integraram o MMC continuou com a denominação de "Frente de Novembro". Ela se tornou mais ampla, com o envolvimento do Clube de Sargentos, e passou a contar com a simpatia do General Lott. No Governo Jânio Quadros, essa mesma aliança continuou. Porém, ficou contida em suas exteriorizações, pela ação do Ministro da Guerra, Marechal Denys. O General Osvino Ferreira Alves, antigo Comandante do I Exército e ainda no serviço ativo, era o mais representativo do referido grupo militar e muito ligado ao Sr. Brizola que, já Governador do Rio Grande do Sul, aos poucos, foi estreitando suas relações com o Presidente, a quem fazia visitas constantes e demoradas.

É preciso ter em mente que o movimento militar de novembro de 1955 havia provocado grande dissensão nas Forças Armadas e, principalmente, no Exército, que acabou ficando dividido em três correntes político-ideológicas: uma caracterizada pelo comprometimento com o Governo Café Filho, que veio a ser deposto, e, de certa forma, simpática à política da UDN e do PDC – antimarxista, democrata mais à direita, poderíamos dizer; uma segunda que se comprometera com o movimento militar que dominou a situação, manteve o General Lott na pasta da Guerra e assegurou a posse do Sr. Juscelino Kubitschek – antimarxista, democrata mais moderado, acompanhando às tendências políticas do PSD; e uma terceira, ligada ao PTB, que acabou conquistando a simpatia do Ministro da Guerra, General Lott, – eram os esquerdistas e comunistas que se auto-intitulavam nacionalistas.

O Marechal Denys, ao assumir a pasta da Guerra, em fevereiro de 1960, no último ano do Governo Juscelino, antevendo dias difíceis para a democracia no País, em face do avanço do marxismo, inclusive no meio militar, considerava urgente proceder a união do Exército em torno dos ideais democráticos, para melhor prepará-lo para enfrentar os desafios que se avizinhavam. Para isso, buscou realizar a pacificação dos espíritos, no seio dos militares democratas, divididos em razão dos acontecimentos de 1955 e das conseqüentes discriminações sofridas por muitos daqueles que foram contrários àquele movimento, durante a gestão do Marechal Lott na pasta da Guerra. Dessa forma, com o Marechal Denys na pasta da Guerra, estes últimos passaram a ser tratados com a consideração profissional que mereciam, nas promoções e nas classificações, voltando a exercer cargos de confiança e comandos de corpos de tropa.

Eu diria que o clímax das disputas ideológicas no meio militar foi atingido com a situação criada com a campanha da Frente da Legalidade, lançada pelo

Governador do Rio Grande do Sul, Sr. Leonel Brizola, em agosto de 1961, logo após a renúncia do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República, para apoiar a posse do Sr. João Goulart, então Vice-Presidente, ausente do País, em visita oficial à China comunista. Sabe-se que, no III Exército, no Rio Grande do Sul, até oficiais de atitudes democráticas e antimarxistas, algumas até exacerbadas, chegaram a apoiar aquele movimento – a Frente da Legalidade –, o que aumentou, ainda mais, após aqueles acontecimentos, o clima de desconfianças existente dentro do Exército, que prevaleceu de forma marcante até o desencadear do movimento armado de 31 de março.

O clima era de desconfiança quanto aos pontos de vista ideológicos e de simpatias político–partidárias. Os generais e os coronéis, principalmente aqueles com potencialidade para promoção a general e/ou em cargos de confiança, como Comandante de Unidade ou Chefia de Estado-Maior de Grande-Unidade, procuravam abster-se de tomar posições definidas contra o governo, com receio de delações e conseqüentes medidas punitivas. Em princípio, evitavam contatos e comentários políticos com oficiais da reserva que participavam da conspiração. Procuravam não recebê-los em sua residência. E, quando o faziam, era tarde da noite e com as luzes da entrada apagadas. As desconfianças eram muito grandes; havia muita vigilância.

*A seu ver, quais os principais acontecimentos que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março?*

Primeiro, houve um fato muito importante, em fevereiro de 1964, que foram as denúncias feitas pelo Governador Adhemar de Barros, que afirmava ter sido instado pelo Presidente João Goulart a participar de uma reforma política da Constituição, que transformaria o País em uma república sindicalista. Os governadores que não estivessem de acordo sofreriam intervenção federal em seus Estados. Isto preocupou muito as lideranças políticas.

Sei disso porque ele procurou o Marechal Denys em sua residência, em fevereiro de 1964. O Marechal, na ocasião, pediu-lhe que divulgasse, o mais que pudesse, aquelas denúncias.

Mais tarde, viriam outros acontecimentos que repercutiram muito negativamente contra o Governo Goulart, não só no seio da sociedade nacional, mas também, e principalmente, no das Forças Armadas, servindo de grandes motivações para a eclosão do movimento armado. Foram eles: o comício da Central do Brasil, de 13 de março; a revolta dos marinheiros, na Semana Santa, que redundou, também, no episódio envolvendo o Almirante Aragão; e, por fim, o jantar do Clube dos Subtenentes e Sargentos, na sede do Automóvel Clube do Brasil, progra-

mado para o dia 30 de março, em homenagem ao Sr. João Goulart. Esses três fatos, em março, criaram as condições favoráveis para o desencadeamento do movimento armado, esperadas pelos que estavam conspirando.

*Qual o real significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, consideradas pelos opositores, hoje, como um grande movimento reacionário ao* status quo *implantado por João Goulart?*

Diria que foram demonstrações legítimas da sociedade brasileira contra o avanço do comunismo no País.

*O senhor entende que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando da deflagração da Revolução de 31 de Março?*

Sem dúvida. O Exército, pela grande maioria dos seus quadros de militares profissionais, refletiu exatamente a vontade nacional. Aliás, apenas demonstrações da insatisfação popular, mesmo de caráter nacional, como vinham ocorrendo em todo o País, não derrubariam o Governo Goulart, que se via apoiado nas classes sindicais "peleguistas" e, aparentemente, nas Forças Armadas sob o comando dos "generais do povo". Haveria, assim, necessidade de se realizar um movimento armado cívico-militar, com base em segmentos militares descontentes, para romper essa inércia e derrubar o Governo Goulart. Um movimento armado contra um governo constituído somente se faz com o apoio de significativos segmentos das Forças Armadas que acompanham e refletem o sentimento popular.

No caso da Revolução de 31 de Março de 1964, foi necessária a reação da sociedade brasileira, para que sua aspiração empolgasse, também, segmentos militares das Forças Armadas que, por sua vez, mobilizados pela opinião pública, reagiram e desencadearam o movimento armado que derrubou o governo de João Goulart, através das insurreições e adesões sucessivas de guarnições militares.

Somente a insatisfação popular, os descontentamentos dos políticos, os discursos, as conspirações infindáveis e as ordens do dia, não resolveriam a grave questão institucional, com a derrubada do Governo Goulart, pois, embora contribuíssem para aumentar as reações contrárias ao governo, não tinham maiores conseqüências. E, este não sendo derrubado, certamente, levaria o País a um regime marxista antes do término do seu mandato. Não obstante, havia uma corrente de militares, de forte convicção democrática, liderada por influentes chefes, no serviço ativo, que julgava ser possível conter o Governo Goulart nos limites da ordem constitucional, até o final do seu mandato, concitando, para isso, os quadros profissionais do Exército a exercerem permanente vigilância.

*Havia, a seu ver, uma revolução de cunho comunista, em andamento, para criar uma nova ordem institucional no Brasil?*

A idéia que nós tínhamos, naquela ocasião, era essa. A possibilidade de uma mudança na ordem constitucional do País nos foi transmitida por pessoa que dela teve conhecimento direto. Falo do Governador Adhemar de Barros que nos disse ter sido convidado pessoalmente pelo Sr. Goulart a participar dessa mudança.

Estava, assim, em curso a tentativa de tomada do poder pelos comunistas, bem como a transformação do regime do País em república sindicalista, com intervenções federais nos Estados. Chegaram até a falar – o Governador Adhemar confirmou – que iriam criar várias repúblicas sindicalistas dentro do País. Essas declarações do Doutor Adhemar de Barros mostram claramente que havia essa idéia no governo.

*Qual a atitude do Congresso Nacional, ao eclodir a Revolução?*

Em sua maioria, de perplexidade, surpresa e apoio logo em seguida.

*Como se portaram os movimentos sindicais e entidades taxadas de esquerdistas como a UNE, CGT, PUA, logo após o início da Revolução?*

Da mesma forma, com perplexidade e, principalmente, com sentimento de frustração, porque ficaram inibidos de tentar qualquer reação contrária. Não tiveram respaldo popular para agir, em força ou politicamente, contra o movimento armado. A reação mais noticiada foi a da UNE que tocou fogo no próprio prédio-sede, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro; mais tarde, disseram que foram os militares que o fizeram.

*O Senhor nomearia os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?*

Os chefes militares, da ativa e da reserva, envolvidos com a conspiração, foram inúmeros, porém, muito poucos, os que participaram, efetivamente, da decisão e da deflagração do movimento armado, e das primeiras adesões, ainda nos momentos de muitas incertezas. Destaco esses últimos porque eles assumiram todos os riscos de iniciá-lo e de aderir.

É importante considerar que um movimento armado não se deflagra sem uma reconhecida liderança que consegue levar militares a romperem a inércia da disciplina e do medo de assumir os riscos inerentes à participação em uma insurreição contra o governo constituído.

Destaco o Marechal Denys como um dos principais líderes da Revolução de 31 de Março, por várias razões. Primeiro, porque deu início à conspiração e, na

sua preparação, centralizou o controle dos diferentes grupos de civis e militares, da ativa e da reserva. Os principais envolvidos na conspiração, nas diferentes capitais e guarnições militares do País, a ele se ligavam pessoalmente ou por intermédio de emissários de absoluta confiança. Para ressaltar o que afirmo, cito a visita feita ao Marechal Denys pelo General José Pinheiro de Ulhôa Cintra, enteado do Marechal Dutra, acompanhado do General Oswaldo Cordeiro de Faria, em meados de 1963, com a finalidade de, a pedido deste último, reaproximá-lo do primeiro a fim de receber deste o aval para ingressar na conspiração.

O Marechal Denys iniciara a conspiração logo após o retorno ao regime presidencialista, no primeiro semestre de 1963, em conseqüência do resultado do plebiscito popular, que fora antecipado por mais de dois anos. Isto, porque o Governo Goulart, estimulado pelo Sr. Brizola e outros políticos que o apoiavam, mostrara má-fé ao quebrar o compromisso de manter o regime parlamentarista até às vésperas do final do seu mandato, quando só então deveria ser realizado um plebiscito popular, conforme previa a lei que alterou o sistema de governo, em setembro de 1961, e que lhe permitiu a posse como Presidente.

Foi o Marechal Denys também que perseverou na busca do apoio de um grande Estado da União, que desse suporte político-civil à deflagração do movimento armado para derrubar o governo, sem o qual qualquer insurreição armada correria o risco de se transformar em simples "quartelada", facilmente esmagada pelas forças governamentais. Ele já havia tentado obter o apoio do Estado de São Paulo, no final de 1963, porém o Governador Adhemar de Barros disse que São Paulo não sairia na frente, devido à Revolução de 1932, mas que acompanharia o Estado que saísse. Finalmente, em 28 de março de 1964, em Juiz de Fora, em uma reunião realizada a seu pedido, consegue convencer o Governador Magalhães Pinto e o Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel José Geraldo, a apoiar a deflagração do movimento armado que derrubaria o Governo Goulart. Para ressaltar a liderança militar do Marechal Denys, registro aqui o que o ex-Governador Magalhães Pinto, tempos depois, lhe disse: "Marechal, saí por causa da confiança que eu tinha no senhor."

A liderança militar do Marechal Denys, embora afastado do serviço ativo do Exército há cerca de três anos, se comprova, na manhã de 31 de março de 1964, quando vai ao Quartel-General da 4ª Região Militar, a pedido do então Juiz Neder, amigo do General Mourão e presente naquele Quartel-General, por julgar que este estava correndo o risco de ser preso pelos seus comandados. O Marechal Denys, atendendo ao pedido, dirige-se àquele QG, onde é recebido com honras de ex-Ministro da Guerra: toques de corneta e apresentação da tropa em forma, que

lhe é feita pelo Chefe do Estado-Maior, Coronel João Baptista da Costa, até então, contrário à saída do movimento armado contra o Governo Goulart. Falando aos militares em forma, o Marechal Denys consegue convencê-los de que o movimento armado que se propunha a realizar não se tratava de uma simples "quartelada", pois havia uma preparação realizada e a promessa de adesões em inúmeras guarnições militares, em todo o País. Contava, também, com o apoio do Governo de Minas Gerais e a promessa de São Paulo e do Rio Grande Sul. Ouvindo as suas palavras, o Coronel João Baptista da Costa adere à saída do movimento armado, no que é acompanhado pelos demais oficiais e praças, obtendo-se a coesão de todo o Quartel-General e, conseqüentemente, de toda a 4ª Região Militar.

Por fim, vemos novamente comprovada a liderança militar do Marechal Denys, na noite de 31 de março, quando ele obtém a adesão, ao movimento armado, do Coronel Raimundo Ferreira de Souza, Comandante do Regimento Sampaio, após uma conversa pelo telefone. O Regimento Sampaio, vanguarda da coluna do General Cunha Mello, enviada para combater as tropas da 4ª Região Militar, havia chegado ao vale do Paraibuna, naquela noite, e o filho do Coronel João Baptista da Costa, orientado por este, ligara por telefone o Coronel Raimundo ao Marechal Denys, em Juiz de Fora. Após a adesão do Coronel Raimundo, o Marechal Denys dirige-se ao vale do Paraibuna e providencia junto ao General Muricy a passagem de linha do Regimento Sampaio para o lado da Revolução. Naquela ocasião, consegue ainda a adesão de um pelotão (Tenente Monteiro de Barros) e de vários militares do 1º Batalhão de Caçadores de Petrópolis, que também fazem a passagem de linha de suas tropas. Em seguida, o Marechal Denys convence o General Muricy a avançar com o Destacamento Tiradentes até o Rio de Janeiro; o planejamento inicial previa manter as tropas da 4ª Região Militar dentro dos limites do Estado de Minas Gerais.

Poderíamos incluir, nessa comprovação da liderança militar do Marechal Denys, a conversa que ele teve com o General Guedes – seu antigo ajudante no III/5º Regimento de Infantaria, em São Paulo, em 1933 – no domingo, dia 29 de março, em Juiz de Fora, sugerindo que este procurasse sair, o quanto antes, com o movimento armado previsto para 31 de março. Ele achava que havia a possibilidade de protelação, pois o General Mourão, quando da reunião no Aeroporto de Juiz de Fora, em 28 de março, havia pedido um pouco mais de tempo para ultimar alguns preparativos julgados necessários.

Os fatos aqui narrados, comprovam o prestígio do Marechal Denys no meio civil e a sua liderança militar, bem como a sua firme determinação e a decisiva atuação para acender a centelha que deu a partida ao movimento armado.

É preciso registrar que, após os sucessos do movimento armado, foi propalado, por uma das correntes conspiradoras, que as tropas da 4ª Região Militar precipitaram o início do movimento armado. Entretanto, em nenhum momento, ninguém fundamentou essa assertiva com fatos que pudessem comprová-lo, tais como quem, quando e onde deflagrariam um movimento armado para derrubar o Governo Goulart. Por outro lado, existia uma corrente, no meio militar da ativa, que julgava possível realizar algum controle sobre o Governo Goulart, mantendo-o dentro da ordem constitucional.

Destacaríamos, também, como principais líderes da Revolução de 31 de Março, no Estado de Minas Gerais, o Governador Magalhães Pinto e o Comandante da Polícia Militar, Coronel José Geraldo; no Exército, citaríamos os Generais Mourão, Guedes e Muricy e o Coronel João Baptista da Costa, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar. Todos foram revolucionários de primeira hora – da tomada da decisão e dos momentos de incerteza que antecederam a saída do movimento armado. Empolgaram e lideraram o povo de Minas Gerais e seus comandados, arrastando-os para a revolução.

No Rio de Janeiro, destacaríamos o Governador Carlos Lacerda e o General Jurandyr de Bizarria Mamede, este comandante da Escola de Estado-Maior do Exército. Ambos aderiram ao movimento armado, eclodido em Minas Gerais, na manhã de 31 de março, em momento de muita incerteza, posicionando-se publicamente contra o Governo Goulart como revoltosos.

No Nordeste, devemos citar os Generais Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército, e Mendes Pereira, Comandante da 6ª Região Militar, que haviam assumido os respectivos comandos já compromissados com a Revolução e que aderiram-na imediatamente ao tomar conhecimento da sua eclosão em Minas Gerais.

Ainda no Rio de Janeiro, o General César Montagna destacou-se como liderança militar, ao tomar a iniciativa e comandar o assalto ao Quartel-General da Artilharia de Costa, ao lado do Forte de Copacabana, na manhã de 1º de abril. O assalto teve repercussão nacional ao ser transmitido ao vivo pela televisão e influiu na decisão do Governo Goulart de abandonar Brasília e ir para o Rio Grande do Sul.

*E quanto à sua participação pessoal, que fatos destacaria nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e, depois, nas suas conseqüências?*

Minha participação nos preparativos da Revolução está muito ligada ao Marechal Denys, que estava na posição de coordenador-chefe da conspiração. Ele procurava não nos envolver, seus filhos e genros, creio que por sermos militares da ativa. Ele certamente queria evitar o nosso envolvimento direto.

Mas nós acompanhávamos pelos indícios, pelas ligações, pelas visitas que ele recebia, pela viagem que ele fez a São Paulo, em 1963, a fim de procurar o Dr. Adhemar de Barros, com quem desejava contar na montagem da conspiração. Ele queria que a Revolução, o movimento armado, eclodisse com base em um grande Estado e aproveitasse a ocasião em que houvesse grandes motivações públicas contra o Governo Goulart.

Havia alguns tópicos que o Marechal procurara desenvolver, tais como o de realizar o levante, por guarnições militares, com chefes capazes de liderar. Após o levante, as guarnições militares deveriam ligar-se umas às outras e assumirem o controle dos comandos regionais. Eu acompanhava isso por um ou outro comentário e pelas visitas que ele recebia, mas não me envolvia diretamente. Comecei a fazê-lo, quando ele foi a Juiz de Fora, na Semana Santa. Ele quis sair do Rio de Janeiro, por causa do motim dos marinheiros. Disse-me que não queria ficar no Rio, com receio de que houvesse a decretação de um Estado de Sítio, pois poderia ser preso, o que lhe tiraria a liberdade de ação.

Ao retornar, na Sexta-Feira Santa, ele recebera a visita de três emissários do governador Magalhães Pinto: os Senhores José Luiz de Magalhães Lins, José Pierucetti e José Monteiro de Castro. Os mesmos foram procurá-lo, para tomar conhecimento de como os meios militares viam a conjuntura política e militar e quais os riscos decorrentes para a ordem constitucional. O Governador Magalhães Pinto tinha tomado conhecimento de uma possível reforma constitucional que o Governo João Goulart pretendia fazer em 1º de maio de 1964, pois havia chegado aos seus ouvidos as declarações a respeito do Governador Adhemar de Barros. Disseram que tinham ouvido vários generais no Rio de Janeiro, mas os mesmos não lhes transmitiram maiores preocupações. Assim, mostraram-se surpresos quando o Marechal Denys disse-lhes que considerava a situação bastante grave e começou a mostrar a existência de um clima de pré-revolução promovido pelo Governo Goulart, na iminência do golpe da república sindicalista, programado para 1º de maio daquele ano.

Após essa visita, o Marechal Denys pediu ao então Juiz Antonio Neder que acertasse um encontro com o Governador Magalhães Pinto, do qual era amigo. Esse encontro foi marcado para as 17 horas do dia seguinte, 28 de março de 1964, sábado, no aeroporto de Juiz de Fora. Eu não viajei. O Marechal Denys foi ao encontro do Governador Magalhães Pinto, acompanhado do meu cunhado, então Tenente Gustavo Manoel Fernandes Julio, e do Juiz Neder, depois Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal. Antes de sair, pedira ao General Carlos Luís Guedes, Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª RM/DI, que informasse ao

General Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região, sobre a reunião e dissesse que a presença dele era necessária. O encontro aconteceu no horário aprazado, na tarde do dia 28 de março de 1964.

*Inclusive com a presença do Mourão?*

O General Mourão não estava em Juiz de Fora, mas, avisado em tempo, chegou na hora da reunião. Dela participaram: o Governador Magalhães Pinto, os mesmos emissários que estiveram no Rio e o Coronel Comandante da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, além de outros integrantes da comitiva do Governador. Com o Marechal Denys, estavam o General Mourão, o Ministro Neder e o meu cunhado.

O Marechal Denys pediu a palavra e teceu considerações iguais àquelas que fizera para os emissários do Governador. Este ouviu com muita atenção, ficou meio surpreso com o clima, e disse:

– Estou tomando conhecimento disso agora, não sabia que os preparativos pelo lado do governo estavam tão adiantados.

– Pois é Governador, hoje o senhor tem condições de reagir como Governador de Minas Gerais. Amanhã, poderá haver uma intervenção no seu Estado, da mesma forma como o Getúlio fez em 1937, no Rio Grande do Sul. O senhor, então, perde o governo, e não terá mais capacidade de reagir como tal, institucionalmente, e estaria aberta a porta para a implantação da república sindicalista, como ocorreu com o Estado Novo.

Continuou o Marechal Denys, dizendo que as motivações públicas estavam indicando a oportunidade de se fazer um movimento armado. Eram aquelas já citadas: o comício da Central do Brasil, a revolta dos marinheiros e o jantar no Automóvel Clube, programado para o dia 30 de março, segunda-feira. Mencionou que a conspiração já estava montada e que se contava com adesões em várias guarnições militares, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo e no Nordeste, as quais, através dos homens de ligação, tinham hipotecado solidariedade à eclosão de um movimento armado, caso ele saísse. As ligações no Rio Grande do Sul eram feitas pelo Coronel Manta; em Santa Catarina, pelo General Pinto da Luz; em São Paulo, pelo General Riograndino Kruel, que sempre assegurou que seu irmão, General Amaury Kruel, entraria na revolução; no Paraná, pelo General Nelson de Mello, que também participava de alguma coordenação em São Paulo; no Comando do Nordeste, estava o General Justino que, antes de assumi-lo, em janeiro de 1964, prometera que entraria no movimento se o Marechal Denys dele participasse; na Bahia, estava o General Mendes Pereira, comandando a 6ª Região Militar, que também estava firme para participar da Revolução.

Após a exposição do Marechal Denys, o Coronel José Geraldo, Comandante da Polícia Militar prontamente pediu a palavra para dizer:

– Governador, o Marechal Denys está com a razão, e o senhor pode contar com a Polícia Militar.

Criou-se então aquele clima favorável a um movimento armado contra o Governo Goulart e o Governador Magalhães Pinto aceitou assumir o risco de partir com a revolução. Esse risco assumido pelo Governador Magalhães Pinto tem ser reconhecido e enaltecido. Sem a sua participação e, portanto, sem o apoio de um grande Estado como Minas Gerais, provavelmente, não teria havido o sucesso do movimento armado, porque revolta de guarnição militar, sem significativo apoio político, acaba geralmente em "quartelada". Após tomar a decisão, o Governador dirigiu-se ao Marechal Denys e ao General Mourão, dizendo:

– A Polícia Militar passa ao controle do Exército (da 4ª Região Militar). Os senhores cuidam das operações.

A partir desse instante, passou-se a combinar as questões ligadas aos manifestos necessários para anunciar a saída da revolução, que cada qual deveria fazer, para serem divulgados na segunda-feira à noite. A sugestão do Marechal Denys era sair com a revolução no dia 31 de março de 1964, após o jantar em homenagem ao Sr. Goulart, promovido pelos Subtenentes e Sargentos, na noite anterior, na sede do Automóvel Clube do Brasil, para aproveitar o impacto negativo que esse ato político provocaria na imagem do Governo Federal, principalmente dentro das Forças Armadas. Entretanto, o General Mourão pedira um pouco mais de tempo para ultimar os preparativos que julgava necessários. O Marechal Denys interveio:

– Mourão, ninguém está totalmente preparado para sair com uma revolução; protelar a sua saída é correr o risco de delações. A gente sai com o que tem, e o governo vai ter que contar também com o que tiver na hora; mas, nós temos a surpresa a nosso favor. A essa altura não se prepara mais nada.

Disse isto, mas percebeu que o General Mourão não ficara muito à vontade. E, assim, terminou aquela reunião no Aeroporto, no sábado, 28 de março.

No domingo, 29, o General Guedes chega a Juiz de Fora, vindo de Belo Horizonte, e encontra-se com o Marechal Denys, a pedido deste, que lhe diz:

– Guedes, o Mourão está querendo mais tempo; ele pode retardar a saída do movimento. Você procura criar o fato consumado.

E, assim, aconteceu o que todos nós sabemos: na segunda-feira, dia 30 de março de 1964, o 12º Regimento de Infantaria (12º RI), sediado em Belo Horizonte e sob o comando do então coronel Dióscoro Gonçalves do Valle, entrou em ordem de marcha, por determinação do General Guedes, iniciando o movimento armado.

Ainda no dia 30 de março, à noite, o General Guedes recebeu um telefonema do General Mourão dizendo não ter gostado do manifesto do Governador Magalhães Pinto, por considerá-lo pouco contundente. O General Guedes, por sua vez, disse:

– Mourão, a essa altura não preciso de manifesto para sair; eu até já comecei com o movimento, aqui em Belo Horizonte.

Sabe-se, no entanto, que o Governador Magalhães Pinto ainda melhorou o seu manifesto. Mas, isso é para caracterizar que o General Guedes foi uma liderança firme e importante para a eclosão da Revolução.

No dia seguinte, 31 de março, de manhã cedo, o Ministro Antonio Neder telefonou para o meu pai, que estava em Juiz de Fora, na casa do meu tio, e disse-lhe:

– Marechal, o senhor precisa vir aqui no Quartel-General da 4ª Região Militar, porque o Mourão está correndo o risco de ser preso.

Foi o próprio Ministro Neder, amigo pessoal do General Mourão, que participara de todos esses episódios e ainda está vivo, que me contou esse fato, acrescentando que o Marechal Denys chegou ao Quartel-General, foi recebido com honras de Ex-Ministro e falou para os oficiais e sargentos, conseguindo convencê-los a sair com a Revolução.

Acontecia o seguinte: o Coronel João Baptista da Costa, segundo se dizia, tinha sido nomeado Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, para "vigiar" o General Mourão. E, ao que parece, o General Mourão não tinha conspirado "para dentro" da Região, com os seus comandados diretos. Conspirara "para fora", com "auto-falante na boca", como me disse o General Costa e Silva, acrescentando: "ninguém acredita no Mourão".

O Coronel João Baptista da Costa, que tinha servido cerca de três anos no Regimento de Cavalaria de Guardas (RCG), sob o comando direto do meu pai, quando Comandante do I Exército, fez aquela homenagem e o Marechal teve a oportunidade de falar para os oficiais e praças. Disse-lhes, então, o Marechal Denys que não se tratava de uma "quartelada" o que se pretendia fazer; que era, de fato, um movimento armado, de âmbito nacional, para depor o Sr. João Goulart; e que se contava com o apoio do Governador de Minas, com adesões em São Paulo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Nordeste. Ao terminar, o Marechal Denys havia conseguido a solidariedade de todos, tanto que não houve sequer uma defecção na 4ª Região Militar. Isso permitiu que o movimento saísse coeso.

Desta forma, o Coronel João Baptista da Costa, inicialmente contrário, passou a atuar decididamente para o sucesso do movimento armado. O exemplo, a seguir, ratifica esta afirmativa. Quando ele soube do deslocamento do Destaca-

mento Cunha Mello, vindo do Rio para combater as tropas revoltosas de Minas Gerais, mandou o seu filho, civil, para a região de Três Rios, no corte do Paraibuna, para informar-se sobre a coluna de marcha, reportando-lhe o que soubesse. De Três Rios, seu filho informou-lhe, que, na Vanguarda da coluna, estava o Regimento Sampaio, cujo comandante era o Coronel Raimundo Ferreira de Souza. O Coronel João Baptista sabia que o Coronel Raimundo tinha sido Assistente-Secretário do Marechal Denys, por muitos anos. Assim, após combinar com o Marechal Denys, disse ao seu filho que procurasse ligar os dois pelo telefone. Dessa forma, o filho do Coronel João Baptista dirigiu-se ao Coronel Raimundo para lhe dizer, após identificar-se, que o seu pai gostaria de falar com ele pelo telefone. Feita a ligação, o Coronel Raimundo surpreendeu-se, pois do outro lado da linha estava o Marechal Denys que atendera ao telefone. Na realidade, o filho do Coronel João Baptista ligara para a residência onde se encontrava meu pai.

– Alô! – atendeu o Marechal.

– Mas é o senhor que está aí, Marechal!? – disse surpreso o Coronel Raimundo.

– Estou aqui do lado do Brasil e da democracia, e gostaria de contar com você – respondeu o Marechal e deu-lhe outras informações.

– O Senhor conta comigo, estou do seu lado – assim se expressou o Coronel.

– Então, você espera aí que eu vou ao seu encontro – isso era quase meia-noite – para acertar a passagem de linha do seu Regimento, com o Muricy, Comandante do nosso Destacamento – concluiu o Marechal.

Naquela noite, madrugada de 31 de março para 1º de abril, o Marechal Denys dirigiu-se à ponte do Rio Paraibuna. Conversou com o General Muricy sobre a adesão do Regimento Sampaio, acertando a passagem de linha desse Regimento. Conseguiu, ainda, as adesões de mais um pelotão e de alguns oficiais do 1º BC. Antes de retornar a Juiz de Fora, recomendou ao General Muricy:

– Muricy, agora você dá um lance na direção de Petrópolis e, ao chegar ao Belvedere, reajusta a sua tropa e vai embora para o Rio de Janeiro, que está tudo aberto.

Pelo plano traçado, a Vanguarda do Destacamento Tiradentes não deveria ultrapassar o Rio Paraibuna na primeira fase das operações. Assim, os seus elementos mais avançados estavam na ponte do Paraibuna, da estrada de rodagem Rio – Minas Gerais da época.

A coluna "Cunha Mello", que marchara contra os revoltosos de Minas, desmoronou-se com a adesão do Regimento Sampaio à causa da Revolução e retornou ao Rio de Janeiro, levando a má notícia da derrota. O seu comandante, General Cunha Mello, era um dos "generais do povo", assim denominados naquela época.

*Como havia o "almirante do povo", o Aragão.*

Após os sucessos do movimento armado, contou-me o Coronel Raimundo que, no deslocamento para encontrar-se com o Marechal Denys, passou pelo Coronel Kerensky (Kerensky Túlio Motta), Comandante do 1º BC (1º Batalhão de Caçadores, Petrópolis) e este o questionou:

– O que é que você vai fazer lá?

– Eu vou passar para o lado da Revolução... e vou voltar (ao Rio de Janeiro, com as tropas de Minas). Se você quiser, venha comigo – respondeu firme o Coronel Raimundo.

O Coronel Kerensky retornou para Petrópolis com o seu Batalhão.

Com essa passagem de linha do Regimento Sampaio e do pelotão e alguns oficiais do 1º Batalhão de Caçadores, aderindo à Revolução, outras adesões foram estimuladas, em todo o País, enfraquecendo a capacidade de reação do Governo.

As adesões das tropas governistas à revolução aconteceram em toda parte, e rapidamente, de forma similar a que ocorrera na derrubada do Governo Perón, na Argentina, na década de 1950. As tropas leais ao governo, enviadas para sufocar a rebelião da guarnição de Baía Blanca, passaram para o lado dos revoltosos e, com isso, o Governo Perón caiu.

Isso mostrou a fragilidade do dispositivo militar de apoio ao Governo Goulart, tão assegurado a este pelo General Assis Brasil, seu Chefe de Gabinete Militar. Comprovou, também, o sentimento de desagrado da sociedade brasileira, insatisfeita com os seus desmandos.

A minha participação direta nesses acontecimentos, ocorreu na noite de sábado, 28 de março de 1964, no Rio de Janeiro, quando tomei conhecimento da decisão do Governador Magalhães Pinto de concordar em partir com o movimento armado no dia 31 de março.

Meu cunhado, Tenente Gustavo, chegara de Juiz de Fora com uma incumbência para mim: “O seu pai, quer que você fale com o General Costa e Silva e com o General Castello, e lhes dê conhecimento do que ocorreu na reunião com o Governador de Minas Gerais.”

Em seguida, procurei o Capitão Telesca, posteriormente, ajudante-de-ordens do General Castello Branco, na Presidência da República, e disse-lhe:

– Telesca, eu não tenho intimidade para me dirigir ao General Castello Branco, mas você vai e lhe diz que o Marechal Denys pediu para informá-lo de que a Revolução vai sair na terça-feira; mas conta só para ele.

*O Capitão já era do relacionamento...*

Por isso, pedi-lhe que falasse com o General Castello Branco. No dia seguinte, domingo, Telesca deu-me conhecimento de que tinha falado com ele.

– O General Castello falou alguma coisa? – perguntei-lhe.

– Não, não falou. Ouviu, mas não disse nada.

– Então, está bem; ele já está sabendo – disse.

Ainda na mesma noite de sábado, cerca das oito horas, fui com o meu irmão, Major Roberto, à casa do General Costa e Silva, na Rua Fonte da Saudade, Zona Sul do Rio de Janeiro, onde ele morava.

Chegamos lá, ele e Dona Yolanda estavam prontos para sair para atender a algum compromisso. Falei-lhe sobre os fatos, mas ele pareceu não acreditar que o movimento armado pudesse sair, como fora acertado. Disse-me não acreditar que o General Mourão fizesse uma revolução, pois era mais de falar do que de agir e comentando: "O Mourão é um conspirador de alto-falante na boca, ninguém acredita nele; não vai sair nada."

Insisti em dizer-lhe que estava transmitindo, a pedido do Marechal Denys, informações sobre o acordado, no aeroporto de Juiz de Fora, entre ele, o Governador Magalhães Pinto e o General Mourão, para partir com a Revolução no dia 31, terça-feira.

Ainda surpreso com a reação dele, acrescentei que o General Justino também apoiaria a saída da Revolução e que já estava acertada a sua participação, desde que fora para Recife assumir o Comando Militar do Nordeste.

– Não, o Justino não sai também – disse-me o General Costa e Silva.

E, acrescentou:

– Revolução não é possível... Não há possibilidade de sair... O que nós temos que fazer são "batalhões sagrados"; é como podemos reagir e resistir.

Eu sei que ele foi de um ceticismo completo. O meu irmão, Coronel Roberto, que estava comigo, presenciou tudo.

Uma ou duas semanas depois de 31 de março, o meu irmão Roberto encontrou-se com Dona Yolanda, que lhe disse:

– Você nem imagina. Depois daquela visita de vocês, o Costa não dormiu mais.

Certamente, o que julgamos ceticismo, naquela ocasião, possivelmente era uma atitude tomada, perante subordinados, para não se comprometer ou para se guardar contra um possível insucesso da Revolução. Como já me referi, o clima de desconfianças era muito grande e de muita vigilância, da parte dos militares que apoiavam o governo, sobre generais e coronéis da ativa.

Assim, havia muitas dificuldades para se articular a conspiração e qualquer oportunidade, que se apresentasse para isso, era logo aproveitada. O Marechal Denys, eu mesmo assisti, ele conversar com o General Âncora, então Comandante do I Exército, após a missa dos cem anos do meu avô, realizada na Igreja de Santa

Teresinha, na Rua Mariz e Barros. Aproveitou a ocasião para uma conversa rápida. Quando fomos para casa, meu pai disse-me que falara sobre a necessidade do Exército reagir contra o governo.

No dia seguinte, domingo, 29 de março, chegam novos emissários de Juiz de Fora para tratar, aqui no Rio de Janeiro, dos preparativos para a saída da Revolução. Uma das incumbências era a de falar com o Sr. Cecil Borer, Delegado de Ordem Política e Social, para que ele estivesse preparado para realizar as necessárias detenções das lideranças "peleguistas" e comunistas, por ocasião da eclosão do movimento armado. Tinham instruções para não procurar o Secretário de Segurança Pública, que era o Coronel Gustavo Borges, porque este certamente informaria ao Governador Lacerda, que poderia explorar o fato politicamente, delatando prematuramente o movimento.

No início da Revolução, aconteceu um fato interessante que quero registrar, porque coloca uma outra liderança militar em evidência.

No dia 31 de março, cerca das dez horas da manhã, eu estava em sala de aula na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) quando recebo a comunicação de que deveria atender um telefonema na portaria da Escola. Desci. Era do meu cunhado, Tenente Gustavo, de Juiz de Fora, para dizer-me que a Revolução tinha iniciado, naquela manhã, e as tropas da 4ª Região Militar já estavam se dirigindo para o corte do Rio Paraibuna, divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro.

Fiquei muito satisfeito porque se confirmou a deflagração do movimento armado. Falei sobre isso com o Coronel Barroso, nosso Chefe de Ano, que me levou ao gabinete do General Jurandyr de Bizarria Mamede, Comandante da ECEME. Contei-lhe o que tinha ocorrido na reunião de sábado, 28 de março, no aeroporto de Juiz de Fora: o acerto entre o Governador Magalhães Pinto, o Marechal Denys e o General Mourão etc, de partirem com o movimento armado no dia 31, e que as tropas de Minas já estavam se dirigindo para o corte do rio Paraibuna.

Mal terminei de falar, o General Mamede pegou o telefone e ligou para o General Castello Branco – naquela época, a Escola de Comando e Estado-Maior era subordinada ao Estado-Maior do Exército. Ele dirigiu-se diretamente ao General Castello, dizendo:

– General, estou tomando conhecimento de que as tropas de Minas estão revoltadas, estão descendo para o Paraibuna e eu quero dizer ao senhor que a Escola de Comando e Estado-Maior está revoltada também e, a partir desse momento, não reconheço mais o "Jango" como Presidente da República.

Disse, ainda, ao General Castello:

– Vou enviar os oficiais do terceiro ano, para lhe dar apoio, aí no Estado-Maior.

Após o telefonema, o General Mamede suspendeu as aulas, colocou a Escola de Comando e Estado-Maior de prontidão e mandou o terceiro ano para o Estado-Maior do Exército, no Palácio Duque de Caxias.

Fiquei sensibilizado, pela confiança que ele demonstrou. Ele sabia, pelas minhas palavras, que o Marechal Denys estava à frente do movimento armado.

Mas os oficiais-alunos do terceiro ano tiveram de retornar, logo após chegarem ao Estado-Maior do Exército. O Coronel Assistente do General Castello Branco, então Coronel Kruel, ao receber aqueles oficiais-alunos, disse-lhes que estavam dispensados e que poderiam retornar à Escola, porque o General Castello Branco dispensava o apoio.

Esse fato, ocorrido naquele dia, causou uma certa surpresa para nós. A Revolução no Rio de Janeiro, iniciada na Escola de Comando e Estado-Maior, na mesma manhã do dia 31 de março, ficou circunscrita à Guarnição da Praia Vermelha e Urca, sob a liderança do General Mamede. Os oficiais-alunos, da ECEME e do IME, fizeram barricadas na entrada da Avenida Pasteur e ocuparam as alturas do Morro da Urca e do Pão de Açúcar.

Mais tarde, eu vim a saber quais foram as razões da dispensa do apoio dos oficiais-alunos do 3º ano da ECEME.

Logo depois que o Sr. João Goulart deixou o País, o Governador Magalhães Pinto, em visita ao meu pai, comentou que recebera um telefonema do General Castello Branco, no dia 31 de março, pela manhã, pelo qual pedia-lhe para sustar o movimento armado e mandar as tropas retornarem aos quartéis e dizia-lhe que houvera uma precipitação, que era uma loucura o que se estava fazendo e que a Revolução seria esmagada pelo governo, pelas tropas federais, e ainda faria o Sr. Goulart um mártir. O Governador Magalhães Pinto comentou que, em resposta, dissera ao General Castello Branco que não dependia mais de ele suspender a Revolução, pois ela estava sendo conduzida pelo Marechal Denys e pelo General Mourão.

Cerca de dois dias depois, o General Mourão, acompanhado do então Major Cid Goffredo, hoje General, também em visita ao Marechal Denys, sentado no mesmo lugar onde sentara o Governador Magalhães Pinto, eu presente, ele disse que também recebera um telefonema do General Castello, na manhã de 31 de março, pedindo-lhe para sustar o movimento armado e retornar as tropas aos quartéis, dando-lhe as mesmas razões que dera ao Governador Magalhães Pinto. O General Mourão disse-lhe que não podia fazer mais nada, pois as tropas do General Guedes

já estavam na rua desde o dia anterior. O General Guedes havia, assim, criado um fato consumado, o que evitou qualquer fracasso na eclosão do movimento armado, como lhe sugerira o Marechal Denys, no domingo, 29 de março.

Cito esses dois telefonemas do General Castello Branco, por ligá-los à dispensa dos oficiais-alunos do terceiro ano da ECEME, naquele dia 31 de março, de prestarem o apoio ao EME.

Outra participação que eu tive na revolução, esta mais efetiva, foi no dia 1º de abril. O então Coronel Montagna fora à ECEME pedir o apoio de alguns alunos, que estivessem armados, para participar de uma missão. O Coronel Barroso selecionou, então, os alunos que se apresentaram voluntários. Eu estava entre eles e participei do assalto ao QG da Artilharia de Costa.

Na realidade, aquele assalto caracterizou o início da queda da guarnição do Rio de Janeiro. Foi até filmado pela antiga TV Rio, saiu em revistas etc. Ele teve o impacto de criar uma imagem, no Rio de Janeiro e também de âmbito nacional, de reação contrária ao governo, minando possíveis resistências das forças leais ao Governo Goulart. A ação teve esse valor. O Presidente João Goulart ainda não tinha saído do País, estava em Brasília. Alguns disseram, na ocasião, que a ação fora desnecessária, porque o Forte de Copacabana já tinha aderido à Revolução.

Eu participei desse golpe-de-mão, com mais dezoito companheiros e, na ocasião, o nosso comandante, a nossa liderança, era o então Tenente-Coronel Dickson Grael, um oficial-aluno mais antigo; as ordens fluíam por intermédio dele. E, naturalmente, estavam, também, o então Coronel Montagna e o irmão dele, Tenente-Coronel Oscar Montagna de Souza. Ambos tinham feito um reconhecimento preliminar e achavam que era pequeno o efetivo presente no QG da Artilharia de Costa, mas, no entanto, quando realizamos o assalto, já havia mais uma subunidade (bateria), que viera do Forte do Leme. Mas, o assalto foi muito rápido. Houve alguma reação, com uns dois ou três disparos, e um sargento ferido na perna, para o qual pedi o socorro de um médico que se encontrava junto aos populares que se aglomeraram nas imediações, após o assalto.

Em seguida, tomei a iniciativa de desarmar a tropa, que lá estava, e a coloquei em forma. Depois de uma breve sessão de ordem unida, entreguei-a no Forte de Copacabana. Em seu lugar, recebemos outra subunidade com a qual foi feita a defesa imediata à frente daquela área, com barricadas na Avenida Atlântica e na Rua Francisco Otaviano.

Nesse meio tempo, o general Comandante da Artilharia de Costa, que chegara sem saber do ocorrido, foi preso, bem como seu chefe de Estado-Maior, o Coronel Rubens Alves de Vasconcellos, que estava no QG, na hora do assalto.

Houve alguma ligação com o General Médici, que atuou no vale do Paraíba, recebeu as tropas do Gen Amaury Kruel e também contribuiu, decisivamente, para barrar as tropas que, do Rio de Janeiro, marchariam contra São Paulo?

Não tenho conhecimento dos acontecimentos ocorridos no vale do Paraíba, em detalhe. Sei apenas que uma tropa fora mantida, em Belo Horizonte, em condições de ir para Brasília e outra, em Juiz de Fora, de ir para São Paulo.

Soube que a atuação do General Médici, Comandante da AMAN, naquela oportunidade, evitou o confronto entre as tropas do II Exército, presentes na área, e as do I Exército que, pela ação da Academia, voltaram para a cidade do Rio de Janeiro.

*Pelo o que o senhor vem dizendo, o movimento foi exclusivamente de preparação interna. Houve alguma intervenção externa, algum auxílio externo?*

Não, não existiu, absolutamente, qualquer auxílio externo. Após a eclosão do movimento armado não houve nem tempo, nem necessidade para se pensar em auxílio externo. Havia, sim, uma expectativa de que a Revolução fosse durar muito e que, nesse caso, talvez fosse necessário apoio externo, como o dos Estados Unidos, já que, no auge da guerra fria, certamente, o Governo Goulart contaria com o apoio da União Soviética, via Cuba.

De qualquer forma, a nossa expectativa era de que a Revolução durasse muito, o que não aconteceu. Lembro-me do Marechal Denys dizer várias vezes: "a revolução não tem chefe; o chefe será quem mais fizer pelo seu sucesso". Isto, ele dizia aos generais da conspiração e aos diversos emissários de ligação, como disse ao General Riograndino Kruel, pedindo-lhe que transmitisse ao seu irmão, General Amaury Kruel.

O fato é que a deflagração do movimento armado causou surpresa, inclusive, ao Adido Militar americano, à época, General Vernon Walters, comprovando que ele não estava envolvido na conspiração. O General Walters disse ao Marechal Denys que fora apanhado de surpresa com a saída da Revolução – e declarou isso, repetidamente.

*Mesmo assim, qual o posicionamento dos Estados Unidos com relação ao nosso movimento revolucionário ?*

Era de simpatia a alguma reação contra o Governo Goulart; os seus adidos militares externavam uma simpatia comedida. Após a vitória da Revolução, vimos que houve o apoio flagrante, incondicional, durante os primeiros anos.

Os Estados Unidos deveriam estar preocupados com a possibilidade de o Brasil se tornar um Estado comunista e vir a contagiar os demais países da Améri-

ca do Sul. Desde o início da década de 1950 que eles tinham essa preocupação. E, certamente, deveriam ter seus planos estratégicos, elaborados unilateralmente, como costumam fazer, para enfrentar essa possibilidade, caso ela se concretizasse.

*A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal "esquema militar" que o Jango sempre apregoava ter?*

Ao descrédito do seu governo no seio da sociedade, em conseqüência dos desmandos que promovia. O Governo Goulart estava, como se dizia, "maduro para cair".

*Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas e daqueles que participaram das situações de iminência do combate, envolvendo a 4ª RM/ DI e elementos do próprio II Exército?*

No que diz respeito à situação no corte do Rio Paraibuna, creio que não chegou a haver tensões conseqüentes de uma iminência de combate, em face da atuação do Marechal Denys, conseguindo a adesão do Regimento Sampaio, logo que esse Regimento chegou a Três Rios e, em seguida, com a sua presença pessoal, promovendo a passagem de linha daquela Unidade para as fileiras da Revolução.

Nessa ocasião, em que o Marechal Denys esteve no corte do Rio Paraibuna, junto com o General Muricy, para proceder à passagem de linha do Regimento Sampaio, na madrugada de 31 de março para 1º de abril, o Comandante da 4ª Região Militar, General Mourão, ficara repousando em sua residência em Juiz de Fora.

Esse foi, sem dúvida, o momento decisivo para a Revolução. Caso houvesse o choque entre as colunas, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, as possibilidades de sucesso da Revolução diminuiriam muito. Como houve as adesões do Regimento Sampaio e de frações do 1º Batalhão de Caçadores, a "Coluna Cunha Mello" desmoronou, levando o sentimento de derrota para as fileiras do Governo Federal e, assim, diminuindo sua capacidade de resistência.

Respondendo, mais precisamente, a esta pergunta, reporto-me novamente ao assalto ao Quartel-General da Artilharia de Costa, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, destacaram-se, pela atitude corajosa, todos os que dele participaram, sendo que os então Coronel Montagna e Tenente-Coronel Dickson Grael sobressaíram pela liderança militar.

*Embora não tenha vivido os fatos ocorridos naquela frente, qual a sua opinião sobre a participação dos cadetes da AMAN na Revolução, tomando parte ativa no movimento?*

Antes de 1964, havia uma idéia, por parte dos chefes militares, de não envolver cadetes, futuros oficiais, em movimentos político-militares, por causa

dos sofrimentos e desapontamentos por que passaram aqueles que foram envolvidos na conspiração de 5 de julho de 1922, dela saindo muito prejudicados. Então, havia essa convicção.

Mas quando se tratou de uma situação de conflito ideológico, houve a decisão de engajá-los, para que os futuros oficiais se comprometessem com a ideologia democrática e o combate ao comunismo. Essa foi a decisão dos chefes militares da cúpula da conspiração.

*Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelos revolucionários?*

Como um movimento armado, daquela envergadura, não poderia ter hora e data marcada, para todo o território nacional, por questões de sigilo. O planejamento realizado previa que, ao ser anunciado o início da revolução em algum Estado, onde estivesse presente o Marechal Denys, as Unidades se revoltariam em suas guarnições, se ligariam umas às outras, fossem dominando os Comandos de Guarnição e estes os Comandos de Área e as capitais em seus Estados. Esses eram os objetivos regionais.

Os principais objetivos, em nível nacional, eram os dois grandes centros de poder militar e político: Rio e Brasília. Daí, a idéia de deslocar tropas para essas duas cidades. Os demais eram importantes centros regionais, como Santa Maria, no Rio Grande do Sul – aliás, um importante centro – em que as guarnições do interior se reuniram, e de lá cerraram sobre Porto Alegre. No Nordeste, foi a mesma coisa. Era essa a idéia: um movimento pulverizado, disseminado em todo o território nacional; um movimento caracterizado pelo agrupamento sucessivo de forças e de vontades.

*Afinal, o movimento trouxe maior união e robusteceu a coesão das Forças Armadas?*

Sem dúvida. Após o sucesso do movimento armado, desapareceram as disputas ideológicas no seio dos seus quadros. Com a saída dos conhecidos militares comunistas, que nós tínhamos, tanto oficiais, como sargentos, cessaram as disputas ideológicas no seio das Forças Armadas, com a conseqüente coesão dos quadros militares.

*O Movimento de 31 de Março baseou-se em alguma ideologia?*

Eu diria que sim, no idealismo democrático contrário ao comunismo.

Isso vinha desde o início da década de 1930, ou melhor, desde que o então Capitão Prestes (Luís Carlos Prestes) aderiu ao comunismo e levou um grupo de

militares do Exército com ele. Naquela época, segundo os oficiais mais antigos, os comunistas prometiam que, se o movimento comunista ganhasse, eles iriam subir rapidamente na carreira.

A Intentona Comunista de 1935 foi o grande conflito ideológico que firmou uma permanente reação do Exército à infiltração comunista em suas fileiras.

Quando do retorno da FEB, que tinha lutado na Itália ao lado dos "*partisani*" – força paramilitar comunista – criou-se uma certa simpatia para as questões ideológicas desse matiz, uma espécie de atitude complacente; na mesma época, o partido comunista voltou a funcionar legalmente. Isto posto, a partir de 1946, a ação marxista passou a ser muito atuante dentro dos quartéis, infiltrando e dividindo os quadros militares. Procuravam envolver os jovens militares com ideais nacionalistas, mas as lideranças principais eram comunistas.

Felizmente, tudo terminou com a Revolução de 1964.

*A mídia, na época, apoiou o movimento?*

Não há dúvida de que a mídia apoiou a derrubada do Governo Goulart e os primeiros anos da Revolução – tanto a imprensa escrita, quanto o rádio e a televisão. Somente ficaram contrários, na imprensa escrita, o jornal *Última Hora* e seus congêneres, isto é, todos os que seguiam aquela linha editorial.

*É correto o termo revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?*

Creio que é correto o termo revolução para denominar tanto o movimento armado, que se inicia em 31 de março e termina com a saída do Sr. João Goulart do Brasil, no dia 03 de abril, como todo o processo que se estende até o final da vigência do AI-5.

Entretanto, para melhor compreender a evolução desse processo, eu prefiro dividi-lo em fases. Inicialmente, tivemos, como disse, o movimento armado, cívico-militar, que termina com a fuga do Sr. Goulart para o Uruguai. Em seguida, veio a fase política, que culmina com a eleição do General Castello Branco para Presidente da República. Os políticos certamente temerosos de que o vazio do poder fosse engolfado pelas Forças Armadas e eles ficassem de fora, resolveram conduzir o processo da eleição, colocando alguém que julgassem atender melhor aos seus propósitos. Assim, em uma reunião de governadores e políticos da UDN, no Palácio Guanabara, o Governador Lacerda lançou o nome do General Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército, para Presidente da República, a pedido do General Muniz de Aragão, que dissera falar em nome dos oficiais-generais do Exército e lá comparecera com esse propósito. O ex-Presidente Juscelino

Kubitschek imediatamente deu seu apoio e trouxe com ele o do PSD, embora o presidente desse partido, que na ocasião era o Almirante Amaral Peixoto, quisesse para si essa indicação. Alguns militares queriam o Marechal Dutra.

Essa foi a fase política. Um pouco mais demorada que a primeira e os seus dias foram de muita incerteza e apreensão. Lembro-me de que os generais, empenhados diretamente no movimento armado e revolucionários de primeiro momento, como Mourão e Guedes, e os que logo depois aderiram, como Justino, Mendes Pereira, Poppe de Figueiredo, reuniram-se na residência do Marechal Denys, dia 4, 5 ou 6 de abril, para conversarem sobre os sucessos do movimento armado e a conjuntura política que estavam vivendo. Na ocasião, examinaram a conveniência de intervir, ou não, naquele processo eleitoral em curso com a participação de militares que não tiveram nenhum envolvimento com a eclosão da Revolução. O Marechal Denys, logo de início, foi contra qualquer intervenção, porque o processo já estava "nas ruas", nas "mãos dos políticos", e não se deveria dar mostra de desunião entre os chefes militares, responsáveis pela Revolução. Lembrou, na ocasião, que o Sr. João Goulart, na porta do avião, quando do seu embarque para o Uruguai, disse ao General Ladário (General Ladário Pereira Telles – então Comandante do III Exército):

– General, agüenta firme, porque na hora em que os generais começarem a tirar a "pele do leão", eles vão brigar e, aí, será a ocasião de nós retornarmos.

Esta informação foi levada ao conhecimento do Marechal Denys, pessoalmente, pelo ex-ajudante-de-ordens do General Ladário, então Capitão Inocêncio Fabrício Beltrão.

O Marechal Denys acrescentou ainda que o grande objetivo do movimento armado fora derrubar o Governo Goulart e isso tinha sido feito. Assim, os generais que foram responsáveis pela saída da revolução e pelas operações do movimento armado, não interferiram na questão político-eleitoral.

Pode-se perguntar:

– Por que o Governador Magalhães Pinto, o General Mourão, e o Marechal Denys, que partiram com a Revolução, não tiveram participação na segunda fase, a política?

Isso se deveu a dois motivos. O primeiro, pela rapidez com que as operações foram realizadas e o movimento se tornou vencedor. O chefe seria "quem mais fizesse" pelo sucesso da Revolução, que se pensava ser longa e de muitos riscos, operacionais e políticos. Porém, durou muito pouco e os riscos corridos por aqueles que a deflagraram não chegaram a ser bem avaliados e reconhecidos. Assim, todos se julgaram chefes da Revolução, mesmo aqueles que não se arrisca-

ram em participar da sua eclosão, como os que temiam pelo seu sucesso e, por esta razão, eram contrários à sua deflagração. Após o sucesso da revolução, bastava ter sido opositor histórico às correntes políticas que apoiavam o Sr. Goulart, para se considerar revolucionário de primeira hora e responsável pela sua deflagração e pelo seu sucesso.

Um segundo motivo, foi uma precipitação do General Mourão, não sei com que intenção. Ele, que não participara das ações no vale do Paraibuna, na madrugada de 31 de março para 1º de abril – passou a noite em sua residência, repousando, enquanto se processavam as adesões do Regimento Sampaio e de frações do 1º BC, seguido de passagem de linha, conduzida pelo Marechal Denys com o General Muricy e o Coronel Raimundo – acorda como um general vitorioso, e, logo que pôde, no dia 2 de abril, segue para o Rio de Janeiro, com o Destacamento Tiradentes, acompanhado do então Juiz Neder, e vai ao Quartel-General e apresenta-se ao General Costa e Silva, que já tinha assumido o cargo de Ministro da Guerra, que ficara vago.

O General Costa e Silva pergunta-lhe pelo Marechal Denys ao que o General Mourão responde dizendo que ele ficara em Juiz de Fora. O Marechal Denys, de fato, ficara em Juiz de Fora, na expectativa da necessidade de coordenar com o General Guedes, qualquer ação na direção de Brasília. O General Costa e Silva, diante dessa resposta, de que o Marechal Denys não tinha vindo junto com o General Mourão, diz a este para ir para casa repousar.

Esse simples ato do General Mourão, na qualidade de comandante das tropas revolucionárias de Minas Gerais – apresentando-se ao General Costa e Silva, no cargo de Ministro da Guerra – materializou a entrega, a este último, do comando da Revolução. Assim, o que era um movimento cívico-militar, iniciado com a revolta da guarnição militar federal, sediada em Minas Gerais, e do próprio Governo Estadual, contra o Governo Federal e a cúpula militar que o apoiava, e que teve adesões de governos estaduais e de guarnições militares dispersas por todo o País, acabou ficando com a imagem de ter sido feito apenas por iniciativa do Exército e demais Forças Singulares, sob o comando de seus generais. E, ao ser entregue o comando da Revolução ao General Costa e Silva, que estava à frente do Ministério da Guerra, os generais que participaram efetivamente do movimento armado voltaram a dever obediência hierárquica à cúpula do Exército e, assim, não lhes caberia mais nenhuma interferência na segunda fase, que denomino de fase política.

Após a fase política, veio a da institucionalização da Revolução, por meio dos Atos Institucionais. Essa foi a fase que caracterizou o processo revolucionário, tanto pela duração quanto pelas ações e conseqüências.

A institucionalização da Revolução também teve outras razões. Uma delas, é que os políticos não estavam capacitados a reagir, coletivamente, contra a investida do Movimento Comunista Internacional. Por falta de convicções democráticas, eles sempre foram tolerantes e temerosos com as pressões dos marxistas etc. Eles não tinham a percepção do perigo que as investidas do comunismo internacional representavam para o futuro da democracia no País. Daí, a principal razão por que, aos poucos, o movimento teve que se institucionalizar, por meio dos Atos Institucionais.

*General, no seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares, ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar essa diferença?*

Foram governos autoritários presididos por militares, respaldados pelos Atos Institucionais, que contaram com o apoio dos partidos do Governo e das Forças Armadas. No governo autoritário, tivemos generais como presidentes e militares, em geral da reserva, presentes na política partidária e nos ministérios civis.

*E a Revolução foi benéfica ou trouxe algum prejuízo para o País?*

Sem dúvida, ela trouxe benefícios sociais e econômicos para o País. Houve um projeto de governo que conduziu o Brasil a um nível de grandeza no concerto das nações, como 8ª economia mundial. Havia um projeto de soberania que, após a crise econômica de meados da década de 1970, foi se perdendo.

*O senhor entende que houve erros na Revolução? Caso positivo, quais foram?*

Eu diria que talvez o principal equívoco tenha sido o de não se ter resolvido adequadamente a questão política do País, fortalecendo os partidos políticos e dando maior representatividade ao Parlamento. Eu acho que isso tem sido a nossa questão permanente desde o início da República, que não foi e nem está sendo resolvida.

Também diria que o longo tempo de permanência do processo revolucionário foi desgastante.

*Quando deveria ter sido interrompido?*

Diria que, ao término do Governo Médici, teria sido uma boa oportunidade. Sobre isso, penso que existe um consenso bastante amplo, porque o movimento revolucionário de esquerda, tendo no seu bojo a luta armada, tinha sido vencido pelos governos da Revolução. Então, não havia mais a subversão e o terrorismo, urbano e rural, que justificassem uma repressão muito grande.

A outra oportunidade ocorreria ao final do Governo Geisel, quando foi revogado o AI-5, removendo os instrumentos que davam respaldo ao processo revolucio-

nário. Por isso, não se justificaria mais a existência de um outro governo dito revolucionário, tipo "governo tampão". Sou de opinião de que deveria ter terminado ali.

*Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução durante o decênio de 1960 e, principalmente, na década de 70, foram considerados os mais expressivos da economia brasileira. Esta é a opinião, também, de renomadas personalidades civis, manifestada em palestras realizadas na Escola Superior de Guerra (ESG) e alhures. Poderíamos citar, por exemplo, João Manuel, da UNICAMP, que afirma isso com todas as letras. Pois bem, apesar de tudo isso, que é indubitável, por que tais fatos continuam sem a justa divulgação? Quais os motivos determinantes?*

Penso que são devido à conjugação de várias razões. Cito algumas: ação propositada para não favorecer a imagem da Revolução de 1964; outra, por não mais se constituírem tais notícias em fatos jornalísticos merecedores de comentários e publicações; e, a terceira é porque, após a Constituição de 1988, as preocupações sociais avultaram de muito maior importância do que o planejamento estratégico e o desenvolvimento do País. Dentre essas três, destaco a primeira, sem dúvida alguma uma ação proposital para não favorecer a imagem da Revolução de 1964.

*A mídia desta última década e aqueles que hoje detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. Poderia citar alguns desses acertos?*

Na minha opinião, um deles foi o restabelecimento do princípio da autoridade; um outro foi o planejamento em nível de governo, para realizar o desenvolvimento social e econômico do País, visando melhorar o bem-estar da sociedade brasileira, integrar o País e minimizar os desníveis regionais. Os Governos da Revolução tinham um projeto de grandeza para o País e o levaram à posição de 8ª economia mundial. Só por isso, ela já foi bastante benéfica.

Houve, ainda, a contenção das investidas do Movimento Comunista Internacional no País, evitando que o Brasil se tornasse um Estado comunista.

*Tornou-se difícil realizar a defesa dos governos da Revolução, pela falta de interlocutores, na sociedade, dispostos a ouvir os militares, com a devida atenção?*

Penso que sim.

*O que o senhor teria a dizer acerca das ações de guerrilha e de terrorismo, praticadas pelos extremistas?*

Eu diria que o inusitado das ações violentas, sem precedentes na história do País – o que indicava origem alienígena – apanhou o governo de surpresa e causou

grande perplexidade à sociedade brasileira. O Governo teve que se estruturar, organizando um sistema repressivo eficiente, de pronta resposta, e altamente confiável.

Isso foi possível através da implantação do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), respaldado nas prerrogativas conferidas pelo AI-5. Foi a única forma encontrada para combater com efetividade a subversão, já que a legislação corrente não era satisfatória, nem tão pouco os instrumentos normais de repressão, como a Polícia Federal, que ainda não estava preparada para assumir sozinha essa missão.

*Então, o AI-5 era necessário?*

Sim, era necessário por dar sustentação às medidas mais expressivas do combate à subversão e ao terrorismo e, também, para obter o apoio da classe política, complacente e intimidada pelos avanços do comunismo e da contestação à Revolução.

*E a criação de órgãos de informações, de operações, como os DOI, bem assim, o agravamento da Lei de Segurança Nacional?*

Eu diria que a criação dos DOI (Destacamentos de Operações de Informações), integrantes dos CODI (Conselho de Defesa Interna), e o agravamento da Lei de Segurança Nacional foram necessários pelo inusitado da agressividade e violência das ações do terrorismo urbano. O governo necessitava estruturar, urgentemente, um dispositivo de informações e de operações que respondesse com presteza às ações terroristas. Na ocasião em que a luta armada começou, com os primeiros atos de terrorismo urbano, já tínhamos o SNI e a Polícia Federal. Entretanto, eles não estavam capacitados para responder, em níveis regionais, com efetiva repressão, ao inusitado e à agressividade das ações do terrorismo urbano, como já disse. No que diz respeito à Lei de Segurança Nacional, houve a necessidade de ser agravada, porque a legislação existente também não respondia adequadamente às necessidades da conjuntura vivida.

*Qual a sua apreciação acerca do panorama político durante os governos revolucionários, principalmente em relação ao Congresso?*

Diria o seguinte: os políticos, em geral, não mostraram, em tempo algum, através dos dois grandes partidos – ARENA e MDB – uma consciência coletiva sobre a necessidade de se empenharem na defesa da democracia, no País, barrando as investidas, maldisfarçadas, do comunismo internacional. Dessa forma, não assumindo os políticos, uma clara atitude de defesa da democracia, a responsabilidade de fazê-lo recaiu totalmente nos ombros dos governos da Revolução. Para isso, foi preciso a instituição do AI-5.

*Houve, a seu ver, cerceamento das liberdades de imprensa e expressão?*

Ao que consta, houve alguma censura prévia, por um certo período.

*Hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?*

É uma forma de se referir, negativamente, àqueles anos, para denegrir, propositadamente, a imagem dos governos da Revolução.

*Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir qualquer tipo de vantagem?*

Não, absolutamente! Pelo contrário, os militares que estavam no Governo não tiveram sua atenção voltada para melhorar as condições das Forças Armadas. Havia inclusive uma diretriz: "máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança". Estamos sentindo até hoje os reflexos negativos do "mínimo de segurança".

*Gostaria o senhor, ainda, de tecer mais comentários sobre o período revolucionário que, dizem uns, ter findado em 1985 e outros afirmam haver terminado em 1978, com a retirada de todos os mecanismos que mantinham o processo revolucionário?*

Desde o início do processo revolucionário, existiu um grupo de militares politizados – poderíamos citar inúmeros deles – que tiveram participação nos diversos governos. A esmagadora maioria dos quadros militares se restringiu ao exercício das atividades profissionais.

Por que se verificou o desengajamento daquele grupo de militares que conduziam a política do País, nos governos cujos presidentes eram militares?

Para ser bem sintético: os militares foram cada vez mais absorvidos pelas atividades profissionais, na medida em que o terrorismo e a subversão foram sendo derrotados.

A partir do Governo Ernesto Geisel, o Presidente passou a enfeixar os poderes político e militar da Revolução com os do Governo. Até então, os poderes da Revolução estiveram com os ministros Costa e Silva e Orlando Geisel. A partir do Governo Geisel, os ministros militares perderam a força política na Revolução, passando o Presidente a interferir nas Forças Armadas, inclusive, substituindo ministros e generais, sem maiores dificuldades.

Então, é a partir do Governo Geisel que tem início o desengajamento completo dos militares da condução política da Revolução, à exceção dos Generais Golbery e Figueiredo, e seus auxiliares mais diretos.

*A conjuntura internacional veio acelerar a chamada abertura política?*

Eu não creio. O que veio acelerar a abertura política foi a vitória dos governos da Revolução sobre a luta armada e a subversão.

*Os militares tinham condições de ainda permanecer no poder, após o Governo João Figueiredo?*

Não, não tinham. Não havia mais respaldo do AI-5, nem o apoio das Forças Armadas a uma continuidade de militares no governo. Como eu disse, o poder político e o poder militar estavam enfeixados pelo próprio Presidente, a partir do Governo Geisel, e não mais pelo Ministro do Exército; ainda que o Ministro do Exército, no Governo Figueiredo, fosse o General Walter Pires.

*Penso que ele exerceu um grande papel, porque, sem mecanismos para manter a Revolução, o General Walter Pires teve que se agigantar.*

Sem dúvida nenhuma. Manteve a postura de ministro militar, como nos governos anteriores à Revolução. Ministro firme, que dava apoio leal ao governo do Presidente. Como Ministro do Exército, garantia a ordem constitucional pelo respeito que incutia na sociedade, por falar pouco, pela sua ação etc.

*Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?*

Penso que, após o AI-5 ter sido extinto, não deveria haver um governo presidido por militar, representativo da Revolução. O Governo Figueiredo, por sua vez, ao manter inalteráveis a estrutura e as missões do SISSEGIN, como no tempo da luta armada, sem os instrumentos do AI-5, não foi bom para a imagem da Revolução.

Ao que parece, o Governo Figueiredo serviu apenas de "mandato tampão" após o Governo Geisel, para dar-lhe a necessária cobertura contra perseguições políticas, poder-se-ia dizer.

*Existe o chamado "revanchismo", por parte de autoridades, da imprensa e outros setores, em relação aos militares? O que o senhor pensa sobre a Lei da Anistia?*

Houve e continua havendo esse "revanchismo". Nós vemos isso, nitidamente, a toda hora, a todo momento – é impressionante. Quanto à Lei da Anistia, não tenho nada a dizer, a não ser que ela só vale para um lado, e não vale para o outro.

*Note que voltaram para o caso do Riocentro, mais de uma vez; depois ressurgiram com a tal da "Operação Condor", de que o Brasil não participou; e, agora, a "Operação Traíra". Sem contar diversas reportagens mentirosas que aparecem e desaparecem por falta de consistência e provas. É uma pressão constante*

*que busca denegrir o Exército, com o objetivo de influir na opinião pública, pela deturpação da verdade.*

A imagem do Exército junto à sociedade é muito elevada, talvez isso incomode muito às esquerdas. Penso que incomoda também a muitos políticos que costumam ver os militares como seus concorrentes em potencial. E isto não é de hoje; já ocorria antes do período da Revolução. Convém também observar que os socialistas, não os comunistas, costumam menosprezar a importância das Forças Armadas como instituições nacionais.

*A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares? Caso positivo, qual a razão?*

Creio que sim. Estávamos com ela ganha no Governo Médici. O processo revolucionário de longa duração acabou nos fazendo perdê-la. Penso que, se esse processo tivesse terminado com o Governo Médici, o panorama da Comunicação Social seria outro. Mais uma vez, os militares políticos influíram na manutenção do processo revolucionário, à revelia da vontade dos militares profissionais.

Mas o próprio governo militar, não sei se por princípios, não gostava de Comunicação Social – o próprio Castello Branco e outros. Acho que nos omitimos; não queríamos participar dessa "batalha".

Havia, de fato, um certo escrúpulo em fazer comunicação social, porque isto poderia dar a idéia de se estar fazendo propaganda, coisa de governo totalitário, como se dizia.

*Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, neste contexto?*

O comunismo não desapareceu, porque os partidos comunistas continuam a existir, às vezes com outro nome, e a alimentar as idéias comunistas, para assegurar a própria sobrevivência política. É uma questão de sobrevivência política, para os seus quadros, manter acesa a ideologia.

Porém, com a queda do "Muro de Berlim" e o desaparecimento da União Soviética, os partidos comunistas da Rússia e da Europa Oriental perderam muito da capacidade de influência sobre os partidos comunistas dos países em desenvolvimento, como o nosso País.

Hoje, no Brasil, um partido marxista nacional, não possuindo mais liames e dependência ideológica a um partido comunista de potência estrangeira, é obrigado a conduzir suas atividades políticas como o fazem os demais partidos naci-

onais, privilegiando apenas os interesses do País. Entretanto, temos que nos manter atentos, porque a ideologia marxista está bem vigorosa na América Latina, onde Cuba ainda marca presença.

*E é internacionalista... Tem as ONGs para ajudar...*

Os liames internacionais, entre partidos de mesma tendência ideológica, constituem uma realidade, que não é de hoje. Existem a internacional comunista, a socialista, a social democrática etc. É uma espécie de união para fortalecer a ideologia e proporcionar maior capacidade de sobrevivência política desses partidos.

*A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. Como o senhor analisa esse fato?*

É a confiabilidade da sociedade em nossa Instituição. É isso que incomoda bastante a muita gente, às esquerdas, aos derrotados da luta armada, aos perdedores do movimento socialista e do Movimento Comunista Internacional. Esta é a grande razão para o "revanchismo" ser tão atuante no País.

*General, o senhor já prestou algum depoimento sobre a Revolução de Março de 1964 em outro projeto semelhante a este que estamos desenvolvendo? Qual a sua opinião sobre o Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução?*

Respondendo à primeira pergunta, de fato, já dei meu depoimento para o CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, e, na ocasião, foram abordados não apenas os aspectos da Revolução de 31 de Março de 1964, mas, praticamente, os de toda a minha vida profissional.

Foi um depoimento difícil, tive que refazê-lo umas duas vezes; somente na terceira vez é que me dei por satisfeito. Eram perguntas muito preconceituosas contra os militares, contra a Revolução, por parte dos dois indagadores.

Inclusive, cheguei a dizer à professora Celina que, da forma como ela formulava as perguntas, preconceituosamente, ela distorceria a verdade histórica. Tivemos, de fato, momentos difíceis. Admiti participar, é verdade, pois entendo que, havendo uma oportunidade de colocar a verdade nos seus devidos lugares, isso deve ser feito. O depoimento foi grande, trezentas ou quase quatrocentas páginas, bastante minucioso.

Quanto ao Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução, acho uma excelente iniciativa. É uma oportunidade para as pessoas que participaram, de uma forma ou de outra, da Revolução de 1964, relatarem os fatos dos quais tomaram conhecimento, ou de que, efetivamente, participaram. A verdade fica

registrada para posterior avaliação pelos historiadores. Acho que isso é muito importante. Espero que, dessa forma, a Revolução ganhe uma documentação que a retrate com fidelidade; que resgate a verdade histórica.

*Que mensagem final, General Bayma Denys, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?*

Penso que temos preocupações atuais, como o "revanchismo", muito presente em determinados grupos. Existe, também, uma lacuna: o nosso movimento revolucionário sofre a falta de colocação da sua face verdadeira junto à sociedade nacional. Nesse ponto, reside a importância, que destaco, do presente Projeto.

# General-de-Exército Geise Ferrari

- Natural do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto da carreira: General-de-Exército.
- Foi Comandante Militar do Oeste (MS), Chefe do Departamento Geral do Pessoal e Comandante de Operações Terrestres.
- Possui os cursos regulares do Exército e o da Escola Superior de Guerra.
- No exterior: adjunto da Comissão Militar Brasileira em Washington.
- Em 1964, era Comandante do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

---

Entrevista realizada em 24 de maio de 2000.

Desejo inicialmente agradecer esta oportunidade de relatar o que vi e o que fiz à frente do Curso de Infantaria durante a Revolução de 1964, que costumo chamar de "contra-revolução", porque uma revolução já estava em curso, de tendência comunista. É preciso lembrar, alertar, que eu era, na oportunidade, o Comandante e Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria, apesar de ainda não possuir o Curso de Estado-Maior (o cargo é privativo de oficiais possuidores do curso de Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME).

Meu antecessor e grande amigo, hoje General Harry Schnardoff, nomeado para uma comissão na Alemanha, já havia deixado a chefia do Curso antes do início da Revolução, tendo o cargo ficado vago. Como oficial mais antigo, assumi o Curso, até que fosse nomeado um novo Instrutor-Chefe.

Um outro aspecto que também queria ressaltar, de início, é que o Curso de Infantaria, pela primeira vez, foi reunido numa só Companhia de Cadetes, tendo em vista o efetivo um pouco reduzido naquele ano. De modo que era uma Companhia de Cadetes com um efetivo aproximado de duzentos cadetes. Esses são detalhes que terão reflexos durante a minha apresentação.

Naquela época, em decorrência do clima de insegurança existente no País, para nós, da Academia, importava saber o que pensava o nosso Comandante, General Emílio Garrastazu Médici. Essa preocupação se dissipou no ano anterior, em 1963, por uma atitude que ele tomou e eu aqui relato. No dia 1º de outubro, tiveram início as obras da construção da barragem do Funil, com a presença do Presidente da República e de altas autoridades dos governos federal e estadual.

A programação previa um banquete em homenagem ao Presidente João Goulart, no restaurante Itatiaia, ocasião em que o Governador do Estado do Rio, Badger da Silveira, saudaria a mais alta autoridade do País. Sob a alegação de que o local era exíguo para a realização da homenagem programada, o Ministro da Guerra determinou ao Comandante da Academia que cedesse a Biblioteca Acadêmica para o banquete. Seria, evidentemente, um comprometimento da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) com uma reunião eminentemente política.

Na Biblioteca, quando o Governador Badger da Silveira se dispôs a iniciar o seu discurso, o General Médici levantou-se e, declinando sua função de Comandante da AMAN, cassou-lhe a palavra, alegando que qualquer envolvimento da Academia com eventos políticos, seria deplorável e que, por isso, ele pedia que não se procedesse a qualquer pronunciamento político naquele recinto.

A atitude destemida do então Comandante da AMAN frustrou a caterva peleguista que acompanhava o Presidente da República, reduzindo aquela progra-

mação, de custoso aparato, a um mero e opíparo ágape festivo. Para nós, a Revolução de 31 de Março de 1964, na AMAN, começou naquele 1º de outubro de 1963, ocasião em que o seu comandante se posicionou, peremptoriamente, contra o alheamento político da Academia Militar.

Queria citar ainda outra manifestação do General Médici: nas diversas palestras que ele determinou que fossem realizadas sobre guerra revolucionária para oficiais do Corpo de Cadetes e demais oficiais da Academia, durante uma delas, no anfiteatro, o palestrante começou a discorrer sobre as cinco fases da guerra revolucionária. Em dado instante, um companheiro nosso, o então Capitão Dagmauro, levantou-se e disse, na presença do General Médici e de vários oficiais do seu estado-maior: "Nós estamos na quinta fase, e quem orienta a guerra revolucionária é o Palácio do Planalto, em Brasília." Não houve nenhuma reação do General Médici contra a manifestação, inclusive aplaudida por alguns dos oficiais presentes. A partir daquele momento, tornou-se patente o pensamento do nosso Comandante e pudemos ligá-lo às decisões que o General Médici tomaria no caso de uma grave perturbação da ordem.

O que fizemos antes da Revolução no Curso de Infantaria, ainda à época do então Major Harry Schnardoff como Instrutor-Chefe? Nós conversávamos com os cadetes, mas não podíamos incitá-los a uma rebeldia contra o governo. Entre nós oficiais e com a aquiescência do então Coronel Potyguara, Comandante do Corpo de Cadetes, abríamos o nosso coração, dizíamos o que pensávamos contra aquele estado de baderna que imperava em todo o País. Eles – o Coronel Potyguara e o General Médici – sabiam o que pensavam alguns dos oficiais do Corpo de Cadetes.

Entre as providências que tomamos e que eram do conhecimento do Coronel Potyguara, destacamos: procuramos diminuir o risco de que pudesse haver um movimento dos sargentos – que vinham sendo insuflados pelo governo, particularmente no Rio de Janeiro – evitando o acesso aos paióis da Academia para retirada de munição. Então, começamos a retirar determinado tipo de munição, sob a alegação de que realizaríamos exercícios com o Curso de Infantaria e essa munição foi sendo recolhida ao Parque de Infantaria, sob nossa guarda.

Tudo o que fazíamos, conversávamos com o Coronel Potyguara, de modo que ele soubesse o que tinha e qual era o pensamento do Curso de Infantaria. Outra providência tomada era junto aos cadetes, sargentos de dia ao Curso, para que, a qualquer momento, tivessem condições de retirar o Curso inteiro do Conjunto Principal, onde estavam os alojamentos, e o levasse para o Parque de Infantaria, porque também tínhamos receio de que a saída do Conjunto

Principal pudesse, facilmente, ser bloqueada. A ordem, então, que dávamos – a eles, sargentos de dia – era que se deslocassem para o parque e lá aguardassem a chegada dos oficiais.

Com o agravamento da crise, que se processou particularmente na antevéspera da Revolução, estávamos nas dependências do Curso Básico com a presença de vários oficiais do Curso de Infantaria e do Curso Básico, ouvindo a manifestação do então Governador Brizola, pela Rede da Legalidade. Aquilo foi nos deixando ansiosos por uma decisão, tendo em vista a gravidade das palavras que ele dirigia a toda população brasileira.

Houve aí um pequeno desentendimento, porque convoquei os oficiais de Infantaria que me acompanhassem ao Corpo de Cadetes para conversar com o Coronel Potyguara. Um dos oficiais ali presente, mais antigo, achou que nós estávamos aliciando oficiais que não nos eram subordinados, porque além dos oficiais de Infantaria, do Curso de Infantaria, alguns oficiais do Curso Básico aderiram ao nosso chamamento. Esse mal-entendido foi contornado, e saímos para transmitir ao Coronel Potyguara a nossa ansiedade.

Na noite de 31 de março, foi preparada uma proclamação pelo General Médici. Acredito que o General Corrêa já tenha feito a citação, quando de sua entrevista, mas gostaria, apenas, de ler o trecho inicial:

"A AMAN ao adotar a atitude que tomou e que nossa presença aqui materializa, pensou principalmente na validade eterna dos princípios da disciplina e da hierarquia, que têm sido o apanágio glorioso de nossas Forças Armadas. Aqui está a mocidade militar do Brasil, representada por jovens possuídos dos mais alcantilados sentimentos de patriotismo e apego ao dever, não para agredir seus irmãos de armas, nem para deixar-se sacrificar, mas sim para salvaguardar os princípios que regem a profissão que escolheram por vocação irresistível e, se necessário for, dignificar a farda que vestem, através de atos de que falará no futuro, com respeito e admiração, a História de nossa estremecida Pátria."

Esse pronunciamento do General Médici estava pronto, mas alguns outros eventos ocorreram nessa madrugada.

Veio ordem do I Exército para que a AMAN colocasse de prontidão o Batalhão de Comando e Serviços. Era um efetivo grande, ainda que a tropa pronta para emprego desse Batalhão fosse apenas a Companhia de Guardas. Os demais eram elementos de apoio à Academia. Simultaneamente a tal ordem, o Comandante da AMAN foi notificado "de um levante do povo de Minas Gerais, com o apoio de

forças federais e estaduais sediadas naquele Estado, contra o governo federal". Essa foi a notícia transmitida pelo I Exército.

O General Médici determinou o cumprimento da ordem, entrando de prontidão o Batalhão de Comando e Serviços. Ativou um comando operacional constituído por oficiais da Academia, parte deles já integrantes do seu estado-maior pessoal.

Um fato curioso surgiu nessa noite.

Estava ocorrendo o casamento de um oficial da Academia, ou da filha de um oficial da Academia, na capela externa à AMAN, de modo que um grande número de oficiais, talvez a maioria dos oficiais do Corpo de Cadetes e também da Academia, estava presente à cerimônia.

Eu não sei por que, talvez suspeitando de que a coisa estava muito grave, não fui, e estava em casa, quando tomei conhecimento dessa notícia vinda do I Exército. Na mesma hora, determinamos ao sargento-de-dia do Curso de Infantaria que retirasse o Curso do Conjunto Principal, o levasse para o Parque e lá aguardasse a chegada dos oficiais. De modo que, para surpresa de muitos, o Curso de Infantaria saiu todo e se deslocou para o Parque. Com isso, evitamos qualquer reação da parte dos sargentos.

Foi, imediatamente, acionado o plano de chamada de oficiais e graduados e, juntos, nos encontramos no Parque em questão de pouco tempo, iniciando a execução do plano de defesa das instalações. O problema, como tenho dito anteriormente, era uma ameaça: o Parque de Infantaria era muito próximo ao Batalhão de Comando e Serviços. De modo que, com qualquer movimento, poderíamos ficar ilhados dentro do parque.

Às 2h do dia 1º de abril de 1964, o General Costa e Silva telefona para o General Médici e pede a ele o apoio da Academia, para permitir que as tropas que pudessem ser deslocadas do II Exército passassem por Resende sem qualquer ameaça das tropas do I Exército. Quero chamar a atenção e grifar: o General Médici, às 2h da manhã, tomou a decisão de empenhar a Academia a favor da Revolução. O II Exército ainda não tinha informado sua decisão de aderir. Chamo atenção porque criaria uma situação inusitada caso não tivesse havido a adesão do II Exército: a Academia ficaria entre duas forças do mesmo partido, o que seria uma situação extremamente difícil.

Às 2h30min dessa mesma madrugada, o General Kruel ligou para o General Médici, declarando que tinha aderido à Revolução e solicitando que a Academia assegurasse a passagem das tropas do II Exército por Resende sem serem hostilizadas. Às 3h, o Comandante do I Exército informou ao Comandante da AMAN, haver

determinado o deslocamento do Grupamento de Unidades Escola (GUEs) para São Paulo, a cavaleiro da BR-2 (atual BR-116), prevendo a passagem por Resende ao meio-dia de 1º de abril. Essa era a informação do Comando do I Exército.

Até às 6h, desse dia, o quadro era o seguinte: I Exército – situação indefinida, ainda no Rio de Janeiro; 4ª Divisão de Infantaria (4ª DI), de Juiz de Fora, MG – em deslocamento para o Rio de Janeiro; o GUEs – algumas Unidades iniciam o seu deslocamento na direção de São Paulo. Tomamos conhecimento de que vinha como vanguarda, um batalhão reforçado do REsI (Regimento Escola de Infantaria) e o Grupo Escola de Artilharia (GEsA); 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI) – deslocando-se para Juiz de Fora ; II Exército – iniciando o deslocamento de forças para o Rio de Janeiro.

A AMAN, solidária à Revolução, expede a ordem preparatória para o emprego do Corpo de Cadetes.

Entre 6h e 8h30min, do dia 1º de abril, foi lançada uma vanguarda constituída pelo Esquadrão de Cavalaria da Academia (cadetes), acompanhado por elementos de Engenharia, pelo eixo da BR-2, na direção de Barra Mansa, com a missão de ligar-se ao 1º BIB (Batalhão de Infantaria Blindado), que tinha a sua sede naquela cidade, e ocupar posições nas alturas que dominam Ribeirão da Divisa. Nessas alturas, procurar impedir que as tropas do I Exército, até o fim da jornada, atingissem a região de Resende.

Na noite de 31 de março para 1º de abril, existe um detalhe do Curso de Infantaria que vale a pena relatar. Tão logo tomamos conhecimento da decisão do General Médici, desloquei-me para o Curso de Infantaria junto com todos os oficiais e graduados, e informei aos cadetes o que se passava. Usando uma linguagem simples, mostrei-lhes a nossa preocupação e constrangimento, até aquele momento, de não poder dizer-lhes qual era o pensamento dos oficiais do Curso.

Concitei a todos que se manifestassem, e aqueles que não concordassem com a decisão tomada, que se apresentassem naquele momento. Não houve qualquer desistência, nem da parte de oficiais, nem da parte dos cadetes. Tomamos apenas uma providência, que foi a de mandar prender um sargento do Curso que, inclusive, estava em casa acamado, mas era filiado a uma célula comunista, e um cadete do segundo ano por uma questão apenas de precaução, considerando que nós sabíamos que ele tinha o pai e um irmão comunistas.

Além do que – uma curiosidade daquela época – pelos jornais que eram lidos, tínhamos um levantamento, feito pelo oficial de informações do curso, das tendências de cada apartamento dos cadetes e, exatamente no apartamento desse cadete que foi preso, eram lidos os jornais contra a Instituição, contra a Revolução. Ele inclusive tinha sido voluntário para dar aulas de alfabetização no Bata-

lhão de Comando e Serviços, usando a cartilha do Paulo Freire. Então, esses dois elementos foram retirados do Curso.

Entretanto, cabe destacar que nem o cadete nem o sargento, em nenhum momento, adotaram qualquer comportamento contrário ao movimento revolucionário que eclodia. As medidas por nós tomadas foram apenas preventivas.

Tínhamos, também, uma organização prevista para diferentes casos de emprego e os que conhecem a organização militar verão que a estrutura do Curso reuniu elementos e frações para vários tipos de emprego, porque era nossa idéia levar tudo o que tínhamos em armamento.

Assim, nos organizamos com três pelotões de fuzileiros, um pelotão de canhões 106 sem recuo, um pelotão de morteiros 4.2, uma seção de morteiros 81, uma seção de morteiros 60, uma seção de canhões 75mm sem recuo, uma seção de canhões 57 sem recuo e uma seção de metralhadoras pesadas, totalizando entre oficiais, graduados e cadetes, cerca de 250 homens. Isso era tudo o que tinha o Curso de Infantaria.

Determinei que o então Capitão Léo Lebarbenchon (já falecido), nas funções de S3, ali nomeado, partisse na direção de Volta Redonda para fazer o levantamento de uma possível posição defensiva (PD) a ser ocupada pelo Curso de Infantaria.

Na manhã do dia 1º de abril de 1964, recebemos ordem de deslocamento para atingir uma região antes do corte do Rio Paraíba e, a meio caminho, recebemos uma ordem escrita *(apresentou o original)* levada em mãos pelo então Coronel Antonio Jorge Corrêa, hoje General-de-Exército, e que dizia:

"Capitão Ferrari.

1. De ordem de Sua Excelência deveis avançar até o Quilômetro 120, onde deve ser organizada vossa posição.

2. O elemento mais avançado da AMAN está se deslocando para a região da EDIMETAL, na altura do Quilômetro 114 da BR-2.

Ass. Coronel Corrêa."

No prosseguimento da marcha, entre a primeira posição que tínhamos recebido para ocupar e essa segunda posição no Quilômetro 120, houve um fato curioso que poderia ter gerado uma situação extremamente triste, porque eu havia recebido ordem do Coronel Potyguara de entrar em posição e ficar em condições de acolher o Curso de Cavalaria, se pressionado. O que viesse a mais não seria "tropa amiga". A meio caminho, ao transpor uma curva da estrada, divisamos ao longe um comboio de viaturas pesadas de 2,5 toneladas, tracionando

obuses 105 mm, e eu não tinha a menor idéia do que se tratava (não havia ainda comunicações suficientes e a vanguarda, a Cavalaria, não tinha me alertado).

A primeira reação foi mandar parar o nosso comboio, atravessar as viaturas na estrada e a tropa ocupar posição, inopinadamente. Impressionou-me, neste momento, a prontidão do cadete. Quando olhei para trás vi a "cadetada" subindo as encostas, entrando em posição, colocando as armas em condições de tiro. Por sorte, pelo binóculo, verifiquei que na boléia do primeiro jipe vinha um capitão – Adir – da Academia, e deduzi que ele estava trazendo alguma tropa que tivesse aderido ao movimento. Demos ordens para ninguém atirar e o comboio, ao se aproximar, fez alto, – porque a estrada estava interditada – e houve um congraçamento com os companheiros do GEsA que haviam aderido à Revolução.

Esse fato mostrou a prontidão da "cadetada" para cumprir qualquer missão. Foi um motivo de muita satisfação. Na parte da tarde, atingimos a região da nova PD e iniciamos a sua preparação e ocupação. Almoçamos durante o movimento.

*Só não veio uma Bateria do GEsA, que já estava em posição.*

Era a Bateria que vinha na Vanguarda do Destacamento do REsI. O mesmo se deslocava sob o comando do Coronel Abner, e contava na Vanguarda com um Batalhão e uma Bateria do GEsA. Essa tropa fez alto antes de Barra Mansa e ali resolveu ocupar posição.

A adesão do Grupo Escola de Artilharia (menos uma Bateria), foi um momento de alívio, porque a disparidade era muito grande. O Grupo Escola era equipado com armamento do Acordo Militar Brasil–Estados Unidos e as viaturas 2,5t estavam carregadas de cunhetes de munição. Nós tínhamos apenas uma Bateria de Cadetes, do Curso de Artilharia da Academia, para enfrentar aquele volume de fogo, caso todo o Grupo atirasse contra nós.

Por outro lado, essa Bateria que ficou parada antes de Barra Mansa, despertou no Coronel Abner uma dúvida: ela teria permanecido em posição, sem aderir, porque não sabia a atitude de seu Grupo ou porque estava "presa" na posição. Então, também essa Bateria passamos a admitir como tropa que não atiraria em nós.

Outro fato que, da mesma forma, vale a pena relatar é que, nessa situação, o Coronel Abner ordenou que o Pelotão de Morteiros Pesados 4.2 do REsI entrasse em posição e apontasse para a Academia. O Tenente Comandante se negou a apontar as peças para a Academia e já tinha mandado os sargentos, que estavam com ele, encristar a trajetória na serra, para não atingir a tropa de cadetes.

Essas informações chegavam ao nosso conhecimento devido a um fato curioso – coisas que sempre acontecem nesses momentos. Depois que o BIB (1º Bata-

lhão de Infantaria Blindado) foi estruturado para emprego – por determinação do General Médici – um capitão dessa Unidade, que ficou sem função definida, teve, então, uma idéia: com o seu carro, um "fusca", passou a visitar a posição do Coronel Abner (ele servira com o Coronel Abner no REsI). Sempre que ia lá, perguntava pela intenção do Coronel Abner, o que é que ele pretendia fazer, qual era a situação da tropa, e nos informava. Evidentemente que a informação passava pelo Coronel Potyguara, que estava lá na frente, e chegava até o Curso de Infantaria. Então, tínhamos um acompanhamento cerrado do que se passava no âmbito da tropa do I Exército.

Foi desse modo que soubemos a negativa do Pelotão de Morteiros 4.2 de atirar sobre nossa posição. Logo, não haveria fogos de armas de tiro curvo, que era uma grande ameaça, contra o Curso de Infantaria.

Para a tropa do I Exército, ultrapassar a série de obstáculos colocados à sua frente era extremamente difícil. Vi, pela primeira vez, uma extensa ponte da rodovia, toda pronta para ser destruída pelo pelotão de Engenharia da Academia. Além do mais, havia o Curso de Cavalaria interposto entre a tropa deles e a nossa PD. Como pude ver depois, o Comandante do Curso – Major Corrêa – irmão do Coronel Antonio Jorge Corrêa, ia se necessário, posicionar viaturas pesadas, de uma empresa de engenharia de construção de estrada, para bloquear o eixo, tornando mais difícil o acesso até a PD...

Entremeamos os pelotões de fuzileiros com as peças das diferentes armas e ocupamos toda a elevação que nos foi imposta, escolhida pelo Estado-Maior do General Médici. A situação era privilegiada porque defrontávamos exatamente a BR-2 (hoje BR-116), que se situava perpendicularmente à nossa posição. Aí, pude observar o comportamento do cadete, o seu cuidado. Todos prepararam os seus espaldões das mais diferentes espécies de armas – metralhadora, morteiro, canhão sem recuo – abriram campos de tiro à frente das suas posições e seguiram religiosamente as ordens dos cadetes do 3º ano, que estavam em função de comando, para as quais foram nomeados pouco antes da Revolução eclodir.

Prepararam a munição das peças, particularmente as granadas de morteiro, todas prontas, em condições de emprego. Durante a madrugada, por várias vezes, eu e os meus oficiais vimos os cadetes todos acordados. Recomendamos que tinha que haver rodízio, porque não sabíamos por quanto tempo ficaríamos naquela situação. Sentimos que o que eles aprenderam, em sala ou em exercícios de campanha do Curso, estavam aplicando com alto grau de perfeccionismo.

Não posso deixar de lembrar o trabalho hercúleo do Tenente Taveira – hoje general na reserva – Comandante do Pelotão de Comunicações, que varou a noite

instalando todos os cabos telefônicos para colocar em funcionamento, o mais rápido possível, a rede telefônica da posição, o que fez com absoluto êxito. Ele e os cadetes que o acompanhavam merecem esse destaque.

*Inclusive foi Comandante da AMAN.*

É verdade, depois, foi Comandante da Academia.

*A Artilharia estava sob o comando de quem?*

Exatamente sobre isso, que eu ia falar. No começo da tarde de 1º de abril, vimos a chegada da Bateria do Curso de Artilharia do Corpo de Cadetes, comandada pelo meu grande amigo o Capitão Dickens, que mais tarde, como General, foi me substituir no comando da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (3ª BdaCMec). E o Dickens dizia das dificuldades que ele estava tendo em função da região extremamente montanhosa, difícil, exigindo da Bateria um tiro para o qual os cadetes do 3º ano ainda não tinham sido adestrados, que era o tiro vertical, porque estavam no início do ano.

Isso foi feito ali no terreno, pelos oficiais do Curso de Artilharia, junto aos cadetes, orientando, ensinando como eles deveriam operar a Bateria no tiro vertical.

Há pouco, comentava que as ligações também foram difíceis, pois o elemento do Curso de Comunicações retardou um pouco sua chegada, o que nos obrigou a fazer uma ligação provisória entre a Bateria e o Curso de Infantaria (a PD), com fio telefônico da própria Infantaria.

Assim, transcorreu a noite de 1º para 2 de abril, tensa, sabendo que o REsI estava parado antes de Barra Mansa e o Curso de Cavalaria não tinha sido hostilizado. Foi uma noite de observação, de expectativa, aguardando qualquer evento.

Havia uma desproporção entre as forças. O REsI vinha com um batalhão reforçado, cerca de 800 homens, com armamento e munição do Acordo Militar, mais um Grupo de Artilharia, para enfrentar uma PD organizada com duzentos e cinqüenta homens e o Curso de Cavalaria com cerca de setenta ou oitenta homens.

Já me referi ao Pelotão de Engenharia que preparou a destruição das pontes sobre a ferrovia e na região de Guarita. Considerando esses obstáculos criados – se acionada a destruição dessas duas passagens – a tropa do I Exército teria que passar para a outra margem do Rio Paraíba, antes de Barra Mansa, por uma ponte, e tentar a aproximação para retomar a BR pelo outro lado, onde os eixos eram extremamente deficientes, eu diria que eram trilhas, e dificilmente viaturas pesadas conseguiriam andar por ali.

Ao raiar do dia 2 de abril, tomamos conhecimento que o 5º Regimento de Infantaria (5º RI), do II Exército, já tinha chegado a Resende e se preparava para fazer a substituição da tropa de cadetes. De modo que, substituídos pelo 5º RI,

retornamos à Academia e, para grata surpresa nossa e dos demais companheiros que estavam lá na frente, face a face com o inimigo, encontramos uma recepção de alto nível. O General Médici determinou que todo o efetivo da Academia, que não participara diretamente da entrada em posição lá na frente, se postasse em duas alas desde o Portão Monumental para nos receber. A população também acorreu, e mais as tropas do II Exército que estavam estacionadas. No meio daquele cordão de duas fileiras, desfilaram os Cursos.

Há até uma curiosidade que vale a pena relatar. Os cadetes de Infantaria que estavam com as metralhadoras vieram me perguntar se podiam trançar pelo corpo os pentes com a munição. Aí eu disse: "Pode, hoje é dia de festa." De modo que foi motivo de muita emoção o regresso à Academia, sem uma perda, para felicidade do Exército e do Brasil.

*E assistimos a um desfile lindo, a vibração imensa dos cadetes que voltavam. Nós do 2º RO 105 estávamos ali, com mais uma Bateria do CPOR de São Paulo, representando o II Exército, junto com o General Médici, com o Coronel Antonio Jorge Corrêa e com todos aqueles que não se deslocaram lá para frente. Então, foi uma recepção merecida, calorosa, aos cadetes que chegavam enlameados, exaustos, após duas noites sem dormir.*

Considero a decisão do General Médici uma das mais difíceis tomadas por um general durante a Revolução. A última vez que a Escola Militar – de Realengo – foi envolvida aconteceu em 1935. Desde então, não tomaram parte em nenhum movimento insurrecional interno. O risco que ele assumiu ali, em expor a vida daqueles jovens, foi muito grande.

Isso a gente deduz de suas palavras, quando diz o seguinte:

"Foi a mais difícil decisão tomada naquele dia." E mais:

"Cadetes! Ao decidir empregar a Academia e, em especial, o Corpo de Cadetes, eu e meus assessores diretos fomos tomados de viva emoção. Lançávamos assim o sangue jovem do Exército na liça, e corríamos o perigo de vê-lo umedecer as velhas terras do Vale do Paraíba...", e concluiu:

"Após vinte e nove anos de alheamento, a Academia Militar voltou a empenhar-se ostensivamente na luta pelo aprimoramento de nossas instituições, e pela tranqüilidade de nosso País. Vós o fizestes com pleno sucesso e admirável galhardia. E por isso a história pátria lhes reserve uma página consagradora, fazendo-os ingressar no rol daqueles que, despidos de qualquer ambição ou interesse subalterno, um dia se dispuseram a lutar pelo País, que nossos descendentes hão de receber engrandecido e respeitado. Cadetes! Pela história atingis os umbrais da glória."

*Uma beleza, aliás todas as proclamações do General Médici foram empolgantes...*

Por essa manifestação podemos deduzir a gravidade da decisão que teve de tomar. Estive presente em algumas oportunidades. Convém lembrar que o Batalhão de Comando e Serviços, como disse, uma Companhia de Guardas, foi empenhada na manutenção dos estoques de combustível, ao longo da BR. O 1º BIB, de Barra Mansa, com uma estrutura muito reduzida, ficou com os carros blindados em Volta Redonda. Quem manteria a BR livre para o II Exército chegar? Só o Corpo de Cadetes. E ele então teve que tomar essa decisão.

*Inclusive, General, é importante destacar o valor dessa decisão para o moral do II Exército, que vinha extremamente preocupado, porque ia "bater de frente" com o Rio de Janeiro, como o senhor muito bem destacou, dotado de material do Acordo, com efetivos ponderáveis e muita munição, o que faltava ao II Exército. Então, a Academia realmente trouxe alma nova, uma verdadeira alegria e satisfação a todos os integrantes que partiram de São Paulo sem saber o que iriam encontrar. Quando tomamos conhecimento de que a Academia estava ali à frente, ocupando uma posição defensiva e impedindo que as tropas do Rio viessem ao nosso encontro, sentimos grande alívio, pois estava afastada a possibilidade de um derramamento de sangue, que acabaria por acontecer.*

Era isso o que queria destacar nas minhas considerações inicias. Entendo que as manifestações sobre a Revolução de 1964, quando abordam a atuação da Academia, sempre pecam por apenas dizer o que fez a AMAN, sem se referir à decisão do General Médici. Vivemos ao lado dele naqueles momentos e reconhecemos que lhe coube tomar uma decisão fundamental e extremamente difícil.

A História, contudo, reservou-lhe um lugar de destaque: foi Presidente da República. Apesar das críticas improcedentes, que os inimigos fazem à sua administração, foi um senhor Presidente da República. Modesto, decidido e afável no trato; conversava conosco, naqueles momentos de apreensão, com a maior simplicidade. Sabíamos que ele estava do nosso lado.

*Depois, como Presidente, foi simples com relação ao povo, com o seu radinho no Maracanã...*

Injustiçado por essa imprensa tendenciosa que ainda hoje aí está.

*General, após esse relato importante, porque nos traz a verdade a respeito da participação da nossa AMAN em defesa dos ideais da Revolução, perguntaria ao senhor quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março?*

No meu julgamento, o clima de desordem que se instalou no País veio de anos anteriores, não foi em 1964. Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, foi sendo criado um clima de ebulição, porque, lembro-me bem, de que pais e

mães tinham receio de mandar os filhos ao colégio, devido às greves e badernas incríveis. A CGT dominava com sindicatos poderosos e paralisava o País em todos os setores, em especial o do abastecimento.

Agora, o auge foi quando "botaram o dedo" na estrutura militar: quando vimos um almirante carregado nos ombros por marinheiros, em plena Avenida Presidente Vargas; quando vimos os marinheiros revoltosos lá do Sindicato dos Metalúrgicos serem liberados de dentro do Batalhão de Guardas – que eu vim mais tarde a comandar – e saírem em passeata pela avenida desuniformizados, sem cobertura, sem o dólmã usado pelos fuzileiros... Aquilo foi a gota d'água, não se podia mais admitir tanta desordem, tanta baderna.

E quem nos empurrava para tomar uma decisão? A população, principalmente através de passeatas – as Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade –, procurando dizer: "Se vocês não agirem, quem vai agir?" Então, as Forças Armadas tomaram a decisão.

*General, o que se passava no meio militar naqueles primeiros anos da década de 1960? Como era o ambiente da AMAN?*

O cadete, pela própria estrutura da Academia, é muito engajado na atividade-fim. É exigido desde que acorda até a hora de dormir, dia e noite. Diferentemente do nosso tempo de cadete, eles liam jornais nos apartamentos e como citei antes, podíamos sentir a tendência dos apartamentos pelo tipo de jornal que estava sendo lido.

Além disso, havia uma recomendação do próprio Comandante, General Médici, para que procurássemos manter o cadete informado da situação, sem envolvê-lo na mesma. Ele não poderia ser estimulado a se manifestar ostensivamente. O Coronel Rosadas, que era professor da Academia, cita no seu relatório que, em sala de aula, os professores mostravam aos cadetes o clima de desordem que estava se criando no País. Aliás, queria também registrar, que pude avivar a memória, devido ao relatório feito por um companheiro da Academia que servia lá, o Coronel de Infantaria Manuel Soriano Neto. Ele elaborou essa coletânea de dados, com depoimentos de outros oficiais, como os então capitães Nialdo e Muniz, esse último do Curso de Artilharia, e do Coronel Rosadas, que era professor de Psicologia.

*Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março?*

Sem dúvida, foram esses eventos, como aquele comício da Central do Brasil em que se viu a figura do nosso Ministro no palanque, aconselhado que foi a não comparecer, segundo eu li ao longo da história, mas lá estava ele e a nossa Polícia

do Exército, como segurança daquela massa enorme de indivíduos com flâmulas de partidos comunistas e letreiros agressivos; a revolta dos marinheiros, lá no sindicato dos metalúrgicos e a tropa que chegou, de fuzileiros navais, se não me falha a memória, colocou as armas na calçada e aderiu aos marinheiros insurretos; a reunião do Automóvel Clube, em que os sargentos fizeram a apologia do Presidente João Goulart, enquanto este os incitava à quebra da hierarquia e da disciplina.

*Coube-lhe o discurso mais violento contra o* status quo...

Mais violento. Como já citei, os marinheiros presos no Batalhão de Guardas foram libertados e saíram pelas ruas desuniformizados, carregando um almirante nos ombros. Isso tudo aconteceu na área militar, e como disse anteriormente, a população queria que agíssemos. Nossos chefes procuraram verificar qual o momento propício para aderir ao movimento de rebeldia contra o governo, e esse momento foi exatamente naquela noite da reunião do Automóvel Clube.

*Então, para ficar bem claro, as Forças Armadas foram intérpretes da vontade popular?*

Exclusivamente. Seria até cômodo que nós ficássemos nos quartéis aguardando o desenlace dos acontecimentos. Companheiros desavisados foram envolvidos no movimento anarco-comunista, particularmente os sargentos, por carências de toda ordem. Recebiam empréstimos orientados pelo governo para compra de casa própria, automóvel etc...

*Então, General, havia uma Revolução em andamento no Brasil?*

Eu chamo a Contra-Revolução de 31 de Março, porque a revolução sindicalista-comunista já estava a caminho. Como disse o Capitão Dagmauro naquela época, nós estávamos na quinta fase da guerra revolucionária. O que fizemos foi uma Contra-revolução.

*A Revolução, ou a Contra-revolução de 31 de Março, foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo?*

Não tenho conhecimento de auxílio externo. Li todos os livros que escreveram sobre a Revolução; uns citam que a esquadra americana estava pronta para aderir. Naquela época, e posteriormente pela leitura, não consegui ver adesão de qualquer força armada estranha ao País.

Talvez, aquiescência ao movimento, porque era de interesse para o mundo democrático, mas adesão com meios, não.

*Nesse aspecto, o General Meira Mattos foi taxativo ao dizer que não houve participação alguma de fora, foi exclusivamente uma preparação interna...*

*A que o senhor atribui o desmoronamento do esquema governamental que o Presidente João Goulart apregoava existir para fazer as reformas de base?*

Eu tenho a impressão, não posso dizer com segurança, mas o governo caiu não só pelas ações do Presidente, mas, principalmente, pelos que o cercavam. Os sindicatos eram de esquerda extremada e implantaram o caos, com base nos pelegos que o dominavam. O Presidente começou a tomar decisões que acredito não fossem nem de seu interesse, naquele momento, mas, de qualquer maneira, era o Presidente... E ele colocou, em determinados postos, elementos notoriamente anarco-esquerdistas que atuavam com a firme determinação de implantar no Brasil a tal república sindicalista, sepultando a democracia no País.

*Como o senhor viu o aspecto "chefia e liderança" daqueles que participaram efetivamente da Revolução, como é o caso da AMAN, da tropa de Minas Gerais e do próprio II Exército?*

Nos momentos de crise é que podemos identificar os chefes, e ainda digo mais, os líderes. Líder é mais do que chefe, e na Academia nós tivemos esse exemplo. Eu disse no início: queríamos saber o pensamento do General Médici, e ele revelou esse pensamento no ano anterior, não foi na hora da Revolução.

Acredito que os oficiais meus subordinados e os cadetes, também esperavam o mesmo de mim. Os oficiais já sabiam, mas os cadetes aguardavam a decisão do Curso de Infantaria. Na hora que revelamos o nosso pensamento, de maneira clara, para eles todos, não houve uma deserção. Isso significa que acreditaram, como eu acreditei no meu Comandante do Corpo de Cadetes – hoje General Potyguara –, como eu acreditei no meu Comandante da Academia, General Médici.

*Por que foi correto o emprego da tropa da AMAN, dos nossos cadetes, naquele momento?*

Não havia outra alternativa. Ele tinha assegurado que garantiria a passagem das tropas do II Exército por Resende, sem qualquer ação da tropa do I Exército, e já não tinha meios na Academia para ele empregar, só o Corpo de Cadetes.

*O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?*

Nenhuma. A única ideologia era preservar o regime democrático.

*Era contra a comunização do País, era contra a ideologia comunista...*

Por isso, foi uma Contra-Revolução, e não uma Revolução.

*A hoje chamada mídia apoiou o Movimento?*

Naquela oportunidade, sim. Depois, açulada por infiltrações de vários matizes, não. Ela hoje move uma campanha sistemática contra a Revolução. Não

apontam o que os governos fizeram e, agora, dizem que foi uma ditadura. Como disse, não me recordo se o Delfim Neto ou o Jarbas Passarinho: "Quisera que todas as ditaduras fossem tão boas como a brasileira."

*Para alguém sofrer algo, tinha que ser daqueles terroristas insanos, que realmente perturbavam a vida da Nação...*

Aquilo foi uma guerra particular, dentro da Revolução. Eles não mataram? Eles não assaltaram? Não violentaram pessoas etc? Não fizeram uma série de barbaridades? Tinha que haver a contrapartida do governo revolucionário.

*A mídia, nesta última década, e aqueles que hoje detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. O senhor poderia nos trazer alguns desses acertos?*

O País atingiu a posição de oitava economia do mundo, com avanços em todos os campos. No campo dos transportes, falam hoje de uma maneira irônica das obras faraônicas. Uma esta aí, a Ponte Rio-Niterói. Faraônica?! O que seria hoje do Rio de Janeiro sem tal ligação? Itaipu?! Hoje, o governo diz: "Vai faltar energia." Mas não faltou há dez anos, porque a usina existia.

*Quem fala que a Ponte Rio–Niterói é faraônica, nunca ficou lá do outro lado, no seu carrinho, esperando a barca para fazer a travessia, quase a noite toda, tendo que trabalhar no dia seguinte, praticamente sem dormir...*

*Hoje em dia muito se fala em ditadura militar e "anos de chumbo". Como é que o senhor vê isso?*

Ditadura militar... Na ditadura militar, não havia medida provisória; hoje, temos mais de duas mil, três mil, para resolver qualquer tipo de problema. Então, nesse aspecto, os presidentes militares tiveram muito mais limitações do que se tem hoje.

*Inclusive a maioria dos ministros eram civis.*

Qual foi o ministro da economia, do planejamento ou das finanças? Nenhum foi militar.

*Inclusive tinham carta branca, eram realmente os que decidiam.*

Quem pode contestar o desempenho de Roberto Campos no governo de Castello Branco? O próprio Delfim, ainda presente na vida nacional, está apontando os erros que hoje vêm sendo cometidos contra a economia do País.

*As Forças Armadas se beneficiaram ao tempo dos governos militares?*

Eu sou muito franco nesse aspecto. Por serem generais os presidentes – familiarizados com o orçamento de gastos militares muito diminutos, em fun-

ção da grandiosidade do País, da sua população etc e pessoalmente, na vida individual, junto à família, limitados por questões de vencimentos – eles deram, em parte, esse tratamento às Forças Armadas. Elas pouco tiveram de vantagens. Ironicamente, porque, como os presidentes eram militares, as Forças Armadas poderiam ter crescido em termos de valor, em termos de poderio etc e não foi isso o que aconteceu.

*A verdade é que passamos vinte anos de "cinto apertado". Inclusive os próprios equipamentos e armamentos das Forças Armadas foram os mínimos. É aquele negócio, "máximo desenvolvimento com o mínimo de segurança". Na verdade, era o mínimo mesmo...*

*De sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz desses vinte anos de governo da Revolução?*

Em primeiro lugar era necessária, na época. Ninguém contesta isso, tirando os elementos vinculados ao Partido Comunista ou de tendência de esquerda etc, todo mundo sabia que o caos imperava no País. Tinha que ser feita alguma coisa e quem poderia fazê-lo eram as Forças Armadas. Foi feito. Até hoje, quando se aponta um militar, como o saudoso Andreazza e os presidentes, e se pergunta: Como terminaram a vida? Num apartamento modesto, não buscavam dinheiro, não tinham nada. Então, o que lamento, sinceramente, é que a pressão da mídia, na sua maioria composta por esquerdistas-revanchistas, consiga mobilizar a opinião pública contra nós, embora, até hoje, não tenha atingido esse objetivo, pois, nas pesquisas que têm sido feitas, as Forças Armadas aparecem numa posição bastante privilegiada.

De qualquer maneira, o matraquear diário contra tudo e todos que participaram da Revolução vai minando a crença da população nas suas instituições armadas. Esse é o grande risco que corremos. Alguns falam em desnecessidade ou em desaparelhamento das Forças Armadas, como acabei de ler esta semana, dizendo serem tropas ociosas. Isso revela um grau de absoluta ignorância. Essas tropas não estão ociosas, mas se preparando para defender o País e eles, que hoje as criticam.

*Qual a sua mensagem final, para ficar gravada no Projeto História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?*

Eu diria aos companheiros da ativa que mantenham a chama do idealismo que sempre prevaleceu nas nossas Forças. O exemplo dos nossos chefes do passado e a crença de que o nosso País tem solução deve permanecer, independente do que fazem os que advogam o caos.

As Forças Armadas não deixarão que o nosso País vire pelo avesso, como não deixamos no passado. Acredito nos companheiros que, hoje, estão dirigindo os destinos das nossas três Forças. Acredito que os brasileiros que pensam no bem do Brasil saberão deixar, para as novas gerações, um País melhor – livre, democrático, humano e com o seu povo mais feliz.

# Ministro Armando Ribeiro Falcão

- Natural da Cidade de Fortaleza, CE.
- Presidente do Partido Social Democrático (Seção do Ceará).
- Ministro de Estado da Justiça, Ministro de Estado (Interino) das Relações Exteriores, Ministro de Estado (Interino) da Saúde, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek.
- Líder do Partido Social Democrático, da Maioria Parlamentar e do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, na Câmara Federal.
- Ministro de Estado da Justiça no governo do Presidente Geisel.
- Na fase preparatória da Revolução de 1964, desenvolveu intensa atividade parlamentar e política, viajando pelo Território Nacional, usando a Tribuna da Câmara Federal e a Imprensa, na luta anticomunista.

---

Entrevista realizada no dia 27 de junho de 2000.

Meus senhores, ficará sendo uma lembrança inesquecível o convite para colaborar com o Projeto de História Oral do Exército Brasileiro, na parte relativa à Revolução de 1964. Vim para dizer o que sei sobre o Movimento de 1964. Dele participei desde antes de sua eclosão, porque, como consta no meu "curriculum vitae", percorri quase todo o Brasil, como Deputado Federal, debatendo as questões nacionais e mostrando a impossibilidade de o País continuar sob o domínio da anarquia, prestes a dar um passo mortal para a comunização.

O que eu aqui disser corresponderá, plena e essencialmente, à verdade histórica. Espero, com isso, oferecer uma pequena mas sincera contribuição, a fim de que, no futuro, se veja o que foi o Brasil do nosso tempo.

Estou à disposição para responder ao que estiver ao meu alcance, com a mais absoluta sinceridade.

*O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?*

O problema é que o Brasil estava vivendo uma época de anarquia no plano político, administrativo, do trabalho, enfim, no plano geral de sua vida. Foi para livrar o País da anarquia geral reinante, sem dúvida um dos principais caminhos do comunismo para dominar o poder, que as Forças Armadas, aliadas ao povo, souberam desencadear, numa hora feliz e graças a Deus, a Revolução de 31 de Março de 1964.

Eu costumo dizer que João Goulart não foi Presidente da República, porque ele era um Chefe de Estado entre aspas. Do ponto de vista intelectual, não tinha preparo para ser, sequer, Prefeito de São Borja. Na chefia da Nação, estimulava a desordem, a agitação e a indisciplina. Somente greves gerais, que eram greves oficiais, nós tivemos, em seu desgoverno, mais de três mil, num só ano. A administração federal era sinônimo de descalabro. Foi por tudo isso, e muito mais, que o povo e as Forças Armadas, Forças Armadas e povo, deram-se as mãos para a jornada histórica de salvação nacional que foi o 31 de março.

*Ministro, o senhor julga que a guerra fria, Pós-segunda Guerra Mundial, exerceu alguma influência na Revolução de 31 de Março?*

Não, a mim me parece que não.

*O que o senhor poderia nos dizer acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março, trazendo-nos mais detalhes, maiores minudências?*

A ausência de lideranças fortes, as sucessivas trocas de legendas, a incúria dos comandos partidários eram notórios no quadro de falência dos partidos políti-

cos. De sorte que os mesmos só existiam para a "politicalha", a baixa política, em que tudo era lembrado, menos o interesse real e efetivo do cidadão. A vida política só era real na imaginação daqueles que lhe exploravam a existência e, por isso, eles tiveram um fim inevitável, quando começou a vitória da Revolução de 1964.

*Assim, Ministro, parece-nos, e creio que ao senhor também, que havia um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?*

Sem dúvida. A insatisfação popular era evidente e profunda, diante da incapacidade e da irresponsabilidade do Presidente da República que, inconsciente, estava "descendo ladeira abaixo". Ele foi deputado, na minha época, e eu nem sabia, porque ele só passava pela portaria da Câmara para marcar presença fictícia, de quatro em quatro meses, a fim de não perder o mandato. Nunca apresentou um projeto, nunca participou de um debate ou subiu à tribuna da Câmara. Era esse homem que, de repente, se viu alçado à Vice-Presidência da República e, depois, à Presidência, para o tremendo desastre que todos nós conhecemos.

*Qual era, na época, a posição da Igreja em relação a esse governo deposto, em 1964?*

Bem, como instituição tradicionalmente apolítica, a Igreja se mantinha, quase sempre, reservada e silenciosa. Mas, nos contatos diretos com a Hierarquia, e eu os tinha muito e permanentemente, sentia-se claramente, visivelmente, por assim dizer, o desconforto de todos ou de quase todos os membros da Igreja Católica. Era essa a pura verdade que os fatos não podiam, absolutamente, pôr em dúvida ou negar.

*O senhor poderia falar alguma coisa sobre as "Ligas Camponesas", de grande atuação no Nordeste, e, também, sobre o "grupo dos onze", de Leonel Brizola?*

Sobre as Ligas Camponesas, quando assumi o Ministério da Justiça, no governo Kubitschek, encontrei um processo, iniciado com a representação do então Ministro da Guerra, General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, pedindo a atenção do Presidente da República para uma exposição de motivos do General Honorato Pradel, que fora o Comandante da 7ª Região Militar, com sede em Recife, relatando o que se passava, em Pernambuco, em torno das chamadas Ligas Camponesas, que estavam, naquela região, acabando com o direito de propriedade e plantando as primeiras raízes do comunismo no Brasil.

Juscelino me recomendou que conversasse com o Presidente da União Democrática Nacional (UDN) – partido de oposição ao governo – que era o Dr Magalhães Pinto. Ele me disse que o problema das "Ligas Camponesas" era um "problema de fome"; eu respondi: "Mas eu sou o Ministro da Justiça e a fome não está

entre os problemas que me cabe examinar. Então, vou adiantar ao senhor que proporei ao Presidente da República o imediato fechamento das 'Ligas Camponesas', sem demora." E assim fiz, acabando com elas.

Os chamados "grupos dos onze", pequenos grupos de combate para atuar, principalmente, nos centros urbanos, eram criações subversivas de Leonel Brizola, para ajudar a perturbação da ordem. Um dia, quando menos esperássemos, o "grupo dos onze" estaria desempenhando o seu papel subversivo, revolucionário, e, por isso, também, tratamos de acabar com eles.

*Apesar de o senhor ser civil, mas sendo um grande amigo das Forças Armadas e, em particular, do Exército, sinto-me animado em lhe perguntar o que se passava no meio militar, na época? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?*

Bem, do Exército, a parte militar que me toca é a de poder dizer que sou Reservista de Primeira Categoria. Servi, no período da guerra, durante algum tempo, na Vila Militar, sob o comando de um oficial que, depois, foi meu colega na Câmara e, em seguida, passei para o Quartel-General da 1ª Região Militar, a convite do então Coronel Edgar de Oliveira, Chefe do Estado-Maior Regional, que me pediu para ajudá-lo e a seus companheiros, na redação do boletim diário.

Como observador civil, portanto sem vivência maior nos quartéis, penso que os chefes militares superiores, apesar dos pesares, tiveram a sabedoria e a competência para manter os quadros e a tropa fiéis aos princípios da obediência, da disciplina e da hierarquia, que se queria eliminar. O sistema da cadeia de comando agiu e reagiu, sempre, com firmeza e sabedoria, impedindo o caos. Daí por que se plantara, naqueles duros tempos, naqueles terríveis tempos, naqueles ominosos tempos, a vitória, que se concretizou com a eclosão do movimento, na manhã do dia 31 de março de 1964.

*Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução?*

Nesse ponto, gostaria de pedir a atenção geral para um trabalho deixado pelo meu preclaro amigo, Marechal Odylio Denys, ex-Ministro da Guerra, sob o título "A Revolução de 1964 – Resumo dos principais acontecimentos". É um folheto dele, de 1979, de onde retirei vários elementos que estou usando nesta despretensiosa entrevista. Falo do Marechal Denys com respeito e admiração. Foi um homem de ação, um homem lúcido, que não temia enfrentar responsabilidades.

O Marechal lembra, no seu trabalho, que os principais acontecimentos, entre outros, importantes também, que fizeram desencadear a Revolução, foram o comício da Central do Brasil, o banquete de sargentos e praças oferecido a João

Goulart, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1964, e outros atos de desafio à autoridade e à hierarquia militares.

E, um pouco mais para trás, a tentativa de prisão, atribuída a uma força do Exército, que se recusou a fazê-la, do Governador Carlos Lacerda, que combatia, naquele momento, o Governo. Em virtude da firmeza da oficialidade respectiva, que recebera a incumbência de prendê-lo, frustrou-se a violência. Esses foram acontecimentos imediatamente próximos da Revolução de 31 de Março, que ajudaram a deflagrar o Movimento.

*Ministro, qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?*

Todos aqueles que lutavam pela verdadeira democracia, pelo verdadeiro regime democrático, eram chamados de reacionários. Mas, aquelas Marchas da Família, que começaram em Minas Gerais, depois, cobriram São Paulo, e, a seguir, o Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil, eram uma explosão de revolta pacífica do povo contra a república anarco-sindicalista comunista de João Goulart.

*Ministro, o senhor acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagraram a Revolução?*

Sem dúvida. Como sempre acontece na História do Brasil, as Forças Armadas, particularmente o nosso Exército, foram intérpretes fidelíssimos da Vontade Nacional, legítima e inconfundível. Esta é a verdade histórica. Basta compulsar os livros, ir às bibliotecas, procurar, examinar autores idôneos e encontraremos tudo o que fizeram as Forças Armadas, o Exército em particular, que nunca faltaram ao povo brasileiro, em circunstância alguma.

*Então, a seu ver, havia uma revolução em andamento, de cunho comunista, para mudança da ordem institucional no nosso País?*

Sem dúvida. Sem dúvida alguma, a salvação do Brasil, digo isso de consciência limpa e sem exagero, foi o 31 de Março. Sem o 31 de Março, haveria um tremendo derramamento de sangue, que como semelhante nunca houvera no Brasil.

*Qual foi a atitude do Congresso Nacional com relação à eclosão da Revolução de 31 de Março?*

Eu era deputado, nesse tempo. Fui deputado federal durante quatorze anos e, como disse, procurei usar o mais possível o meu mandato para ajudar a pôr um ponto final naquilo. Viajei muito, pelo Paraná, por São Paulo, Mato Grosso e pelo

Nordeste. Realizava um programa, aqui no Rio, na Rádio Globo, todas as segundas-feiras, às oito da noite, com duração de vinte minutos, que eu intitulava "Boa noite, meus amigos". Através do programa, consegui, também, ajudar a preparar o Movimento de 31 de Março, na modéstia de meus esforços.

*Como se portaram, na época, os sindicatos e aquelas entidades taxadas de esquerdistas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras, logo após o início da Revolução?*

A união e coesão entre o povo e as Forças Armadas mantiveram-nas no lugar devido, isto é, à distância. Em algumas ocasiões, tentaram levantar a cabeça, mas nada representando, acabaram desistindo de perturbar.

*Ministro, a Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna, ou houve auxílio externo?*

Absolutamente, nunca tivemos contatos externos de espécie alguma e com pessoa alguma. Foi um movimento rigorosamente nacional. Qualquer insinuação de participação externa é pura falsidade dos inimigos da Revolução.

*A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Goulart?*

À incapacidade dos seus chefes militares, que diziam possuir um dispositivo militar e sindical indestrutível e invencível. Foram eles que caíram, rapidamente, porque não tinham liderança efetiva junto aos quadros e à tropa, e à ausência de prestígio no seio do Povo.

*Qual a sua apreciação a respeito da chefia e liderança, por parte de oficiais, daquelas tropas do Exército que estiveram engajadas, diretamente, no movimento, como a 4ª Região Militar, o II Exército, a nossa Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)?*

Foi brilhante e patriótica. O Marechal Odylio Denys e todos os seus chefes, cumpriram o dever, sem hesitação e com firmeza.

*Ministro, o emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução, a seu ver, foi correto?*

Corretíssimo, porque o seu comandante, o General Emílio Garrastazu Médici, grande brasileiro, soube intervir com exemplar segurança, habilidade e bom senso, evitando qualquer choque. Os cadetes prestaram um grande serviço e o General Médici, igualmente, sem haver o menor problema com a "cadetada" da Academia. Tudo se resolveu a contento.

*Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos imediatos visados pelas tropas que desencadearam a Revolução?*

Os objetivos militares imediatos eram Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, além das capitais e principais cidades de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e dos Estados do Nordeste.

*O senhor acredita que as Forças Armadas robusteceram, internamente, a união e a coesão, após 31 de março?*

Cada vez mais, porque elas souberam vivificar integralmente a disciplina e a hierarquia em todos os quartéis e estabelecimentos militares.

*O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?*

Sim, era baseado numa ideologia: a legítima democracia, verdadeira e anticomunista, como sempre.

*A chamada mídia, na época, apoiou o movimento? O senhor poderia citar alguns exemplos?*

Como diz o General Meira Mattos, basta consultar as bibliotecas nacionais, onde as coleções de jornais demonstram isso. Houve, por assim dizer, no primeiro tempo, praticamente, quase que a unanimidade: "a Cadeia Associada", de Assis Chateaubriand; as "Organizações Globo", do Roberto Marinho; o *Estado de São Paulo*, com a família Mesquita – mas, depois, se afastaram, infelizmente, da Revolução.

*Em seu entender está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março?*

A rigor, ela foi uma Contra-Revolução que evitou a comunização do país. A revolução era deles, da esquerda extremista, que "mordeu o pó da derrota". Porém, quando foi editado o primeiro Ato Institucional, que não recebeu número, da autoria de Francisco Campos, disse ele aos nossos companheiros: "Nós não devemos falar de "Contra-revolução"; temos de falar em Revolução, pela profundidade que ela vai atingir, em todo território nacional."

Como eu falei, a revolução era a deles, da esquerda extremista, que "mordeu o pó da derrota".

*No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?*

Governos essencialmente civis, com presidentes militares, Congresso aberto, Supremo Tribunal respeitado, eleições regulares, eleições de governadores de

Estado, deputados federais e estaduais, senadores, de vereadores, – naturalmente, com restrições apenas a abusos intoleráveis. Afinal de contas, a Revolução tinha a legitimidade da conquista da vitória, e isso era tudo.

*No seu entendimento, a Revolução trouxe benefícios ou prejuízos ao País?*

Nós saímos, no domínio da economia mundial, do 49º para o 8º lugar. Surgiram novos e inúmeros conjuntos de rodovias federais; multiplicaram-se os corredores de exportação; a paz e a ordem, nas cidades e no campo, voltaram a imperar. E a autoridade pública ficou preservada. Isto é um mero e rápido resumo da situação de triunfo, representada pela Revolução.

*A mídia, nesta última década, e aqueles que hoje detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução. Por que isso acontece?*

Olhe, esse problema da mídia... Nesse problema está inserta, também, a responsabilidade da própria Revolução. Nós não soubemos cuidar de conquistar a opinião pública, criando um órgão adequado como De Gaulle fez na França, com um Ministério da Comunicação, para explicar a Revolução.

O Presidente Castello Branco, até se irritou comigo, um dia, quando fui falar nisso. Ele perguntou: "Você está querendo criar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do Governo Getúlio Vargas?" Eu respondi: "Presidente, eu queria ponderar ao Senhor que, graças a esse tão malfadado "DIP", dois meses depois da deposição do Presidente Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, ele se elegeu senador pelos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e deputado federal por cinco estados." O Presidente, então, disse: "Pois, você e o seu amigo Carlos Lacerda façam nova Revolução, porque, comigo não." Não insisti mais.

De sorte que esse setor mídia e o contato com a opinião pública representaram uma falha imensa e lamentável. Nós não éramos, afinal de contas, sábios para acertar em tudo. Acho que a Revolução falhou, porque deixou de comunicar-se, adequadamente, com a opinião pública.

*Ministro, o senhor privava da amizade do Presidente Castello Branco, tinha um contato muito estreito com ele. Sabemos que alguém, de certa feita, taxou-o de militarista. O que o Presidente Castello Branco disse a esse respeito?*

Castello me disse uma vez, no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, conversando comigo, – eu era deputado e freqüentemente estava com ele: "Armando: aqui, de vez em quando, passa um deputado ou outro que comenta: "O Deputado Armando Falcão é muito trabalhador, muito atuante, mas é militarista."

O Presidente Castello Branco me acrescentou o que respondia, nessas ocasiões: "Militarista, não! Ele tem espírito militar, isso é outra coisa. Quer dizer: por onde passa, imprime a ordem, a lei e a autoridade." Eu concluí: "Presidente, vou anotar essa definição tão honrosa, tão gloriosa para mim, que o senhor me fornece, para que os meus filhos dela tomem conhecimento e a passem para os meus netos, como um título inesquecível."

*O que o senhor teria para nos dizer acerca das ações de guerrilha e de terrorismo, praticadas por extremistas em pleno período da Revolução?*

Tudo aquilo provava, "por A mais B", que estávamos, realmente, ameaçados pela guerrilha subversiva, desencadeada pelos extremistas da esquerda. Não fora a energia, a coragem e a disposição dos governos da Revolução para enfrentar essa guerrilha, e ela teria vencido a parada. Os combates que os governos revolucionários ofereceram a tudo isso foram legítimos, necessários e indispensáveis.

*Houve, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades de imprensa, de expressão, com prejuízo para divulgação de pensamentos e idéias da sociedade brasileira?*

Escute, a Revolução, ainda dominando o poder, determinou a total extinção da censura no Governo do Presidente Ernesto Geisel, no qual eu era Ministro da Justiça. Hoje, os excessos não têm limites. Inventaram, até, que "É proibido proibir". Veja-se como está a televisão, como estão as rádios: tudo a serviço da devassidão, da imoralidade e da indecência. É uma vergonha o que ocorre, no setor.

*Alguns críticos da Revolução alegam que houve falta de canais para manifestação dos opositores ao regime e isso teria provocado a luta armada. O senhor concorda com isso?*

Absolutamente, não! A luta armada sempre foi um dos principais elementos de ação na tentativa desesperada dos comunistas de assaltar o poder. Foi isso. O resto é desculpa para enganar os tolos.

*A luta armada, desencadeada por eles tanto no campo como na cidade, onde buscava a orientação e o apoio?*

Eles buscavam orientação e apoio na União Soviética e nos seus satélites, a começar por Cuba. O ouro de Moscou – lembra-se de como era falado esse ouro de Moscou? – "rolava solto" para os comunistas daqui, essa é a verdade histórica.

*O Ato Institucional nº 5 (AI-5) era necessário?*

O AI-5, na minha opinião, em face da desordem que ameaçou o País, se tornou absolutamente necessário. Se não fosse o AI-5, o governo teria sido derrubado e tudo voltaria à estaca zero, com ditador bolchevista no palácio presidencial.

*O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) ou qualquer outro nome que se queira dar, e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?*

Bem, o Congresso Nacional, vamos acentuar, de modo geral, cooperou no esforço do Poder Executivo revolucionário, quase sempre satisfatoriamente. Houve algumas dificuldades ao longo do regime, mas que, sempre, foram superadas. Quanto ao SNI, não há país ou organização, seja qual for, que possa viver e ter sucesso sem informações. Agora, na preservação da lei e da ordem pública, grande papel desempenharam a inteligência e a competência do General Orlando Geisel, com relação, sobretudo, às primeiras medidas dos DOI/CODI e dos organismos assemelhados. Foi o General Orlando Geisel que teve a bravura cívica necessária e a competência técnica devida para transformá-los em grandes fatores de vitória na luta que se travou, afinal.

*Hoje, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?*

Eu digo, sempre, o seguinte: "Isso é propaganda da extrema esquerda ou dos inocentes úteis." São, quase sempre, os que enterram a democracia. Quem quer acabar com a vida e com o direito do cidadão são eles. Haja vista que o implacável ditador Stalin mandou matar seis milhões de russos. O ditador de Cuba, Fidel Castro, que está, até hoje, fuzilando gente, continua impune, e ninguém fala nada contra ele. Mas falam tudo contra o Pinochet.

*Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?*

Lembre-se, foi a própria Revolução, através dos governos Geisel e Figueiredo, que se declarou finda. A iniciativa de encerrar o ciclo partiu dela, espontaneamente, ainda com toda a força e o poder na mão.

*As Forças Armadas auferiram alguma vantagem, de qualquer ordem, na época da Revolução?*

Nunca! Jamais! As Forças Armadas sempre foram e continuam sendo exemplares, exercendo com correção patriótica o seu dever, sem nada reivindicar. Ah!

Se as Forças Armadas fossem por todos imitadas, o Brasil estaria, assim, em situação muito mais brilhante e muito mais feliz.

*Ministro, baseado em sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz desses vinte anos de governo da Revolução?*

Na minha opinião, foram tempos de ordem, tempos de paz, tempos de segurança, tempos de prosperidade nacional. Atualmente, já existe quem fale com saudades da Revolução. É o provérbio popular: "Atrás de mim virá, quem bom me fará."

*Ministro, por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução do país?*

Porque o governo revolucionário de Ernesto Geisel entendeu que chegara a hora do "aperfeiçoamento democrático, com a mudança lenta, gradual e segura".

*A conjuntura internacional acelerou esse processo?*

Nunca! Nunca Geisel falou nisso e jamais o admitiria.

*Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?*

Eu prefiro deixar que o povo brasileiro faça o julgamento. Vamos dar tempo ao tempo, para ver onde estavam, realmente, o bem e o interesse do Brasil.

*Havia condições, Ministro Armando Falcão, para a continuidade do processo revolucionário, após o Governo Figueiredo?*

Nós nunca pensamos nisso; foi matéria, inteiramente, integralmente fora de nossa pauta.

*A atuação política e os resultados econômicos desse último governo, dito militar, desgastaram a imagem da Revolução?*

Na minha opinião, não. Discordo desse ponto de vista.

*Houve, a partir de 1985, o chamado "revanchismo" por parte de políticos e de autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia, por exemplo?*

O revanchismo é sempre uma estupidez, que nada constrói. Quanto à denominada Lei da Anistia, entendo que está sendo mal-aplicada, pois não assenta em critérios gerais e rigorosamente justos. Além disso, acarreta ônus indevido para o Tesouro Público.

*Ministro, como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente no tempo da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação vivida nesse contexto?*

O comunismo faliu, mas não faleceu. E os democratas precisam deixar – muitos deles – de "dormir de touca". Porque senão, um dia, serão engolidos pelo fenômeno comunista, que é um fato permanente, que representa uma idéia-força, que não se combate com ingenuidade, nem com fraqueza, nem com irrealismo.

*A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?*

Eu declaro que o povo, através dessas manifestações, está demonstrando a sua gratidão ao Exército e às Forças Armadas.

*Finalmente, o senhor gostaria de registrar algo mais para a história neste nosso projeto?*

Quero aproveitar este final de pronunciamento para insistir: o Exército Nacional só merece o apoio, o aplauso e a gratidão do povo. Eu sustento e repito: "Enquanto existir o Exército, o Brasil não deixará de ser Brasil. Eis tudo. Viva o Exército! Viva o Brasil!"

Agradeço, finalmente, o ensejo para sustentar, sem medo, a minha verdade, neste oportuno Projeto de História Oral. Muito obrigado, agora e sempre.

# General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos

- Natural  da Cidade de São Carlos, SP.
- Último posto na carreira: General-de-Divisão.
- Na Segunda Guerra Mundial, como Capitão, foi membro do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e Comandante da 2ª Cia / I Btl / 11º RI, da FEB.
- Vice-Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras.
- No exterior, comandou o Destacamento Brasileiro na Força Interamericana de Paz (República Dominicana), foi vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, e adido militar junto à Embaixada Brasileira em La Paz, Bolívia.
- É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, era Coronel Comandante do 16º BC, Cuiabá, MT, tendo liderado marcha pró-Revolução com destino a Brasília.

---

Entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2000.

*O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?*

Do meu ponto de vista, há causas remotas e recentes. As remotas estão ligadas às inconformidades de uma parte da elite brasileira com o marasmo dos governos republicanos, na década de 1910 e na década de 1920, após o entusiasmo com a Proclamação. Os presidentes dos governos republicanos não tinham idéia maior, mais ativa ou dinâmica, sobre o futuro do Brasil. Naquela época, alguns escritores brasileiros, como Alberto Torres e Oliveira Viana, se destacaram por caracterizar bem essa inconformidade.

Esse espírito de insatisfação, pela falta de visão estratégica dos governos, incapaz de mentalizar um Brasil Grande, coerente com a enormidade de sua geografia e de seus recursos naturais, propagou-se pelo Exército e foi responsável pelos sucessivos levantes de 1922, 1924 e 1926, culminando com a Revolução de 1930. Dentre os tenentes que participaram desses movimentos, destaco Juarez Távora. Releva citar que a inconformidade com essa política mesquinha e o desejo de implantar no governo do País uma visão mais ampla têm raízes, vamos dizer, longínquas.

Porém, o Movimento de 1964 eclodiu porque, em um determinado momento, um grupo de esquerda resolveu apoderar-se do governo. Agindo nos sindicatos e no meio estudantil, acabou ocupando o poder, durante o Governo de João Goulart.

Em suas pregações, diziam que transformariam o Brasil numa República sindicalista, numa grande Cuba. Era uma pregação antidemocrática. Um grupo das Forças Armadas, principalmente do Exército, não se conformava com a hipótese de o Brasil deixar de ser uma democracia.

A propósito, devo afirmar, sem nenhuma preocupação de caráter doutrinário ou sem querer demonstrar erudição, que o povo brasileiro é democrático pela sua própria maneira de ser, ou seja, quer viver de uma maneira democrática. Cada cidadão brasileiro quer ser dono do seu destino e não o que o Estado pretenda que ele seja. Cada pai brasileiro quer educar os filhos de acordo com sua própria orientação e não que tudo seja colocado em uma espécie de camisa de força, onde seu destino ou suas crenças já estão decididas – ou crê ou morre. A sociedade brasileira não aceita isso. A democracia do povo brasileiro está baseada no sentimento. Há muita gente que discute o que é democracia e coloca uma série de teorias, umas mais ortodoxas, outras mais livres, mas a nossa democracia é a maneira de ser e de viver do povo brasileiro. E quem quiser contrariar essa maneira de ser e de viver do povo brasileiro, posiciona-se contra a democracia.

Sabemos muito bem que o pessoal que ocupava o poder queria transformar o Brasil um país socialista, de poder centralizado e costumes impostos. Seria uma ditadura com um ditador no estilo de Fidel Castro, por quem tinham e ainda têm adoração. É uma contradição. Como é que você pode ser democrata e, ao mesmo tempo, ter adoração por um ditador que mantém nas prisões milhares de pessoas, que obriga 2 milhões de cidadãos a viver fora de seu país, fugidos da perseguição. Mas é o que ocorre aqui com os nossos políticos que se dizem democratas e têm adoração por ele. Vivem prestando-lhe homenagens, indo até Cuba ou trazendo-o aqui, para troca de gentilezas. A imprensa brasileira, que se diz democrática, gosta bastante de Fidel Castro e está sempre festejando o maior ditador que temos na América. São as contradições de uma certa elite intelectualizada de esquerda, existente no País e que dominou grande parte da mídia. Pode-se dizer que a imprensa está na mão deles.

Essa gente, quando conseguiu assentar-se no governo, começou a demonstrar seus intentos. Seus movimentos deixavam clara a estratégia criada para o domínio completo do poder. Buscavam conquistar as Forças Armadas, um obstáculo a transpor, e realizar movimentos populares, principalmente empunhando a bandeira da Reforma Agrária, que hoje se chama Movimento dos Sem Terra.

Essa área, a da Reforma Agrária, estava entregue a um agitador chamado Julião. Pretendia dividir as terras de propriedade particular para o povo que dela precisava. Do outro lado, para enfrentar as Forças Armadas, fazia-se necessário destruir o princípio da hierarquia. Para tal, no governo de João Goulart, teve início o chamado "sistema de hierarquias paralelas". Consistia na promoção ou transferência – de cabos, sargentos ou tenentes – em vez da linha normal, profissional, pela linha da preferência partidária, dos filiados ao movimento. De repente, um oficial ou sargento era transferido, sem que ninguém, da linha de comando, tivesse conhecimento. Vinha pelo sistema, pela rede de hierarquia paralela, desmoralizando os comandos.

Outros movimentos e demonstrações chegaram ao exagero. Num curto período de dias, deram-se três fatos graves: o comício da Central do Brasil, que foi um protesto contra a Constituição vigente; em seguida, houve a chamada "revolta dos marinheiros" e, logo depois, a reunião do Automóvel Clube, uma convocação dos sargentos de todo o País. Compareceram sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, a quem foram assegurados transportes, numa nítida demonstração de violação aos princípios hierárquicos.

Era nítido que estava em curso uma tentativa de golpe para substituir o governo e que isto não podia continuar, pois nos levaria a tal República sindica-

lista, com o poder centralizado e um regime estatizado, marxista. A pregação ocorria às claras.

A partir de meados de 1963, começou uma conspiração nas Forças Armadas. O pessoal começou a entrar em contato, a combinar, falar, escolher um líder. A conspiração foi crescendo. Os civis também se organizaram, criando associações de defesa da democracia, em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, e em vários outros Estados. Fizeram comícios e marchas. Em São Paulo, realizaram uma marcha de mais de quinhentas mil pessoas. Em Minas Gerais, uma outra marcha de grandes proporções.

Houve uma convergência de propósitos entre o movimento civil e a conspiração militar. Em dado momento, tudo estava preparado para eclodir, discutindo-se qual seria o melhor instante. Havia governadores envolvidos na conspiração, principalmente o de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e o de São Paulo, Adhemar de Barros, que conspiravam abertamente.

No Rio de Janeiro, a conspiração não teve um chefe, mas núcleos de conspiração. Havia um núcleo que tinha o General Nelson de Mello, Comandante do 6º RI na Segunda Guerra. Outro núcleo conspiratório era o do General Cordeiro de Faria, Comandante da AD nesse mesmo conflito mundial. Havia os núcleos do enteado do ex-Presidente Dutra, o General Ulhôa Cintra, e do Governador Carlos Lacerda. Os grupos não se interligavam e nenhum deles liderava o movimento. Os contatos eram furtivos, sem uma coordenação de chefia. O mesmo aconteceu em Recife, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, onde não havia chefia.

Em São Paulo, aconteceu uma coisa interessante. O grupo conspirador civil detestava o Adhemar de Barros. Era uma dificuldade. Ele era o Governador do Estado e estava colocando todos os seus recursos na conspiração, mas o grupo civil o detestava.

Releva, no entanto, registrar que todos esses grupos sabiam o que queriam: impedir que o Brasil se transformasse numa grande Cuba. Os homens do governo do Sr. João Goulart, vários dos seus ministros e auxiliares, e a sua gente infiltrada em todas as organizações, proclamavam sua posição marxista, abertamente, nos discursos e em jornais e revistas. Basta ver as fotografias do comício da Central do Brasil e ler o que está escrito nas faixas que eles exibiam. Geralmente, o brasileiro é de memória fraca.

No Exército, não havia um "Chefe de Conspiração", tudo era nuclearizado, até chegar-se a semana fatídica – a Semana Santa de 1964. Houve uma sucessão de demonstrações de que eles, o governo, iriam fazer a revolução de esquerda: o Comício da Central, a Revolta dos Marinheiros, e a Reunião do Automóvel Clube, já assinalados.

Eis o motivo por que o General Mourão partiu, sem coordenação com os outros conspiradores. Mas, como estavam todos preparados, apenas procurando uma data, tudo convergiu. Antecipou-se. Quem estava junto com ele na conspiração era o Marechal Denys, mas que também não se ligava, nem com o General Cordeiro de Faria, nem com o General Nelson de Mello e nem com o General Ulhôa Cintra.

A imprensa publicou nos primeiros dias da Revolução que ocorrera um movimento nacional, e não um movimento militar, para salvar o Brasil de uma subversão que estava crescendo, e que levaria o País a uma ditadura em estilo cubano. Enfatizo "em estilo cubano", porque aquela gente que queria a ditadura adorava Cuba e os que ainda estão vivos a adoram até hoje.

A reunião do Automóvel Clube foi a chamada gota d'água que transbordou o copo. O General Mourão, Comandante da 4ª Região Militar, achou que já estava na hora e saiu por conta própria. Foi uma correria.

O General Castello, que tinha um espírito de lealdade constitucional, reconheceu que a observância da legalidade conduzia ao comunismo. Buscou agir sem violar a lei e, se tivesse de fazê-lo, seria o mínimo possível. Esperou que o Comandante do IV Exército, o General Joaquim Justino Alves Bastos, aderisse. No fim, todos foram se juntando ao Castello, que custou muito para conspirar, embora liderasse os protestos. Aliás, começou a protestar contra a infiltração comunista no Exército, desde a entrega da espada de ouro ao General Lott (1959). Ninguém estava protestando e ele já havia protestado. Foi o líder. Mas conspirar era uma coisa que feria sua formação. Só encontrou um único caminho para entrar na conspiração, ao convencer-se de que a fidelidade aos ideais democráticos da Constituição era muito mais importante do que a obediência ao governo que se desviara do caminho democrático.

*Isso também não aconteceu com o nosso Marechal Mascarenhas de Moraes, que sempre foi legalista e apoiou a Revolução?*

O Marechal Mascarenhas de Moraes, por ser muito amigo do General Castello, sabia de tudo o que estava acontecendo, mas não militava na conspiração. Procurava saber o que estava ocorrendo e todos o respeitavam, mas tinham o cuidado de não envolvê-lo, pois era um nome nacional, consagrado. Nessa fase, o General Castello Branco, que era o Chefe do Estado-Maior do Exército, freqüentemente o visitava em sua casa, acho que semanalmente.

O espírito legalista do General Castello Branco está traduzido na famosa Circular de 20 de março de 1964 que, como Chefe do Estado-Maior do Exército,

dirigiu a "todos os generais e demais militares do Estado-Maior e das Organizações subordinadas". Ele fez a opção em defesa da democracia, pois o governo estava definhando.

*Como era o ambiente do 16º BC na fase pré-revolucionária? Diga-nos algo sobre o planejamento das operações militares.*

Fui comandar o 16º BC, em Cuiabá, MT, e o Ministro do Exército, General Jair Dantas Ribeiro, disse-me que era por castigo. Isso até me favoreceu, porque a notícia de que tinha sido mandado comandar aquela Unidade, por castigo, chegou a Cuiabá, e a população de lá se rebelou, pois Cuiabá não é lugar de castigo. Recebeu-me muito melhor do que seria normal esperar.

Por que castigo? Nessa fase efervescente aconteciam sucessivas reuniões e, numa delas, no Clube Militar, o clima ficou tão quente que a mesa da diretoria do clube, que a estava presidindo, sentindo que não podia mais levar a reunião adiante, devido à turbulência que se formou, retirou-se e deu-a por terminada. Mas os assistentes não aceitaram seu encerramento e fizeram uma votação, elegendo uma outra mesa para dar prosseguimento à reunião. Fui designado membro da mesa, composta, ainda, por outro oficial que não me lembro quem era. Fizemos o possível para acalmar os ânimos, porque a reunião estava, realmente, de uma extrema violência de palavras.

No dia seguinte, quando cheguei ao Quartel-General, onde servia na 2ª Seção do Estado-Maior, o Chefe da mesma me comunicou que eu estava transferido. A reunião fora à noite e no dia seguinte pela manhã, logo cedo, quando cheguei, já estava transferido para o comando do 16º BC. E o Ministro disse que eu ia de castigo.

Ao chegar lá, encontrei um problema que ninguém queria resolver. Em setembro de 1963, havia ocorrido a revolta dos sargentos da Aeronáutica, em Brasília, quando ocuparam até algumas repartições, e dezoito sargentos do 16º BC fizeram um manifesto de solidariedade à revolta. Foi aberto inquérito, mas o comando interino não dera solução ao mesmo, apesar de concluído. Então, meu primeiro ato foi enfrentar logo esse problema e dar uma solução para o inquérito. Não podia deixar de punir os sargentos, tinha que fazê-lo. Aparentemente, a punição foi bem aceita e não houve reação.

Outro problema foi que o Brizola resolveu criar o "grupo dos onze" e conseguiu transferir um sargento para organizá-lo. O graduado foi servir na Estação de Rádio que, apesar de localizada no interior do meu aquartelamento, não era subordinada a mim. Tratava-se de um gaúcho falastrão que, ao chegar, foi tomar uma cerveja e contou logo por que estava ali, se valorizando. A notícia

chegou a mim e resolvi consultar o Comandante da Região, com sede em Campo Grande, MS, sobre o que fazer, em face desse caso. Como disse, ele não estava subordinado diretamente a mim, mas à Rede Regional de Rádio, pertencente à Região Militar, comandada pelo General Panasco Alvim, que disse para prendê-lo e mandá-lo para lá. Era um problema pré-revolucionário, de âmbito local. Ordenei a um tenente e um sargento de minha confiança que o prendessem. Preocupado com a possibilidade de manifestações de solidariedade, mandei prendê-lo, depois do expediente, quando o quartel já estivesse vazio, e o fiz embarcar no avião das seis horas da manhã. Afinal, eu não sabia até que ponto aquela situação já se enraizara, pois assumira o comando em outubro, há cinco ou seis meses. Mas nada aconteceu.

Havia muita gente que dizia não existir um plano militar, mas não é verdade. Acontece que um plano de revolução não pode ser divulgado. Foi elaborado por oficiais da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, sem o cunho oficial, reunindo idéias de vários companheiros de fora. A redação final foi do Coronel Murilo, que fez parte do Gabinete Militar do Presidente da República no tempo do General Castello Branco.

Baseado no esquema organizado na fase conspiratória, foram mandados emissários a Minas e São Paulo, dizendo o que fazer em caso de Revolução. No Rio de Janeiro, estava tudo montado. Minas teria que mandar tropas para o Rio de Janeiro e para Brasília. Cuiabá se juntaria com a tropa vinda de Campo Grande, o que acabou por não acontecer porque a mesma, apesar de estar de acordo, não saiu devido à confusão de ordens de comando. São decisões que não podem esperar muito. Acabei saindo sozinho.

Portanto, estava tudo articulado, mas em termos de conspiração. Não havia nada, por exemplo, em termos de redação de uma Ordem de Operações, com distribuição prevista e assinaturas. Na palestra que fiz, em 1964, em Brasília, relatei a idéia de manobra que foi executada, qual a preocupação principal. No âmbito militar, nos preocupávamos, bastante, com a guarnição do Rio de Janeiro. Quanto a São Paulo, não tínhamos dúvida de sua adesão.

*O emissário que foi a São Paulo voltou com essa impressão?*

No Estado-Maior do II Exército, em São Paulo, tínhamos vários articuladores, como o Cid Osório e o Rubens Resstel. O emissário foi o então Coronel Portela, que se ligou com a Artilharia Divisionária (AD), cujo comandante, no período de agosto de 1961 a setembro de 1963, General Ramiro Gorreta Junior, era o único general de São Paulo que estava conosco. Além dos coronéis a ele ligados, como o

Moreira Couto, de Jundiaí, Comandante do 12º GAC, o Benedicto Maia Pinto de Almeida, do Regimento de Obuses de Itu.

A conspiração foi muito extensa. Houve em outros Estados, como no Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco... Qual era a missão que distribuímos para Pernambuco? Dominar o poder naquela região. Não adiantava vir para o Rio de Janeiro, onde resolveríamos com Minas e São Paulo. A instrução para esses Estados era que os nossos elementos dominassem o poder nas suas localidades.

O que ocorreu no Rio de Janeiro foi que todos os comandos eram ocupados por pessoas ligadas ao governo. Tudo organizado pelo General Assis Brasil, Chefe do Gabinete Militar, em ligação com outros generais. Quem não fosse fiel a eles não assumia o comando. Então, no Rio de Janeiro, não tínhamos comandantes com quem contar. Mas, de Tenente-Coronel para baixo, todos estavam conosco. Esses oficiais diziam o seguinte: não temos condições de deixar de cumprir uma ordem, como dar proteção ao comício. Agora, combater contra nossos companheiros, não é possível. Então, pegamos essa idéia de não combater contra os companheiros e montamos a operação baseada na mesma. A tropa de São Paulo pararia no desembocar da serra, na Região de Viúva Graça, e a de Minas perto da refinaria e mandariam o ultimato para a Vila Militar: "Ou vocês aderem ou vai haver luta." Nós sabíamos que não lutariam, e, mais, os comandos não tinham autoridade para fazê-los lutar contra nós. Matar companheiros, não matariam. Nosso plano foi baseado nesses fatores. Não tínhamos os comandos, mas tínhamos a tropa do Rio de Janeiro.

*O senhor acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando se deflagrou a Revolução de 31 de Março?*

Acho que não há dúvida. Houve um aplauso unânime à Revolução, porque salvou o Brasil de sucumbir a uma ditadura sindicalista. Quem tiver dúvida que leia os jornais e revistas da época como *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Estado de Minas*, todos os jornais.

*Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?*

A principal ação pretendida pelo governo de Jango era contra o Legislativo. Nos comícios gritavam: "Fecha o Congresso, fecha o Parlamento." Era o que mais se bradava nos comícios. O Congresso já estava predisposto a não aceitar aquele governo, então não houve nenhum problema. Na Câmara, quem agiu rápido foi o Deputado Costa Cavalcanti. Assim que o General Mourão saiu com sua tropa e o João Goulart fugiu, abandonando Brasília, ficou um vazio de poder. O Deputado

Costa Cavalcanti, que era Coronel do Exército, orientou um grupo de deputados e senadores, uns cem parlamentares no total, que foram a pé, acompanhando o Presidente da Câmara dos Deputados, para o Palácio do Planalto. Chegara a hora de formalizar-se a transferência do poder, de criar o fato consumado, e Ranieri Mazzilli sentou-se à mesa abandonada por João Goulart. Isso se deu no mesmo dia, 1º de abril, em que o João Goulart fugiu de Brasília.

Ele estava no Rio de Janeiro, quando tudo estourou, e correu para Brasília, pensando em reagir, mas, ao chegar, desiludiu-se com essa possibilidade. Resolveu, então, tentar formar um centro de resistência em Porto Alegre. Mas lá também não encontrou ambiente e fugiu para o Uruguai.

*Na sua opinião, quais foram os principais líderes, civis e militares?*

As pessoas que participaram ativamente do movimento conspiratório, na parte militar, foram os Generais Cordeiro de Faria, Nelson de Mello e Ulhôa Cintra. O General Castello Branco se recusava a conspirar, mas tomou uma série de atitudes dentro da sua linha funcional. Pregava a defesa da democracia ameaçada em suas palestras na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Comando e Estado-Maior, na Escola de Sargentos. No entanto, não queria conspirar. Só o fez uns quinze dias antes.

Na parte dos civis, a conspiração foi toda nucleada. Em São Paulo, o Adhemar de Barros, como Governador do Estado, tinha na mão a administração e a Polícia Militar estaduais. Havia grupos civis paulistas que não gostavam do Adhemar de Barros, mas sua participação era fundamental. Esses grupos, apesar disso, trabalharam demais pela Revolução através de várias associações. No Rio de Janeiro, aconteceu algo semelhante. O grande conspirador civil era Carlos Lacerda, mas não se tinha confiança nele, porque já prometera apoio a outros movimentos e falhara. Ficou desacreditado.

*A preparação do movimento foi exclusivamente interna ou houve, também, a participação externa, inclusive dos Estados Unidos da América?*

Sabe-se que os detratores da Revolução gostam de explorar essa tese, dizendo que houve ajuda dos Estados Unidos e apresentam, como comprovação, uma ordem recebida pela esquadra americana para aproximar-se da costa do Brasil. Isso é de uma ignorância muito grande. Um país, cuja estratégia é mundial, como os Estados Unidos, normalmente desloca uma de suas esquadras para os lugares de crise.

É comum lermos que tal Esquadra deslocou-se para o Mediterrâneo, próximo do Oriente Médio, outra Esquadra deslocou-se para o Mar Vermelho ou para as

proximidades de Formosa. Toda vez que há uma crise, por medida de precaução, uma Esquadra é deslocada para as proximidades do local. É um procedimento de rotina. As pessoas que lêem os jornais diariamente sabem que isso acontece toda vez que se esboça uma crise, seja em que região for. Agora, o deslocamento de uma esquadra americana para a costa brasileira, na época do Movimento de 31 de março, tem sido considerado comprometimento dos revolucionários com o governo de Washington, o que nunca houve. Embora, sem dúvida nenhuma, os americanos tenham acompanhado tudo.

Fala-se muito no General Vernon Walters, adido militar americano na época. Ele sabia de tudo o que estava acontecendo, porque conhecia a todos, pois esteve um ano conosco na FEB. Tornou-se amigo do General Mascarenhas de Moraes, do General Castello Branco e de todos os oficiais da FEB. Qualquer um que acompanhasse os jornais com atenção observaria, de maneira clara ou subjetiva, o que estava acontecendo.

De modo que, rejeito completamente essa hipótese, essa acusação de que a conspiração foi feita em entendimento com os militares ou governo norte-americanos. Deslocar a Esquadra para áreas de conflito é rotina estratégica dos Estados Unidos.

*A que o senhor atribuiu o rápido desmoronamento do dito "esquema militar" do governo de João Goulart?*

O esquema militar foi montado com base em favores e não em adesão espiritual, de consciência. O General Assis Brasil, através da Presidência da República prometia, às pessoas, de vários níveis, que se comprometessem com ele, uma série de favores. Vários coronéis foram promovidos a generais, nessas condições. Ele influia nas promoções, concedia benefícios financeiros pessoais através de organizações, como, por exemplo, a "Casa dos Sargentos", "Casa dos Cabos", "Casa dos Tenentes" etc. Ele criou um esquema, mas não era um esquema de consciência. Quem tinha essa consciência éramos nós.

A prova disso é que os comandos da Vila Militar quando quiseram deslocar tropas para nos confrontar, não conseguiram. Era consenso entre eles que, como deslocavam a tropa na época dos comícios a título de segurança, para dar apoio e proteção à cidade, a deslocariam em outras ocasiões. Enganaram-se redondamente. Aqueles deslocamentos envolviam dois aspectos. Oficialmente, por exemplo, o Batalhão de Polícia do Exército vinha para o comício da Central do Brasil proteger o povo contra a desordem etc, mas, para eles, a tropa lá estava porque os apoiava. Imaginavam que era uma adesão à causa deles. Houve, pois, da parte

deles, muita mistificação, e um erro crasso, confundiram as coisas, e acabaram literalmente derrotados.

Só tiveram adeptos para preencher os comandos do Rio de Janeiro e, assim mesmo, esses comandantes não conseguiram conscientizar a tropa da causa que defendiam, uma causa marxista. Isso é tão verdadeiro que o Comandante do Grupo-Escola de Artilharia ficou sozinho na estrada, enquanto as Baterias passavam para o lado de São Paulo. O mesmo aconteceu com o Regimento Sampaio e com todas as Unidades que constituíram a Coluna que se oporia à tropa que vinha de Minas. Quando se encontraram, a tropa do Rio de Janeiro se incorporou à outra, vinda de Juiz de Fora, seguindo unidas pró-Revolução. O General que comandava a Força do Governo de Goulart acabou retornando sozinho.

*Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", em relação aos oficiais das tropas que estiveram na iminência de um combate, como a 4ª RM/DI, II Exército e a AMAN?*

Podemos dizer que a liderança era muita boa, haja vista a disposição com que a tropa saiu de Minas Gerais. Foi dito a eles que quem não quisesse poderia ficar, e mesmo assim não houve recusa. Na tropa de São Paulo, aconteceu o mesmo, embora houvesse oficiais e até generais contrários; quem veio o fez por convicção. O contingente da AMAN recebeu o impulso do entusiasmo do General Médici, através de suas brilhantes proclamações. Em Mato Grosso, embora com o problema da punição dos 18 sargentos, antes de sair, reuni os graduados e expliquei-lhes do que se tratava, e quem não quisesse participar que ficasse no quartel que nada aconteceria. Mas não houve quem não quisesse participar.

Como não houve combate, não podemos aquilatar até onde esse aspecto "chefia e liderança" funcionaria. Entretanto, você pode ver que, do outro lado, esse espírito de liderança não existiu. Foi uma dificuldade a tropa sair e quando o fez mudou de lado.

Concluindo, em termos de iminência de emprego, a análise da "chefia e liderança" recai sobre a tropa que se preparou para o combate, sem realizá-lo, foi excelente e sem nenhuma mácula. Do outro lado, porém, os chefes nada conseguiram.

*O senhor gostaria de acrescentar mais algum aspecto relacionado com a Revolução de 1964?*

A Revolução de 31 de Março nasceu com propósito democrático. Evitar que o Brasil caísse num regime marxista, por intermédio de um golpe cuja preparação estava em marcha, com os golpistas infiltrados dentro do próprio governo do

Presidente Goulart. Depois, aconteceu o seguinte: o primeiro governo, o do Presidente Castello Branco, ninguém, nem a oposição, põe defeito; o segundo, o do Presidente Costa e Silva, devido às suas condições precárias de saúde, não terminou; foi o de um homem de bem, correto, e ninguém, também, pode dizer qualquer coisa, do ponto de vista moral. A seguir, veio o Presidente Médici, uma fase de grande impulso no desenvolvimento nacional, fruto do saneamento das finanças realizada nos governos anteriores. Depois, assumiu o Presidente Geisel, um chefe de governo honrado, assim como o do Presidente Figueiredo, de quem, do ponto de vista da dignidade e honradez, nada se pode falar.

É uma coisa impressionante, todos os cinco presidentes saíram pobres do governo. Não sei se por coincidência, mas nenhum dos presidentes civis saiu pobre. Assisti à saída do Castello do governo, e acompanhei as dificuldades que teve para organizar o orçamento doméstico, de modo a dispor de um motorista, bem como para equacionar outros problemas dessa natureza. A viúva do Costa e Silva pode ter alguns bens, mas é coisa de pequena monta, nada de fortuna. General Médici, quando ocupou o cargo de Presidente, já era um fazendeiro bem de vida, não aumentou nada em seu governo. O General Geisel, do ponto de vista moral e de honestidade é inatacável. O Figueiredo saiu pobre e teve dificuldade para manter uma propriedade que possuía perto de Petrópolis. Nos seus últimos dias, estava preocupado em vender a propriedade, porque não tinha como mantê-la.

Em 1964, quando a Revolução teve início, pelas informações que temos dos organismos internacionais que controlam a posição dos países, éramos a 48ª economia. Terminamos o Governo Médici como a 8ª economia do mundo. A economia cresceu extraordinariamente e o resultado foi que o Brasil começou a ser tratado, no mundo, como um candidato à posição de potência. O próprio Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, declarou várias vezes que o Brasil tinha condições de vir a ser uma das maiores potências do planeta.

O Brasil teve um grande impulso, é fato concreto, não adianta discutir. Os governos que sucederam a Revolução, depois do Figueiredo, estão se beneficiando extraordinariamente dessa situação, porque somos respeitados, temos posição destacada no *ranking,* como uma das maiores economias do mundo. Isso tudo é o resultado do esforço de desenvolvimento nacional promovido pelos programas revolucionários.

Agora, por outro lado, a Revolução é mais acusada pela repressão. Mas não pode haver revolução sem repressão. Se analisarmos bem, a que houve no Brasil foi mínima se comparada com a que ocorreu na Argentina, onde se diz

que o número de mortos e desaparecidos chegou a vinte mil no curso do processo revolucionário. A repressão no Chile também foi muito maior do que a nossa. Se sairmos da América, podemos apontar o terror da Revolução Francesa, levada a efeito para conquistar a liberdade econômica e política, considerada padrão até hoje e que mudou o mundo. De modo que não fugimos à regra, houve repressão, mas de acordo com o temperamento brasileiro. Não somos dados à violência, procuramos sempre um caminho de harmonização. No Brasil, a repressão foi bem pequena, eu desejaria que não tivesse acontecido, mas houve.

Não há governo que não se defenda. Se você se arma para derrubar o governo, qual deve ser a reação do mesmo? Não há no mundo um governo que, diante de um grupo que se arma e usa várias formas de violência para derrubá-lo, não se defenda. Não é possível. O governo vai aceitar ser derrubado? De modo que o aspecto de que mais é acusada a Revolução é o problema da repressão e da tortura. Nunca os órgãos públicos ou os governos da Revolução consentiram na tortura, sempre procuraram evitá-la. Foi fruto de pessoas que tinham espírito sádico e exerciam a autoridade. Não se pode dar autoridade a um sádico, mas acontece.

*Foi necessária a criação de órgãos de informações, como o SNI e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?*

A criação do SNI, o Serviço Nacional de Informações, teve o objetivo de preencher um vazio na nossa organização política. Não há governo com responsabilidade que não tenha um serviço de informações. Não se pode tomar conhecimento dos fatos pelos jornais. Qualquer governo que se preze tem um serviço de informações, seja ele chamado de serviço de inteligência, de proteção etc. E a Revolução criou o SNI. Se alguma vez houve abuso, agindo fora dos princípios e dos objetivos para os quais fora criado, deve-se a um problema pessoal de chefia, não do órgão, pois este é necessário.

Desde que acabaram com o SNI estão tentando recriá-lo, sem saber como. O governo sente-se completamente carente de informações, e isso não pode acontecer. E por que não encontram uma maneira de recriá-lo? Porque querem fazê-lo respeitando uma série de restrições e não sabem como. O novo SNI não pode fazer isso... Não pode fazer aquilo... Não pode aquilo outro... Então, não é serviço nacional. É como criar uma polícia que não pode prender. O que você vai fazer com uma polícia que não pode prender?

A outra coisa é a questão do Conselho de Segurança Nacional. Também é uma necessidade técnica dos governos, em qualquer país. O governo tem uma

quantidade de ministérios, agências e serviços, sendo necessário um órgão de coordenação, capaz de dar uma certa unidade estratégica para que os objetivos governamentais sejam atendidos. Não pode cada ministério marchar para um lado. Tem que haver um objetivo central, e todos os ministérios têm que procurar alcançá-lo. O Conselho de Segurança é esse órgão de coordenação que existe em todos os governos, assim como o Serviço de Informações, mas demagogicamente o então Presidente Collor resolveu acabar com dois órgãos, e criou outros incapazes de substituí-los.

*O AI-5 foi necessário?*

O AI-5 foi provocado por um desafio muito grande. Primeiro, toda a Revolução tem um espírito reformista revolucionário, até certo ponto muito forte, indomável às vezes, particularmente nos primeiros tempos. O que aconteceu? Um deputado, que hoje é jornalista e assina uma coluna no jornal *O Globo*, fez um discurso muito agressivo contra as Forças Armadas na Câmara, que engoliu o fato. O Ministro da Guerra, na época o General Lyra Tavares, um homem extremamente pacífico, como todos sabem, por pressão do Exército, solicitou sua punição. Mas um parlamentar só pode ser processado se a Câmara der autorização, quando então é julgado pelo Supremo Tribunal Federal. E a Câmara, pelo voto da maioria, resolveu negá-la. Os congressistas fizeram uma festa como se fosse uma grande vitória. Eu estava em Brasília e assisti a tudo. Entraram em delírio. Essa situação provocou o espírito revolucionário que estava vivo e pressionou o Presidente da República para que tomasse uma atitude. O General Costa e Silva relutou muito, mas como Presidente de um governo, cujo espírito revolucionário tornou-se rebelde em face da crise, teve que voltar às origens do Poder Revolucionário, editando o Ato Institucional nº 5.

Além disso, deu-se a escalada das ações terroristas durante o ano de 1968, o que também contribuiu para que, em dezembro desse mesmo ano, fosse assinado o AI-5.

*Julga o senhor que os governos revolucionários demoraram muito no poder?*

A intenção do Presidente Castello Branco era de que os Atos Institucionais terminassem no seu governo. Queria que seu sucessor saísse de eleições normais e passasse o governo para um civil. Inclusive, já tinha alguns nomes. Mas, na época da transferência do governo do Castello Branco, as guerrilhas começaram, gerando um clima difícil para a liberalização. Foram as guerrilhas, as agressões, que, do meu ponto de vista, provocaram o prolongamento dos governos revolucionários.

*O senhor acha que, durante o período revolucionário, as Forças Armadas tiraram algum proveito especial?*

As Forças Armadas durante o período revolucionário tiveram sempre a preocupação de dar o exemplo, o que significa não se autofavorecer. Em termos de salários, os militares não foram favorecidos em coisa alguma, enquanto que outras categorias do serviço público subiram e conseguiram uma série de vantagens, criando até situações de exceção. É esse o quadro que estamos presenciando, como um porteiro ou ascensorista do Congresso ganhar mais do que um piloto de jato, que tem que fazer cursos, exames de saúde completos e, ainda, ter sua predisposição física e psicológica atestadas todo mês.

Quanto ao reequipamento, as Forças Armadas também não quiseram gastar dinheiro para dar o exemplo. Nos vinte e um anos da Revolução, as Forças Armadas não foram beneficiadas, pelo contrário, o equipamento e o armamento envelheceram e não foram devidamente substituídos.

*Que outros aspectos o senhor ainda gostaria de comentar com relação ao período revolucionário que findou em 1985?*

O principal aspecto que responde a todas as críticas e ataques que se faz à Revolução, é que o Brasil de hoje é completamente diferente do período anterior a 1964. Surgiram novas cidades que se povoaram, a riqueza aumentou extraordinariamente, seja agrícola, industrial ou mineral. Construíram-se estradas por todo o País e deu-se um grande impulso à sua industrialização, inclusive através de um aumento impressionante da geração de energia, com base, sobretudo, nas hidrelétricas. Tudo isso teve início em 1964. Antes, o que existia era um marasmo enorme.

*Por que se verificou o desengajamento dos militares da condução política do País? O que o senhor pensa sobre a Lei de Anistia?*

Todos os governos tinham a intenção de voltar à normalidade democrática. Todos. Castello pensou nisso, Costa e Silva, Médici, assim como o General Geisel e o General Figueiredo. Todos pensaram nessa volta e ela chegou. Não pôde ser feita antes, mas quando chegou a hora, aconteceu.

E é preciso ressaltar o seguinte: foi o governo revolucionário que deu anistia ampla para todos os punidos pela Revolução, como os cassados, que tiveram seus direitos políticos suspensos e os demitidos. Fizemos por vontade própria, jamais a oposição teve força de pressão para nos obrigar. O governo revolucionário tanto queria a normalização dentro do sistema democrático que, quando chegou a hora, fez todo o possível para implantá-la. Poderia ter dado, inicialmente,

uma anistia parcial para os que não tivessem cometido crimes julgados em tribunais e, depois, numa segunda fase, analisar os demais casos. Mas não, deu anistia, da noite para o dia, para todos, inclusive os indivíduos acusados e condenados por vários crimes. Tudo foi considerado crime político.

Com esse pessoal, veio um número enorme de gente que não fora punida, mas que foi viver no estrangeiro, por medo. Agora, dizem que foram punidos pela Revolução, exigindo recompensa, mas, na realidade, foram exilados voluntários.

*Existe o chamado "revanchismo" por parte de autoridades, da imprensa e outros setores, em relação aos militares?*

Hoje, vivemos esse problema do "revanchismo". Esse pessoal que subiu ao poder não esquece que a Revolução limitou-lhes a ação política e não perdoam, querem vingar-se, e o objeto de vingança principal é o Exército.

*A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares?*

Nós perdemos não só a "guerra da comunicação social", como também a da educação. Não soubemos, após ocuparmos o governo por vinte e um anos, orientar o Sistema Educacional Brasileiro e perdemos completamente a guerra da comunicação. Se você analisar, em quase todos os institutos de estudos superiores do Brasil, universidades, faculdades, as facções que dominam são as da esquerda, mesmo, em pequeno número. Esses elementos dominantes continuam praticando o "revanchismo", não dando chances para quem não for do grupo deles, de esquerda.

*Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?*

Ninguém mais pode defender a ideologia comunista, porque foi um desastre, um fracasso total, nos países onde se instalou. Todos viram o descalabro e aqueles que estiveram e viveram nesses países comunizados estão conscientes de que o governo marxista fracassou. Não há dúvida disso. Porém, os comunistas mantêm sua sobrevivência de grupo e continuam se apoiando mutuamente, organizando as campanhas de desmoralização de seus adversários e patrulhamento.

*As pesquisas de opinião mostram as Forças Armadas como instituições de grande credibilidade. Como o senhor analisa esse fato?*

Isso mostra que a ação da mídia não consegue conscientizar o povo brasileiro, apenas grupos intelectualizados. Se você fizer uma pesquisa entre estes

grupos, o resultado não será esse, mas se você realizar uma consulta popular, verificará que a população estima o Exército, inclusive solicita sua intervenção em situações nas quais não lhe cabe atuar, esperando mais do Exército do que ele pode fazer. Quando existe uma calamidade, ouve-se logo o povo pedir o emprego do Exército, que, no seu entender, é o instrumento capaz de resolver as grandes crises, de aliviar as dores sociais. Até a imprensa, que é contra, registra a pressão que existe para empregar o Exército em várias funções, inclusive naquelas em que fracassa a política e o poder público.

*Que mensagem final, General Meira Mattos, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto de História Oral do Exército Brasileiro na Revolução de 31 de Março?*

A mensagem que gostaria de transmitir aos meus companheiros do Exército é que devemos continuar cultivando o nosso espírito militar, que é baseado no amor ao Brasil, na competência profissional, na honestidade e na dignidade. Se nós conservarmos esse espírito, acabaremos por vencer todas as crises.

# General-de-Brigada Helio Duarte Pereira de Lemos

- Natural de Bom Jardim, RJ.
- Na II GM, exerceu, no posto de Capitão, a função de Comandante da 1ª Bateria do IV Grupo de Obuses da Força Expedicionária Brasileira.
- Último posto da carreira: General-de-Brigada.
- Foi Chefe de Gabinete do Serviço Nacional de Informações (Governo Castello Branco)
- No exterior: assessor militar junto à Embaixada do Brasil na Venezuela.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, e da Escola Superior de Guerra.
- Nós pródromos do Movimento de 31 de Março de 1964, era Tenente-Coronel e comandava o 10º Grupo de Obuses 105mm, Fortaleza – CE e, na eclosão, chefiava a 5ª CSM, em Ribeirão Preto – SP.

---

Entrevista realizada no dia 3 de abril de 2000.

*O que o senhor gostaria de destacar quando Comandante do 10º GO 105 (Fortaleza) nos pródromos da Revolução?*

Tivemos a oportunidade de solucionar problemas de certa gravidade, como foi o da ocupação por estudantes de quatro faculdades na cidade de Fortaleza, retirando-os, pacificamente, das dependências ocupadas, durante a noite. Atuamos, também, na greve ocorrida na Agência local do Banco do Brasil, prendendo o líder grevista e também um vereador, este no momento em que se retirava da Câmara de Vereadores, onde se valia de um alto-falante externo para insuflar os grevistas e insultar as Forças Armadas.

Por intermédio da Associação "Arca de Noé", colaboramos com importante trabalho de conscientização anticomunista em instituições locais.

No mês de fevereiro de 1964, fui preso pelo Cmt da 10ª RM (amigo do Presidente João Goulart) por vinte dias, no quartel do 23º BC, e transferido, a bem da disciplina, por ter determinado a distribuição de folheto, divulgando informações de trabalho anticomunista em algumas instituições. O fato teve grande repercussão na cidade e em várias guarnições do Exército. Antes de seguir destino, recebi várias homenagens de militares e civis, voltando mais tarde para receber os títulos de cidadão cearense e fortalezense, que guardo até hoje.

*Na 5ª CSM, em Ribeirão Preto, o senhor viveu a Revolução. O que tem a ressaltar dessa época e qual foi o seu destino após o Movimento de 1964?*

Cheguei em Ribeirão Preto às vésperas da Revolução. Inicialmente, organizei o Comando local da Revolução, constituído por mim, pelo Comandante do Batalhão de Polícia e do delegado local. Determinamos que os presos fossem recolhidos ao Batalhão, podendo levar colchões e roupa de cama, sendo a alimentação remetida pelas respectivas residências, havendo liberdade dentro do aquartelamento. O delegado abria os inquéritos e ouvia os implicados que, em seguida, retornavam ao Batalhão. O Comando da Revolução encaminhava a documentação de cada um, ao II Exército, em São Paulo. Não houve reclamações sobre torturas a não ser o desejo de liberação rápida.

Em 9 de julho de 1964, por Decreto nº 127 de 3 de julho, fui designado para a chefia do Gabinete do SNI, em Brasília, seguindo destino. Ao sair, de Ribeirão Preto, fui homenageado pela Câmara de Vereadores que comunicou o ato ao Ministro do Exército.

*Como Chefe de Gabinete do SNI o que o senhor tem de importante para relatar?*

Como Chefe de Gabinete do SNI, tomei parte nas preliminares referentes à intervenção no governo de Goiás e ao afastamento do Coronel Governador Mauro

Borges. Participei intensamente, junto ao Departamento de Polícia Federal para a mais completa apuração dos fatos contra o governador, "como desejava o Presidente Castello Branco". Durante esse trabalho, o Coronel Mauro Borges, percebendo que seria afastado do Poder, requereu *habeas corpus* preventivo, junto ao STF. O governo imaginou que o Cel Mauro Borges perderia na votação do Supremo, segundo levantamento do Palácio. No entanto, a Equipe de Informações do Gabinete do SNI obteve informações de motoristas e de serviçais dos ministros do STF, chegando à conclusão de que Mauro Borges ganharia por unanimidade, o que informei ao Palácio, que não acreditou, preferindo continuar com as próprias previsões. No dia do julgamento do *habeas corpus,* Mauro Borges venceu por unanimidade. Tal resultado foi que levou o governo a intervir para depor o governador e o Exército ocupou Goiânia. No dia seguinte, recebi a comunicação de que deveria deixar as funções, tendo oito dias para afastar-me de Brasília, pelo fato de haver tomado posição pessoal, forçando o afastamento do governador, que se incompatibilizou com os propósitos da Revolução. Incontinenti, dirigi-me ao Ministro do Exército para saber do meu próximo destino. Mais tarde, tentaram voltar atrás na decisão, com a interferência de importantes autoridades, porém não aceitei e, em oito dias, apresentei-me ao EME no Rio de Janeiro.

*O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?*

Sim, tudo começou, praticamente, com a Intentona Comunista de 1935, ocorrida em Natal, Recife e Rio de Janeiro, sob a direção de Luís Carlos Prestes que, em viagem à Rússia, teria recebido as instruções.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreram facilidades para a atuação do comunismo no Brasil pelo fato de a Rússia estar aliada aos EUA. Na década de 1950, surgiu, no Brasil, a guerra revolucionária comunista e, em conseqüência, passaram a proliferar várias organizações comunistas. Inicialmente, o PCB operava sob o comando de Luís Carlos Prestes, recebendo orientação do PC/US (da União Soviética). Posteriormente, houve uma dissidência no PCB, sendo fundado o PC do B, de inspiração chinesa, liderado por João Amazonas, Maurício Grabois, Marighela e outros, porém, havia uma convivência pacífica entre os dois PC. Fidel Castro e Che Guevara eram, também, da linha chinesa. Nessa época, os comunistas tentavam aliar-se a outros partidos para poder participar do governo, porém, o fato é que, a partir daí, resolveram promover o terrorismo.

Em 1960, Jânio Quadros é eleito Presidente da República, tendo João Goulart como Vice-Presidente, que era repudiado pelos ministros militares, por suspeitarem

de suas ligações com o comunismo. Em seguida, Jânio Quadros monta uma jogada política, renunciando por convencer-se de que os três ministros militares o reconduziriam ao Poder, como ditador. O tiro saiu pela culatra e valeu a renúncia, mas João Goulart foi impedido de assumir a presidência pelos ministros militares, gerando grande impasse. Nessas circunstâncias, Leonel Brizola parte para a Cadeia da Legalidade, incentivando a criação dos grupos dos onze, como elemento armado para luta pela posse de Jango.

A grave situação criada pelos ministros ficou parcialmente solucionada com a implantação do Parlamentarismo, com João Goulart na presidência e Tancredo Neves como Primeiro-Ministro. Com Jango no Poder, aumentam as ações de guerra revolucionária e surgem várias organizações esquerdistas, voltadas para a agitação e o grevismo, como CGT – PUA – CNTI – UNE – UBES etc, e, ainda, Ações Populares, Centros de Cultura e outras organizações de fachada.

No ano de 1963, o País volta ao Presidencialismo, após um plebiscito comandado pelo sistema político da época, prosseguindo a escalada esquerdista, em número crescente que, a toda hora, paralisava a Nação, com base, sobretudo, em interrupções do sistema de transporte com piquetes impedindo a circulação até de táxis. João Goulart passa a nomear seus partidários para pontos-chave de seu governo. Em contrapartida, o EME, a ECEME e a ESG organizaram cursos sobre informações históricas da Guerra Revolucionária no mundo, como preparação para a reação a ser iniciada. Eis aí, no nosso entender as raízes do comunismo no Brasil que possibilitaram o recrudescimento a seguir.

*O senhor julga que a guerra fria, pós-segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?*

Sim, porque os EUA e a Rússia, no comando do mundo, certamente teriam divergências que poderiam provocar a dicotomia de pontos de vista, o que poderia resultar em guerra futura entre esses partidários de doutrinas opostas. Em conseqüência, os EUA procuraram maior aproximação com os demais países americanos democráticos e o Brasil estava aí incluído, por professar a democracia.

*O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?*

O panorama político anterior a 31 de março corresponde ao período do governo de João Goulart, após a volta do Presidencialismo. A Guerra Revolucionária recrudescia. Os estudantes passaram a colaborar com grupos de intelectuais esquerdistas, em ações comunizantes. Várias frentes procuravam influir nos destinos do

Brasil, como o Fórum de Debates, o Bloco Operário, Ligas Camponesas, Juventude Operária Católica, União da Juventude Comunista etc. O Governo João Goulart revelava-se despreparado. As situações econômica e social se agravavam dia a dia. O governo tentava enfraquecer as Forças Armadas, desmoralizando chefes, inclusive os ministros militares, nomeando, para comandos e chefias importantes, simpatizantes do seu governo.

Iniciam-se períodos de greves estimuladas pelo governo e também invasões de terras, como em Pernambuco pelas "Ligas Camponesas" de Francisco Julião e ainda em Goiás, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

*Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o governo de João Goulart?*

Sem dúvida. João Goulart gerava desconfiança pelas suas ações na Presidência da República. Seu governo incentivava a anarquia através de movimentos esquerdistas, e a sociedade se preocupava, com a implantação, por Jango, de uma República sindicalista ou mesmo comunista, regime inusitado e temido pela maioria do povo brasileiro que, contra ele, começou a se insurgir.

*Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?*

A Igreja Católica apoiou, com firmeza, o afastamento de João Goulart da Presidência da República, tanto que incentivou e apoiou à Marcha da Família com Deus, pela Liberdade que constituiu fator de considerável valor religioso pela deposição de João Goulart. Tais marchas mostraram ao Brasil e às suas Forças Armadas a verdadeira posição da população e da Igreja, totalmente contrária ao governo destituído.

*O senhor poderia falar algo mais sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?*

As "Ligas Camponesas" foram criadas no Nordeste, por inspiração de Francisco Julião e tinha o propósito de invasões de propriedades rurais. Eram incentivadas pelos comunistas e se irradiaram para outros estados como Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O "grupo dos onze" era uma denominação eufemística do Grupo de Combate dos Pelotões de Infantaria, cujo efetivo era de 11 combatentes. A inspiração foi de Leonel Brizola, com a intenção de dispor de elementos armados para a luta pela posse de João Goulart na Presidência da República. Alguns outros movimentos foram organizados no Rio de Janeiro, em Brasília etc.

*O que se passava no meio militar? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos?*

O ambiente nos quartéis era de grandes preocupações e por este motivo a instrução era normalmente intensificada, bem como as informações sobre as atividades comunistas em geral. Os comandantes se preocupavam com as informações nas imediações dos quartéis e em outras áreas de responsabilidade das unidades. As sentinelas eram sempre alertadas sobre o terrorismo, que veio acontecer contra algumas unidades das Forças Armadas.

*O senhor gostaria de acrescentar mais algum aspecto relacionado com os antecedentes e causas da Revolução de 31 de Março de 1964?*

Sim. O anticomunismo chegou a ser obsessão entre alguns militares, pelo fato de terem que permanecer sempre prontos para atuar em qualquer que fosse a situação, sempre imprevisível. Havia militares e civis suspeitos, que eram observados pelo seu comportamento. Na instrução da tropa, eram transmitidas informações sobre traições ocorridas na Intentona Comunista de 1935. Quanto às causas, pode-se afirmar que decorriam das ações que eram incentivadas até pelo então Presidente da República, o que levava a sociedade a apelar para as Forças Armadas, tal era a preocupação. Não se aceitava a troca da democracia por regimes exóticos e alienígenas, avessos ao temperamento do povo brasileiro.

*Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de março de 1964?*

• A rebelião dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília.

• O comício de sexta-feira, 13 de março, realizado entre a Estação de Trens da E. F. Central do Brasil e o Palácio da Guerra, no Rio de Janeiro.

• A sublevação de marinheiros e fuzileiros realizada no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro.

• A reunião de sargentos no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, em 30 de março, que foi "a gota d'água" para a eclosão da Revolução de 31 de Março, que deteve a escalada do comunismo em nosso País.

*Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?*

Sem dúvida, porque na ocasião tudo indicava que a sociedade brasileira dava sinais de saturação e repúdio à inversão de valores e ao tumulto, diariamente promovido por organizações comunistas que impacientavam e intimidavam o povo brasileiro. No entanto, apenas uma minoria de operários e estudantes, extremamente ativos, apoiava o Presidente João Goulart.

*Havia, a seu ver, uma Revolução de cunho comunista em andamento, para a mudança da Ordem Institucional do Brasil?*

Sem nenhuma dúvida, tanto que as Forças Armadas se anteciparam, abortando as ações crescentes da guerra revolucionária comunista. Se as Forças Armadas tivessem atuado somente após a eclosão da Revolução comunista, as perdas e sacrifícios seriam muito maiores, porque as Forças Armadas possuíam a superioridade de meios, diante do fraco esquema de forças do Governo João Goulart que, no entanto, se vangloriava do "poderio" de que dispunha, o que era interpretado como provocação.

*Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?*

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) havia dado um ultimato ao Congresso Nacional para a Reforma da Constituição dentro de trinta dias porém as lideranças partidárias reagiram contra. Cansado de ameaças, as lideranças resolveram se posicionar contra a atuação dos anarco-sindicalistas sob a forma de pressões, ao Congresso. No dia 31 de março de 1964, o Congresso Nacional estava em recesso, havendo uma certa rebeldia de parlamentares contra o estado de sítio, decretado por João Goulart, que acabou decidindo fugir do País pela total falta de apoio.

*Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc), logo após o início da Revolução?*

Não ofereceram resistência, mesmo porque o Governo da Guanabara determinou a ocupação de todos os sindicatos e a prisão dos líderes que estavam reunidos em Assembléia permanente. O Palácio do Governo da Guanabara foi muito bem defendido contra qualquer incursão, tendo sido as ruas bloqueadas e a edificação protegida com trincheiras.

*Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?*

Os principais líderes civis foram: Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Bilac Pinto e outros mais. Os militares foram: Generais Costa e Silva, Castello Branco, Olympio Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Muniz de Aragão e outros.

*A Revolução de 31 Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?*

Toda fase de preparação coube às Forças Armadas e a alguns governadores e líderes civis, sem interferência externa. No entanto, havia a simpatia dos EUA, como é óbvio, para que o Brasil saísse da crise.

*Qual o posicionamento dos EUA em relação à Revolução de 31 de Março de 1964?*

Apoio moral e simpatia.

*A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?*

As razões principais foram: em primeiro lugar, a preparação que envolveu quase todas as unidades das Forças Armadas e os estados da Federação, chegando a atingir completa conscientização, no sentido da oposição a doutrinas exóticas e ao comunismo, por parte das Forças Armadas e dos brasileiros, povo pacato e avesso a ações violentas injustificadas.

Em segundo lugar, porque não havia, na realidade, um "esquema militar" capaz de enfrentar as Forças Armadas.

*Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos Oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM / DI, II Exército e AMAN)?*

Os chefes militares que estiveram na iminência de combate desfrutavam de liderança e se mostravam inteiramente à altura do cumprimento das respectivas missões e em condições de bem deduzir suas ações, dentro da finalidade da missão do Comando da Revolução de 31 de Março de 1964.

*O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 31 Março de 1964, foi correto em seu entendimento? Por quê?*

Sim, quanto à mobilização dos cadetes, para corresponder aos anseios da juventude militar. Quanto ao emprego dos cadetes, seria mais apropriado no campo das informações e de guarda de alguns pontos sensíveis e como reserva sob o comando dos respectivos instrutores das Armas. No entanto, o seu emprego formal nas operações, por corajosa decisão do General Emílio Garrastazu Médici, evitou o possível derramamento de sangue que adviria do confronto das tropas do Rio de Janeiro com as que vinham de São Paulo...

*Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?*

Brasília seria um dos objetivos estratégicos que contava com forças locais, de Goiás e de Mato Grosso. O Rio de Janeiro seria outro objetivo estratégico onde atuariam forças da Vila Militar, de Minas Gerais e de São Paulo, estas também atendendo, em reforço à AMAN, necessidades do Vale do Paraíba e a outras situações emergenciais.

Os demais objetivos estratégicos seriam as capitais dos Estados, principalmente São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Goiânia; e mais, ainda, Volta Redonda (Usina Siderúrgica), Light, E. F. Central do Brasil etc.

*O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964? Por quê?*

As Forças Armadas são, normalmente unidas. Logo após a vitória da Revolução a união ficou reforçada pelo fato de reconhecimento de seus valores que, em conjunto, comprovaram sua formação democrática e capacidade para enfrentarem problemas gravíssimos, como foi a crise fomentada pelo Governo João Goulart.

*O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?*

Não. O principal objetivo da Revolução de 31 de Março de 1964 foi o de impedir que o Movimento Comunista Internacional (MCI) tomasse o Poder no Brasil e, desta forma, interrompesse a prática da democracia, em fase de aperfeiçoamento e evolução entre nós, de acordo com a cultura e o temperamento do povo brasileiro.

*A hoje chamada mídia apoiou o Movimento?*

Sim, atuando normalmente na divulgação de notícias que interessavam ao conhecimento das Forças Armadas e da sociedade em geral, o que facilitou a conscientização anticomunista e ajudou ao Movimento de 31 de Março de 1964.

*Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?*

Sim. Está correto porque teve o propósito de continuidade, adotando legislação própria, editando atos institucionais, interferindo nas atribuições do Congresso Nacional e não se autolimitando, previamente.

*Em seu entendimento, a Revolução de 31 de Março de 1964 trouxe benefícios ou foi prejudicial ao País?*

Nos campos econômico, financeiro, científico, tecnológico e estratégico os benefícios foram de grande monta e de valor inestimável. No entanto, o mesmo

não ocorreu no campo político e, até certo ponto, no psicossocial pelo fato de seguir opiniões, em certos casos, de assessorias eventuais desvinculadas dos reais interesses e aspirações do povo brasileiro.

*Existem críticas à Revolução de 1964. O senhor poderia nos citar erros que porventura tenham sido cometidos?*

No campo político, citamos a nomeação de senadores biônicos e a extinção de todos os partidos políticos, deixando de preservar os mais tradicionais, com história na política brasileira.

No campo psicossocial, o excessivo rigor policial, geralmente utilizado, para colher informações, interferindo negativamente em aspectos humanos.

*A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar o porquê?*

Por vinculação política partidária ao passado, antes da Revolução de 1964, por desrespeito injustificável às realizações pós-1964, como os numerosos benefícios que levaram o Brasil de 49ª à condição de 8ª economia do mundo.

*O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc), praticadas durante o período revolucionário, por extremistas?*

Houve confrontos entre forças da Revolução e de Guerrilhas resultando em perdas para ambos os lados; houve o terrorismo contra quartéis das Forças Armadas, com perdas humanas por ações de perigosos extremistas; os assaltos a quartéis e a bancos foram atos que bem caracterizam a presença da guerra revolucionária, como também os seqüestros de embaixadores e bombas em prédios de jornais, como, por exemplo, na sede do "Estadão".

*O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?*

Na minha opinião, poderia ter sido evitado, o que contribuiria para maior prestígio do Poder Revolucionário.

*O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações como o SNI e os DOI e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?*

Qualquer que seja a organização necessita de um órgão de informações, inclusive governos de todo e qualquer país. Em um Estado democrático, os órgãos de operações são os constantes nas legislações internas, devidamente aprovadas, como é o caso das Forças Armadas e das polícias militares.

*Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?*

Sim, demasiadamente, mesmo porque o processo democrático constitucional seria reimplantado, com toda a certeza, anulando a legislação do período revolucionário, mesmo a de exceção aprovada pelo Congresso Nacional, recomeçando tudo, como aconteceu realmente, com a Constituição de 1988.

*Qual a sua opinião acerca do panorama político durante os governos revolucionários, principalmente o comportamento do Congresso Nacional?*

Vivia-se um regime de exceção e o Congresso era inteiramente submisso ao governo revolucionário. O processo democrático normal foi interrompido, bem como a prática da democracia. Sou de opinião de que, diante da necessidade incontornável de intervenção das Forças Armadas, a normalidade democrática deve ser mais urgentemente restabelecida, respeitando-se a Constituição vigente no País.

*Houve, a seu ver, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc) e a prática de tortura contra presos? O que o senhor tem a declarar quanto a isso?*

Sim, houve o cerceamento das liberdades, bem como a prática de processos coercitivos policiais não recomendáveis.

*Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?*

É uma forma de reação, por parte daqueles que não concordaram com o regime ou foram punidos pelo mesmo.

*Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?*

As Forças Armadas, absolutamente não, porém é possível que algum elemento, civil ou militar, tenha tirado proveito pessoal, o que é difícil evitar.

*De sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?*

Como ficou claro, os benefícios materiais proporcionados pelo período revolucionário são indiscutíveis e de valor inestimável tanto que elevou o Brasil à 8ª economia do mundo. No entanto, foram interrompidos por vinte anos o aperfeiçoamento democrático. Todo governo de exceção bloqueia o desenvolvimento democrático, o que significa atraso político.

*Que outros aspectos gostaria o senhor de comentar sobre o período revolucionário que findou em 1985?*

As várias classes, que formam a sociedade brasileira, algumas vezes tentam incentivar as Forças Armadas a intervir nos governos democráticos. No caso de tornar-se incontornável a intervenção militar, o retorno aos quadros constitucionais tem que ser rápido, em respeito às liberdades democráticas do povo.

*Por que se verificou o desengajamento dos militares da condução política do País?*

Pelo estado de fadiga que normalmente acontece nos governos de exceção, como conseqüência de reações devido à formação democrática da sociedade brasileira, avessa à qualquer tipo de continuismo.

*A conjuntura internacional veio a acelerar a "abertura" política?*

Sem dúvida, para a boa convivência política, principalmente com os países vizinhos.

*Haveria condições para a continuidade do processo revolucionário após o Governo João Figueiredo?*

Não, nas mesmas condições, porém, sem dúvida, como opção democrática de governantes eleitos em pleitos legais.

*Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?*

Abertura poderia ter sido menos lenta, pois a grande necessidade era a redemocratização do País e de nada adiantaria o retardamento. A Nação queria a aceleração, para a volta ao regime democrático pleno. Foi por esse motivo que houve a candidatura do Gen Euler pelo MDB. Todos se lembram.

*Existe, hoje, o chamado "revanchismo" por parte de autoridades, em relação aos militares? O que tem a dizer da Lei da Anistia?*

Houve e existe o revanchismo. A Lei da Anistia só tem atendido aos interesses dos que atuaram contra as Forças Armadas e o Brasil. Deveria, também, beneficiar aqueles que foram sacrificados ou sofreram as conseqüências das ações da Guerra Revolucionária, do terrorismo, da guerrilha etc, pois, até hoje, a Lei da Anistia, não foi aplicada, em favor dos que defenderam o Brasil, o que constitui um verdadeiro absurdo.

*A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da Revolução? Caso positivo, qual a razão deste fato?*

Sim, porque todo governo de exceção, a partir de um determinado ponto atinge ao esgotamento, cuja conseqüência é o descrédito, que afeta sua estabilidade.

*Como o senhor analisa, hoje após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?*

O radicalismo ideológico existente no tempo da "guerra fria" correspondia à possibilidade de confronto entre a Rússia e os EUA. Tendo em vista que a Rússia ainda não absorveu a doutrina democrática, a preocupação dos EUA ainda permanece, mesmo porque o comunismo russo pode voltar a fortalecer-se, em uma aliança com a China, no futuro. "Seguro morreu de velho", o Brasil deverá manter-se eqüidistante nesse processo, porque, o País precisa retomar o seu desenvolvimento, adotando uma política nacionalista como adotam os EUA e as demais nações ricas do mundo. "Somente nós sabemos onde nos apertam os calos".

*A imagem, hoje do Exército Brasileiro, vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?*

Na sociedade em geral, é, realmente, a melhor possível e com fortes razões. Para os políticos em geral, as Forças Armadas merecem respeito, mas reagem, via de regra, em vê-las atirando em missões internas, embora reconheçam sua necessidade para a segurança.

*Por final, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 Março de 1964, que merecesse ficar registrado para a História, por meio deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?*

Espero que as Forças Armadas Brasileiras se mantenham afastadas da política partidária, atentas às ameaças ideológicas de qualquer origem e contra a usurpação do exercício do Poder no Brasil, como estavam em 1964, quando atuaram decisivamente, ao lado do povo, para evitar a comunização que se mostrava iminente.

# Coronel Helio Mendes

- Natural de São Paulo, SP.
- Na Segunda Guerra Mundial, exerceu, no posto de Tenente, as funções de Comandante de Linha de Fogo, Observador Avançado e Oficial de Manutenção da 1ª Bateria do IV Grupo de Obuses da FEB.
- Último posto da carreira: Coronel.
- Foi adjunto do Chefe de Gabinete do SNI e adjunto da 2ª Seção do Estado-Maior do I Exército. Comandou o 8º Grupo de Artilharia de Campanha.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra. No exterior, realizou o Cours Supérieur Inter-Armées e o da Escola Superior de Guerra, ambos na França.
- Em 1964, era Tenente-Coronel Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

---

Entrevista realizada no dia 4 de abril de 2000.

Inicialmente, agradeço o convite para este depoimento e reitero que me sinto muito honrado em poder participar deste projeto.

Para que melhor possam avaliar minha isenção de ânimo neste depoimento, desejo agora aqui firmar minha posição filosófica e ideológica.

Fui e sou de centro, politicamente. Sempre hostilizado pela direita e pela esquerda política, adotei a democracia como a forma de governo menos ruim, não fazendo concessões à demagogia, sua forma degradada.

Alguns me classificam de radical, na maioria das vezes sem saber o que isto significa. Confesso, entretanto, que sempre fui intransigente na defesa de meus princípios filosóficos, éticos e morais.

Nunca fui virtuoso; esforço-me para ser honesto e correto.

Acredito haver bem servido à causa democrática. Aos 18 anos, apresentei-me voluntariamente para integrar a FEB. Aos 19 anos, combatia o nazi-fascismo nos Apeninos, na Itália. Completei vinte anos em um *fox-hole* – abrigo cavado na terra – na crista do Monte Belvedere, elevação à esquerda de Monte Castelo e de maior altitude que este, comemorando a data, juntamente com os dois cabos de minha equipe de observação avançada, com bombardeios de artilharia sobre as posições alemãs e, também, com os arrebentamentos das granadas com que o inimigo nos presenteava. Na Itália, ainda, participei da campanha, com minha Bateria, até o final das hostilidades.

Depois disso, tenho combatido, continuamente, todos os totalitarismos, sejam eles de direita ou de esquerda política.

Sempre procurei bem cumprir as leis do País, exigindo, igualmente, dos meus concidadãos o mesmo respeito à legalidade.

A única restrição a mim feita por poucos superiores hierárquicos foi "ser oficial difícil de comandar por ter idéias próprias". A isto respondi, parodiando Joana D`Arc quando foi julgada pelo Tribunal Eclesiástico: "Se tenho idéias próprias que Deus me as conserve; se não as tenho que me faça tê-las."

Um último esclarecimento, ainda, para o melhor entendimento deste depoimento: procuro empregar as palavras da língua portuguesa com o sentido normal a elas atribuído pelos dicionários recomendados por nossa Academia Brasileira de Letras.

*O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?*

Procurando ser sucinto, vou me restringir ao período de 1939 a 1964.

Desde seu início, a ação marxista e o marxismo-leninismo se declararam de âmbito internacional. O final do manifesto de 1848 é bem claro a este respeito: "Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!"

Durante a Segunda Guerra Mundial, Stalin fez a revisão desse conceito e instituiu os comunismos nacionais, para poder resistir à invasão alemã e, ainda, conseguir aliar-se às democracias ocidentais. Nessa ocasião, Stalin também extinguiu a Internacional Comunista. Com essas providências, visava ele reacender o patriotismo russo e o das demais nacionalidades que integravam a União Soviética e simular que cessaria a interferência comunista nos países democráticos.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética, em inferioridade nuclear em face dos Estados Unidos, adotou, em relação aos países não comunistas, política externa defensiva, caracterizada pelo movimento pró-paz – ofensiva pela paz – e pela promoção da subversão naqueles países – guerra psicológica – sempre acusando os EUA de intenções agressivas e imperialistas.

A seguir, logo que conseguiu produzir armas nucleares, a URSS mudou sua política externa, passando a utilizar a subversão e a guerra revolucionária para a rápida expansão do comunismo no mundo.

No Brasil, nesse período de 1939 a 1964, destaco apenas a crônica instabilidade política do País. Essa instabilidade decorria:

• do uso do poder para atender a interesses pessoais ou de grupos;

• do desvirtuamento dos programas partidários;

• dos partidos políticos atuarem em prol de interesses de pessoas ou de grupos;

• da má educação política das elites, do povo, dos eleitores e dos eleitos;

• do sistema eleitoral viciado que sempre tivemos e

• do intencional desvirtuamento do regime democrático que, em verdade, sempre foi demagógico.

Como causas mais imediatas, cito somente:

• a tentativa de golpe de estado pelo Presidente Jânio Quadros, por meio do expediente de sua renúncia;

• a intenção do governo do Presidente João Goulart de instaurar no Brasil uma república sindicalista, incentivando para isto a subversão comunista e os preparativos para a eclosão da guerra revolucionária no País.

Esses foram os pontos que julgo principais.

*O senhor julga que a guerra fria, pós-segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?*

Certamente. Em sua política expansionista, durante a guerra fria, a URSS reativou informalmente a ação do Movimento Comunista Internacional, para que este movimento agisse em todos os países a ela não alinhados por meio da subversão e da guerra revolucionária, visando à tomada do poder pelos comunistas locais.

*O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?*

Após a queda da ditadura Vargas, o regime democrático que se lhe seguiu foi sempre desvirtuado pela corrupção, em diferentes graus conforme o governo, principalmente pelo uso do poder em benefício de pessoas ou de grupos.

Apesar de sua atuação em dois ramos – um ostensivo e legal e outro secreto e ilegal – é forçoso reconhecer que somente o PCB ostensivo e legal tinha um programa político partidário preciso e objetivo, que era bem praticado, mesmo após a cisão PCB/PC do B.

Os demais partidos políticos tinham seus programas praticamente iguais e viviam mais em função de líderes e de oportunidades ocasionais do que de suas prescrições programáticas. Prova disto era a situação do PSD – que supostamente abrigava a elite rural de modo especial – e, também, do PTB – que, em teoria, era voltado para os interesses dos trabalhadores – partidos esses fundados e tendo por presidente a mesma pessoa: Getúlio Vargas.

Desse modo, após o Estado Novo, o único período em que houve alguma estabilidade política foi o do Governo Dutra. Daí em diante, a instabilidade política foi aumentando até a ruptura de 31 de março de 1964.

Quero fazer aqui uma observação: Por prever em seu programa a "ditadura do proletariado" como forma de governo, o PCB teve sua legalidade cassada no Governo Dutra. Esta cassação, entretanto, não impediu que, a partir daí, continuasse atuando com seus dois ramos reunidos na clandestinidade.

*Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?*

A insatisfação era muito grande mesmo entre os mais desfavorecidos. A insegurança quanto às rotinas de vida diárias era total. Acordava-se em dúvida a respeito do fornecimento de energia elétrica e de gás de cozinha; saía-se de casa na incerteza de haver condução para ir e voltar; até as refeições diárias eram incertas, tanto pela questão da obtenção de artigos alimentícios como pelo seu preparo. Tive de comprar fogareiros a querosene para me prevenir contra possíveis eventualidades. As greves e paralisações podiam ocorrer a qualquer hora de qualquer dia, sem qualquer aviso prévio, e o Pacto de Unidade de Ação (PUA) decidia, dirigia e coordenava as greves de solidariedade.

A prova da insatisfação generalizada na sociedade com tal estado de coisas ocorreu com a realização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, congregando empresários, trabalhadores e religiosos, com as queixas e apelos de populares para que as Forças Armadas interviessem na questão política para resta-

belecer a ordem e, no dia 31 de março de 1964, com o não atendimento pelos menos favorecidos ao incitamento do Ministro da Justiça do Governo João Goulart. No dia 31 de março de 1964, estações de radiodifusão do Rio de Janeiro transmitiram seguidamente, desde o amanhecer, uma gravação feita por aquele Ministro, incitando os menos favorecidos – favelados, desocupados e miseráveis – a invadirem casas e apartamentos residenciais e estabelecimentos comerciais de todos os bairros da cidade. No entanto, ninguém atendeu a esse chamamento.

*Qual era, de modo geral, a posição da Igreja com relação ao governo deposto em 1964?*

De modo geral, antes e depois do dia 31 de março de 1964, a posição da Igreja foi contrária à ação e aos desígnios do Governo João Goulart. É certo, porém, que havia religiosos favoráveis ao Presidente João Goulart e seus agitadores, pois desde anos anteriores, comunistas vinham cursando seminários e sendo ordenados padres para promoverem agitação e propaganda comunistas no seio da Igreja, isto é, entre sacerdotes e fiéis. Estava em moda, na época, o chamado "comunismo cristão", pregado por religiosos e por organizações externas à Igreja, como a Ação Popular por exemplo. Esta teoria tinha por base a falsa identificação do chamado "humanismo marxista" ao chamado "humanismo cristão". Mas todos esses agitadores desapareceram do cenário político e social tão logo as Forças Armadas intervieram na questão política. Este panorama veio a mudar, a partir das agitações que precederam o AI-5, em decorrência de erros havidos na política inicial do Governo Castello Branco.

*O senhor poderia falar algo sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?*

As "Ligas Camponesas" do Sr. Francisco Julião, os "grupos dos onze" do Sr. Leonel Brizola e outros movimentos semelhantes eram organizações subversivas da esquerda política que, a par das atividades de agitação e propaganda, serviriam de embrião para os agrupamentos armados, quando começasse a guerra revolucionária.

Do mesmo modo, havia movimentos semelhantes na direita do espectro político, como por exemplo o "Clube da Lanterna" e o "Comando de Caça aos Comunistas", o C.C.C.

*O que se passava no meio militar? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos?*

As Forças Armadas estavam, de certo modo, divididas, em conseqüência de acontecimentos ocorridos antes do início do Governo João Goulart. Esta divisão se agravou em decorrência da crise resultante da renúncia do Presidente Jânio

Quadros. O ambiente, na maioria das organizações militares, era de generalizada desconfiança entre seus integrantes. Tanto no seio da oficialidade, como entre os graduados, havia muitos esquerdistas infiltrados. Exemplos mais flagrantes dessa situação foram a revolta dos sargentos em Brasília, a rebelião dos marinheiros e a reunião do Automóvel Clube, ambos no Rio de Janeiro.

*O senhor gostaria de acrescentar mais alguns aspectos relacionados com os antecedentes e causas da Revolução de 31 de Março de 1964?*

Os esquerdistas tentavam reeditar no Brasil, com as devidas adaptações, o mesmo esquema do "assalto ao Parlamento", praticado na Europa, e o da "guerra revolucionária", utilizado na Ásia e na África. Para isso, coordenavam as chamadas "ações de base" com as chamadas "ações de cúpula", combinadas com ações das chamadas "caixas de ressonância", isto é, imprensa, rádio, TV, órgãos classistas etc.

Tentavam, ainda, os esquerdistas uma implosão institucional por meio das alardeadas "reformas", que seriam conseguidas "na lei ou na marra", isto é, por modificações nas leis, consentidas ou impostas por qualquer meio, ou, ainda, pela violência de todo tipo.

Do outro lado, os direitistas também promoviam agitações contrárias às dos esquerdistas e se preparavam para resistir e revidar às ações violentas das esquerdas.

O Governo João Goulart, ajudando as esquerdas e sendo por elas ajudado, prosseguia em seu projeto de implantação de uma república sindicalista no Brasil.

Por último, as Forças Armadas, divididas e infiltradas, pareciam paralisadas e aturdidas pela agitação e pela propaganda promovidas pelo governo, pela esquerda e pela direita política.

*Quais os principais acontecimentos que, a seu ver, foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de Março de 1964?*

Os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964 foram:

- o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro;
- a rebelião dos marinheiros, realizada na sede de um sindicato, também no Rio de Janeiro;
- a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo e
- a reunião dos sargentos, realizada na sede do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro.

A rebelião dos marinheiros teve como palco o Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro. Essa grande agitação, em que se misturavam marinheiros,

fuzileiros navais, metalúrgicos e mulheres, culminou com a saída pela Rua Ana Nery, de marinheiros e fuzileiros, em passeata até o Centro da Cidade. Durante a passeata, os rebelados chegaram ao extremo do desrespeito à legalidade, ao carregarem, aos ombros, em sinal de triunfo, o Almirante Aragão, um dos líderes da desordem, todos com os respectivos uniformes em completo desalinho.

A reunião dos sargentos, na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, presidida pessoalmente pelo Senhor João Goulart, que – na qualidade de Presidente da República, era, também, o Comandante Supremo das Forças Armadas – se caracterizou pela completa e total quebra da hierarquia e da disciplina das instituições militares.

Os documentários televisivos e radiofônicos e as reportagens das revistas da época (*O Cruzeiro, Manchete* etc), a respeito desses dois eventos, comprovam, à saciedade, a gravidade dos fatos lá ocorridos.

*Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando deflagrada a Revolução de 1964?*

Mais do que intérpretes, as Forças Armadas foram pressionadas, diria até empurradas, pelos civis a deflagrar o Movimento de 31 de Março de 1964.

A manobra política das esquerdas consistia em desvirtuar o ordenamento jurídico nacional, paralisar as Forças Armadas, forçar a direita a reagir e, sob o manto de aparente legalidade, destruírem, com o concurso das Forças Armadas, todos os que se opusessem à subversão das leis. Caso fosse necessário, as esquerdas passariam, a seguir, à guerra revolucionária.

A manobra da direita consistia em conseguir apoio em todos os segmentos da sociedade, inclusive apoio nas Forças Armadas, organizar-se e aproveitar algum erro grave da esquerda, ou alguma boa oportunidade que surgisse, para atacá-las e tomar o poder.

As Forças Armadas, que, como já disse, estavam divididas e muito infiltradas por agentes da esquerda, vendo a iminência de uma guerra civil, conseguiram, graças à iniciativa dos Generais Guedes e Mourão e dos governos de Minas Gerais, São Paulo e da Guanabara, polarizar os democratas e se assenhorear do poder.

Se houve golpe, podemos dizer que foi golpe político do povo.

*A derrubada do regime foi obra do povo, de toda a sociedade.*

*Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?*

Era evidente a revolução comunista em marcha. Só não a via quem não quisesse vê-la. Por isso, podemos falar em Contra-Revolução, tecnicamente e dentro da

realidade histórica. O Movimento de 31 de Março começou com a ação preventiva desencadeada pelas Forças Armadas, "empurradas" pela sociedade civil. Naquela época, na fase da desordem generalizada, antes da eclosão da Revolução de 31 de Março, "cansei" de ser abordado nas ruas por populares, que me perguntavam quando as Forças Armadas iriam acabar com a baderna e restabelecer a ordem.

*Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?*

Como é da índole dos políticos, a maioria deles está sempre do lado que detém o Poder. No Congresso Nacional, entretanto, as principais lideranças políticas eram contrárias aos desígnios do Governo João Goulart e às agitações das esquerdas, havendo, também, muitos congressistas que adotavam essa mesma posição política. Nas Assembléias estaduais e nas Câmaras municipais, do mesmo modo, muitos deputados e vereadores, em todo o País, eram favoráveis a que logo se restabelecesse a normalidade democrática.

Após a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964, a grande maioria dos políticos, em todos os níveis do Poder, apoiou a nova situação política. Houve, praticamente, completa adesão.

*Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI e outras), logo após o início da Revolução?*

Tanto a direita, como a esquerda e, ainda, o centro político foram surpreendidos pela ação das Forças Armadas e, de imediato, cessaram as agitações.

As esquerdas haviam promovido uma greve geral, o que muito facilitou a ação do Exército e da Polícia. Em conseqüência da greve geral, poucas pessoas saíram às ruas e, desse modo, não houve agitações populares.

O fato de haver o Exército conseguido superar rapidamente sua divisão interna, quanto às opções ideológicas, e haver efetuado uma intervenção política preventivamente, paralisou completamente as esquerdas; os líderes esquerdistas, temerosos das conseqüências que resultariam da frustrada manobra política intentada, desapareceram de cena rapidamente.

A seguir, de modo geral, todos aderiram à nova situação política e, até hoje, não encontrei ninguém que dissesse ter estado comprometido com o projeto sindicalista do Presidente João Goulart ou com os projetos da esquerda política daquela época.

*Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?*

Não citarei nomes, nem responderei de modo completo à pergunta, para evitar que, por esquecimento ou má informação, cometa injustiças. Vou citar apenas:

Líderes civis: os governadores de São Paulo, da Guanabara e de Minas Gerais, alguns políticos desses estados e outros tantos políticos do Congresso Nacional.

Líderes militares: muitos oficiais superiores, principalmente do Exército, e alguns oficiais generais dos postos de General-de-Brigada e General-de-Divisão ou seus correspondentes nas duas outras Forças Armadas.

Esclareço que, como líderes principais, estou considerando somente aqueles que assumiram taxativamente tal posição até o final de 1963.

*A Revolução de 31 de Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos Estados Unidos da América?*

As esquerdas tiveram auxílio externo de toda ordem – auxílio financeiro, formação de ativistas e outros – de países comunistas, principalmente de Cuba. Essa é uma verdade que está, intencionalmente, muito esquecida. Havia setores de esquerda que até possuíam listas de líderes e de administradores cubanos que viriam para o Brasil, logo que a subversão fosse vitoriosa, para aqui assumirem postos na administração pública. Vi tais listas em mãos de ativistas da esquerda.

Não tenho certeza, mas me parece que a direita teve algum auxílio externo, não sei de qual natureza, propiciado por intermédio de agentes da CIA, principalmente.

No que tange aos grupos considerados de centro, como tendência política, parece-me que o auxílio externo se resumiu em apoio diplomático, apoio moral e apoio no que se refere a obras de escritores democráticos.

Quanto aos diversos grupos com que trabalhei desde 1961 até 1964, somente em relação ao último, já no primeiro trimestre de 1964, ocorreu que pedimos e nos foi prometido auxílio externo de suprimento de combustíveis por um período de três meses, a partir do início de ações armadas no Brasil, tempo que, segundo nossas estimativas, deveriam durar as hostilidades na guerra civil que julgávamos inevitável. Felizmente, tal apoio não foi necessário.

No início de abril de 1964, entretanto, quando fomos prender a Diretoria da Petrobrás, em sua sede na Praça Pio XI, em frente à Candelária, constatei, no escritório do presidente da empresa, que todos os petroleiros que navegavam para portos brasileiros haviam sido desviados de suas rotas originais, por ação de pessoas da direção da empresa, com a finalidade de provocar o colapso do abastecimento de combustíveis no País. Mas a nova diretoria, logo empossada, conseguiu resolver o problema, criado pelo pessoal da esquerda política da Petrobrás, sem graves prejuízos para o Brasil.

*Qual o posicionamento dos EUA em relação à Revolução de 31 de Março de 1964?*

Os EUA tinham à época posição contrária àquela do Governo João Goulart e à das esquerdas em geral. No que sei, a atuação dos EUA naquela época, em relação ao Movimento de 31 de Março de 1964, pautou-se por discreto apoio diplomático, nunca envolvendo apoio material ou em recursos humanos.

*A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?*

Naquela época, a maioria dos oficiais e graduados das Forças Armadas era dotada de boa formação democrática, estava consciente da necessidade de preservação do regime democrático no País e sabia que as soluções preconizadas pelas esquerdas nos levariam a resultados funestos.

As esquerdas, empolgadas por sua propaganda e com excesso de confiança em seus métodos, acreditavam que a ocupação de postos-chave, por pessoas de sua escolha, e a infiltração de ativistas nas Organizações Militares paralisariam completamente as Forças Armadas ou as tornariam dóceis aos seus desígnios. Enganaram-se totalmente.

*Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?*

Nas Forças Armadas, principalmente nos momentos difíceis, o aspecto chefia e liderança pode ser bem aquilatado em função das ordens expedidas, do modo como são elas cumpridas e dos resultados obtidos pela ação da Organização Militar considerada.

No caso em pauta, minha apreciação é que a chefia e a liderança foram muito bem exercidas pelos oficiais em postos de comando naquelas organizações militares.

*O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 31 de Março de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?*

No meu entender, o emprego operacional dos cadetes da AMAN naquelas circunstâncias foi correto, pois a soberania nacional corria sérios riscos.

*Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos, visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?*

Os principais objetivos estratégicos visados, sob o aspecto político, foram: evitar a perda da soberania nacional, manter o ordenamento jurídico do País e restabelecer a ordem pública. Para isso, é que foi feita a Revolução.

*As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março de 1964? Por quê?*

A união e a coesão das Forças Armadas e, internamente às mesmas, a união e a coesão dos seus respectivos militares foram robustecidas, principalmente em função da adesão, espontânea na maioria dos casos, de quase todos ao exercício da destinação constitucional para elas estabelecida: defesa da Pátria e manutenção da Lei e da Ordem.

*O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?*

Depende do significado que se atribua à palavra ideologia. O Movimento de 31 de Março de 1964 tinha por principal escopo a preservação do regime democrático no País. Se considerarmos ideologia como um conjunto de idéias visando a uma determinada finalidade e se entendermos que há um conjunto de idéias regendo a Democracia, então a resposta será afirmativa. Mas se considerarmos ideologia como uma simplificação deturpada de uma filosofia, com a finalidade de iludir o povo, então a resposta será negativa.

*A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?*

A chamada "mídia", em princípio, sempre corteja o Poder. Antes de 31 de março de 1964, a "mídia", em sua maior parte, mantinha-se em posição dúbia ou apoiava o Governo João Goulart e as esquerdas políticas que estavam nas graças do Governo. Havia, entretanto, na "mídia" muitos órgãos de elevada expressão publicitária que se posicionavam francamente contra o Governo João Goulart e seus adeptos. Após a eclosão da Revolução, a maior parte da "mídia" passou a apoiar o novo regime.

Na atualidade, entretanto, constato que a chamada "mídia", em sua quase totalidade, pratica o chamado "pensamento único", isto é, ela é mais parcial em favor do atual governo do que o era em relação ao Governo João Goulart, naquela época.

*Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?*

De início, como já disse, o Movimento de 31 de Março de 1964 foi um contragolpe, praticado preventivamente pela maior parte da sociedade civil brasileira contra o Governo João Goulart e as esquerdas que o apoiavam. Ressalto que foi praticado pela sociedade e não pelas Forças Armadas. Estas fizeram uma intervenção, adiantando-se a uma situação, talvez até de beligerância interna – guerra

civil – prestes a eclodir. Entretanto, os resultados produzidos no País pelo Movimento de 31 de Março de 1964 permitem seguramente classificá-lo como autêntica Revolução. Para ser sucinto na demonstração do que afirmo, basta lembrar que, no período da Revolução, o Brasil atingiu a situação de 8ª economia no mundo e, apesar do aumento populacional ocorrido no mesmo período, o número de miseráveis na sociedade brasileira caiu, percentualmente, para menos da metade do que era antes de 31 de março de 1964.

*Em seu entendimento, a Revolução de 31 de Março de 1964 trouxe benefícios ou foi prejudicial ao País?*

Os benefícios trazidos pela Revolução de 31 de Março de 1964 ao País foram imensamente maiores que os prejuízos dela advindos aos brasileiros. Parece-me desnecessário estender-me a esse respeito, pois que somente uns poucos frustrados em suas aspirações totalitárias contestam esta realidade. É comum, ainda hoje em dia, ouvir-se de populares, ao se referirem àquele período, que "eram felizes e não sabiam". Ouve-se isso diariamente nas ruas.

*Existem críticas à Revolução de 1964. O senhor poderia nos citar erros que, porventura, tenham sido cometidos?*

De início, o Governo Castello Branco houve por bem adotar política muito conservadora, visando ao retorno à situação de antes de Jânio Quadros. Essa perda de tempo inicial prejudicou todo o desenvolvimento político e social a seguir.

Outro grande erro foi não haver sido criado, logo após março de 1964, um partido político da Revolução de 1964, visando à sustentação política do Governo e à formação de novas lideranças políticas.

O maior erro, porém, foi não ter sido dada a devida importância à educação, considerada de modo amplo e geral, e, em particular, à educação política de toda a sociedade.

*A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. Poderia citar os principais?*

Omitem os acertos da Revolução de 1964 por conveniência política, para que não haja termos de comparação com o retrocesso que vêm impondo ao País e, também, por não terem nada de concreto a apresentar, a não ser a propaganda de projetos de pequena probabilidade de virem a ser concretizados. De modo geral, as grandes realizações apregoadas pelos Governos da atualidade nada mais são que a destruição, a alienação ou o desvirtuamento dos acertos da Revolução de 1964.

*O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc, ocorridos numa primeira fase, e a colocação de bombas em bancas de jornal etc, posteriormente) praticadas por extremistas?*

As ações de guerrilha e de terrorismo praticadas pela esquerda política tinham por finalidade a implantação de regime comunista no País e não a luta pela democracia, como agora apregoam. As ações terroristas praticadas pela direita política visavam a prejudicar a chamada "abertura política" iniciada no Governo Geisel.

*O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?*

Na ocasião, não havia alternativa política para o Governo Costa e Silva. O AI-5 poderia ter sido evitado, não fossem as agitações da esquerda e da direita política, praticadas ao abrigo da vigência da nova Constituição promulgada pelo Governo Castello Branco. Concorreu, ainda, de modo decisivo para a edição do AI-5, a crise militar provocada pelo então Ministro do Exército, que, para manter-se no seu cargo, utilizou-se politicamente de infantil discurso de trêfego deputado esquerdista, discurso este pronunciado em sessão da Câmara dos Deputados, com pouquíssimos deputados presentes, e publicado somente em inexpressivo jornal de Brasília.

*Foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o SNI e os DOI?*

A criação do SNI foi realmente necessária. Porém, o desvirtuamento da função daquele órgão começou a ser produzido, pelo seu próprio Chefe, logo após sua criação. Por esta razão, o General Helio Lemos e eu nos indispusemos com o Chefe do SNI, e, também, com a Presidência da República, cerca de seis meses após a criação do órgão.

Indispus-me, posteriormente, com a cúpula do Exército, por causa do emprego das Forças Armadas no combate ao terrorismo e à guerrilha da esquerda política e, do mesmo modo, com a Presidência da República, em razão de haver preconizado que fossem criados um órgão de repressão especial e uma justiça extraordinária para tratar de tais crimes.

*Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no governo do País?*

Realmente houve demora nessa questão, mas não somente por culpa de participantes e de detentores do Poder durante aquele período. Lembro a todos que foi feita uma primeira tentativa de normalização democrática com a Constituição promulgada pelo Governo Castello Branco, tentativa esta frustrada pelos acontecimentos

que levaram ao AI-5. Posteriormente, outra tentativa, ao início do Governo Médici, foi interrompida pela guerrilha urbana desencadeada pela esquerda política.

*Qual a sua opinião acerca do panorama político durante os governos revolucionários, principalmente o comportamento do Congresso Nacional?*

Até o final do Governo Médici, o panorama político foi francamente favorável aos Governos da Revolução de 1964, tanto no que diz respeito ao Congresso como à opinião pública.

Tal era a maioria política no Congresso, obtida nas eleições anteriores pela ARENA, partido governista, que muitos políticos previam, ao início do Governo Geisel, a iminência de virmos a ficar com um partido político único nas eleições daquele ano, à semelhança da situação do PRI no México. Adotando tais previsões, o Governo Geisel resolveu, para as eleições do primeiro ano de seu mandato, incentivar e ajudar politicamente o MDB, para que este partido melhorasse numericamente sua representação no Congresso. O resultado dessas eleições constituiu enorme surpresa para todos, pois o MDB conseguiu maioria no Congresso. Este grave erro de apreciação política prejudicou e condicionou a ação do Governo Geisel até o final do seu mandato.

*Houve, a seu ver, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc) e prática de tortura contra presos? O que tem a declarar quanto a isso?*

A meu ver, durante a vigência do AI-5, como não poderia deixar de acontecer, pois para isto fora editado aquele ato, houve o cerceamento das liberdades mencionadas.

Quanto à tortura de presos, esclareço que dessa prática obtive apenas provas circunstanciais. Isto, no entanto, não impediu que apresentasse reclamações oficiais a respeito dessa irregularidade e que, pelo menos em duas ocasiões, em épocas e circunstâncias distintas, haja discutido, de modo áspero, com dois sucessivos Chefes do CIEx.

*Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?*

Concordo com a denominação "ditadura" ao período em que esteve em vigor o AI-5. Não concordo, entretanto, com o qualificativo "militar", pois que somente os cargos de presidente da República e de chefe do Poder Executivo foram exercidos por um general do Exército. Lembro que a acumulação desses dois cargos pela mesma pessoa é prescrição constitucional nos regimes presidencialistas.

Como explicação e justificativa a respeito desse período, peço que revejam o que disse anteriormente em referência ao AI-5.

Quanto aos chamados "anos de chumbo", sugiro a leitura de *1968, o Ano que não Terminou,* livro do jornalista Zuenir Ventura, festejado escritor da esquerda política, para que tenham uma idéia das culpas e das contribuições das esquerdas políticas para que tenha havido aquela situação, naquele período.

*Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?*

As Forças Armadas, na qualidade de Instituições Nacionais, praticamente em nada se aproveitaram da situação para auferir vantagens. Alguns militares, no entanto, individualmente se aproveitaram da situação. Uns poucos desses aproveitadores, que se excederam e até crimes praticaram, foram condenados pela Justiça a penas diversas. Como é normal, em todos os rebanhos há ovelhas negras!

*De sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?*

Um rápido balanço de erros e acertos, benefícios e prejuízos, revelará que o saldo dos vinte anos de Governos da Revolução foi altamente favorável ao País e que o Brasil e a grande maioria dos brasileiros disto muito se beneficiaram.

*A que o senhor atribui o esgotamento da Revolução de 1964?*

As principais causas do esgotamento da Revolução de 1964 foram:

• os graves erros iniciais da política do Governo Castello Branco, já anteriormente mencionados;

• os graves erros políticos do Governo Geisel;

• a desmedida ambição da política econômica do Governo Geisel;

• a má condução do processo de abertura política no Governo Geisel;

• as duas graves crises resultantes do aumento dos preços do petróleo no mercado internacional;

• a recessão econômica no Governo Figueiredo;

• a apatia do Governo Figueiredo, principalmente após a operação cirúrgica a que o Presidente foi submetido nos EUA.

Dizem que tenho má vontade em relação ao Governo Geisel, mas a grande realidade é que todas as suas decisões, de largo alcance, desde seu tempo de presidente da Petrobrás, deram maus resultados. Logo no início de seu governo, aquela deci-

são de favorecer o MDB levou a uma tragédia política. Pode-se dizer que marcou e condicionou todo o seu período de governo e o subseqüente, do Presidente Figueiredo.

*A conjuntura internacional veio a acelerar a abertura política?*

Em minha opinião, a conjuntura internacional contribuiu para a decisão da realização da abertura política.

*Haveria condições para a continuidade do processo revolucionário após o governo de Figueiredo?*

Acredito que não. A apatia e a falta de iniciativa política do Governo Figueiredo paralisaram completamente o movimento revolucionário. No entanto, as principais causas do esgotamento da Revolução de 1964, como disse há pouco, foram os graves erros cometidos no Governo Geisel.

*Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?*

O grave erro político logo ao início do Governo Geisel, que resultou na conquista da maioria das cadeiras do Congresso Nacional pelo MDB, condicionou e prejudicou todo esse período de governo, prejudicando, também, a abertura política, nele iniciada.

*Houve ou existe, hoje, o chamado "revanchismo" por parte de autoridades, em relação aos militares?*

O chamado "revanchismo", principalmente em relação aos militares, é uma das partes não divulgadas da atual política governamental. O mesmo se verifica em relação ao desrespeito à lei e à ordem em todo o País.

*A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da Revolução? Caso positivo, qual a razão deste fato?*

Esta questão faz parte da educação, em geral, e da educação política, em particular, assinalada como um dos pontos falhos em todas as políticas dos governos da Revolução, desde o início do Governo Castello Branco. As universidades e escolas continuaram tendo maioria de professores de tendência esquerdista. As livrarias quase que só dispunham de publicações de esquerda – marxista e de outros teores. A Revolução fez muito pouco para conter esta avalanche, em termos de Comunicação Social.

*Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse contexto?*

A democracia e o marxismo são concepções absolutamente irreconciliáveis. Deste fato e da bipolarização do Poder mundial, decorria o radicalismo ideológico dos tempos da "guerra fria". Após a queda do "Muro de Berlim", desapareceram o marxismo-leninismo, mais conhecido como comunismo, e outras derivações do marxismo. Mas em três países no mundo o marxismo continua muito atuante; são eles a China, Cuba e o Brasil. De alguns anos até a atualidade, no Brasil a progressão marxista vem sendo feita com muita competência, de modo sorrateiro e com o disfarce de atuação democrática, segundo a tese preconizada pelo filósofo italiano Gramsci.

*A imagem, hoje, do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?*

Parece-me justa e merecida essa aceitação pela sociedade. Entretanto, mantenho minha opinião a respeito da falta de conhecimentos, na grande maioria dos militares de todos os postos e graduações, referentes à teoria política, em geral, e à democracia, muito especialmente.

*Por final, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 que merecesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?*

A Revolução de 31 de Março de 1964 impediu que o Brasil passasse à situação de país satélite da União Soviética e que, pelo menos por 25 anos, os brasileiros viessem a sofrer as agruras de um regime comunista.

Somente este feito compensaria largamente qualquer prejuízo que a Revolução possa ter causado ao País, mesmo que nada mais houvesse realizado em benefício do Brasil e dos brasileiros.

Atualmente, duas teorias internacionalistas assediam nossa sociedade, ambas pretextando a realização do nosso ideal democrático, porém atuando segundo projetos diferentes, aparentemente sem choques entre si. Uma delas é o neoliberalismo com sua teoria da globalização. A outra é o neomarxismo, que se orienta pela teoria do filósofo italiano Gramsci.

Neste momento, parece-me de suma importância alertar a Nação para os perigos dessa nova situação política que se nos apresenta, a qual poderá nos levar à perda de nossa soberania, à perda de nosso patrimônio cultural e material, à nossa desintegração social e territorial e, principalmente, à perda de nossa identidade nacional.

# Coronel Aluízio de Campos Costa

- Natural da Cidade de Barbacena, MG.
- Último posto na carreira: Coronel.
- Como Capitão da Arma de Artilharia, ingressou no Magistério Militar, através de concurso, no ano de 1955, exercendo, por longos anos, o cargo de professor da Cadeira de Balística da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Na vida pública civil, após a Revolução, exerceu as seguintes funções:
- Secretário de Educação do Município de Barra Mansa, RJ (1969/1971).
- Coordenador Regional (RJ) do PROCARTA (Programa Nacional da Carta Escolar – MEC) (1973/1974).
- Vice-Presidente de Serviços da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (1976/1979).
- Prefeito Municipal de Volta Redonda, por nomeação (1979/1982).
- Possui o curso da AMAN – Artilharia e outros, civis e militares, ligados ao Ensino e à Administração Empresarial.
- Em 1964, era Major e servia na AMAN, como professor da Cadeira de Balística.

---

Entrevista realizada no dia 15 de maio de 2000.

*Cel Aluízio, gostaria que nos apresentasse um resumo de sua experiência pessoal no cumprimento das missões especiais que lhe foram confiadas ao longo do período revolucionário.*

Titular do Magistério Militar na Academia Militar das Agulhas Negras, fui convidado pelo Prefeito de Barra Mansa para o cargo de Secretário de Educação do Município. Autorizado por meus superiores, aceitei o convite e passei a exercê-lo, cumulativamente com o de professor de Balística.

Na Secretaria, deu-se a maior ênfase à instrução de Moral e Cívica. As datas memoráveis da nacionalidade eram todas comemoradas solenemente, com a participação de alunos, de professores e da comunidade.

Após o término do mandato do prefeito que me convidara, deixei as funções de Secretário, tendo sido, logo a seguir, nomeado assessor técnico e, pouco depois, coordenador regional do Programa Nacional da Carta Escolar – MEC – no Estado do Rio de Janeiro – PROCARTA/RJ.

Ao término dos trabalhos do PROCARTA, fui nomeado administrador do Hospital da CSN, em Volta Redonda. Pouco depois, por nomeação do então Presidente da SIDERBRÁS, assumi o cargo de vice-presidente de Serviços da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

No exercício dessa função, organizei a 1ª Olimpíada do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) e fui presidente do Comitê Olímpico.

Recebi, na época, a missão de preparar, também, toda a parte administrativa, setor de pessoal, da Siderúrgica de Tubarão, em fase de implantação no Espírito Santo.

Decorrente de decisão e ordem de Brasília, fui, a seguir, nomeado Prefeito de Volta Redonda.

Na época, a legislação vigente estabelecia que prefeito de município considerado de Segurança Nacional só poderia ser nomeado com o aval do presidente da República, cabendo a nomeação ao governador do estado que, à época, no Estado do Rio, era Chagas Freitas.

A ele, fui conduzido pelo Comandante Adyr Velloso, da Marinha de Guerra, então Secretário de Transportes do Estado, para apresentação e formalização do convite.

Assinado o ato de posse no Palácio Guanabara um mês após o convite, retornei a Volta Redonda, iniciando o trabalho conseqüente, trabalho empolgante e apaixonante.

Após nomeação dos secretários, estabeleci com o de Fazenda não me incluir na folha de pagamento. “Já tenho salário”, disse, para estupefação dele.

É bom destacar que, ao assumir as funções, a Prefeitura não tinha crédito na Praça, nem recursos para o pagamento aos funcionários, uma vez que o ICM, parte mais substancial da arrecadação, havia sido bloqueado pelo Banco do Brasil, garantidor que era de uma dívida não paga.

Após entendimentos com o presidente do BB, o bloqueio do ICM foi suspenso. Decorridos oito meses, pagas todas as dívidas, começamos a realização das obras que, ao seu final, fizeram o Município passar do 69º lugar para o 4º, relativamente aos municípios mais desenvolvidos do País, de mais de cem mil habitantes ("O Dirigente Municipal" – Vol XII, 1981).

Essas obras, que não foram poucas, constam de um documento impresso distribuído à população local por indicação da Câmara de Vereadores. Com prazer, passo às mãos de meu ilustre entrevistador – Gen Nery – meu ex-aluno e brilhante oficial general, o documento em questão.

Ressalte-se, em rápido resumo, as mais importantes:

- Na Educação
  - — Remodelação de todas as escolas públicas municipais, ampliação de algumas e construção de três novas, em bairros carentes, com 23 salas de aula.
  - — Os professores foram reciclados e participaram de cursos de atualização.
- Na Saúde Pública
  - — Construção de Estação de Tratamento d'Água, em cinco módulos, para um milhão de habitantes. Foi inaugurado o primeiro, para atendimento a trezentos mil habitantes, população da época.
  - — A rede de distribuição de água tratada foi ampliada em 35% (67.920m) e a de esgoto em 51% (67.534m). Pode-se afirmar que, a partir daí, todas as residências da cidade tinham água tratada e estavam ligadas à rede de esgotos sanitários.
  - — O Hospital Municipal foi ampliado e reequipado.
  - — Centros de Saúde e Comunitários foram construídos em bairros carentes.
- Lazer e Esportes
  - — As praças existentes foram remodeladas e construídas outras 21, dotadas todas de equipamentos desportivos.
  - — Em duas ilhas do Rio Paraíba, que ligamos por pontes, construímos um grande Centro de Lazer e de Esportes, que denominamos Complexo Duque de Caxias, composto de: Centro de Exposições, Centro de Cultura, Ginásio Poli desportivo e o maior parque aquático público do estado, com três piscinas.

No local, foi construído o quartel da Guarda Municipal. Vale registrar que algumas dessas obras foram terminadas pelo meu sucessor, com verba no orçamento e recursos deixados em caixa.

— Construção do Zoológico Municipal.

- Transportes
  - — Pavimentação totalmente refeita e implantada onde não existia.
  - — Ponte sobre o Rio Paraíba do Sul, ligando dois bairros.
  - — Construção de viaduto, em aço niocor, sobre a via Dutra.
- Edificações importantes e iluminação pública.
  - — Construção de modernos prédios para a Câmara Municipal e para o Fórum.
  - — A iluminação pública foi ampliada e modernizada.

Outras realizações deixam de ser citadas para atender às demais indagações que me serão apresentadas, na busca de outros objetivos específicos desta entrevista.

Passados três anos e por imposições políticas que não eram motivo de minhas preocupações, ao sair da Prefeitura de Volta Redonda, nada ficou pendente; as obras em andamento constavam do orçamento e recursos havia em caixa para seu término.

Após este breve relato, que trata de uma experiência adquirida em circunstâncias especiais após 1964, devo salientar que muitos militares do Exército, como eu, e provavelmente das outras forças singulares, foram chamados ao cumprimento de missões dessa natureza e similares e delas todos conhecemos que se desincumbiram com seriedade, competência e patriotismo.

*Depois deste objetivo e marcante relato feito pelo nosso colaborador, a respeito de suas atividades após 1964, em que tanto se destacou, representando, na vida pública, com toda dignidade, o nosso Exército, passemos, agora, a outros aspectos não menos relevantes desta entrevista.*

*Coronel, a seu ver, quais foram as raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?*

Podemos buscá-las ainda no período do Presidente Getúlio Vargas que era tido como um homem simpático à Alemanha nazista. Após a declaração de guerra àquele país, conseqüência de agressões de várias naturezas, entre as quais o afundamento de muitos navios mercantes brasileiros, Vargas, até então anticomunista, adotou uma posição mais à esquerda, assumindo uma atitude populista que o tornou simpático às classes trabalhadoras.

A mutação ideológica de Vargas propagou-se a muitos de seus discípulos, sobretudo a João Goulart e ao partido por ele criado – o PTB – com a conseqüente infiltração comunista. João Goulart – Jango, como era conhecido já na época de

Getúlio – quando Ministro do Trabalho de Vargas, manifestava as suas tendências esquerdistas. Estimulava, de todas as formas possíveis e imagináveis, a ocorrência de agitações sindicalistas.

Pois esse homem é que foi eleito vice-presidente da República, sendo que o vencedor do pleito para Presidente foi Jânio Quadros. Naquela época, 1961, votava-se, numa só chapa, para presidente e vice-presidente, acontecendo, assim, que o vice de Jânio Quadros não foi eleito. Pertencentes a partidos diferentes e defendendo atitudes díspares, era fácil notar que esse casamento jamais iria dar certo.

Em agosto de 1961, Jânio Quadros surpreendeu a Nação renunciando à Presidência. O homem que tivera a maior votação neste país... João Goulart achava-se em visita oficial à URSS e China comunista. A renúncia causou estupefação ao povo, que ficou abismado, sem nada entender. O Vice-Presidente assumiria a Presidência...

Os ministros militares da época, que eram o Almirante Sylvio Heck, da Marinha, o Marechal Odylio Denys, do Exército, e o Brigadeiro-do-Ar Grüm Moss, da Aeronáutica, firmaram um documento que encaminharam ao presidente da República em exercício, Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, substituto natural na ausência daqueles dois.

Documento extenso, assinalava que o senhor João Goulart, "... na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, constituir-se-ia, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejavam ver o país mergulhado no caos, na anarquia , na luta civil..." afirmava, ainda, que "... as Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas..." Seria o caso, pela pregação subversiva, do ditado popular: "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura..."

Séria crise política ocorreu no País, colocando em confronto dois grupos: o primeiro, defensor da posse de Jango; o outro, afinado com o manifesto dos ministros, contrário à posse. O pessoal que apoiava Jango reunia quatro tendências:

• os que concordavam com sua linha ideológica e de seus companheiros políticos;

• os brizolistas, que atuavam em torno do seu chefe e do chamado movimento da legalidade, por ele desencadeado quando governador do Rio Grande do Sul;

• os comunistas, aliados das duas primeiras tendências;

• e, finalmente, uma quarta corrente que, embora preocupada com a ação de Jango na Presidência, concordava com sua posse, como determinava a Constituição.

O segundo grupo, radicalmente contrário à posse, discordava do manifesto dos ministros militares.

Criou-se, então, um impasse. A solução conciliatória foi a mudança do regime presidencialista para o regime parlamentarista, que reduzia, de forma drástica, os poderes do Presidente. Foi aceito por Jango, que pretendia, tão logo tivesse condições, derrubar o Ato Institucional, de 3 de setembro de 1961, que estabelecera a mudança.

Esse Ato Institucional previa que, nove meses antes do término do mandato presidencial de Jango, realizar-se-ia um plebiscito popular para estabelecer qual regime seria o escolhido. Logo que assumiu a Presidência, Jango começou a trabalhar no sentido de derrubar aquele acordo que havia sido feito de bom grado entre as duas partes. E conseguiu antecipar o plebiscito, retomando os poderes peculiares ao Presidencialismo.

A propósito, é interessante assinalar o que disse o General Olympio Mourão Filho, em suas memórias. O General, que fazia parte do grupo dos legalistas e era favorável à posse de Goulart, mudou de atitude e explica por quê:

Assistiu a um diálogo entre Brizola e o General Osvino Ferreira Alves – mais tarde foi Comandante do I Exército – na casa deste, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, e ficou perplexo. Um vasto plano estava sendo preparado: previa campanha intensa pelo plebiscito, para a volta ao Presidencialismo imediatamente, antes do prazo acordado entre as partes. Outro assunto, tratado por Brizola e o General Osvino, dizia respeito ao término da inelegibilidade dos sargentos, cabos e soldados e extensão do voto aos soldados e aos analfabetos.

Diz, ainda, o General Mourão:

• Eu sabia que a primeira fase do programa – a volta do Presidencialismo antes do prazo previsto – estava ganha por eles e deveria ser sucedida pela segunda fase – o golpe definitivo para a instalação da república sindicalista do senhor Brizola.

Há um excelente livro escrito pelo meu ex-comandante, General Adolpho João de Paula Couto, que apresenta um magnífico retrato do que acontecia na época. Ele fez uma pesquisa extraordinária sobre tudo o que ocorreu na Revolução. Cita todos esses fatos... o que disse fulano e beltrano. O nome do livro é *Revolução de 1964 – A Versão e o Fato*. Lembrou que, numa aula proferida na ESG, o Sr Alfredo Buzaid assim se expressou: "... O Brasil, no primeiro trimestre de 1964, se viu diante do dilema: revolução socialista ou democracia social..." Revolução socialista era o que o Governo João Goulart preconizava. O povo, repudiando aquela idéia, optou pela democracia social, donde surgiu a Revolução de 1964.

*O senhor julga que a guerra fria teve uma grande influência na Revolução de 31 de Março?*

A guerra fria influenciou o mundo inteiro, porque eram as duas maiores potências mundiais – Estados Unidos e URSS – em confronto; e nós não estávamos imunes a esta influência. Afetou-nos, como não poderia deixar de acontecer, sem dúvida alguma.

*Na sua opinião, a Igreja apoiava ou se opunha ao governo deposto?*

Devo assinalar o seguinte fato que julgo muito importante: Dom Eugênio Sales, muito antes da Revolução, quando Bispo no Nordeste, já alertava sobre o perigo comunista. A subversão estava em marcha e ele era contrário àquela situação.

Mas, havia um outro grupo, liderado por D. Evaristo Arns, de São Paulo, que era favorável ao comunismo. É difícil entender esse posicionamento contrário à filosofia religiosa. Houve, assim, uma divisão, embora a facção mais importante estivesse contra João Goulart.

*A seu ver, quais os principais acontecimentos que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução em 31 de Março?*

Podemos afiançar que três fatos foram decisivos para o desencadeamento da Revolução. Um deles diz respeito ao dia 13 de março de 1964, quando houve um grande comício na frente da Central do Brasil, aqui no Rio de Janeiro, próximo ao prédio do então Ministério da Guerra, em local vedado a tais manifestações. Esse comício, com a presença do presidente da República e até do ministro da Guerra, contou com a participação de muita gente. Foi realizado na hora em que a grande massa de trabalhadores dos subúrbios pegaria o trem para a volta à casa. Pessoas dos municípios vizinhos receberam toda a sorte de facilidades do governo da época, como transporte e alimentação.

Esse, o primeiro fato determinante da Revolução. O segundo foi a baderna dos marinheiros e fuzileiros navais, no Sindicato dos Metalúrgicos, alguns dias depois. O Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, ordenou a prisão dos revoltosos, demitiu o Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais e, não tendo conseguido abafar a rebelião, se exonerou do cargo, em meio à crise. Seu substituto no Ministério da Marinha, Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, um esquerdista decrépito, determinou imediatamente, por ordem do próprio presidente da República, a libertação daqueles camaradas.

O terceiro fato, que determinou o desencadeamento da Revolução, ocorreu no dia 30 de março de 1964. Na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, a

Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar promoveu uma reunião que contou com a presença do Presidente João Goulart. Compareceram alguns poucos sargentos das Forças Armadas, envolvidos na política. Jango fez um dos mais vibrantes discursos de sua vida, e também o último. Foi calorosamente aplaudido pelos comunistas que lotavam os salões do Automóvel Clube e confraternizavam com os militares. Esse último fato foi o estopim para a eclosão da Revolução.

*Qual a atitude do Congresso Nacional ao ter início a Revolução?*

Faço minhas as palavras do Brigadeiro Max Alvim: "O Congresso Nacional, na época da Revolução, foi dolosamente omisso." São palavras textuais do Brigadeiro: "O Congresso foi dolosamente omisso."

*O senhor entende que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando da deflagração da Revolução de 31 de Março?*

Sem a menor dúvida. O Exército nada mais fez do que o povo queria. A propósito, cito um fato relatado pelo General Lyra Tavares, acerca daquela Marcha das Famílias, com Deus, pela Liberdade, em São Paulo. Diz o General: "Eu estive presente e nunca ouvi tanto desaforo na minha vida." Perguntavam-me: "O que vocês estão esperando para saírem às ruas?" São palavras textuais do General Aurélio de Lyra Tavares: "O que vocês estão esperando para saírem às ruas?" Evidente, que se referiam ao Exército. Então, o Exército foi o intérprete, sem a menor dúvida, da grande maioria do povo.

*Como se portaram os movimentos sindicais e entidades taxadas de esquerdistas como a UNE, CGT, PUA, logo após o início da Revolução?*

O Governo de João Goulart contava com a força dos sindicatos. Tinha uma avaliação errônea dos fatos. Pensava que, trabalhando o círculo dos sargentos, contrariamente à disciplina e invertendo a hierarquia, os chefes militares iriam perder o comando da tropa. A conseqüência, sem a atuação das Forças Armadas, seria a liberdade para os sindicatos fazerem o resto. Cometeu um tremendo erro de cálculo.

*Erro grosseiro, porque a maioria dos sargentos estava fiel ao seu juramento. Lembro-me de que servia em Itu, São Paulo, e fui procurado por um sargento que dizia não estar acreditando que o Ministro da Guerra estivesse presente àquele comício na Central do Brasil. Essa tentativa de subverter a disciplina e a hierarquia não frutificou, pelo contrário, abalou os próprios sargentos que eram extremamente disciplinados, particularmente os das Unidades do interior. Havia, apenas, peque-*

*nos movimentos na Capital, Brasília, e no Rio de Janeiro e que causaram a falsa impressão, ao Governo João Goulart, de que teria o apoio de todos.*

Perfeitamente, Jango avaliou mal; incidiu em erro palmar, ao mexer com a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas.

*A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal "esquema militar" que Jango sempre apregoava contar?*

Deveu-se a um erro de cálculo, como acabei de dizer. O Presidente Goulart, o Jango, acreditava dispor de um forte apoio militar e estava equivocado. Pensou que, com aquele trabalho que fazia junto aos sargentos, neutralizaria a ação dos chefes militares, tornando as Forças Armadas incapazes de se oporem ao poder sindical. Estava radicalmente equivocado. A reação dessas Forças, inclusive com a participação da grande maioria dos sargentos, surpreendeu o governo que, incapaz de agir, teve de fugir e exilar-se no Uruguai.

*A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna?*

Sem dúvida, sem dúvida. Exclusivamente de preparação interna. Incorre em erro grosseiro aquele que imagina a existência de qualquer apoio de origem alienígena.

*Mesmo assim, qual o posicionamento dos Estados Unidos com relação ao nosso Movimento Revolucionário?*

Só poderia ser favorável à Revolução, tendo em vista que a mesma voltava-se contra o comunismo.

*Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas e daqueles que participaram das situações de iminência do combate, envolvendo a 4ª RM/ DI e elementos do próprio II Exército?*

Tanto na frente de Minas Gerais, como na do Vale do Paraíba, os chefes militares revolucionários, dos diversos escalões, destacaram-se no aspecto chefia e liderança, conduzindo, com muita competência, a tropa.

Em síntese, os oficiais das Forças Armadas, com responsabilidade de comando e de assessoria (Estado-Maior), tiveram e mantiveram firme espírito de liderança.

Houve uma reunião, em Resende, dos comandantes dos I e II Exércitos, que eram as tropas em vias de confronto, com a presença do Gen Médici, Cmt da AMAN, que muito contribuiu para pôr fim ao conflito, ratificando a vitória da Revolução.

Importante salientar que os comandos e as chefias já estavam devidamente preparados para o que estava ocorrendo. Em 1962, o Estado-Maior do Exército

implantou um curso de Guerra Revolucionária, mostrando as suas fases preparatórias, subversão etc.

*A seu ver o emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução, foi correto?*

Julgo corretíssimo, não só do ponto de vista tático como do estratégico. Foi, a meu ver, um dos fatores determinantes da inexistência do confronto entre as tropas dos I e II Exércitos.

*Exatamente. Inibiu o I Exército, mais forte, e elevou o moral do II Exército que avançava para o Rio de Janeiro, preocupado com a atitude que tomariam as unidades da coluna do I Exército. A ação da Academia neutralizou tudo isso. Foi providencial!*

*O Movimento de 64 trouxe maior união e robusteceu a coesão das Forças Armadas?*

Sem dúvida alguma. A Revolução serviu para robustecer a união e coesão das Forças Armadas. E para aglutinar o ideal democrático do povo brasileiro, que, por sua índole tranqüila e sua religiosidade, não poderia concordar com a praxe comunista.

*O Movimento de 31 de Março baseou-se em alguma ideologia?*

A Revolução de 31 de Março baseou-se na ideologia contrária ao marxismo, que sempre foi uma filosofia antagônica à mentalidade brasileira; por isso mesmo, muitos a consideram uma contra-revolução.

*A mídia, na época, apoiou o Movimento?*

No início apoiou. Os mais importantes jornais e emissoras de rádio e televisão do País, desde o início, deram apoio às campanhas de defesa da democracia. Foram anotados alguns títulos publicados pelos jornais. Assim é que se manifestaram: *Jornal do Brasil:* "Bilac Pinto quer dar armas ao povo para defender a legalidade" – era deputado presidente da UDN (União Democrática Nacional), que na época trabalhava em prol da Revolução; *O Estado de São Paulo:* "Bilac Pinto denuncia organização de golpe" – esse golpe era a revolução comunista; *O Globo:* "Bilac Pinto: O governo arma os sindicatos para o golpe"; *O Jornal:* "Democratas despertam: armar a população civil para obstar a subversão" – esse jornal já desapareceu, mas na sua época era importante; *O Estado de Minas:* "O presidente da UDN faz grave denúncia à Nação"; *A Tribuna da Imprensa:* "UDN denuncia a subversão no governo".

*O senhor poderia nomear os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?*

São muitos, sentindo-me constrangido de citar apenas alguns.

Dentre os militares, inicio citando os ministros – Marechal Odylio Denys, Almirante Sylvio Heck e Brigadeiro Grüm Moss –, que eram radicalmente contrários à subversão comunista. Marechal Cordeiro de Faria, Marechal Castello Branco, Marechal Costa e Silva, General Médici, General Lyra Tavares, General Muricy, General Riograndino Kruel, General Amaury Kruel, General Meira Mattos, General Moreira Couto, General Paula Couto e os Generais Mourão e Guedes, de Minas Gerais, que iniciaram a Revolução, e muitos outros, todos de elevada estatura moral.

Entre os civis: os governadores Magalhães Pinto (Minas Gerais) – um dos esteios da Revolução; Carlos Lacerda (Guanabara) e Adhemar de Barros (São Paulo). Além desses, o Deputado Bilac Pinto; Sobral Pinto – um advogado famoso; Deputado Armando Falcão; Juiz Neder e outros mais.

*E a Revolução foi benéfica ou trouxe algum prejuízo para o País?*

A Revolução só trouxe benefícios ao País. O mais importante de todos, na minha opinião, foi a aglutinação da massa em torno dos ideais democráticos. Houve muitos de ordem econômico-financeira. Em março de 1964, o Brasil andava em maus lençóis, com uma inflação altíssima e uma dívida tremenda. Existia o nepotismo, a corrupção e a falta de autoridade. Aliás, a corrupção é um mal endêmico desse país e falo isso revoltado. É preciso acabar com a impunidade para os corruptos e criminosos em geral, alterando a legislação em vigor.

Posso dizer que saímos do 48ª lugar para nos tornarmos a 8ª economia do mundo, graças, sobretudo, às importantes obras que foram feitas durante os governos revolucionários. Como exemplo, podemos destacar o desenvolvimento das telecomunicações; a construção de grandes usinas hidroelétricas; o aumento da produção de petróleo em águas profundas; o início de funcionamento da usina nuclear de Angra dos Reis (Angra I). O acordo assinado com a Alemanha previa a construção de três usinas termonucleares. Hoje, Angra II está prestes a entrar em ação. A rede rodoviária foi ampliada, com a construção e a pavimentação de dezenas de estradas.

O País começou a atrair indústrias estrangeiras, inclusive fábricas de automóveis, porque viram que o Brasil estava em condições de recebê-las.

No campo social, cumpriu o maior programa de construção de residências de que se tem notícia no País com a criação do Banco Nacional da Habitação, atendendo a classe média e os mais necessitados. Pena que não houve continuidade após 1985, quando a Revolução passou o bastão. E, aí, veio a favelização, com todos os seus problemas.

*Hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?*

De muita gente, inclusive de pessoas de várias classes sociais, tenho ouvido declarações favoráveis à Revolução. Ainda ontem, um conhecido, civil, me disse o seguinte: "Naquela época, da Revolução, havia tranqüilidade, salário, emprego. Jamais fui incomodado por qualquer órgão ou pessoal da segurança. Eu agia com correção, ninguém me perturbava..." Opinião repetida por muitos, inclusive motoristas de táxi com quem conversamos com certa freqüência.

*A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. Como o senhor analisa esse fato?*

Graças a Deus que isso vem acontecendo. A justiça tarda, mas não falta. Hoje, com estas pesquisas, sabemos que o povo acredita no seu Exército e esse fato, para nós militares, sejamos da ativa, da reserva ou reformados, é motivo de gáudio e de grande satisfação e orgulho. Na verdade, isto sempre ocorreu, o que faltava eram as pesquisas para mostrá-las.

*A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares? Caso positivo, qual a razão?*

Acho que essa é uma realidade incontestável e lamentável. A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da Revolução. A razão desse fato é, a meu ver, a falta de visão política dos militares. Não nos preocupamos em valorizar e divulgar o que fazemos. Cumprimos o nosso dever com exação, humildade e seriedade, sem qualquer espécie de promoção pessoal.

Posso dizer que também nunca me preocupei em dizer o que estava fazendo ou deixando de fazer no exercício do cargo de prefeito de Volta Redonda, após a Revolução de 1964, erro indesculpável.

*Que mensagem final, Coronel Aluízio, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?*

Gostaria de chamar a atenção das autoridades para as invasões de terra e anarquia promovidas pelo MST. São episódios lamentáveis, preocupantes e desgastantes, que precisam de uma ação governamental mais responsável, rápida e enérgica.

Por fim, devo dizer que espero que os exemplos da Revolução – de seriedade, honestidade e amor ao Brasil – sejam seguidos para que transformemos este País, que tanto amamos, na grande potência mundial que almejamos, no menor tempo possível, para o bem de nossa gente, que tanto merece.

# Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho

- Natural do Rio de Janeiro, RJ.
- Último posto atingido na carreira: Coronel.
- Foi instrutor da AMAN, do CPOR/RJ, da ECEME, comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife, da Escola de Instrução Especializada e diretor da Biblioteca do Exército.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso Superior de Guerra; é diplomado pelo *Royal Army Educational Center* e pelo *Staff College*, Reino Unido.
- Em 1964, era Capitão Ajudante-de-Ordens do General-de-Divisão Emílio Maurell Filho, Subchefe e Chefe do Estado-Maior do Exército.

---

Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2000.

É com grande satisfação que aqui nos apresentamos para prestar o nosso despretensioso depoimento sobre os momentos vividos naqueles inesquecíveis dias de 1963 e 1964, na esperança de que venham a ser úteis à história do nosso Exército.

*Coronel, o senhor poderia precisar quais foram as raízes do movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?*

Se nós fôssemos levantar as causas remotas e mediatas, remontaríamos ao "tenentismo" de 1922. Mil novecentos e sessenta e quatro é o desaguar de todo aquele processo revolucionário iniciado pelos idealistas da Escola Militar, em 1922. Hoje, infelizmente, há quem tente distorcer e dizer que o "tenentismo" já era um movimento ideológico, de inspiração socialista. Não tinha nada disso.

*O senhor julga que a guerra fria teve uma grande influência na Revolução de 31 de Março de 1964?*

Sem dúvida. Hoje, de cabelos brancos, amadurecido pelo tempo, já um pouco mais lido, eu diria que fomos vítimas da guerra fria, que se travava, principalmente, nas fímbrias do mundo, entre o Oriente – representado pela União Soviética e sua ideologia marxista-leninista – e o Ocidente que, encarnado na figura dos Estados Unidos, representava a liberdade e a democracia.

*O senhor poderia nos dizer algo mais acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março?*

O panorama político brasileiro era de absoluta desordem, não tínhamos governo, estávamos vivendo uma fase de anarquia, em que a população – principalmente a classe média –, apavorada, clamava por ordem. Esse era o quadro vivido no Brasil, que resultava em insatisfação generalizada.

*Então, havia um clima de insatisfação contra o governo de João Goulart?*

Obviamente, sim. Basta lembrar as chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas em São Paulo. No Rio de Janeiro, aconteceram após a eclosão da Revolução. Depois se multiplicaram por aí afora. Eram uma explosão, uma manifestação natural do povo contra aquele estado de coisas insuportável. Por outro lado, os proprietários de terra e aqueles que tinham muito a perder – os empresários – começaram a "pôr as barbas de molho" (usando uma linguagem mais coloquial), com base no que havia se passado em outros países.

*Na sua opinião, a Igreja apoiava ou se opunha ao governo deposto?*

A posição da Igreja, é bom que se diga, e não sou eu quem o diz, basta ver as notícias da época, as declarações dos bispos de então – e, mais recentemente, em um livro intitulado *A Terceira Onda*: a redemocratização do final do século XX, de autoria de Samuel P. Huntington, em que ele começa mostrando, nitidamente, a posição da Igreja naquele tempo –, foi de total apoio aos militares e contrária ao Governo João Goulart.

Só mais tarde, com o advento da "Teoria da Libertação", aconteceu uma cisão dentro da Igreja, com o surgimento dos "padres de passeata", como diziam na imprensa, e tiveram início as manifestações de desagrado. Mas, inicialmente, está comprovado, tanto na imprensa brasileira como na internacional, que a posição da Igreja foi de total apoio ao Movimento.

*Qual a sua avaliação sobre a atuação das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?*

As "Ligas Camponesas", pelo que me recordo da época, constituíam o grande fantasma na área rural. Lideradas pelo Deputado Francisco Julião, que era o principal agitador na área do Nordeste, ameaçavam tomar os latifúndios, incendiar os canaviais, colocando em polvorosa aquela região que depende até hoje, essencialmente, do plantio da cana-de-açúcar.

Nos centros urbanos do Sul e do Sudeste, a agitação também não era novidade. Quem folhear *O Exército na História do Brasil* (BIBLIEX, 1998) vai ler o texto apreendido num "aparelho" (local de reunião e homizio de elementos contrários à situação vigente), se não me engano em Niterói, em que aparece a convocação feita pelo senhor Leonel Brizola – que no momento era um político de grande liderança no País – concitando os graduados a se oporem aos oficiais e que a população recebesse os meios para desencadear a luta armada.

*Coronel, o que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões? Como era o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária?*

Na fase pré-revolucionária, o quartel representava um corte vertical da sociedade. Nós vivíamos no quartel o que se passava no Brasil, só que com outras responsabilidades, porque detínhamos as armas. Não víamos liderança e observávamos a situação se deteriorar. Era uma inquietação generalizada. Predominava o clima de intranqüilidade e incerteza devido não só à conjuntura internacional, mas, particularmente, à nacional, além do desgaste a que levavam as incessantes prontidões. Constantemente, ao passar pelo portão da guarda à saída, vinha a ordem de voltar e permanecíamos longos períodos dentro do quartel e, o que era

pior, sem confiar nos graduados e até mesmo em alguns oficiais. Havia mesmo unidades suspeitas.

Eu servia, nesse período, no Antiaéreo 40 (1º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos 40mm), em São Cristóvão. Não dormíamos tranqüilos; dávamos ronda no quartel, de madrugada, em duplas de amigos, com receio de cairmos todos em sono profundo e sermos alvo de traição...

*Lembrando de 1935?*

Lembrando de 1935, exato. E outra coisa: desconfiávamos da unidade que partilhava o antigo aquartelamento do "40". Havia o que nós chamávamos de "paralelo 38", evocando o que se passara na divisão da Coréia, pois o quartel era dividido com o 24º BIB (Batalhão de Infantaria Blindado, que atualmente se encontra aquartelado em Bonsucesso). Dizia-se que o pessoal do 24º BIB estava sendo influenciado pelos líderes favoráveis a João Goulart. Então, nós não atravessávamos o "paralelo 38", chegando-se ao absurdo de deixar armas automáticas, e até mesmo os canhões, apontados, dentro dos parques, contra o vizinho do lado. Esse era o clima. Além disso, desconfiava-se de alguns chefes militares, nitidamente contrários ao pensamento dominante no Exército, e que não escondiam o fato de esposarem idéias marxistas-leninistas desde 1935.

Havia, pois, uma divisão no interior dos quartéis em facções pró e contra, sendo que, evidentemente, a maioria era contrária àquele estado de coisas que o Governo alimentava. Grande maioria.

*Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de Março?*

Nessa fase, eu servia na chefia do Estado-Maior do Exército, nos 5º e 6º andares do Palácio Duque de Caxias. Lembro-me de ter assistido aos preparativos para o famoso comício da Central, em que passavam aquelas turbas, transportadas em trens e ônibus especialmente fretados pelo Governo... e nós lá em cima inertes, impotentes, "espumando" por não poder fazer nada; vendo a Polícia do Exército cumprindo ordens de proteger o palanque onde estavam presentes, inclusive, o ministro da Guerra e o chefe da Casa Militar. Nesse comício erguiam-se caricaturas e até a reprodução de um gorila, e a turba louca começou a gritar: "Olha os gorilas!" Apontavam para o antigo Ministério do Exército, ameaçando invadi-lo e acabar com tudo. O comício da Central era um indício de que aquela situação não poderia continuar.

Posteriormente, ocorreu a famosa assembléia dos sargentos no Automóvel Clube, que creio tenha sido a "gota d'água", pois já havia acontecido o motim dos

marinheiros e fuzileiros, de fatídico desfecho, no Sindicato dos Metalúrgicos – acabaram presos no Batalhão de Guardas e depois, liberados, desfilaram pela Avenida Rio Branco em meio a uma baderna, desabotoados, carregando nos ombros o Almirante Aragão, então comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, conhecido como "Almirante do Povo".

Aí nós vimos que, realmente, já não havia disciplina e que o processo revolucionário estava na rua. Que se esperava mais? Aguardava-se apenas uma voz de comando, de alguém, para dar um "basta" naquilo.

*Qual o real significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, consideradas pelos opositores, hoje, como um grande movimento reacionário ao* status quo *implantado por João Goulart?*

Recentemente, alguém declarou num livro que a marcha era de inspiração de um padre norte-americano, reacionário. Nada disso. A marcha foi um libelo natural, uma explosão, uma manifestação espontânea da classe média contra os desmandos do Governo e a insatisfação reinante. Faltava tudo... A inflação disparara... Ninguém tomava uma providência... As ocupações de terras se multiplicavam... Todos estavam vendo que o País marchava para o caos. Isso tudo levou à Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A marcha, realmente, provocou uma tomada de posição. Perguntava-se nos jornais: "Até quando os militares vão deixar de se manifestar?" Quem desejar certificar-se basta ver os filmes da televisão ou ler os jornais da época.

*Então, o senhor acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março?*

Sem dúvida alguma. Aliás, as Forças Armadas brasileiras nunca foram contra o povo, porque não representam uma casta, à semelhança do que ocorre em outras nações da América do Sul. Os quadros provêm do povo e as fileiras constituem uma radiografia da sociedade brasileira, com predominância das camadas mais baixas. O Exército, bom lembrar, tem suas origens no encontro das três raças verificado lá em Guararapes. Sempre que o Exército anteviu algo, como em 1961, alertou para o que iria acontecer. Quando viu que não poderia marchar contra a vontade popular, deu um passo atrás e aliou-se ao povo. Chegou a ser acoimado de retardar a intervenção das Forças Armadas, somente acontecida em 1964.

Basta ver a mídia da época, as notícias publicadas no *Correio da Manhã*, no *Jornal do Brasil*, no *O Globo* e em outros jornais e revistas, como nas reportagens de *O Cruzeiro*, que era talvez a revista mais lida naqueles tempos.

*Havia, a ser ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?*

Isto está mais do que comprovado. Vivíamos o processo da guerra fria. Havia interesse, realmente, de trazer o confronto para próximo do baluarte da democracia, representado pelos Estados Unidos, desequilibrando a América Latina. Houve, até, quem dissesse com muita propriedade – o Presidente Richard Nixon – que temia, porque para onde pendesse o Brasil penderia o restante da América do Sul.

Mais tarde, tivemos conhecimento de que o ex-embaixador soviético no Rio de Janeiro, em conversa com o nosso embaixador em Moscou, lhe confidenciara ter recebido uma visita de Luís Carlos Prestes, depois de muita insistência. Prestes afirmara que a revolução no Brasil já estava "madura" e que bastava mais ajuda financeira e material da União Soviética para que eles dominassem o País, porque já estariam no governo. Esse ex-embaixador soviético contara também ao nosso embaixador – o falecido Celso Souza e Silva – que, na oportunidade, dissera a Prestes o seguinte:

– Não, que o Prestes ficasse onde estava, agitasse, mas não pretendesse tomar o Governo, porque Cuba já custava para a União Soviética alguns milhões de dólares, diariamente; que o Brasil, em relação ao tamanho de Cuba, evidentemente, para ser mantido como um país comunista, ia estourar o tesouro soviético; que esquecesse essa idéia.

*Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?*

A minha participação pessoal foi muito insignificante, porque a esfera de atuação de um capitão, meu posto em 1964, era muito limitada. No entanto, graças à função que exercia, vivi aqueles dias cruciais e turbulentos, vamos dizer, no "olho do furacão". De uma hora para outra, encontrei-me colocado no Estado-Maior do Exército, ao lado do nosso líder máximo, que acabou empolgando a Nação, e a quem muito admiro e faço justiça até hoje – o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Em 1961, eu servia no CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) do Rio de Janeiro, junto com o então Capitão Gleuber Vieira, hoje general-de-Exército, comandante da Força, quando fui convidado para ajudante-de-ordens do General-de-Divisão Emílio Maurell Filho, um homem muito íntegro, a quem eu aproveito para prestar as minhas homenagens nesse momento, com quem muito aprendi, de quem muito respeito a memória, e a quem muito agradeço a amizade,

atenção e confiança que me dedicou. Passei a servir na Diretoria do Serviço Militar, no 4º andar do Palácio Duque de Caxias.

O General Maurell fora encarregado do inquérito da "Carta Brandi", na época do General Lott. Sua conclusão foi que a carta era falsa, forjada por dois falsários argentinos. Atribuída ao deputado argentino Brandi, incriminava o então Ministro do Trabalho João Goulart de estar envolvido num plano para implantar no Brasil uma república sindicalista. Para encurtar história, o General Maurell, sem se deixar pressionar, apesar do calor das paixões políticas, sendo um homem sério, tornou público o resultado a que chegara. Não cabe aqui recordar, mas guardo comigo, até hoje, cópia da "Carta Brandi" e de peças do inquérito, sobretudo da conclusão. Isso lhe valeu ganhar a simpatia de João Goulart.

Posteriormente, o General Maurell foi nomeado assessor militar da delegação brasileira junto à ONU, em Nova York. Relatou-me ter o senhor João Goulart, na oportunidade, lhe oferecido, em reconhecimento, um apartamento de sua propriedade nas cercanias do aeroporto La Guardia, para moradia, o que ele recusou. Enfim, o Jango tinha uma grande admiração por Maurell, porque dizia que ele tinha sido muito honesto isentando-o de culpa no inquérito da carta. Realmente, o Carlos Lacerda, que divulgara a carta, mais tarde reconheceu isso.

Bem, um belo dia, o Jango o chamou ao Palácio das Laranjeiras e eu o acompanhei. À saída, o general contou-me que o presidente insinuara sentir-se devedor para com ele. Estava no Governo e desejava recompensá-lo. Perguntou-lhe o que ele queria. O general respondeu não querer nada, e que estava realizado por ter apurado a verdade. O presidente insistiu e, logo em seguida, convidou-o para assumir o comando da 1ª Região Militar, onde, aliás, passamos pouco tempo. Na abertura da Semana do Exército, em 1963, houve uma solenidade – hoje em dia isso não acontece, mas, naquela época, essas solenidades eram públicas, realizadas no Panteão de Caxias, em frente ao antigo Ministério do Exército, no Rio de Janeiro. O general discursou e toda a imprensa publicou o seu discurso. Era uma denúncia à Nação, dizendo que estava se desenvolvendo uma trama marxista-leninista visando à tomada do Governo, e alertava a Nação e o Exército em face daquela ameaça. A situação política exigia permanecer alerta e uma posição clara e definida. Aquele pronunciamento ecoou mal. O general sabia que o General-de-Exército Osvino Ferreira Alves, Comandante do I Exército, abrigava tendências socialistas – voz corrente desde a Intentona de 1935, no GO (Grupo de Obuses), lá de São Cristóvão.

O fato é que o General Maurell desagradou à cúpula esquerdista do Governo e foi chamado pelo Presidente Goulart, que lhe confessou ser difícil mantê-lo no

comando da 1ª Região Militar diante daquele pronunciamento. O general declarou-lhe ter apenas expressado o seu pensamento acerca da situação vivida pelo Brasil. O presidente, então, ofereceu-lhe um cargo no exterior. Sugeriu-lhe a Comissão do Desarmamento, em Genebra. Maurell retrucou que já exercera duas funções no estrangeiro e não tinha interesse algum em ocupar outra, o que demonstra seu caráter e seu desprendimento. No final da vida, receber mais uma comissão no exterior significava polpuda remuneração em um lugar cobiçado como Genebra, sem maiores preocupações, longe do conturbado panorama nacional. Era um convite sedutor.

Afastado do comando da 1ª Região Militar, foi ser subchefe do EME. Os subchefes eram ele e o General-de-Divisão Aurélio de Lyra Tavares.

Nesse ponto, merece ser feito um comentário. Foi um grande erro do governo Goulart considerar o Estado-Maior do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG) "arquivos" dos indesejáveis. Começou a se formar um núcleo de pessoas que eram contrárias ao Governo. Ficávamos na "geladeira". Por isso é que digo ter sido colocado no "olho do furacão".

Já estavam se intensificando as conspirações, a insatisfação crescia, e foi quando, por força da minha função, tive um contato direto com o General Castello Branco, sempre muito sisudo e reservado. E assim, nós vamos chegar aos pródromos de 1964.

*O senhor poderia nos dizer algo acerca do encontro que o General Maurell teve com um vendedor internacional de armas?*

Isso teve lugar logo após a reunião com o Jango, quando este ofereceu ao General Maurell um cargo na Comissão do Desarmamento, em Genebra. O general foi procurado por um civil – o representante de uma fábrica estrangeira de armamento no Brasil. Pediu uma audiência para conversar com o general sobre assunto sigiloso. O general já pressentia alguma coisa. Naquela época, nós não tínhamos as facilidades que se têm hoje, essa pletora de meios eletrônicos, gravadores etc; então fui "plantado" como gravador vivo atrás de uma cortina, com a ordem de ficar acompanhando por uma fresta, anotando tudo, próximo à poltrona onde ficaria o importante visitante. Seria testemunha da conversa que ele ia ter com o general, que nós não sabíamos bem, mas desconfiávamos não ser coisa muito boa.

Seguindo orientação do general, fiquei em condições até de intervir. Recomendara-me: "A um sinal meu, você sai da cortina e se apresenta, para ele ver que existe uma testemunha ocular da conversação mantida." Mas nada disso se fez necessário. Lembro-me, mais ou menos, apenas de que o visitante limitou-se a

repetir a proposta anteriormente feita pelo Presidente Goulart para o general aceitar ser o delegado do Brasil na Comissão do Desarmamento, mas sob uma condição: que ele defendesse a posição soviética chamada de Plano Rapacki. Esse plano era uma espécie de "cordão sanitário" a ser estabelecido por países satélites em torno da União Soviética (Rapacki era o nome de um Ministro da Defesa ou Primeiro-Ministro polonês), reforçando a defesa do território da URSS.

O general repetiu a mesma coisa para ele: "Que não tinha interesse nenhum, inclusive já tinha recusado proposta semelhante do Presidente Goulart." O senhor insistiu na proposta, fazendo ver ao general que ele ia ganhar muito bem, e que ele podia levar quem ele quisesse, de sua confiança, para Genebra, como assistentes, ajudante-de-ordens – eu até seria um dos beneficiados, eventualmente. O general continuou peremptório, não aceitou e a coisa morreu por aí. E eu não precisei sair da minha posição incômoda de gravador vivo, atrás da cortina. Isso foi o que se passou nessa visita estranha e indesejável.

Como dizia, a situação deteriorava-se claramente e nós sabíamos que, de uma hora para outra, alguma coisa aconteceria. Existiam vários grupos conspirando sem coordenação. Conversava-se muito, mas não havia qualquer plano de reação organizado, nem um líder confiável a quem seguir. Alguns oficiais do Estado-Maior do Exército, descrentes de que se tomasse qualquer medida efetiva, e não vendo brilhar uma luz no fim do túnel, já tinham até solicitado licença para tratar de interesses pessoais e ido trabalhar em empresa privada. Entre eles, achavam-se o então Major Leonidas Pires Gonçalves, da 3ª Divisão do Gabinete, encarregada da ligação com os adidos militares no Brasil, e o Tenente-Coronel, já falecido, Marcello Augusto Romeiro da Rosa, revolucionário muito ativo da primeira hora. Era um homem muito lúcido, inteligentíssimo, intransigente mesmo, para não usarmos a palavra radical. Essa era a situação e o clima vividos.

Certo dia, ao chegarmos pela manhã ao quartel-general, como era conhecido o atual Palácio Duque de Caxias, correu a notícia da marcha do General Olympio Mourão Filho com a tropa da 4ª RM em direção ao Rio de Janeiro. Tinha desembocado a Revolução, e todo mundo ficou de "orelha em pé". Neste ponto, faço um parêntese para falar sobre Mourão Filho.

Comentava-se que ele tinha sido o homem, da época do Góes Monteiro, envolvido no caso do Plano COHEN e sobre quem pairava uma interrogação.

O General Mourão estivera, uma semana antes, no Estado-Maior do Exército e ouvia-se: "O Mourão está aí, o Mourão está aí para ter uma conversa sigilosa com o Castello." Logo depois de sua visita, ecoou justamente a conversa que

tiveram. O Mourão viera convidá-lo para participar do movimento revolucionário, sabedor que o General Castello também já tinha feito aquelas proclamações na EsAO e na ECEME e, como se diz, "rasgado a fantasia", porque também não aceitava aquele estado de coisas.

Mas o que consta é que o General Castello não dera ouvido ao General Mourão, dado sobretudo ao valor da tropa envolvida; ele achava muito temerário partir-se para o que poderia resultar numa "quartelada". Ele mesmo dizia a nós que já estava velho, no final da vida, para entrar numa aventura dessas e que, além disso, o Chefe do Estado-Maior não comandava nada – como de fato não comanda mesmo tropa alguma. Assim, ele não teria concordado em apoiar o desencadeamento da Revolução com a tropa da 4ª RM, que nós sabíamos ser realmente inexpressiva para deflagrar um movimento desse porte.

Mas, a despeito disso, poucos dias depois estabeleceu-se uma inquietação generalizada no EME. Lembro-me de que o pessoal de licença voltou, inesperadamente, há que se fazer justiça. O Tenente-Coronel Romeiro, o então Major Leônidas Pires Gonçalves e outros oficiais começaram a se apresentar; o Major Leônidas, depois, foi buscar o General Geisel. O General Castello falou pelo telefone com o Magalhães Pinto, pedindo para sustar a saída da tropa e constatou-se ser impossível. A tropa já estava em marcha em direção a Juiz de Fora; o Governador informara, inclusive, ter reforçado a tropa do Exército com a Polícia Militar de Minas Gerais, e que a movimentação não podia mais ser sustada.

O General Castello lamentou o acontecido e tomou-se de dúvidas, mesmo porque, por outro lado, estabeleceu-se ligação com São Paulo e, a bem da verdade, cabe lembrar: o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, era contra. Não quis tomar posição, a princípio, favorável à Revolução. Declarou-se amigo do presidente e que não ia entrar nisso. Apesar da tropa de São Paulo, também, não ter grande expressão, o Estado possuía enorme significado político, por ser a capital econômica do País, o que se constituía também outro problema. Se houvesse uma oposição grande de São Paulo, seria um caso a considerar.

Naquela fase de indecisões, eu até recebi ordem de entregar uma mensagem ao nosso emissário que embarcava no último avião da ponte aérea que saía do Rio de Janeiro com destino a São Paulo. Tratava-se do Coronel de Artilharia do Quadro de Estado-Maior José Campos de Aragão, antigo cadete e Chefe de Estado-Maior do General Maurell na 1ª RM, mensageiro digno de confiança. A mensagem do General Castello dizia que, se o General Kruel não aderisse até determinada hora, o General Moacyr Lopes deveria ser contatado para assumir o comando, a fim de neutralizar qualquer reação ou marchar para aderir à tropa aqui do Rio de Janeiro.

Nesse ponto surge um impasse. O Palácio Duque de Caxias estava cercado pela tropa do RecMec (Regimento de Reconhecimento Mecanizado, atual 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado, de Campinho), comandada pelo Tenente-Coronel Gahyva. No pátio, já se encontrava em posição o Batalhão de Guardas, favorável ao governo, e o 1º GCanAuAAe 40 (1º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos 40mm), sob o comando de um coronel meio amulatado, cujo nome não me recordo, mas era conhecido e sabidamente contrário às forças revolucionárias. Cheguei a ver o seu subcomandante, Major Leonardo, sendo preso pelos sargentos, após uma troca de tiros, logo depois, aqui no posto de gasolina do pátio interno, e levado preso para o Comando do I Exército. A indefinição da situação provocava ansiedade e incerteza no seio dos oficiais do Estado-Maior do Exército.

No Estado-Maior do Exército, reduto de oposição ao Governo, só se encontravam, praticamente, oficiais. Nós estávamos lá, de camisa bege, cada um com a sua pistola 45mm na cintura. Como primeira medida, tiramos os arquivos de aço das seções e bloqueamos as escadarias de acesso aos 5º e 6º andares e as portas dos elevadores; escalamos oficiais para guarda e solicitamos um reforço à Escola de Comando e Estado-Maior, que já estava revoltada. Esse é um episódio à parte, com histórias interessantes a respeito.

Vieram cerca de vinte oficiais, capitães e majores, da ECEME, também armados de "45", para reforçar a segurança do Estado-Maior do Exército. Chegamos a pensar em constituir um "batalhão sagrado" para defender o General Castello, e nos imolarmos ali em defesa dos princípios da liberdade e da democracia. Corriam muitos boatos no quartel-general; uns diziam que o Estado-Maior seria atacado pela tropa estacionada no pátio interno e viriam prender o General Castello; outros diziam que não ia acontecer nada.

Enfim, pairava enorme incerteza, estava todo o pessoal apreensivo sobre o rumo que tomavam os acontecimentos. Faltavam informações. Foram interrompidos os vôos para São Paulo, não se conseguia mais falar com aquela capital; não se sabia como é que se posicionaria a AMAN em Resende – era o problema dos cadetes, não queríamos envolvê-los, mas forçosamente teriam que participar, como vieram a fazê-lo, sob a liderança inconteste do General Médici. Lembro-me de uma coluna que saiu, aqui do Rio de Janeiro, com destino a São Paulo, em que os oficiais do GEsA (Grupo Escola de Artilharia), unidade integrante da coluna, se revoltaram também.

Estávamos nesta situação, quando os oficiais do Estado-Maior foram convocados para uma reunião, à qual não compareceu oficial-general algum. Quem conduziu a reunião foi o coronel mais antigo, o então Chefe da 4ª Seção, um

coronel de Engenharia, nordestino, alto, chamado Nogueira Paes, que se não me engano era muito amigo, e até aparentado – compadre – do General Castello.

Eu, humilde "pica-fumo", fiquei lá no fundo, assistindo àquela história dos oficiais de Estado-Maior levantarem linhas de ação, o que poderia e não poderia acontecer. E, como sempre, tem a linha de ação "podre", como se diz no jargão de Estado-Maior: "Vem alguém... Prende o Castello... Todos são algemados, e acabou-se a nossa liderança." Outra linha de ação: "Não, então vamos tirar o Castello daqui... Vamos para onde? Vamos reagir em qual lugar?"

Tinha-se notícias de que já se infiltrara no Forte de Copacabana um grupo de vinte ou trinta oficiais da Escola de Estado-Maior, e do qual fazia parte o Major Espírito Santo; o comando da Artilharia de Costa sofrera o conhecido "golpe de mão" liderado pelo Coronel Montagna, auxiliado por uns oficiais da Escola de Estado-Maior. Continuavam as discussões sobre o que fazer. Pensou-se que devíamos, todos, reforçar os fogos daquele grupo revolucionário. Outros diziam que era melhor ir para a ECEME. Mas a ECEME não tinha tropa. Como nós íamos levar o general para lá? Podíamos ser cercados; outros lembraram da ESG, mas cairia no mesmo caso, ficando isolados.

Já entardecia e chegou-se à conclusão de que o melhor era sairmos do quartel-general e cada um tomar o rumo que quisesse. Nós, então, rumamos para o Forte de Copacabana. Fomos à paisana, saindo pelos fundos, o que não era normal, até porque os carros-de-combate já bloqueavam as entradas e saídas principais. Lá chegamos com o General Maurell. O General Castello, depois viemos a saber, teria ido para a ESG e, em seguida, para a ECEME.

O General Costa e Silva, líder de outro grupo de revolucionários, foi levado para a residência particular de um civil, em Botafogo. Tinha uma outra turma ligada ao Castello também, que foi buscar a liderança do Oswaldo Cordeiro de Faria, em Copacabana. Mas nós permanecemos no Forte de Copacabana.

A situação do Forte de Copacabana era de tensão, mas já tinha sido dominada, após a prisão de alguns graduados. Ainda me lembro perfeitamente da nossa chegada: o General Maurell, o Tenente-Coronel de Artilharia e Estado-Maior Alacyr Frederico Werner, assistente, hoje general de quatro estrelas na reserva, por quem também tenho uma grande admiração e respeito por sua retidão e equilíbrio, e o ajudante-de-ordens. Havia também mais um major de Artilharia conosco – Airton –, cujo sobrenome não me recordo. Fomos direto para o gabinete do comandante do Forte. Estava "entupido". Não era esse gabinete pomposo de hoje, como merece o Forte, mas uma salinha muito acanhada em que mal cabia aquele mundaréu de gente. Lá no fundo, notava-se um rádio transmissor-

receptor, da época do "esquema militar" do Jango, instalado por ordem superior com a finalidade de manter todos os comandos interligados por uma rede-rádio operando em fonia.

Falando no rádio nós encontramos o então General Hugo Panasco Alvim, num diálogo acalorado, em voz alta: "Atenção... Câmbio... Calma..." Chovia, não se entendia nada por causa da interferência. A população de Copacabana estava apavorada, abrindo as janelas apesar da chuva, com medo de um duelo de artilharia. Dizia-se que o Forte Duque de Caxias (no Leme), comandado, se não me engano, pelo Major de Artilharia Cavassone, fiel ao "esquema" de João Goulart, se negava a depor as armas e que iria ao último sacrifício, se preciso fosse, abrindo as baterias contra o Forte de Copacabana.

O Forte de Copacabana dispunha de uma bateria de canhões *Schnneider* de 75mm, originário da Artilharia de Dorso. Colocou uma peça "enfiando" a Avenida Francisco Otaviano, na direção do 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, que era outra unidade questionável, para onde se dirigira o pessoal que fugiu do quartel-general da Artilharia de Costa, e outra "enfiando", parece, a Avenida Atlântica. Na porta estava como sentinela, de "bibico", na chuva, de camisa bege e gravata, com uma "45" na cintura, o então Major de Artilharia Fernando Guimarães Cerqueira Lima, figura também muito querida, que chegou a quatro estrelas. E, nessa confusão, naquela incerteza, em que não se sabia o rumo que as coisas tomavam, dizia-se que o General Orlando Geisel rumara para o quartel-general da DI, como se chamava a Divisão de Infantaria da Vila Militar (1ª DI), e que o General Muniz Aragão assumira o GUEs ou a Brigada Pára-quedista, mas era tudo desconexo, o que prova não ter havido propriamente planos de uma revolução. O governo caiu de "podre", e começou a se esboçar uma contra-revolução, uma tomada de posição. Isso está nos jornais, e é o que aconteceu.

Mas, nesse ínterim, o General Castello apareceu lá no Forte. Alguém, desavisadamente, resolveu homenageá-lo saudando-o como líder da Revolução vitoriosa e disparando tiros de salva com um dos canhões *Schnneider*. O resultado é que causou polvorosa no gabinete do comandante do 3º GACos – Forte de Copacabana, porque não sabíamos da presença dele. A primeira impressão era que o Forte Duque de Caxias estava atirando no Copacabana, e levantava-se uma questão: "Vamos revidar ou morrer aqui dentro? Ou, ainda, vamos todos para dentro da fortificação, ficar protegido por aquelas muralhas saindo do "quartel de paz" (instalações fixas, externas à área fortificada).

É bom que se diga haver o Forte de Copacabana, apesar do então Coronel Arídio Brasil, seu comandante desde muito tempo, já ter se identificado conosco

contra o Governo e ter apoiado o movimento revolucionário, apresentado dissidências, não da parte dos oficiais, mas dos sargentos, que tinham sido muito "trabalhados" pelos agentes da subversão. Houve uma troca de tiros, em que uma sentinela lá em cima, perto do Arpoador, acabou ferida. Um capitão comandante de bateria, o Medeiros, acho também que recebeu um tiro. Enfim, houve uma trapalhada qualquer, em que tiveram que prender um sargento.

Nessa confusão, saiu do ar o rádio em que o General Panasco Alvim dialogava e concitava o Cavassone a se entregar, afirmando tratar-se de um sacrifício inútil com sérios danos à população civil, caso atirasse e reagisse. Portanto, ouve-se aquele tiro, o rádio sai do ar e o pessoal entra em polvorosa. Passam-se de vinte minutos a meia hora e, de repente, o rádio volta a entrar no ar e, dessa vez, para surpresa nossa, escuta-se uma voz conhecida: era a do Capitão Dickson Melges Grael, pára-quedista, muito valente, pai dos famosos iatistas. Ele cursava a Escola de Estado-Maior e integrava o grupo de voluntários que viera para o Forte de Copacabana. Ao tomar conhecimento daquele diálogo, pegou um caminhão antigo que havia no Exército, *Chevrolet*, de 2 1/2t, juntou uns oficiais e, sem ordem de ninguém, armou aquela turma e se dirigiu ao Forte Duque de Caxias. Ele entra no ar dizendo:

– Aqui é o Dickson, general, está resolvido o problema, todos já se encontram presos.

E acabou a resistência do Forte Duque de Caxias.

Esse é o depoimento que eu daria dessa parte operacional, se é que se pode assim chamar, porque não houve realmente operações.

Anoiteceu e o General Maurell recebeu um convite para que fosse à casa do Juscelino Kubitschek. Ele nos chamou – a mim e ao Coronel Alacyr Frederico Werner, seu assistente – para que o acompanhássemos. E lá fui eu bater na casa do Juscelino, no Arpoador. Ao chegarmos ao apartamento, deparamos com um ambiente de festa: garçons, de *summer jacket*, servindo uísques e salgadinhos, todo os presentes discutindo... A figura que faço é de velório de pessoa rica que deixara uma herança enorme, e debatia-se a quem caberia a parte do leão. O Juscelino, circulando com aquele seu sorriso, conquistava a simpatia de todos, cumprimentava indistinta e cordialmente os convivas, falava com um aqui, costurava uma conversa com outro mais à frente. Ele chamou o general e levou-o para conversar reservadamente, no escritório. Permanecemos em outra dependência, enquanto o general passou algum tempo falando com ele. Saindo dali, fomos para a casa do Deputado Amaral Peixoto – casado com Alzirinha Vargas, filha de Getúlio – que ficava em uma cobertura no Flamengo. Lá chegando, encontramos com um depu-

tado, que era o líder ou o porta-voz da oposição, uma coisa assim. Era um homem conhecido na época, o Deputado Hermógenes Príncipe, se não me falha a memória. Sentamos à mesa, houve um diálogo e novamente a proposta do Juscelino veio à tona. Ele se manifestava contrário à apresentação do nome de Castello Branco para ocupar a Presidência. Aceitava qualquer outro nome. Sabia-se a essa altura que se articulava uma eleição indireta. Naquela época, o conhecido PSD era liderado pelo Juscelino. Haveria eleição indireta do presidente da República e pensava ele que podia ainda manobrar. E, aí, é proposto que o General Maurell assumisse essa oposição ao Castello.

Eu, na mesa, testemunhei tudo aquilo. O general não se manifestou, manteve-se calado, não disse palavra alguma, nem sim, nem não. Diante da insistência dos interlocutores, do envolvimento, e naquela empolgação de um jovem capitão participar daquela histórica reunião de cúpula, muito afoito, como sempre, fui dizendo aquilo que pensava:

– Não, não se pode admitir isso. É um absurdo. Estão colocando "casca de banana" para o general pisar e escorregar. O líder da Revolução, inquestionavelmente, é o General Castello Branco que, além de chefe, é amigo do General Maurell desde os tempos da Escola Militar de Realengo. Isso tudo vai acabar mal. É uma traição. O General Castello é o candidato escolhido. O General Maurell é um homem direito e não se prestará a esse papel. Isso é um erro muito grave.

Nesse ponto, o Deputado Hermógenes me pegou pelo braço e levou-me à varanda, onde tentaram me convencer:

– Por que ele não pode ser candidato? Se pode ser o Castello, por que não pode ser ele?

Contra-argumentei, e tentaram apelar:

– Imagine você, ajudante-de-ordens do presidente da República.

– Tenho os pés no chão, sigo princípios, não sigo homens – respondi.

Travou-se um diálogo meio acirrado. Terminada a reunião, embarcamos no carro em silêncio, sem trocar palavras. Ficara acertado que o Juscelino telefonaria às 6h da manhã para o quartel-general.

Antes de dormir – acomodados nas duas poltronas que haviam no gabinete da Subchefia do Estado-Maior do Exército – declarei:

– General, sirvo com o senhor há algum tempo, já tenho uma amizade, uma intimidade muito grande, inclusive admiração. Devo deixar bem claro o seguinte: até agora nós temos tido identidade total de pensamento, contrário ao estado de coisas que está acontecendo no Brasil, mas se o senhor, por acaso, assumir postura diferente e, principalmente, aceitar a proposta de Juscelino Kubitschek,

com essa intenção de barrar o acesso do General Castello, não poderei mais continuar com o senhor. Nós vamos divergir e seguirei o meu caminho em outra direção. Estarei fora do seu Estado-Maior e continuarei na Revolução, segundo os rumos que tomar.

No dia seguinte, levantamos cedo, antes das seis, e o general me disse:

– O travesseiro é um bom conselheiro. Quando o Juscelino me telefonar, às 6h, você simplesmente diga que não estou.

Parece que ele não quis mais conversa com a turma da oposição.

O fato é que o general foi um homem decente. Pode ter sofrido essa tentativa de envolvimento, mas, a partir daquele momento, entendi o que meu velho pai, revolucionário de 1922, dizia: "Meu filho, siga princípios, não siga os homens." Comecei a ver a Revolução por dentro, ver os interesses dos homens. Transpirou até que ele teria oscilado na direção contrária à Revolução, o que não é verdade. Ele foi, inclusive, prejudicado, pois era o número um para a promoção, assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército, mas acabou indo para a reserva, como general-de-divisão, a despeito mesmo de ser amigo do General Castello Branco.

Lembro-me, também, de ter participado de uma reunião efetuada naquelas noites tumultuadas de 31 de março e 1º de abril, no 10º andar, onde estava Costa e Silva, se não me engano o Almirante Rademaker, o Brigadeiro Correia de Melo, cujo apelido era "Melo Maluco", pelas suas acrobacias – o líder da Força Aérea –, e quase todos os generais.

Aí, é que a gente vê que não havia a preparação de uma revolução. Mais parecia um "contragolpe", em que se conspirava muito, mas não se agia.

Começaram os questionamentos, e o primeiro era o seguinte: "Nós temos que dar uma satisfação à Nação brasileira. Amanhã tem que sair um manifesto, uma proclamação, alguma coisa nos jornais." Todos concordaram. Salvo algum lapso de memória, o General Golbery do Couto e Silva já estava por lá e teria apresentado uma proclamação pronta ou redigida na hora. Esse detalhe eu não me recordo bem. O fato é que saiu a tal "Proclamação à Nação", publicada nos jornais do dia seguinte. E quem ia assinar?

Começou o impasse – o Castello não estava presente. O General Costa e Silva, com aquele seus "rasgos" de homem inteligente e de decisão, levantou o olhar e declarou: "Parece que sou o mais antigo aqui. Então, se ninguém se opõe, eu assino." Após resolvida a questão de quem assinar, levantaram outro problema: o General Costa e Silva não comandava tropa alguma, ele chefiava um departamento. Ficaria muito mal sair uma proclamação à Nação, da Revolução, assinada pelo chefe de um departamento burocrático qualquer. Então tomou a decisão: "Assino

como Comandante-em-Chefe das Forças Revolucionárias." Quem folhear o *Jornal do Brasil*, ou o *Correio da Manhã*, ou *O Globo*, daquela época, vai encontrar essa proclamação. É interessante constatar como o signatário de tal ato se qualificou: "Comandante-em-Chefe das Forças Revolucionárias."

Outro aspecto interessante é que, depois de tudo resolvido, os militares começaram a se preocupar em dar um cunho de legalidade à Revolução; entendo que não procede, porque a nova ordem emanada de uma revolução vitoriosa é tão legal quanto a proveniente de uma Assembléia Constituinte, conforme Kelsen ensina em seu livro *Teoria Geral do Estado*. Dá-se, então, o episódio do Doutor Francisco Campos: "Vai apanhar o 'Chico' Campos para redigir um ato que assegure respaldo legal à Revolução", disseram. Mais tarde, ouvi do grande líder civil da Revolução, apesar de ser um destruidor de homens, Carlos Lacerda, o seguinte comentário paralelo: "O mal de vocês, militares, se resume em duas palavras: antigüidade e legalidade." Referia-se àquela preocupação dos militares, no momento de crise, de respeitar a hierarquia, a antigüidade e a legalidade.

Uma vez resolvido o problema da eleição do novo presidente da República, fui incumbido de organizar a lista de passageiros dos primeiros aviões que seguiriam para Brasília. Lembro-me de muita gente pedindo para ser incluída no avião dos primeiro e segundo escalões que a Varig colocara à disposição para levar os membros da comitiva.

Mal chegara a Brasília, um oficial veio me pedir os alamares emprestados para comparecer à cerimônia de eleição do General Castello no Congresso e à posse no Palácio do Planalto, que seria de uniforme cinza. Eu só tinha um conjunto de alamares dourados. Respondi-lhe:

– Não posso lhe emprestar, porque só possuo um e tenho que estar presente.

– Bom, então me empresta os do uniforme verde (aquele acinzentado que se usava no uniforme 3º A).

E acabou entrando, fardado de cinza, com os alamares do uniforme verde.

É oportuno salientar que se tratava de uma eleição indireta, onde os políticos se "acoelharam", votaram em Castello Branco ou o "engoliram". Não havia alternativa e, para surpresa minha, aquele homem que dias atrás declarara ser o Castello Branco o único general que não aceitava, ainda me recordo muito bem disso, foi o primeiro a ir abraçá-lo no plenário, quando declarado eleito Presidente do Brasil.

A posse foi muito singela, só teve cafezinho e água gelada, no saguão do Palácio do Planalto. Pouco depois, quando abracei o Presidente Castello Branco e fui desejar-lhe felicidade, ele assim se expressou:

– Macedo, eu agradeço e aceito tais votos porque estou precisando. Estou convicto de que serei um homem muito impopular.

Ele vaticinava, com a sua inteligência, o que vinha pela frente.

*Qual a atitude do Congresso Nacional, na sua maioria, quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?*

Havia políticos no Congresso contrários à ameaça que pairava sobre o Brasil. Talvez os mais lúcidos, não aqueles "pelegos", como se dizia na época, sentissem que alguma coisa tinha de ser feita para salvar a Nação. Mas a grande maioria acovardou-se e aprovou tudo, inclusive o nome do General Castello Branco em eleição indireta. O Juscelino não queria o Castello no Governo? Por que votou nele? Por que não apresentou outro candidato? É bom lembrar que ele, como político, temia o fechamento do Congresso e a perda de seu emprego. Isso é a realidade. O político briga a vida toda, antes das eleições. Promete uma coisa... Depois de eleito, não cumpre as promessas... Depois se desdiz... Esquece e faz ao contrário... Porque é a sobrevivência dele. Visa manter é o emprego dele. Por isso, hoje acho que os militares, realmente, não devem se meter em política. Nós não temos essa capacidade de se transformar, de mudar de cor a cada hora – o mimetismo de certos seres. Consta de *O Exército na História do Brasil*, não me lembro a página, no volume referente à República, transcrito da *Folha de São Paulo*, revelação do senador gaúcho Daniel Krieger – que um grupo de deputados, na época, do qual fazia parte, inclusive, um deputado da oposição, o finado Doutor Ulisses Guimarães, apresentou uma proposta de Ato Institucional muito mais severa do que a posteriormente formulada pelos militares e aprovada. Isso lá está escrito. Agora, ninguém diz nada, todos os políticos parecem sofrer de amnésia profunda, declaram não ter dado apoio à Revolução. Falta memória ou caráter.

*Como se portaram os sindicatos e entidades taxadas de esquerdistas – UNE, CGT, PUA – logo após o início da Revolução?*

Todos nós sabemos: o Presidente Goulart, o famoso Jango, falava que tinha um esquema militar e sindicalista, que ia resistir, que "ia fazer e acontecer". Esse pessoal todo se acovardou, dispersou-se, passou à clandestinidade, desencadeou a subversão no País, que resultou no movimento de Caparaó. Vivi essa situação aqui no Rio de Janeiro, lá na Esplanada do Castelo, com tiros sendo disparados, o povo correndo etc. A insegurança e o terror assolaram o País. Não sabíamos o que ia acontecer, se assalto a banco, atentados, assassinatos ou seqüestros etc. Nesta ocasião aconteceu o famoso "racha da esquerda".

O pessoal mais velho, mais ponderado, do "Partidão" (PCB), que advogava a linha do Gramsci, saiu vitorioso. Do outro lado estava a turma da UNE, CGT, PUA e outras siglas que proliferaram – AP, VPR, VAR Palmares etc. – e até envolveram graduados e oficiais, como o Capitão Lamarca e outros, que partiram para a luta armada e a guerrilha, não só urbana, mas também rural. Como exemplos, lembro os episódios de Registro e depois, no Norte, do Araguaia.

*Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de Março de 1964?*

É inegável que uma das figuras mais proeminentes entre os civis da Revolução foi Carlos Lacerda – tribuno notável, corajoso e incendiário. É pena que arrasasse qualquer pessoa contrária às suas opiniões. Foi o que aconteceu. Era o herdeiro civil natural da Revolução, mas depois passou à oposição. Tentara, inclusive, impor ao Presidente Castello as suas idéias, infrutiferamente. Inclusive, ele não pedia audiência ao presidente, mas mandava dizer que queria falar-lhe. O presidente respondia: "Diga ao Carlos que pode vir a hora que ele quiser." E Lacerda dizia: "Não, mas eu não posso ir na hora do expediente." Ele costumava pegar um jatinho, à noite, para não ser visto, e ia jantar com o presidente no Alvorada e voltava de madrugada. Mas deve-se realmente admitir que Carlos Lacerda era um grande líder.

Outro grande líder foi o Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, que se não tivesse dado o apoio... sabe lá se a Revolução seria vitoriosa; em São Paulo tínhamos também uma figura questionável – Adhemar de Barros –, mas na hora de uma revolução, de uma tomada de atitude, precisávamos de lideranças – também não se podia estar escolhendo vestais. Era um homem de coragem física, e que denunciou, com antecedência, os planos do Goulart de querer implantar uma república sindicalista e de tê-lo convidado para participar de um movimento revolucionário. Existia outro civil, em São Paulo, que também merece respeito, mas que igualmente queria dominar o General Castello. Mais tarde, servindo em São Paulo, acabei encarregado de um inquérito e tive a oportunidade de conversar com ele várias vezes e ver a lucidez daquele homem. Era o Júlio de Mesquita, do *Estadão*.

Dentre os militares temos que reconhecer a figura do Marechal Odylio Denys. Já na reserva, teve uma destacada atuação. Evitou o confronto das tropas na região de Areal. Em Minas Gerais, com a sua liderança, empolgou a tropa e fez desembocar a Revolução. O General Carlos Luís Guedes é uma liderança pouco lembrada, mas também teve uma atuação muito clara na ID/4 (Belo Horizonte). O General Olympio Mourão Filho, Comandante da 4ª Região Militar, de Juiz de Fora. O Cordeiro de Faria, não se pode esquecer também, foi um articulador político da

conspiração – e um tenente de 1922 – que conseguiu coordenar esse pessoal pelo Brasil afora. Esteve no Rio Grande do Sul, em Pernambuco etc. Costa e Silva pertencia a outro grupo, mas também um homem de coragem, que teve liderança e, mais tarde, tornou-se presidente. Na Marinha, sem dúvida alguma, avulta a figura do Almirante Rademaker.

*A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna, ou houve auxílio externo, em especial dos Estados Unidos?*

Posso dar até um testemunho especial! Quando servia no Estado-Maior do Exército, naqueles pródromos da Revolução, fazia contato, tanto no meio civil como no militar, levando mensagens, ora escritas, ora decoradas. Tive, na oportunidade, algumas ligações com o Consulado dos EUA, aqui no Rio de Janeiro, por intermédio da Aditância Militar. Nunca tomei conhecimento de algum documento, mensagem ou pedido de auxílio estrangeiro, seja sob qualquer forma: orientação política, técnica, dinheiro, apoio de armas, de tropas, o que fosse. Tomei conhecimento, mais tarde, daquela operação que os norte-americanos teriam planejado, a chamada *Brother Sam*. Estaria uma esquadra fundeada ao largo da costa do Brasil, pronta para intervir. Eu não tenho dúvida de que, caso o Brasil – como disse o Nixon – se transformasse numa grande Cuba, os EUA teriam vindo aqui brigar, mas nunca soube de pedido de auxílio externo, em especial dos Estados Unidos. A verdade é outra. O pessoal da "esquerda" ouviu o "galo cantar", mas desconhece a realidade dos fatos ou preferiu distorcer os fatos. A verdade é outra...

Obtive, sim, informações noutro sentido: era de quantos passaportes brasileiros haviam sido expedidos, com número, nome e data de entrada em Cuba ou de gente que passou pelos Estados Unidos e Europa, a caminho da Coréia do Norte. O objetivo dessas viagens era realizar treinamento de guerrilha.

Isto pude depois comprovar, em 1977, quando em missão na Inglaterra, e lá conheci um coronel sudanês. Ao me ver com o dístico "BRASIL" na manga do uniforme, procurou-me e travamos o seguinte diálogo:

– Oh! Brasil, é Brasil..., conheço muitos colegas seus – dirigiu-se nestes termos a mim o militar do Sudão.

– Onde? Você esteve no Brasil? – perguntei.

– Não estive no seu País. Foi lá em Pyongyang, na Coréia do Norte, quando fui tirar um curso de guerrilha com duração de oito meses. Havia lá um grupo de oficiais e praças brasileiros – respondeu.

Concluí que não eram militares brasileiros. Nessa época, só podiam ser dissidentes comunistas.

Isso vem comprovar as informações que eu tinha coletado por intermédio dos norte-americanos. Essas foram as únicas informações de que tomei conhecimento, nos contatos com o Consulado dos Estados Unidos.

Foi um movimento puro, sadio, interno; podia satisfazer aos interesses norte-americanos, mas não me recordo, pelo menos ao meu nível, de qualquer pedido de apoio financeiro ou material.

A propósito, ouvi do adido dos EUA, General Vernon A. Walters, uma história que passo a relatar: ocorreu logo depois de deflagrada e vitoriosa a Revolução e definido o nome do Ministro do Exército, General Costa e Silva. Contou-me ele que o então embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, o procurou muito preocupado. O Departamento de Estado norte-americano solicitara que ele fizesse gestões junto aos militares brasileiros para evitar matança de comunistas presos – tinham conhecimento de que estavam sendo realizadas detenções em massa. Haveria uma grande quantidade de gente presa e os militares brasileiros iriam "matar, escalpelar essa gente toda". Por causa desses boatos, o governo norte-americano fazia questão de expressar a sua posição contrária a um banho de sangue no Brasil.

O General Walters, já conhecedor do Brasil e do espírito dos brasileiros, não hesitou em contestar:

– Não concordo, a coisa não é por aí.

– Ah! Mas tenho que transmitir uma mensagem do Governo dos EUA. Você é ligado aos militares, é o adido militar, e tem que conseguir uma audiência minha com o Ministro do Exército.

O General Costa e Silva era considerado homem da "linha dura". O General Walters, então, recomendou-lhe, muito contrafeito:

– Cuidado com o General Costa e Silva. Ele, talvez, não lhe receba, pois é uma intromissão nos negócios internos do País. Esse momento é muito sério e pode criar uma área de atrito muito grande.

– Não, o senhor tem que abrir esse diálogo, marcar essa audiência.

Quando o Walters conseguiu a audiência, o embaixador Gordon disse:

– Você vai comigo.

E lá foram os dois falar com o Costa e Silva. O Walters relatou que o Lincoln Gordon começou:

– Não... O senhor sabe...

Enfim, aqueles subterfúgios – é, não é – para não ferir o orgulho nacional do Costa e Silva. Por fim, falou que o Departamento de Estado achava-se muito preocupado com essas prisões em massa, e que constava ser iminente o fuzilamento dos presos, que haveria um "paredão", à semelhança do existente em Cuba de Fidel Castro. Teria dito:

– Os senhores – militares brasileiros – vão dar um banho de sangue nos comunistas.

Para surpresa do Walters, o Costa e Silva, ao invés de dar um "murro na mesa" ou "virar a mesa", como era seu modo de ser, refestelou-se na cadeira, riu, e disse:

– Embaixador, estou vendo que o senhor não nos conhece. O senhor já assistiu a uma tourada portuguesa? E sabe qual é a diferença da mesma para a tourada espanhola? – E, prosseguindo – O espanhol mata o touro no final da tourada, enquanto os portugueses espicaçam, fazem o touro quase se ajoelhar, pedir perdão ao toureiro, mas não matam o touro.

O senhor não nos conhece, mas a nossa origem não é espanhola. Temos sangue de português e aí reside a diferença. Não vamos matar ninguém. Realmente, o preço em vidas da Revolução de 1964 foi pequeno – praticamente não houve.

Está aí uma prova de que não houve intervenção norte-americana. Na minha lembrança ficou o exemplo da tourada portuguesa e da tourada espanhola, com suas diferenças.

*A que o senhor atribui o desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo João Goulart?*

Primeiramente, pela qualidade das pessoas que o cercavam, o "esquema militar" estava fadado ao insucesso pela incompetência. Era um bando de aproveitadores, que não tinha liderança e nem empolgava coisíssima alguma. Eles viviam aliciando sargentos e oficiais em troca de financiamentos na Caixa Econômica e empréstimos para comprar o "carrinho" da época – um "fusca". Não podia resistir.

Ademais, o fracionamento da esquerda era notório, desde aquela época, quando começavam a se esboçar as diversas linhas: a stalinista, a trotskista, a maoísta, a castrista, a foquista, e a linha tradicional do partidão – a gramscista. Na verdade, não havia "esquema" e o governo caiu "de podre". Ninguém ergueu uma espada em defesa do pobre João Goulart.

*Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?*

Só vejo chefia e liderança no aspecto positivo, não existe o negativo. E aí temos que reconhecer e ressaltar a liderança real do Marechal Denys, bem como fazer justiça ao General Guedes, um grande esquecido.

Também, o General Mourão, que saiu à frente da sua tropa, num ato de liderança, arriscando ou tudo ou nada, com uma tropa de pequeno valor. E lá em

Resende, sem dúvida alguma, desponta a figura do General Médici: equilibrado, de fala mansa, mas que sabia o que queria e onde queria chegar, características que o levaram à Presidência da República. É figura hoje um tanto esquecida, injustiçada no meio civil, pela mídia, e até no meio militar. Homem honestíssimo, morreu pobre. O General Castello é outro exemplo de probidade. Aliás, sobre esse aspecto, nada se pode falar dos líderes militares da Revolução.

Agora, no aspecto falta de liderança, entre os não revolucionários – é bom que até os mais jovens tomem essa lição –, temos aqueles carreiristas que ficaram "em cima do muro", e um exemplo clássico aconteceu no Regimento Escola de Artilharia. O seu comandante – não convém mencionar o seu nome por uma questão de ética e por já ser uma pessoa falecida – pensava que tinha liderança. Vivia ameaçando e prendendo seus oficiais. Deslocou o Grupo para enfrentar os cadetes e, como não liderava coisa nenhuma, resultou que, nas proximidades de Resende, quando foram escolher as posições de bateria para ocupar, ficou sozinho, apenas com um capitão, comandante da Bateria de Serviço – um bajulador dele –, no ponto de liberação da coluna. Foram cenas deploráveis.

Segundo depoimentos de colegas de turma, capitães e tenentes da época, quando passavam por ele, de viaturas, em direção a Resende, para apoiar os cadetes, faziam gestos obscenos, e declaravam palavras que não merecem ser repetidas aqui – ficou sozinho, chorando, na margem da estrada. Acabou indo para reserva completamente desmoralizado.

É um exemplo de falta de liderança. Nessa hora evidencia-se o líder, que empolga e leva um grupo de pensamento heterogêneo ao seu objetivo, e cumpre a missão.

*O emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução foi correto? Por quê?*

Pelo que sei e ouvi, houve muita discussão, inclusive do comando da Academia, de empregar ou não os cadetes, envolvê-los nessa questão política, mas não havia alternativa em face do pedido de apoio do Gen Kruel, a quem o Gen Médici hipotecou a garantia de passagem livre por Resende, e da investida dos elementos que vinham do Rio aliciados por Jango. Os cadetes responderam ao chamado porque eram bem-liderados. Não houve defecções, uma demonstração do que vale ter um líder no comando.

A liderança do General Médici é incontestável, nesse episódio.

*Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?*

Toda revolução busca, sobretudo, controlar os centros de poder, que são os grandes objetivos estratégicos. A capital foi para Brasília, mas o Rio de Janeiro

ainda era um centro de poder – onde faz eco – principalmente naquela época. Brasília estava por se consolidar e, quando lá chegou o então Coronel Meira Mattos, esperando encontrar alguma resistência, a cidade achava-se vazia, todos tinham debandado, o que aconteceu lá foi um fiasco.

Os objetivos, realmente, eram ocupar o Rio de Janeiro, porque era o centro político e pólo de divulgação da mídia para o restante do País, e São Paulo, a capital econômica nossa. Com a reação partida de Belo Horizonte, essa capital ganhou relevo. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte formavam um triângulo importante e eram os grandes objetivos. Quem os dominasse, dominaria o restante do País.

O Paraná era importante como elo de ligação para o Sul. O Rio Grande do Sul tinha o precedente de 1961, mas respondeu bem a 1964. No Nordeste, a região problemática, realmente, sempre foi o Jaboatão, no Recife, chamada até hoje o "Moscouzinho". Lá havia a ação do Partido Comunista sobre os operários locais. Veja o exemplo da Revolução de 1935, quando houve violenta luta no 14º RI, sediado na região. Recife era, na ocasião, a capital do Nordeste brasileiro, e havia figuras importantes, além de Miguel Arraes, que liderava oposição política muito grande, Gregório Bezerra, Francisco Julião e aquela malta, que inflamava o Nordeste. Esses seriam, a meu ver, os principais objetivos estratégicos da Revolução.

*O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de março? Por quê?*

Não há dúvida. Os fatos vieram ao encontro dos anseios da maioria da oficialidade. O pessoal queria ordem, disciplina, se fazer respeitar, ver o Exército respeitado, restabelecer a autoridade e trazer tranqüilidade à Nação. Houve uma polarização em torno daqueles chefes que tomaram atitude. Todos confiavam no Presidente Castello Branco e no Ministro Costa e Silva. Outra coisa, recuperamos a auto-estima, porque estávamos "lá embaixo", distribuindo arroz em caminhão operacional, ganhando miseravelmente, humilhados.

*O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?*

Não. Se houve ideologia foi do outro lado. Entre os militares não havia. A ideologia era da preservação da liberdade e da democracia.

*A hoje chamada mídia apoiou o movimento?*

Sem dúvida, da mesma forma que o clero apoiou e os políticos elegeram o Castello, a contragosto ou não. Pegue os jornais do dia 31 de março e de 1º de

abril de 1964 e leia aqueles editoriais do *Correio da Manhã* – o "Basta!" –, do próprio *Jornal do Brasil*, de *O Globo*, *Diário de Notícias* etc., está tudo lá publicado. É só ir à Biblioteca Nacional, pegar os arquivos daquela época e constatar que a mídia, que hoje "joga pedra" nas Forças Armadas, pedia que o Exército tomasse uma atitude para restabelecer a ordem.

*No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?*

Há uma diferença sensível entre um governo militar e um governo de presidentes militares. Governo de presidentes militares nós podemos ter em situações de crise. A França, com o General De Gaulle, teve um governo unitário, forte, modificou a constituição e enfrentou a revolta da Argélia. Outra situação, sem crise, foram os governos de presidentes militares nos Estados Unidos, como o de Eisenhower. No caso de governo militar, autoritário, ditatorial, aí nós temos vários exemplos. O de Hitler é o maior deles, no nazismo, quando tomaram o poder por meio de um *pustch* e exerceram um domínio asfixiante sobre a Alemanha. O stalinismo também representa um governo militar de ideologia comunista, assim como é o regime de Fidel Castro.

E aqui? Poderíamos chamar de governo militar se a Justiça, o Congresso e os governos estaduais, bem ou mal, continuavam funcionando? A despeito dos políticos biônicos e alguns deslizes, não podemos confundir um governo cujo presidente é militar com um governo militar. Poder-se-ia alegar que havia censura... Mas tinha que haver. Inclusive, limitada, tem que haver até hoje; não há um país que deixe tudo "escancarado". Volta e meia aparece no jornal uma notícia: "Ah! Aconteceu isso e eu não sabia."

*Em seu entendimento, a Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ou foi prejudicial ao País?*

Em primeiro lugar, salvou o País de se transformar em uma república marxista-leninista. Suponhamos que as Forças Armadas não tivessem realizado a intervenção e o poder tivesse sido dominado pelos marxistas-leninistas, como aconteceu em Cuba. Imagine esse País de dimensões continentais, transformado numa grande Cuba. Aconteceria a previsão de Nixon e nós teríamos arrastado todos esses países andinos e do Cone Sul, constituindo séria ameaça à democracia em todo continente americanos.

Hoje, quando vejo a revisão da política norte-americana, até acusando os governos militares, há uma total injustiça, porque, se o Brasil tivesse se comunizado,

teríamos trazido a luta armada para dentro da América, colocando em risco a paz nos países americanos, inclusive nos Estados Unidos.

E, indiscutivelmente, temos que registrar os benefícios em outros campos. No econômico, saneou-se a economia do Brasil, que passou a ser a oitava do mundo; socialmente, os avanços e conquistas são inúmeros; houve também significativo progresso científico e tecnológico. A autoridade nesse País, que não havia, foi restabelecida. Então, acho que o saldo foi positivo, o Brasil se tornou conhecido, o brasileiro recuperou a auto-estima, que hoje está voltando a perder.

*O senhor acha que a Revolução cometeu erros? Caso positivo, quais foram?*

O termo “revolução”, sociologicamente falando, é uma transformação radical, em que se rompe a ordem legal – coisa muito séria –, alterando o regime de governo, as instituições, os valores que norteiam uma sociedade. Provoca traumatismo – não se pode fazer um omelete, como se diz vulgarmente, sem quebrar ovos – e renovação violenta.

Realmente, cometeram-se erros. Em toda a revolução, há aquela turma que a desencadeia e a outra que vem atrás e se aproveita. Temos exemplos na História: a Revolução Francesa e a Revolução Bolchevista de 1917.

A Revolução Francesa ficou marcada e conhecida, isto é, passou à história, pela famosa *La Terreur*. A guilhotina, que acabou atingindo os seus próprios líderes e resultou na implantação do regime autoritário de Napoleão, que proporcionou grande prestígio à França. Hoje, todos esquecem isso; um homem que até nem era bem francês; e hoje é o herói nacional da França. Depois dele, acho que a França só vai encontrar uma liderança semelhante em De Gaulle.

Na Rússia, a Revolução Bolchevista começou durante a Primeira Guerra. Baseou-se em uma certa racionalidade porque o czar se considerava uma figura divina e era insensível aos reclamos do povo. Ele mandou dizimar, em praça pública, com aquela carga de cavalaria, o povo que fora pedir-lhe, disciplinadamente, alguns benefícios. Passou à História aquela famosa noite, sangrenta, lá em Moscou. Mas, depois, a Revolução de 1917 desvirtuou-se.

Portanto, seria inadmissível não termos cometidos erros, até porque revolução é feita por homens e o homem é impuro e imperfeito.

Os grandes erros da Revolução foram a prolongada permanência no poder dos presidentes militares – não confundir com governos militares, volto a salientar – e não antecipar a abertura, com eleições diretas, no Governo Médici, quando alcançamos estabilidade econômica. Abrir naquele momento teria sido o ideal. Lembro até de um discurso do General Alfredo Souto Malan, Chefe do Estado-Maior do

Exército, que não foi entendido na época – 1974 ou 1975 – quando, saudando os novos generais, ele fala num desengajamento controlado dos militares. A imprensa deveria ter aproveitado a oportunidade. Só houve um jornal, o *Estado de São Paulo*, que compreendeu as palavras do General Malan, pois a Nação não captou a intenção manifestada pelos militares. Os políticos, esses nem deram registro à fala do General Malan, o primeiro a mencionar um desengajamento controlado.

A Revolução cometeu, ainda, outros erros: ela não saneou a Justiça, nem cuidou como devia da Educação. O setor educacional é um desafio muito grande; as nossas universidades estão sofrendo, até hoje, a influência marxista-leninista, que ocasionou um retrocesso terrível. Outro erro foi a concessão, mediante pressão – não sei se haveria condições de resistir –, da anistia geral, indiscriminada. Acho que depois de tanto sacrifício, não podíamos aceitá-la. Estamos pagando até hoje.

Pediram-me para falar no exterior, para dar um depoimento sobre a experiência da intervenção militar no Brasil, considerada *sui generis*; o número de baixas foi muito pequeno. A ordem foi restabelecida como na "tourada portuguesa" – não se abateu touros. Utilizou-se o jeito brasileiro do "chega para cá", do "deixa disso", mas esse "jeitinho" é prejudicial, tem certas coisas que a gente não pode tergiversar e abrir mão.

*Os sucessos econômicos, Coronel Macedo, obtidos pela Revolução de 1964 durante a década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os maiores da economia brasileira por renomados conferencistas civis, dentre os quais aqueles que têm passado pela ESG, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes deste fato?*

Alguém já escreveu, na imprensa, que os visigodos venceram os romanos, mas esses eram mais inteligentes do que aqueles, bárbaros. Assim, os romanos escreveram a história segundo a versão deles. O resultado é que esqueceram de contar que os visigodos chegaram a atingir a Península Ibérica e que não foram derrotados por ninguém, mas registraram apenas o domínio romano.

Nós vencemos o desafio em 1964, mas quem está contando a história, por culpa nossa, incapacidade talvez, são os perdedores. Temos que admitir que a teoria de Gramsci saiu vitoriosa e, cada vez mais, ganha terreno. Fecha-se o cerco sobre os elementos centrais que controlam o Poder. O grande cerco foi feito, principalmente, pela mídia, que, em conseqüência, procede ao revisionismo histórico. Os professores de História e das faculdades de Ciências e Letras, dominados pelo marxismo, recontam a História, a cada dia, à semelhança dos tempos dos visigodos e dos romanos. Acho que, aí, está a explicação: a concepção míope e a

inocência dos militares, tolerando tudo, aceitando a "guerra de posição" sem combater, imbuídos de uma falsa nação de profissionalismo e disciplina.

*A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?*

Enfatizo, em primeiro lugar, o restabelecimento da autoridade. O nosso lema – "Ordem e Progresso" –, que é positivista, não estava sendo observado, porque não havia ordem, e, em conseqüência, não havia progresso. Sou contrário ao positivismo, por achar que, no fundo, identifica-se e abre as portas à disseminação da ideologia marxista. São como os talões da ferradura, aproximam-se nos extremos.

Existem inúmeros outros acertos que nós podíamos lembrar, por exemplo: o aparecimento do BNH (Banco Nacional da Habitação), uma conquista do Castello; o PIS; o PASEP; o Fundo de Garantia; o Funrural – a aposentadoria para o homem do campo –, enfim, a valorização do cidadão brasileiro.

Somam-se, ainda, as reformas sociais e o estabelecimento de um sistema racional de planejamento. Tivemos planos esporádicos, como o Plano SALTE, da época do General Dutra, e as "Metas" do Juscelino, mas não havia orçamento-programa, planejamento estratégico e programa de governo. Isso começou com Roberto Campos, no Ministério do Planejamento, que saneou a economia. Poderíamos citar, ainda, a estabilização política, social e econômica e o desenvolvimento científico-tecnológico. Foram os militares, realmente, que proporcionaram as bases para que hoje pudéssemos usufruir de melhor padrão de vida e de longevidade.

*A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos militares ou esses deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?*

Comunicação Social é um campo altamente especializado, onde somos despreparados. Venho insistindo que o CComSEx, além de ter um general, um chefe de gabinete e oficiais de estado-maior, é importante que possua, sobretudo, recursos financeiros e técnicos especializados, porque Comunicação Social não é algo que se improvise. Veja se o Comandante do Exército consegue plantar alguma notícia, dar um desmentido ou conseguir difundir a versão oficial da Força Terrestre? Nem se publica. Impõe-se um trabalho profissional, executado por profissionais, diferente do executado por um brilhante oficial de Estado-Maior, que passa lá um ou dois anos. Tem que haver, sobretudo, continuidade e recursos. E outra coisa, temos que admitir a nossa omissão e vulnerabilidade. O Padre Vieira já advertia que "a omissão é um pecado que se faz não fazendo".

*O próprio Castello Branco não queria falar.*

Há pouco tempo, propus que fosse publicado um livro branco, dando a versão oficial, baseado em fatos, sobre, por exemplo, o que se passou na guerrilha do Araguaia, qual foi o papel desempenhado pelo Deputado Genoíno (não tenho nada contra ele, até o aprecio, acho que evoluiu bastante e tem prestado algum serviço), na época, denunciando muita gente. Quem quiser conhecer a verdadeira história do Genoíno, procure conversar com os oficiais da Brigada Pára-quedista, que o ouviram pedir para não ser evacuado da área, com medo de morrer, e que "abriu o bico", como se fala no jargão da informação.

Por que não contamos o que houve?! O que nós encontramos?! A propaganda que "eles" faziam!? O que se comentava no Brasil, no dia seguinte pela manhã estava na Rádio Tirana, da Albânia, na qual uma mulher falando em Português e podia ser ouvida em toda a Amazônia. Sei disso porque, logo após a Revolução, eu era coordenador do Projeto Rondon e, para falar com Brasília, tinha que fazer "ponte" com outro local, ao passo que o sinal da rádio da Albânia entrava forte, transmitindo propaganda marxista. Não divulgamos nada disso.

Traíra! Por que não contamos a história? Hoje estão aí a remexer o fundo do poço, exalando mau cheiro e expondo o Brasil perante as nações estrangeiras.

*Na época, parece que disseram ao Castello Branco que deveria ir em busca de uma comunicação social muito mais direcionada para o público, e ele respondeu: "Então faça o senhor a sua Revolução."*

Ele detestava qualquer tipo de propaganda; tinha o maior pavor de ser acusado de ditador; não desejava eternizar-se no poder.

*O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (assaltos a quartéis, a bancos, seqüestro de embaixadores etc) praticados por extremistas?*

Considero que a violência empregada, como a vivenciada naquela época, e atualmente presenciada pelo mundo afora, foge à racionalidade. Contraria os princípios cristãos, que se baseiam, fundamentalmente, no amar a Deus e ao próximo como a si mesmo. Então, sendo cristão, não é compatível com a minha formação particular. De modo que abomino a violência.

Agora, admito que chega uma hora em que se tem de reagir violentamente para combater a violência – não posso me imolar de mãos amarradas. Hoje mesmo, vindo para cá, vi um assalto dentro do túnel e me senti impotente: uma senhora sendo assaltada e a única coisa que pudemos fazer limitou-se a gritar e todos os motoristas a buzinar, na tentativa de evitar que se consumasse o ato de violência. Não havia um policial para defendê-la, nem visualizava como impedir tal violência.

*Houve, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades, com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de diversos segmentos da sociedade? O que o senhor tem a declarar quanto a isso?*

Não se pode negar que tenha havido. Lamentavelmente houve, por diversas razões. No meu entender, o erro foi que certas atribuições foram confiadas a pessoas completamente desqualificadas para tal. Um exemplo típico é o da censura. Em São Paulo, tive uma experiência sobre isso, quando fui encarregado de inquérito e ouvi, inclusive, o Sr. Júlio Mesquita, do *Estado de São Paulo*.

Havia muita gente despreparada. Quem eram os censores? De início, compreende-se que fossem militares; depois, foram civis, investigadores, pessoas sem competência e sensibilidade alguma, que criavam até mais problemas. Compareciam aos jornais, ou nos diversos órgãos, sem saber fazer a censura. Depois, se ofereceu a possibilidade da autocensura, permanecendo ainda o sistema anterior, para quem o preferisse. Muitos escolheram continuar com o censor do Governo, porque se livravam da responsabilidade. Aí, vinha um "energúmeno" qualquer, não fazia o trabalho ou fazia malfeito, e depois se ia questionar: "mas saiu isso?!"

Nesse inquérito, o Sr. Júlio Mesquita perguntado:

– O senhor é responsável por isso aí?

– Eu não! – respondeu.

– Por quê? – insisti.

– Eu optei pelo censor – ele esclareceu.

Havia um lá, e o responsável era o Ministro da Justiça, pois o censor era o seu representante.

Perfeito, então ocorreram muitos erros pelo despreparo do pessoal; censuraram coisas que não deviam censurar e deixaram passar outras que não eram para passar.

Em momentos de crise é normal que haja a necessidade de censura. O maior exemplo recente é a Guerra do Golfo. Pode-se imaginar a difusão prévia do plano do General Norman Schwartzkopf (Comandante das Forças de Coalizão )? Só foram liberados aqueles *press release* depois da execução do mesmo.

No nosso caso, estávamos em um clima de guerra, e guerra suja. Cumpre dizer que a guerra fria, em certos aspectos, foi muito "quente", não podíamos brincar. Estávamos em guerra. E... "guerra é guerra".

*Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?*

Não! Em absoluto. Não foi o cerceamento da liberdade de manifestação que levou à luta armada. Ela surgiu, logo depois da Revolução, porque era o ideário de uma facção, daí a explicação do famoso "racha" nas esquerdas. De um lado, os ortodoxos, do "partidão", que seguiam a linha tradicional e optavam pela "guerra de posição" do Gramsci e, do outro, a ala jovem heterodoxa, influenciada pelas facções trotskista, maoísta, castrista ou foquista, partidária da tomada do poder exclusivamente em uma "guerra de movimento" – a luta armada.

Até hoje, como costumo dizer, parece que as idéias chegam ao Brasil, após atravessarem o Atlântico ou o Pacífico a nado, com um retardo extraordinário, apesar de todos os meios de transmissão modernos – satélites, televisão, "internet". Ainda tem gente aí nos jornais que considera a luta armada a única solução.

Hoje mesmo, conversando com uma pessoa muito importante, da área educacional, contou-me do seu desapontamento com um jovem, que é "ligado" no MST, e que argumentava ser a única solução a luta armada. Quando ele dizia:

– Vocês já não viram que isso aí não deu certo?

– Não, é a luta armada sim, temos que acabar partindo para isso – insistia o jovem.

Então, não foi a "falta de canais" que levou à luta armada. Já havia uma intenção e fazia parte do ideário extremista. A própria teoria da Guerra Revolucionária prevê uma fase final de luta armada, semelhante a uma guerra convencional. Foi o caso do Vietnã; o General Giap sagrou-se vencedor, no final, somente quando passou da guerrilha à guerra convencional, com emprego de divisões, artilharia etc.

*O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?*

Sim, pois havia uma escalada do Movimento Comunista Internacional (MCI) e ele funcionou como freio, proporcionando tempo ao Governo de se organizar para combater o terrorismo. Cada dia surgiam fatos novos e fomos apanhados de surpresa; não sabíamos como reagir. Tinha que haver um mecanismo de retenção daquela avalanche de subversão. Acho, porém, que o AI-5 durou demais.

*O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o SNI e os DOI, e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?*

É claro e evidente. Não há governo que não disponha de um órgão de informações. O próprio governo atual desbaratou o sistema nacional de informações e começa a se ressentir, falando, inclusive, em criar outro órgão. Não advogo um regime policial, com uma KGB soviética ou PIDE, portuguesa, ou a própria GESTAPO, que é o maior exemplo de órgão de polícia política, mas precisa-se de

um órgão de informações de alto nível, para assessoramento. Quanto aos DOI, foram resultado do nosso despreparo para enfrentar a subversão.

O pessoal ia se especializar em Cuba, Coréia do Norte, como foi visto, e nós aqui "matando elefante com alfinetada"; não sabíamos nem por onde começar as ações. Lembro-me das dificuldades iniciais em São Paulo. Como é que você vai obter informações, se não puder manipular dinheiro? Os recursos que as 2as seções possuíam eram irrisórios e, ainda, tinha-se que passar recibo, comprovando o gasto. Informação é dinheiro e possui uma parte suja, que tem que haver, sempre houve. Estão aí os filmes e livros, mostrando como se obtém informações: comprando. Como é que se ia conseguir a ajuda de um funcionário de uma empresa telefônica para facilitar a escuta? Só pagando. Como é que se descobriu que o Marighela, por exemplo, se homiziava com os religiosos? Foi através de escuta telefônica. Hoje, existe um arsenal de meios para se fazer uma escuta telefônica. Naquela época, pela Lei, tinha-se de mandar um ofício para a companhia telefônica, a fim de autorizar o "grampo". Como é que o Presidente Nixon foi afastado do Poder? Como é que se descobre um ato de terrorismo? São necessárias informações, acompanhar os passos etc. E isso sempre "tem um preço".

Assim, o DOI nasceu, sobretudo, da necessidade de centralizar e coordenar as operações, evitando ações isoladas, das polícias Civil, Militar e Federal. Mais tarde foram criados os serviços de informações e, antes disso, praticamente só existiam os órgãos especializados militares e da polícia, que funcionavam precariamente. Para exemplificar o despreparo, em operações de contraguerrilha, nas quais estivemos envolvidos como oficial de Estado-Maior, a FAB utilizava um equipamento rádio que não falava com o do pessoal de terra, que, por sua vez, não falava com o da Marinha. O DOI surgiu dessa necessidade de informações e coordenação das operações.

Eu servia em São Paulo, em 1969, e tinha sido recém-criada a Operação Bandeirantes – a OBAN. Ela foi uma espécie de piloto para a criação dos DOI (Destacamento de Operações de Informações). Quando viram que a OBAN resolveu o problema da subversão em São Paulo, que tinha dado certo, implantaram a sua estrutura. Surgiram, então, os CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e criou-se, na 2ª Seção, um órgão de informações, que foi o DOI.

Quanto à Lei de Segurança Nacional, há que haver o respaldo legal para as ações. De que adiantava prender o sujeito, se não houvesse a lei tipificando a infração por ele cometida? Então, surge a Lei de Segurança, que, em tempo de guerra, é normal. De modo que não vejo qualquer aberração na criação desses órgãos, nem no agravamento da Lei de Segurança Nacional.

*Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas auferiram vantagens de qualquer ordem?*

A resposta está na situação atual. Se tivessem auferido vantagens não estariam nesse estado de absoluta carência, depois de – como são acusadas – terem respaldado uma "ditadura militar", durante vinte anos. O que seria natural? Que tivessem auferido, ou então, houve muita incompetência, porque dispunham de poder e não tiraram qualquer vantagem. Veja o salário dos militares, que, hoje, continua aviltado, como estava em 1963 e durante os ditos governos militares.

Presidentes e Ministros dos governos revolucionários morreram pobres, como os Marechais Castello Branco e Costa e Silva e o Ministro Andreazza.

O General Figueiredo comprou o sítio do "Dragão" antes de se tornar presidente – sei muito bem como adquiriu aquela propriedade – mas sentiu-se forçado a vendê-la porque não tinha condições de manter os cavalos etc.; tornou-se público que enfrentou dificuldades até para pagar o condomínio do apartamento no qual residia, em São Conrado. A viúva teve necessidade de vender bens pessoais e peças de decoração da própria casa após a sua morte.

Não se tem notícia, mas pode ter havido um ou outro corrupto, porque a corrupção é inerente ao gênero humano – nós encontramos branco, preto, americano, inglês, alemão, brasileiro que se vende, e pode ser tanto militar como civil. Encontra-se de tudo no gênero humano. A "massa" é a mesma, em qualquer parte. Ninguém está acima do bem ou do mal.

*Lembramos bem daquela época: máximo de desenvolvimento e mínimo de segurança; então, era o mínimo mesmo e ficamos, até hoje, nessa penúria. De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo revolucionário?*

Acho que o saldo, em geral, foi positivo. Apenas, faço a ressalva de que os governos revolucionários prolongaram-se por muito tempo. Agora, as Forças Armadas estão pagando um elevado preço, e devem meditar sobre a experiência vivida. Cumprimos, e não tinha jeito, a nossa missão, não nos omitimos. Lembrei da proposta de desengajamento controlado, apresentada pelo General Malan, a qual nem os políticos, nem a imprensa, registraram – deixaram passar em brancas nuvens a oportunidade. Valendo-se, uma vez mais, do Padre Antônio Vieira, cabe lembrar trecho de um de seus famosos Sermões: "Se serviste à pátria que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, ela o que costuma."

*Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?*

Napoleão foi um indivíduo que não escreveu livro algum, mas é conhecido, sobretudo, pelas suas máximas, e, dentre elas se poderia citar uma que diz: *La tactique change à tous les dix anées*, ou seja, a tática muda a cada dez anos; nós passamos vinte anos no governo, logo, uma resposta já provém daí. O mundo, o Brasil, a sociedade estão em constante mudança. O novo de hoje vai ser o velho de amanhã. Graças a Deus, a felicidade do gênero humano está na capacidade de se adaptar e acompanhar essa evolução, senão estaríamos, até hoje, na Idade da Pedra.

Outro fator determinante foi a conjuntura mundial: a queda do Muro de Berlim, a hegemonia dos EUA – que veio com o fracasso do comunismo – e a sede de liberdade.

O brasileiro não gosta de disciplina. Já houve quem dissesse que caso o comunismo fosse implantado no País eles pagariam um "preço muito caro", porque o brasileiro iria desestruturar o regime socialista.

Então, era natural que a passagem dos militares não devesse ser prolongada, até porque, volto a acentuar, nós temos uma formação cartesiana. O militar não é preparado para a política. Na verdade, fizemos a cirurgia que se impôs. Dizem, até, que os militares apenas "seguraram a vaca para que outros mamassem".

*A "abertura" política foi acelerada pela conjuntura internacional?*

Sem dúvida alguma. Desde o período colonial, que se dizia: *Ultra aequinoctialem non peccavit* – abaixo do Equador, não havia pecado – para justificar as atitudes desmedidas, até dos religiosos. Então, aqui "embaixo" podia-se fazer o que se quisesse, valia tudo. Mas sabe-se que não é bem assim. Não se pode pensar isoladamente, isto é, sem considerar a conjuntura internacional. Podemos comprovar, desde os primórdios do Brasil, pelas lutas ocorridas no Sul do País, entre espanhóis e portugueses, e no Nordeste, contra os holandeses.

Aliás, Ortega y Gasset tem uma frase que serve também: "O homem é o homem e suas circunstâncias". Não se pode analisá-lo isoladamente e sim, temos que considerar as circunstâncias que o envolvem, naquele momento. Logo, a conjuntura internacional de transformação que o mundo ainda está sofrendo acelerou a "abertura política". Aliás, até hoje o Brasil, também, não se definiu. O povo brasileiro sabe mais ou menos o que não gosta, mas não determinou o que quer. A "convenção do condomínio" do Brasil ainda está para ser escrita, ser firmada.

Foi-nos imposto um modelo patrimonialista português pela "goela abaixo". Nos impuseram um Estado sem a Nação ter se reunido para criar o Estado em que ela gostaria de viver. Então, temos que sofrer as conseqüências.

*Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?*

O General Geisel foi um homem que entendeu que havia de se fazer uma abertura gradual. Na verdade, acho que, naquela época, já era tarde e acabou tornando-se descontrolada. Desculpe-me, o Governo Figueiredo foi atabalhoado. O resultado acabou na anistia se processando de uma forma desordenada e descontrolada, acabando lamentavelmente nesse estado em que nos encontramos.

*A atuação política e os resultados econômicos desse último governo, dito militar, desgastaram a imagem da Revolução?*

Não tenho dúvida, mas o motivo foi, principalmente, a doença do Presidente Figueiredo. Os resultados foram desastrosos, embora muito se deva ao Figueiredo pela "abertura". A conjuntura internacional, também, contribuiu para isso, por meio dos aumentos do preço do petróleo e da transformação política. Mas, o Governo Figueiredo, não se pode tapar o "sol com a peneira", redundou em desastre.

*Houve, a partir de 1985, e existe hoje, o chamado "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei de Anistia?*

A anistia faz parte da índole dos brasileiros. Está presente na nossa História, desde priscas eras. Briga-se, briga-se e depois se faz a paz: é o espírito conciliatório, é o homem cordial brasileiro. Mas acredito que, da forma como foi concedida, a anistia foi um erro, pelo qual estamos pagando muito caro até hoje. Além do mais, está mudando. Já não é tão cordial como se mostrava no passado.

*Como o senhor analisa, hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil neste contexto?*

Eu diria que ideologias não desaparecem, e o maior exemplo que aí está é o Cristianismo. Os cristãos foram perseguidos em praça pública e jogados aos leões, no Coliseu. Jesus Cristo foi também perseguido pelo mundo afora, e o que predomina hoje? É o Cristianismo. Então, a ideologia não desaparece.

*Podemos até dizer que o comunismo faliu, mas não faleceu.*

É isso mesmo, o marxismo, sobretudo. Eu diria até que o comunismo em si sofreu uma grande derrota, mas o marxismo, empedernido, continua a existir e o que é pior, aqui no Brasil. Os marxistas convictos, esse pessoal fanatizado, continua a pensar que a solução para todos os males encontra-se na doutrina socialista.

Li até um artigo assinado por uma feminista engajada de esquerda, se não me engano no *Jornal do Brasil*, em que ela afirma, claramente: "Desse País aqui está renascendo o novo socialismo, o novo marxismo, que vai servir de modelo para o mundo." Ora, se fracassou na União Soviética e no Leste Europeu, a ponto de derrubar o Muro de Berlim, nós vamos dar ao mundo um exemplo de novo socialismo! Acho que o pessoal é fanático, é aquela história do flamenguista. O flamenguista pode sofrer uma derrota, e quanto mais perde, mais é Flamengo doente, até admiro isso... O pessoal não entende. Eles têm esperança de estabelecer o socialismo nesse País, e é a luta que nós estamos travando hoje ainda. Ilude-se quem pensar que acabou a guerra fria, a "guerra suja". Estamos vendo pelas medidas tomadas recentemente, a sociedade se deblaterando aí, sem rumo.

*A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que é que o senhor acha disso?*

Acho isso bom de um lado e perigoso do outro. Dentro do contexto de globalização em que estamos vivendo, após a queda do Muro de Berlim e o surgimento da hegemonia dos Estados Unidos, é perigoso. Ainda há pouco tempo li um livro intitulado *A Terceira Onda: a redemocratização no final do século XX* – com orelhas escritas por Francisco Weffort – em que o ilustre cientista político Samuel Huntington analisa a onda da democratização, a terceira onda que está varrendo o mundo após a queda do Muro de Berlim. Na página 247, aparece um decálogo para "domar" os militares. Quem lê isso, não se ilude com certas campanhas e idéias que proliferam por aí. Entre outras coisas, ele diz que os militares, como todos os demais, gostam daqueles que gostam deles. Deve-se dar "brinquedos" que os satisfaçam: elogiar os seus valores, dar-lhes medalhas em profusões, enfim, os enfeitiçar. Então, os políticos, os governantes, a mídia, dizem até coisas desse tipo: "Oh! Vocês trabalham bem." Eu até já ouvi de presidente da República, na televisão: "Gostaria de ter um índice de popularidade, como político, que têm as Forças Armadas Brasileiras." Será que gostaria mesmo? Então acho muito perigoso por um lado e por outro lado é bom.

Acho que a gente não engana o povo, de uma maneira geral. Mas é muito perigoso "deitarmos" nessas glórias, pode ser um "presente de grego", e a gente vai aceitando isso, calmamente – "nós temos o maior índice de popularidade". É aquela história, não é desonra nenhuma ser pobre, mas também não é nenhuma honra, então temos que tomar cuidado com isso.

*Que mensagem final, Coronel Macedo, o senhor gostaria de deixar aqui, no Projeto História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?*

Somente por intermédio da História Oral determinados silêncios da História falam e episódios que passaram despercebidos são revelados. A História, relatada mais tarde, concentra-se nos fatos sem a emoção, a característica de quem viveu a situação. É aquele caso dos romanos *versus* visigodos.

Vejo com muita simpatia, sempre advoguei isso, que se fizesse esse trabalho, e realço a atitude corajosa tomada pelo Comandante do Exército, General Gleuber Vieira, ao institucionalizar o Projeto de História Oral. Tenho certeza de que dará rendimentos altamente positivos. Espero que essa iniciativa enriqueça as páginas de nossa História em caráter permanente. A História Oral lançada no Clube Militar, planejada pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, enfim, tornou-se realidade por este projeto no Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército.

DEGRAVAÇÃO
*Léa Carla Aleman Amaresco*

TRANSCRIÇÃO
*Geraldo Luiz Nery da Silva*
*Aurelio Cordeiro da Fonseca*
*Adeliz de Siqueira Ferreira*
*Maria Cristina Santiago da Silveira*
*Sérgio Ferreira de Albuquerque*
*José Luiz Leitão de Souza*

GRAVAÇÃO
*Subseção de Audiovisuais*
*da 5ª Seção do*
*Comando Militar do Leste*

| | |
|---|---|
| Composição e diagramação | *Murillo Machado e Rodrigo Tonus* |
| Quantidade de páginas | *320* |
| Formato | *16 x 23cm* |
| Mancha | *29 x 43 paicas* |
| Tipologia | *ITC Officina Serif Book* |
| Papel de miolo | *Offset 75g* |
| Papel de capa | *Cartão Supremo 240g (plastificada)* |
| Impressão e acabamento | *Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.* |
| Fotolito de miolo | *Murillo Machado e Rodrigo Tonus* |
| Fotolito de capa | *Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.* |
| Tiragem | *2.000 exemplares* |
| Término da obra | *Janeiro de 2003* |

Impresso nas oficinas da
Sermograf – Artes Gráficas e Editora Ltda.
Rua São Sebastião, 199 – Petrópolis – RJ
Tel.: (24) 2237-3769